

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Correia Gonçalves

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Correia Gonçalves

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Paulo-Edgar Almeida Resende.

SÃO PAULO
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Correia Gonçalves

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Paulo-Edgar Almeida Resende.

Banca Examinadora

SÃO PAULO
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GONÇALVES, José Correia

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul / José Correia
Gonçalves – São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, 2009.

219 p.: il.

Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduação em
Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
2009.

Orientador: Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende

Introdução. I Embasamento Teórico. II Santa Catarina nos
Primórdios da Integração Sub-Regional. III O Estado de Santa
Catarina e o Mercosul. Conclusão. Referências.

CDU

Esta Tese eu dedico a minha adorável esposa
Eliane Aparecida Pinheiro Correia Gonçalves,
pois, fiquei muitos momentos ausente em
função dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Ao findar dessa trajetória de estudo agradeço primeiramente a Deus, a minha esposa, que sempre esteve ao meu lado, aos professores, os quais contribuíram com seu saber, aos parentes e amigos que torceram pelo término desta tese. E, especialmente ao grande amigo Henrique Vicente de Bitencourt.

Ao Prof. Orientador Paulo-Edgar de Almeida Resende.

EPIGRAFE

Quem atingiu d'algum modo a liberdade da razão não se pode considerar na terra outra coisa que um Peregrino, embora não um viajante rumando para uma meta final – pois esta não existe. Contemplará e terá os olhos abertos para tudo que acontece no mundo... pois sua alegria está no imutável e no inconstante.

Nietzsche

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul

RESUMO

Esta tese tem o objetivo de demonstrar como o Estado de Santa Catarina vem se relacionando com o Mercosul, principalmente, na área de comércio exterior, turismo e educação em nível universitário. No entanto, fez-se necessário relatar as várias tentativas de integração com a América Latina, em especial aos períodos em que ocorreram os tratados, acordos, atas, protocolos etc. no sentido de poder verificar sua relação com o Mercosul, preocupando-se, ainda, em fazer um levantamento dos principais efeitos para a balança comercial do Brasil. Os métodos utilizados para este estudo foram obras de autores que escreveram sobre os assuntos abordados, pesquisa junto a órgãos oficiais do governo estadual e federal, e outros. Os resultados apresentados no trabalho contribuem para verificar que o Brasil aumentou de maneira expressiva seu comércio com o Mercosul. Em particular, o Estado de Santa Catarina tem sido um grande participante no processo de integração com o Mercosul, através do comércio importador e exportador, no turismo, convênios universitários, atuação do governo do Estado e muitas outras áreas.

Palavras-chave: Integração econômica. Bloco econômico. Mercosul.

The State of Santa Catarina and Mercosul

ABSTRACT

This thesis is intended to demonstrate how the State of Santa Catarina has been related with Mercosul, especially in the areas of foreign trade, tourism and education at university level. However, it was necessary to report the various attempts at integration with Latin America, especially in the periods that the happened the treaties, agreements, minutes, protocols, etc., in order to determine its relationship with Mercosul, still worrying to verify the main effects to the trade balance in Brazil. The methods used for this study were works of authors who wrote about the issues, research with official state and federal government, and others. The results presented help to verify that Brazil has increased so significantly their trade with Mercosul. Actually, the State of Santa Catarina has been a very important participant in the process of integration with Mercosul, by importing and exporting trade, tourism, university association, the role of the State government and many other areas.

Keywords: Economic integration. Economic bloc. Mercosur.

El Estado de Santa Catarina y el Mercosur

RESUMEN

Esta tesis tiene el objeto de demostrar como el Estado de Santa Catarina viene relacionándose con el Mercosur, especialmente al que corresponde a las áreas de comercio exterior, turismo y educación en nivel universitario. A pesar de que, se hizo necesario relatar los varios intentos de integración con América Latina, principalmente cuando ocurrieron los tratados, acuerdos, actas, protocolos, etc., a fin de determinar su relación con el Mercosur, además de verificar los principales efectos a la balanza comercial de Brasil. Los métodos utilizados para este estudio fueron las obras de autores que escribieron sobre los asuntos en discusión, investigación con agencias oficiales del gobierno estatal y federal, y otros. Los resultados presentados contribuyen para verificar que el comercio de Brasil con el Mercosur ha aumentado de manera expresiva. La razón es que el Estado de Santa Catarina sigue siendo un importante participante en el proceso de integración con el Mercosur, a través del comercio importador y exportador, del turismo, de las asociaciones universitarias y de la actuación del gobierno del Estado en muchas otras áreas.

Palabras clave: Integración económica. Bloque económico. Mercosur.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAP – Acordo de Alcance Parcial
- ACE – Acordo de Complementação Econômica
- ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
- ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ARF – Assessoria de Relações Federativas
- CAN - Comunidade Andina das Nações
- CCM – Comissão de Comércio Comum
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CMC – Conselho do Mercado Comum
- CNMF - Cláusula da Nação Mais Favorecida
- CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
- CSN – Comunidade Sul-Americana de Nações
- ETNs - Empresas Multinacionais-Transnacionais
- FCES – Foro Consultivo Econômico-Social
- GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
- GMC – Grupo do Mercado Comum
- IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
- MCCA - Mercado Comum Centro Americano
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- OINGs - Organizações Internacionais Não-Governamentais
- OPA - Operação Pan-americana
- PIB – Produto Interno Bruto
- PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica
- PLS – Programa de Liberalização Comercial
- PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo
- POP – Protocolo de Ouro Preto
- PTR – Preferências Tarifárias Regionais
- SAM – Secretaria Administrativa do Mercosul

TEC – Tarifa Externa Comum

TICD – Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento

TLC – Tratado de Livre Comércio

UA – União Aduaneira

UNASUL – União de Nações Sul-americanas

ZLC – Zona de Livre Comércio

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1990 – 2008 US\$ 1000 FOB	86
Gráfico 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1990 – 2008 US\$ 1000 FOB.....	89
Gráfico 3: Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina de 1991 – 2008.....	108
Gráfico 4: Balança Comercial de Santa Catarina 1991 – 2008 US\$ 1000 FOB.....	119
Gráfico 5: Exportação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	120
Gráfico 6: Importação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	120
Gráfico 7: Estado de Santa Catarina Principais Produtos Exportados 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB.....	121
Gráfico 8: Estado de Santa Catarina Principais Produtos Importados 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB.....	122
Gráfico 9: Exportações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Destino 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	124
Gráfico 10: Importações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Origem 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	126
Gráfico 11: Exportação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Destino 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	128
Gráfico 12: Importação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Origem 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB	130
Gráfico 13: Estado de Santa Catarina Principais Empresas Exportadoras 2003 – 2008 US\$ 1000 FOB	131
Gráfico 14: Estado de Santa Catarina Principais Empresas Importadoras 2003 – 2008 US\$ 1000 FOB	132
Gráfico 15: Exportações dos Estados da Região Sul do Brasil para o Mercosul de 1990 - 2008 em milhões de US\$.....	134

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização das principais cidades do Mercosul	91
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Países do Mercosul que mantém convênio com a UNIVALI	101
Quadro 2: Outros itens do Acordo estão com a redação diferente	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1991 / 2008.....	85
Tabela 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1991 / 2008.....	88
Tabela 3: Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina 1991 / 2008.....	107
Tabela 4: Balança Comercial de Santa Catarina 1991 / 2008	118
Tabela 5: Exportações dos Estados da Região Sul do Brasil para o Mercosul de 1990 / 2008 em milhões de US\$	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I EMBASAMENTO TEÓRICO	25
1.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	25
1.2 AMÉRICA LATINA E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	29
CAPÍTULO II SANTA CATARINA NOS PRIMÓDIOS DA INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL	39
2.1 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)- 12/08/1980	39
2.2 TRATADO DE ASSUNÇÃO – 26/03/1991 E A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL).....	48
2.3 ETAPAS DA INTEGRAÇÃO	52
2.4 PROTOCOLO DE OURO PRETO – 1994.....	60
2.5 TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	71
2.6 GLOBALIZAÇÃO.....	73
2.7 FEDERAÇÕES	75
2.8 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	78
2.9 MERCOSUL POLÍTICO	82
2.10 COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL	85
2.11 COMÉRCIO DO BRASIL COM O MERCOSUL	87
CAPÍTULO III O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MERCOSUL	90
3.1 O ESTADO DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DO MERCOSUL	90
3.2 GOVERNOS SUBNACIONAIS.....	93
3.2.1 Mercosul e o papel do governo subnacional	96

3.3 SECRETARIA DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL.....	98
3.4 UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA	99
3.4.1 Convênios entre Universidades de Santa Catarina com Universidades dos países do Mercosul	100
3.4.2 Universidade do Mercosul na região de fronteira.....	103
3.5 SANTUR SANTA CATARINA TURISMO.....	105
3.6 MERCOSUL E A INTEGRAÇÃO DOS SEUS CIDADÃOS	108
3.7 O SETOR EXPORTADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	114
3.8 COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	117
3.9 EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL PARA O MERCOSUL	133
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES.....	145
APÊNDICE A –Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1990 – 2008.....	146
APÊNDICE B –Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1990 – 2008.....	147
APÊNDICE C – Demanda turística do Estado de Santa Catarina.....	148
APÊNDICE D –Tabela - Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina 1991 – 2008.....	153
APÊNDICE E – Tabela - Balança Comercial de Santa Catarina 1991 – 2008.....	154
APÊNDICE F – Tabela - Exportações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008.....	154
APÊNDICE G –Tabela - Importações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008.....	155
APÊNDICE H –Tabela - Exportação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008.....	156

APÊNDICE I – Tabela - Importação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008	158
APÊNDICE J – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Exportados 1999 – 2008	160
APÊNDICE K – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Importados 1999 – 2008	162
APÊNDICE L – Tabela – Exportação do Estado de Santa Catarina Principais Países de Destino 1999 – 2008.....	164
APÊNDICE M – Tabela - Importações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Origem 1999 – 2008.....	166
APÊNDICE N – Tabela - Exportação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Destino 1999 – 2008	168
APÊNDICE O – Tabela - Importação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Origem 1999 – 2008	169
APÊNDICE P – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Exportadoras 2003 – 2008	170
APÊNDICE Q – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Importadoras 2003 – 2008	172
APÊNDICE R – Tabela - Exportações por unidade federativa do Brasil para o Mercosul de 1990 – 2008 em milhões de US\$.....	174
ANEXOS	176
ANEXO A – Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.....	177
ANEXO B – Protocolo de Ouro Preto Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul.....	185
ANEXO C – Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile	200
ANEXO D – Povoação de Santa Catarina	201
ANEXO E – Portos do Estado de Santa Catarina.....	203
ANEXO F – Pólos Econômicos de Santa Catarina	205

ANEXO G –Universidades e fundações catarinenses de ensino	207
ANEXO H –Reconhecimento de estudos, títulos e diplomas obtidos nos países do Mercosul.....	208
ANEXO I – Regiões turísticas de Santa Catarina de acordo com suas potencialidades....	209
ANEXO J – Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e da Argentina.....	212
ANEXO K– Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e do Uruguai	216

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas defrontamo-nos com diversas formas de organização em nível regional e internacional, deixando evidente que o Estado-Nação, independente de sua localização no globo terrestre, necessita, através de seus governantes, se inserir no mercado global. Todavia, para que isso aconteça, é preciso ter boas relações internacionais que resultem no reconhecimento e aceitação, sobretudo se for membro de algum bloco regional, gerando resultados econômicos entre seus participantes e uma representatividade política mais expressiva.

Este trabalho parte do princípio de que o tema “integração econômica na América Latina” já sofreu várias transformações, principalmente depois de 1960; sendo assim, três décadas depois, é que os países do Cone Sul conseguiram desenvolver uma formação consistente, mesmo com alguns percalços, que foi o Mercosul.

A ideia geral do tema é verificar os efeitos do Mercosul para o Estado de Santa Catarina, especialmente no comércio exterior e em outras áreas que mereçam destaque tais como: turismo e ensino superior, não deixando de situar o Brasil como protagonista.

Schmied (2007, p. 124) adverte que: “O mundo do século XXI vai em direção à economia ao surgir três grandes atores internacionais: América do Norte, União Européia e o Bloco Ásia-Pacífico.” Essas iniciativas regionais organizadas em blocos de países resultaram em áreas preferenciais de comércio. Segundo Beçak (2000, p. 56):

Estas regiões adensadas, designadas ‘blocos regionais de comércio’, suscitam o temor de que as nações industrializadas viessem a praticar o comércio intrazonal privilegiado e, portanto discriminatório em relação aos países não-membros, incluindo toda a América Latina.

Desta forma, percebe-se que este tipo de organização tende a privilegiar ou dar preferência aos países membros do bloco, não podendo ser tratado como algo inconcebível por terceiros.

Este contexto ocasionou consequências para a América Latina, América Central e Caribe que tiveram que rever suas políticas internas e externas, pois, se espelhavam nos moldes do comércio da Europa e dos Estados Unidos, considerados como modelos de desenvolvimento, embora as propostas de integração destas três regiões buscassem uma

coesão, priorizando o comércio regional e almejando o desenvolvimento econômico. (BEÇAK, 2000).

Em função disso, observa-se que os países em desenvolvimento precisam criar formas que lhes deem condições de participar: “[...] na definição das regras do novo sistema internacional e no funcionamento da comunidade global, entendendo que devem trabalhar e convergirem em uma perspectiva regional. [...]” (SCHMIED, 2007, p. 124), principalmente por terem sido afetados no equilíbrio político e social devido às alterações econômicas provocadas pela formação dos blocos regionais de comércio (EUA, Europa e Ásia), que ainda resultou na necessidade de um rearranjo geopolítico internacional.¹

No entanto, verifica-se que a partir da década de 1980², inicia-se, com maior envergadura, os processos de cooperação internacional voltados para a integração regional, sendo considerados como estratégias governamentais para se adaptarem ao fenômeno denominado globalização, desta forma podemos considerar que:

[...]. A América do Sul deve ser um bloco compacto, organizado e estruturado e num mundo de três grandes regiões, procure ser a quarta região em destaque. A América do Sul quase duas vezes o espaço territorial da China, com uma biodiversidade ampla e entre as mais ricas do planeta, uma população maior que a dos Estados Unidos, se converte em uma contraparte política e econômica dentro do contexto mundial como a região do futuro. (SCHMIED, 2007, p. 124).

Nesta conjuntura, pode-se evidenciar que as transformações ocorridas nas últimas décadas em diversas partes do mundo acarretaram uma série de mudanças para os países em desenvolvimento, contudo os mesmos precisaram se adaptar a essa nova realidade. Nota-se que isso ocorreu de forma singular no Cone Sul³, principalmente a partir de 26 de março 1991, data de assinatura do Tratado de Assunção quando se efetivou a criação do Mercosul⁴,

¹ Para maiores detalhes consultar Beçak (2000, p. 56).

² “Durante a crise mundial e, especificamente, regional, em meados da década de 1980, influenciados pelo exemplo da Comunidade Européia e das teorias de integração regionais, [...], Argentina e Brasil, recentemente redemocratizados em 1983 e 1985, respectivamente, após vários anos de regimes militares, desencadearam uma estratégia de reaproximação, objetivando em conjunto a consolidação de interesses políticos – como democracia recém-conquistada e econômicos como a intensificação de suas relações comerciais bilaterais emergentes desde 1979. Ambos os países acreditavam que essa estratégia poderia auxiliá-los numa melhor inserção no sistema internacional contemporâneo emergente nas últimas décadas do século XX.” (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

³ “A América Latina tentou diversas vezes ao longo de sua história, desde Simón Bolívar (no Congresso de Panamá em 1826) até os dias atuais, integrar-se para crescer. Porém o resultado dessas inúmeras tentativas foi em geral, fraco. Em 1960 a **Alalc** (Associação Latino Americana de Livre Comércio) foi um esforço que também representou relativamente pouco na direção do crescimento e do desenvolvimento econômico da região. Em 1980 a **Aladi** (Associação Latino Americana de Integração) foi um pouco mais além, mas também sem atingir os objetivos previstos.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 13- 14).

⁴ “O **Mercosul** (Mercado Comum do Sul), criado em 1991 dentro do marco da **Aladi**, removeu barreiras alfandegárias e não-alfandegárias e permitiu um dramático crescimento dos negócios e do volume das

resultando num aumento expressivo no comércio intra-regional, mas, que entre 1998 até 2003, passou por um período de estagnação; porém, a partir de 2004, voltou a ampliar suas negociações comerciais. No entanto, cabe ressaltar que:

Os países do Mercosul implementaram reformas estruturais profundas na década de 1990. Os regimes de comércio tornaram-se mais abertos em relação ao mundo e avançou-se na integração regional. Foram eliminadas restrições que, direta ou indiretamente, obstaculizavam a atuação das empresas estrangeiras. Paralelamente, as taxas de crescimento, embora muito instáveis, apresentaram alguma melhora em relação às da década de 1980, marcada pelas conseqüências da crise da dívida. (LAPLANE, 2006, p. 1).

O Brasil e Argentina (os dois maiores países do Cone Sul) viveram durante décadas um clima de rivalidade geopolítica e diplomática, mas, em virtude das mudanças ocorridas entre as maiores potências em termos de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, preferências comerciais, e ainda pelas diretrizes delineadas quanto ao sistema internacional, caracterizado pela globalização financeira.

O objeto de estudo desta tese parte da problemática que envolve o Estado de Santa Catarina e o Mercosul, dando ênfase para o comércio exterior de Estado de Santa Catarina, pelo governo subnacional, infraestrutura existente, turismo, convênios entre universidades e não deixando de relatar alguns dos reflexos da realidade atual do Mercosul em outras áreas.

Pretende-se analisar a trajetória de tentativas de integração econômica na América Latina sem querer aprofundar e esgotar esta questão, mas, desenvolver uma linha de encadeamento até a formação do Mercosul⁵ e seus desdobramentos posteriores, não deixando de verificar seus resultados tanto para o Brasil como protagonista, quanto para o Estado de Santa Catarina como coadjuvante, principalmente, no que tange aos fluxos comerciais, entre outros assuntos que merecem destaque.

Nas décadas de 50, 60 e 70 predominaram as políticas protecionistas, contrastando com o que ocorreu até meados dos anos 90, o início da expansão do comércio mundial por meio da abertura comercial e dos investimentos. Deste modo, o Mercosul não se limitou ao sucesso do intercâmbio comercial: “[...], mas também pelo fortalecimento da capacidade de negociações internacional dos países membros, o que deriva no maior nível de

mercadorias escoadas através da infra-estrutura disponível nos países membros, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 14).

⁵ “[...] o processo de integração regional no Cone Sul era indicado como a saída mais provável à resolução da questão da interdependência econômica criada pelos seus governos durante a década de 1980, bem como à reinserção de ambos os países no sistema internacional caracterizado crescentemente pela globalização financeira, à reestruturação produtiva e à promoção de tipos distintos de regionalismos. [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 67).

interdependência econômica que passou a existir entre seus sócios.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 257).

Uma particularidade do Mercosul que merece ser registrada é que: “[...] ao contrário da integração européia, em que o Estado tem peso decisivo na regulamentação e na implementação das políticas, o Mercosul nasce pela renúncia dos Estados Nacionais de exercerem sua função de intervenção reguladora, [...]” (CAMPOS, 2002, p. 246). Isso ocorreu concomitantemente com a abertura sem restrições de suas economias à concorrência internacional, pois: “[...]. As fronteiras nacionais, antes do aparecimento dos blocos sub-regionais, exigiam a duplicação de uma série de funções, brecavam a entrada aos mercados, desencorajavam os investimentos, o lucro e o crescimento.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 14).

Os projetos de integração da América Latina⁶ tiveram em comum a busca do desenvolvimento econômico no intuito de melhor preparar-se para os desafios externos:

[...]. Foi assim nos anos sessenta, quando se procurou superar as limitações dos mercados nacionais e adequá-los às exigências da economia de escala e da internacionalização do capital, no bojo de um projeto de industrialização. O mesmo ocorreu no início dos anos oitenta, quando a integração foi revalorizada, enquanto estratégia de resposta parcial à crise que se instaurara na economia internacional e não diferentemente nos anos noventa, quando se contemplou a integração como condição indeclinável para a inserção positiva das economias da região em uma economia internacional crescentemente integrada, transnacionalizada e estruturada em torno de três grandes pólos competitivos. (VAZ, 2000, p. 283-284).

Sendo assim, a importância do assunto da tese ocorre em função de que, após várias tentativas de integração da América Latina, Brasil e Argentina assinaram uma série de acordos de cooperação, tendo como marco a segunda metade da década de 1980. O resultado culminou com a entrada do Paraguai e do Uruguai quando da assinatura entre os quatro países do Tratado de Assunção, em 1991, foi criado o Mercosul (Mercado Comum do Sul), originando um mercado de aproximadamente 200 milhões de pessoas⁷, que, além disso: “[...] tem gerado a oportunidade de eliminar custos subnacionais das cadeias de suprimentos, o que significa dispor de potencial para aumentar a produtividade regional e, com isso alcançar maior competitividade no mercado global. [...]” (LARRAÑAGA, 2002, p. 15).

⁶ “Os projetos de integração das décadas anteriores estiveram concentrados nos sistemas de substituição de importações e de forte intervenção governamental, sem que se outorgasse um papel ativo dos agentes sociais e econômicos ou ao investimento externo. Atualmente, a integração se instalou com força no cotidiano das universidades, nos programas dos partidos políticos, nas estratégias dos sindicatos, no setor empresarial e nas reformas constitucionais.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 275).

⁷ Que em 2007 segundo estimativas está na casa dos 240 milhões de pessoas.

Para os países-membros do Mercosul, a proximidade geográfica pressupõe-se que seja fundamental para o desenvolvimento regional: “[...]. O que, por sua vez, deve aumentar a geração de riqueza da sub-região a médio e longo prazo, e com isso deve melhorar o bem estar da sociedade e permitir o fortalecimento dos diversos Estados-membros.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 15). Referente ao Estado de Santa Catarina, que se localiza na região Sul do Brasil, próximo aos países fundadores do Mercosul, fica a pergunta se este Estado está tirando proveito de seu potencial produtivo em termos de destino das exportações e até mesmo do turismo.

No entanto, a integração, por meio de zona de livre-comércio, união aduaneira e mercado comum proporciona a cada país compartilhar da economia mundial; todavia, faz-se necessário desenvolver um processo de modernização, redimensionamento do Estado e adaptação do modelo econômico. Para Wanderley; Vigevani, (2005, p. 274): “Os países latino-americanos enfrentam esse desafio junto com a tarefa de combater o subdesenvolvimento e consolidar a democracia no momento em que se discute o próprio papel do Estado e os limites do Estado-Nação.” A América Latina, durante os governos militares, deixou muito a desejar em termos de desenvolvimento do sistema político. Na mudança para governos civis ficou evidente: “[...] a necessidade de se efetuar as reformas pedidas pela própria democracia, assim como também pela realidade socioeconômica de cada país. Mesmo considerando a hipótese de que a democracia formal não estivesse ameaçada, [...]” (Ibid., p. 274).

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, através de embasamento teórico de obras publicadas mais recentemente por autores que trataram do assunto abordado, além de dados pesquisados em órgãos oficiais do governo federal e estadual, e contatos feitos por meio eletrônico com pessoas de diversas instituições.

A tese está dividida em três capítulos. No capítulo I, o embasamento teórico contempla diversos conceitos de vários autores que buscam contribuir para um melhor entendimento sobre a integração regional, que não pode ficar alheia sobre as consequências que ocorrem nas esferas da economia, política e cultura principalmente, sendo relatados alguns dos primeiros processos de integração regional na América Latina (AL), tais como a criação da Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional das Nações Unidas, com o objetivo de promover a integração regional da AL, e que intermediou as negociações para criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); que depois contribuiu para a constituição da Comunidade Andina das Nações.

No capítulo II, tratará sobre Santa Catarina nos primórdios da integração sub-regional a partir da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) que substituiu a ALALC. Após esta associação, foram criados vários mecanismos de integração: tratados, atas, protocolos, acordos, etc. Contemplou-se, ainda, as principais similaridades do Mercosul com a teoria da dependência, globalização, federações e relações internacionais; posteriormente, abordou-se o Mercosul político, o comércio exterior do Brasil de forma geral e com o Mercosul, fazendo uma relação desses tópicos de maneira superficial com o Estado de Santa Catarina.

O Capítulo III tratará do Estado de Santa Catarina e o Mercosul. Primeiramente apresenta uma descrição de Estado de Santa Catarina, contemplando o governo subnacional e sua secretaria de articulação internacional, destacando as universidades catarinenses e os convênios feitos com as universidades dos países do Mercosul, a importância do turismo para o Estado de Santa Catarina e o acordos de residência firmados entre Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. O setor exportador do Estado de Santa Catarina, que abrange desde comércio exterior, balança comercial, setores de contas nacionais, principais produtos exportados e importados, principais países de origem das importações e de destino das exportações, ressaltando os blocos econômicos de destino e origem, até a indicação das mais importantes empresas exportadoras e importadoras e, por último, as exportações dos Estados da Região Sul para o Mercosul, também serão apresentadas neste capítulo.

CAPÍTULO I EMBASAMENTO TEÓRICO⁸

1.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A necessidade de articulação comercial no caminho do fortalecimento econômico vem recebendo uma atenção especial por parte de países desenvolvidos e por países em desenvolvimento, tendo como mecanismo inicial a formação de grupos regionais, embora, os países membros devam levar em conta no seu desenvolvimento a definição de integração econômica como: “[...] o processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e de criação de instituição que permitam a coordenação, ou unificação, de políticas econômicas em uma região contígua ou não”. (PRADO, 1999, p. 81 *apud* LUPI, 2001, p. 200). No entanto, os países que se aproximam precisam estar predispostos a vencer as diversas adaptações que se fazem necessárias para poderem integrar suas economias.

Segundo Schmied (2007, p. 106): “Do ponto de vista da integração, as iniciativas *políticas* devem ter uma base *econômica e cultural*. No caso de faltar algum destes componentes, o projeto fracassa; [...]”. Isso confirma o entendimento dos processos de integração regional que não se efetivaram ao longo das décadas, pois em muitas situações permaneceu a retórica, resultando em frustrações que poderiam ter sido evitadas.

Baseado neste mesmo raciocínio, quanto à integração:

[...]. Nota-se que o equacionamento de problemas nas esferas da economia e da política caminha, bem ou menos bem, em seus tempos e termos próprios. As de cultura e de educação, não. Ainda dependem de iniciativas mais vigorosas, nítidas, antecipatórias até, por parte dos países envolvidos. [...]. (CATANI, 2000, p. 11).

Portanto, a cultura e educação necessitam receber atenção especial por parte dos governantes dos países membros, no sentido de promover esses elementos nas devidas proporções, no intuito de precaver-se do que ocorreu em determinados processos regionais onde:

[...] a variante política foi mais importante que outros objetivos, criando processos sem sustentação e sem viabilidade econômica. Em outros casos, os processos privilegiaram o econômico-comercial, sem ter uma base de sustentação político-

⁸ Todas as citações em espanhol foram traduzidas pelo autor.

institucional. Até agora, a base cultural não tem sido um elemento essencial nos projetos de integração. (SCHMIED, 2007, p. 106).

Fica evidente que, para a integração ser bem desenvolvida e atender aos anseios de seus países membros, é preciso considerar como elementos fundamentais a política, a economia e a cultura; isso proporcionaria consistência mais elevada para a consolidação da integração, devido à abrangência destes condicionantes. É conveniente ressaltar, que na integração regional, ainda podem ser acrescentados uma variedade de fatores, que podem servir como precondições sociais e econômicas, destacando-se:

- A geografia é importante, incluindo a facilidade de comunicações, uma precondição que nem sempre se dá, até entre países vizinhos (por exemplo na América do Sul).
- A população conta, ainda que a experiência demonstre que a diferença de tamanho entre Estados membros não necessariamente cria um obstáculo para o êxito da integração.
- O tamanho da economia e a renda per capita são importantes, porém a experiência demonstra que as divergências neste aspecto são normais.
- A harmonia política pode ser muito importante em muitos casos.
- Um passado ou origem comum ou um sentido de comunidade pode ser o fator mais importante que subsidiasse a integração, como é o caso da Comunidade do Caribe (CARICOM). (PAGE, 2000 *apud* BERLINSKI, *et al.*, 2006, p. 14).

Se levado a rigor o uso dos instrumentos que visam facilitar o processo de integração regional, seus membros podem atingir determinados objetivos econômicos como a elevação da qualidade de seus produtos em função da exigência do mercado, economia de escala devido à ampliação do comércio e a oportunidade de contato entre produtores dos estados membros, além de criar fluxos de comércio dentro de padrões aceitáveis com relação à localização da produção, podendo assim chegar a um denominador de que a integração econômica regional pode ser considerada um instrumento de desenvolvimento, competitividade e crescimento para os países membros. (BERLINSKI, *et al.*, 2006).

A necessidade de cooperação entre Estados não é recente. Devido ao seu envolvimento, os Estados, a partir de interesses comuns, voltaram-se para vários acordos internacionais que se ampliaram a partir do século XIX, convergindo no sentido da cooperação entre países membros em assuntos específicos, mesmo sabendo que estes acordos possam resultar numa certa diminuição da soberania nacional em relação a uma determinada função. Neste contexto, evidenciam-se questões relativas ao direito internacional, que, de uma maneira ou de outra, restringem o poder dos Estados em nome de uma cooperação entre eles, a qual pode não se limitar a uma função específica. Desta forma, pode ocorrer um processo de

integração no sentido de sobreposição da soberania nacional em certos papéis. (SARFATI, 2005), havendo, evidentemente, implicações quanto à liberdade individual de cada Estado, sacrifício de privilégios particulares em detrimento de interesses comuns, elencados pelos países membros, prevalecendo o ganho mútuo.

A preocupação de Berlinski *et al.* (2006, p. 16) quanto à integração regional se fundamenta no sentido de que: “[...], a linguagem politicamente correta não deveria ocultar que o eixo da integração regional tem sido e é muitas vezes utilizada em todos os continentes, como um instrumento de influência pelos países dominantes e poderosos.” Isso, com certeza, pode ser visto como um agravante ou não para os países membros, em função de sua capacidade de produção em termos de quantidade e qualidade, para poder competir com os países mais desenvolvidos, não sendo menos importante, cabe destacar, em que nível de participação e representatividade esses mesmos países irão ter, tendo ciência que: “Toda a evolução das relações entre a integração regional e o sistema multilateral deve tomar em conta esta possibilidade.” (Ibid., 2006, p. 16).

A dimensão da integração contempla muito mais do que resultados mensuráveis e palpáveis, pois: “[...]. A integração não está restrita a um mecanismo de abertura comercial, mas é também uma estratégia de inserção internacional política e econômica. Em alguns momentos, a participação de um processo de integração é mais importante do que os seus resultados concretos⁹.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 142), favorecendo de maneira ímpar a países membros com pequena representatividade internacional, deixando de serem vistos e tratados individualmente como se fossem de pouca expressão.

Outro ponto de suma importância é a integração regional que: “[...], não se restringe à esfera governamental ou cooperação intergovernamental; atinge a sociedade como um todo, gerando interações que fogem ao controle estatal entre grupos de interesses e representantes das sociedades.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 144). A complexidade da integração regional passa pelo governo e entre governos que visam defender seus interesses, mas que tem como desafio satisfazer os mais diversos segmentos da sociedade, os quais são partes interessadas, tais como: empresários, sindicatos etc., pois tendem a fazer reivindicações e preferencialmente, serem consultados antecipadamente ou, até mesmo, participarem ativamente das discussões que lhes condiz. No entanto, podemos considerar que:

[...], nunca deveria se esquecer que a integração regional, por importante que seja, é tão só um meio e nunca deveria converter-se em fim em si mesmo. Os objetivos dos sistemas políticos e dos estados membros tomados em seu respectivo conjunto são

⁹ O autor cita o Mercosul como caso particularmente verdadeiro.

mais amplos que aqueles aos que serve a integração. A integração pode ser um êxito em si mesma sem necessariamente ser um êxito em termos de objetivos mais amplos. (BERLINSKI, *et al.*, 2006, p. 16).

A integração regional pode trazer muitos benefícios para os países membros, desde que sejam respeitadas as condições pré-estabelecidas, por meio de mecanismos que devem ser seguidos, deixando de lado a rivalidade e, principalmente, o individualismo, elegendo como mais relevantes os interesses que beneficiem a todos os seus partícipes.

Complementando os vários aspectos que favorecem o novo regionalismo entre países que se integram, além dos econômicos e comerciais, pode surgir, como consequência regional, a necessidade de criar um sentimento de identidade, no intuito de fortalecer a representatividade de seus membros (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005) e de proporcionar uma referência que os faça serem reconhecidos externamente e entre si.

A integração regional¹⁰, nos últimos tempos, passou a ser relevante no relacionamento entre Estados, que, por sua vez, compõem uma associação que tem como princípios a representatividade mútua e defender os interesses via bloco, e não mais isoladamente. Sendo assim, a integração regional tem papel fundamental no processo de desenvolvimento regional, desde que se respeite a interdependência entre seus membros, pois, qualquer alteração em um de seus elementos terá consequências para todos os participantes. (HAGE, 2004).

Existem alguns instrumentos de integração econômica regional¹¹ que podem ser levados em consideração. Para um melhor entendimento verifica-se que:

A integração regional é um esforço e uma tarefa comum de uma pluralidade de Estados que requeira a utilização dos instrumentos disponíveis para influenciar a realidade econômica e social. Estes instrumentos podem classificar-se em três categorias: legislação (regras jurídicas, normas); atividades públicas (incluindo a concessão de subvenções a determinadas atividades econômicas desenvolvidas por operadores privados); e a redistribuição de ingressos mediante transferências pressupostas. [...] (BERLINSKI *et al.*, 2006, p. 16-17).

¹⁰ “Foi a partir dos anos cinquenta, com a evolução do conceito de soberania [...] que se criaram e se aperfeiçoaram vários modelos de integração, sendo a União Européia o exemplo mais desenvolvido.” (ACCIOLY, 2004, p. 162).

¹¹ “Os modelos e estratégias de integração econômica tem sido marcado na história da economia política mundial por dois elementos essenciais: as características da estrutura das relações econômicas internacionais e a predominância de determinados marcos teóricos e paradigmas sobre os quais se tem construído os projetos. Esta coincidência de elementos essenciais se tem dado em cada tempo histórico. [...]” (BERNAL-MEZA, 2000, p. 205).

Uma das preocupações mais proeminentes quanto ao processo de integração¹², pode ser dada em função da abertura das economias, de que muitos países padecem por não terem capacidade competitiva, provocando assimetrias que precisam ser superadas, sendo necessário que haja: “[...] harmonização do sistema de impostos desses países para corrigir tratamentos diferenciados que prejudicam tanto os fluxos financeiros de capitais que entre eles se realizam como o de produtos e de investimentos diretos.” (REZENDE; OLIVEIRA, 2004, p. 07). Outro agravante, dentro deste contexto, é o processo de integração que: “ao colocar como pré-condição, para seu sucesso, a harmonização das políticas macroeconômicas dos países que nele se inserem tem limitado o poder de intervenção dos governos centrais na implementação de políticas públicas. [...]”. (Ibid., p. 07).

Mas fica evidente que, em suas apreciações, as teorias de integração regional colocam: “a questão da democracia como um pressuposto central para o avanço na formação dos blocos regionais, porque sem ela a mobilidade e a articulação entre os grupos ficam comprometida, dificultando o desenvolvimento do processo.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 150). Deste modo, a democracia pode favorecer a participação de instâncias governamentais subnacionais no bloco, pois as decisões a serem executadas e seus respectivos controles poderão ter melhores resultados. O Governo do Estado de Santa Catarina tem em sua estrutura uma Secretaria de Estado da Articulação Internacional descrita no item 3.3.

Segundo Sarmiento e Dias (2004, p. 28): “O Mercosul, com 220 milhões de consumidores potenciais e PIB de US\$ 1,2 trilhão, é um bloco significativo no panorama econômico internacional. Apesar de integrar apenas quatro países [...], ainda assim representa 50% do PNB da América Latina e 43% da sua população.”

O Mercosul tem proporcionado para seus membros uma situação favorável em termos de representatividade, apesar de não ter atingindo sua plenitude.

1.2 AMÉRICA LATINA E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Partindo do princípio que norteia o passado da América Latina em termos de decepções ocorridas nas diversas tentativas de integração, mas, principalmente, na falta de comprometimento maior entre seus governantes, na constituição de um sentimento de identidade comum, e que passou por vários momentos, os quais, serão apresentados a seguir.

¹² “[...] o processo de integração é o resultado da barganha entre os governos. Nela são produzidos os acordos.” (SARFATI, 2005, p. 190).

Para Campos (2002, p. 249): “A busca de sua identidade tem sido uma constante na América Latina, desde o período da colonização ibérica. [...]” Já, nessa época, emergia a vontade de países vizinhos em ter uma identidade que viesse representar os anseios de seus participantes.

A pretensão de integração econômica na América Latina iniciou pelas:

[...] ações de um idealista revolucionário, que decisivamente contribuiu para o processo de independência de vários países latino-americanos [...], antevendo ser a integração o único caminho para o sucesso econômico e cultural da América Latina: Simón Bolívar¹³ (1783-1830), um general venezuelano, cujo sonho era resgatar a unidade Latino-Americana¹⁴. Lutou bravamente pela realização do primeiro tratado de união latino-americana - Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua¹⁵ entre as Repúblicas da Colômbia, Centro-América, Peru e Estados Unidos Mexicanos – e pela organização da Grã-Colômbia, unindo Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. Foi escolhido presidente da Grã-Colômbia, mas, com a destruição de seu ideal de união, renunciou ao poder. (ACCIOLY, 2004, p. 59).

De acordo com Beçak (2000, p. 14) Bolívar¹⁶, em 1826: “[...] propunha a integração conjunta da política, econômica e sociedade entre todos os países das Américas.”

Dentro do contexto histórico na América Latina, além de Bolívar, os também libertadores San Martín¹⁷ e Artigas¹⁸:

tentaram sob diversas formas prevalecer na América Latina uma integração política, capaz de privilegiar e enfatizar as características regionais dentro do contexto das relações internacionais. Objetivavam sobretudo conquistar e sedimentar uma unidade regional a partir das semelhanças culturais, dos costumes e do idioma. Este amálgama ideológico e a proximidade geográfica não foram suficientes para estabelecer a necessária união do continente, prevalecendo à crença de um eterno conflito de interesses entre os países vizinhos. (BEÇAK, 2000, p. 33).

¹³ “[...] chefe das revoluções que libertaram Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Panamá e Bolívia.” (BEÇAK, 2000, p. 14).

¹⁴ “O primeiro grande marco em termos de integração latino-americana costuma apontar como o Congresso do Panamá em 1826. As diretrizes deste Congresso já estavam presentes e são em grande medida o resultado do pensamento de Simón Bolívar, exteriorizado na Carta da Jamaica de 1815. Nesse documento, ele almeja a convergência das várias nações latino-americanas de língua espanhola em um sistema próximo ao confederativo, como a única via para a obtenção e manutenção da liberdade junto à metrópole ibérica.” (SANTOS, 1998, p. 24 *apud* LUPI, 2001, p. 202).

¹⁵ “No congresso do Panamá, foi firmado o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, que frustrou as expectativas geradas ao não ser ratificado pela grande maioria dos países signatários, assim como ocorreu depois nas sucessivas tentativas que se fizeram aspirando os mesmos objetivos bolivarianos de integração latino-americana.” (Ibid., p. 202).

¹⁶ “É idéia grandiosa pretender formar de todo Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com um todo. Já que tem uma origem, uma língua, os mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que venha a forma-se.” (PILETTI, 1995, p. 31 *apud* ACCIOLY, 2004, p. 59).

¹⁷ “José de San Martín (1778-1850), herói nacional da Argentina, libertador do Chile e do Peru.” (BEÇAK, 2000, p. 33).

¹⁸ José Gervásio Artigas (1764-1850), herói nacional do Uruguai. (Ibid., p. 33).

Em função do insucesso da adesão necessária dos países da América Latina quanto a sua integração, fica evidente que: “Já no final do século XIX, o modelo de integração inspirado na Carta da Jamaica cede o lugar gradativamente ao pan-americanismo, liderado pelos EUA. [...]” (SANTOS, 1998, p. 34 *apud* LUPI, 2001, p. 203). O modelo confederacionista é deixado de lado e se sobressaem os interesses pátrios de cada país, resultando desta forma na: “[...] Primeira Conferência Internacional Americana, em Washington, entre outubro de 1889 e abril de 1890 e as outras oito que se realizam até a Conferência de Bogotá, em 1948, que criou a OEA¹⁹, [...]” (SOARES, 1999, p. 72 *apud* LUPI, 2001, p. 203), tendo como finalidade garantir a paz e buscar o bem-estar social por meio da cooperação econômica.

A história econômica da América Latina registra distintas tentativas de integração. As primeiras manifestações com características integracionistas ocorreram no início do século XX através da concessão de preferências comerciais entre três países, que correspondem ao Tratado ABC de Preferências Tarifárias, assinado em 1915, por Argentina, Brasil e Chile. Outro período em que os países latino-americanos agiram de forma unida incidiu nos Acordos de Alta Grácia, em 1948, quando, pela primeira vez na história das relações comerciais com regiões fora do âmbito latino, o continente manteve e sustentou uma posição singular, como um bloco. Com relação ao tratamento internacional que estava sendo dado às matérias-primas nativas da região, o que foram firmados e assinados pelos países latino-americanos no domínio da Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento de Genebra. A operação Pan-americana (OPA), lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek foi outra tentativa liderada pelo Brasil. (BEÇAK, 2000; LARRAÑAGA, 2002).

Apesar da ideia de cooperação econômica ter entrado na pauta de discussão da maioria das reuniões pan-americanas, os Estados Unidos não se dispuseram dar apoio à constituição de “mercados comuns”, sendo que a conferência Pan-americana de 1938 realçava os benefícios de um comércio internacional aberto e sem tarifas. No entanto, quando a América Latina lançou, na década de 1960, o projeto de integração regional, a reação americana foi de advertência, uma mescla de imaginário de sucesso ideológico socialista e aniquilamento do mercado para os exportadores americanos e descrédito. Qualquer movimento no caminho das propostas desenvolvimentistas era avaliado como identidade ao exemplo de planificação soviético e, conseqüentemente, uma ameaça à influência americana sobre a América Latina. Como que os Estados Unidos se achavam guardiões e potência *leader*

¹⁹ Organização dos Estados Americanos.

da política e da economia internacional, qualquer movimento desencadeado pela América Latina em relação ao mercado externo teria que ser acompanhado por algum tipo de supervisão ou aceitação norte-americana, principalmente um projeto com pretensões regionais de liberação do comércio. Mesmo tendo consciência de que a ideia de integração não denotava essencialmente um projeto de independência, os Estados Unidos tentaram, a todo custo, evitar a constituição de blocos regionais que pudessem, de algum jeito, ameaçar a hegemonia americana na América Latina. (BEÇAK, 2000).

Diferentemente do período dos libertadores revolucionários, que defendiam a integração da América Latina no século XIX, podemos considerar que:

[...] A América Latina possui melhores condições para a sua integração com somente dois idiomas oficiais (português e espanhol); além do seu similar sistema jurídico; a emergência de um Estado nacional basicamente nas três primeiras décadas do século XIX, com um patrimônio cultural comum; uma região que, embora tenha conflitos e tensões diplomáticas, tem conseguido períodos de paz em maior grau que em outras partes do mundo; e tem se encontrado fora dos circuitos de terrorismo, um importante complicador da política mundial nos dias de hoje. (SCHMIED, 2007, p. 106-107).

A integração regional é de suma importância para a América Latina, no que condiz ao alcance de tão desejada harmonia política e econômica, tendo como substrato o desenvolvimento do continente, podendo ser considerada pré-requisito para enfrentar a globalização. Portanto, os acordos assinados precisam ser encarados como compromissos que necessitam ser efetivados dentro dos prazos estabelecidos, pois: “[...]. Os processos não avançam pelas declarações ou criação de novos projetos ilusórios e novas burocracias, ou pela vontade política dos governantes, que devem utilizar os instrumentos jurídicos existentes e que até hoje têm sido subutilizados.” (SCHMIED, 2007, p. 110). Na realidade, a integração regional na América Latina não foi prioridade dos dirigentes governamentais, pois muitos interesses foram preservados. Outra situação que merece ser destacada é quanto aos resultados esperados, que se imaginava fossem alcançados em curto prazo, sendo que, o tempo passava e não havia sinal de progresso.

Com vistas à integração regional de países da América Latina e na intenção de promover seu desenvolvimento econômico foi criada, após a Segunda Guerra Mundial, fins da década de quarenta, no quadro das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina²⁰ (CEPAL). Em Buenos Aires, no ano de 1957, por ocasião da Conferência Econômica

²⁰ “Composto por representantes de todos os países do hemisfério e inclusive dos Estados Unidos, França, Holanda e Grã-Bretanha, este órgão foi criado para debater projetos e elaborar alternativas de promoção do desenvolvimento da América Latina e Caribe. Foi com base nestes estudos que se promoveu a industrialização

Interamericana, esta sugeriu à CEPAL a preparação de propostas, direcionadas ao “estabelecimento gradual e progressivo, de maneira multilateral e competitiva, de um mercado regional latino-americano”, tendo como resultado a formação, em 1958, de um grupo de trabalho que, no ano seguinte, apresentou os primeiros estudos para a criação de um mercado comum na região. A partir daí, a Cepal esteve continuamente envolvida no estudo e na elaboração de programas de desenvolvimento. De início, preocupou-se em dar auxílio aos governos na forma de projetos e gestão e, posteriormente, entrou nos assuntos de integração e desenvolvimento. Portanto, em uma conferência da Cepal, de 1959, foi utilizada, pela primeira vez, a expressão “mercado regional”²¹. Por mais de uma década, mais precisamente entre 1948/60, a Cepal auxiliava na condução do desenvolvimento por meio da atuação estatal, utilizando, como instrumento, efetivo a industrialização substitutiva dos produtos demandados nas distintas sociedades em desenvolvimento. Na década de 60, a Cepal solicitava reformas de base para facilitar o desenvolvimento, com destaque para a reforma agrária e na distribuição de renda. (ACCIOLY, 2004; LARRAÑAGA, 2002; VAZ, 2000).

A Cepal, como órgão regional das Nações Unidas, foi responsável pela divisão de países desenvolvidos de um lado e subdesenvolvidos de outro. Uma das consequências mais marcantes e preocupantes deu-se por parte dos países desenvolvidos, que através de pesquisa e desenvolvimento, substituíram produtos naturais (*commodities*) por produtos sintéticos (exemplo: borracha e algodão), impactando diretamente nos países exportadores de produtos primários. Tendo a preocupação da necessidade urgente de desenvolver a economia dos países da América Latina, as avaliações da Cepal sugeriam que era extremamente viável qualquer tipo de cooperação entre os países latinos no intuito de superar suas carências de conquistarem seu espaço e serem reconhecidos no cenário internacional, apesar de não haver uma garantia convincente de que projetos de integração econômica poderiam ser considerados sinônimos de desenvolvimento regional. (BEÇAK, 2000).

Mesmo que a aproximação entre países latinos americano traria ganhos consideráveis para seus membros:

[...] se faz necessário formular respostas a um dos principais problemas da identidade latino-americana ou da sua inconstância, produto de ter perdido o pensamento estratégico dos seus fundadores e deixando prevalecer certos caudilhismos, ou de pensar os seus objetivos sempre em curto prazo, além de ficar fechada entre repúblicas desconectadas entre si, que embora possuíssem uma base econômica, não conseguiam ter um suporte político. (SCHMIED, 2007, p. 106).

baseada na substituição de importações. A Argentina foi o primeiro país a iniciar esta nova orientação produtiva, sendo seguida logo pelo Brasil, Uruguai, México e Chile.” (BEÇAK, 2000, p. 35).

²¹ “[...] como forma de aceleração do processo de industrialização e de promoção do desenvolvimento econômico.” (BEÇAK, 2000, p. 42).

Portanto, desde sua constituição, a Cepal procurou se interar das necessidades e carências dos países da América Latina e do Caribe através de estudos e pareceres que viessem promover a integração e o desenvolvimento econômico dos mesmos; preocupação esta que se estendeu por várias décadas. Atuou como protagonista direto no sentido de promover a capacidade produtiva e de produzir produtos com qualidade, além de estimular a assinatura de diversos acordos de cooperação e tratados de integração, que possibilitaram uma maior aproximação entre países vizinhos.

A CEPAL, sob o comando do argentino Raul Prebisch, foi: “responsável pelas negociações que conduziram à assinatura do Tratado de Montevidéu (TM/60), de 18 de fevereiro de 1960, que fez nascer a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), entre onze países²² [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 60).

Segundo Cruz (2006, p. 53): “A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) foi criada [...] pelo 1º Tratado de Montevidéu. Este possuía um objetivo amplo e previa a criação de uma Zona de Livre Comércio, integrando toda a América Latina em doze anos.”

A compreensão da ALALC cogitava o caminho da industrialização por substituição de importações destacando-se países como: Brasil, México e Argentina, ou seja, os “Três Grandes” do subcontinente. A coerência tácita seria a do aumento, para o nível macrorregional das políticas de proteção alfandegária aceitas nos mercados nacionais. Os discursos desenvolvimentistas que acaloravam a retórica dos governantes apresentavam-se como fundamento básico as noções para uma industrialização rápida e independente. (MAGNOLI, 2003). Dentro deste contexto: “[...] a ALALC fez bem e rapidamente: entre 1960 e 1980, o comércio intra-regional cresceu 20 vezes (em que pese a proporção ainda modesta do comércio total), contra apenas 10 vezes com o resto do mundo. [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 62).

Através do Tratado de Montevidéu era inegável que a integração do mercado regional latino-americano precisava ser conduzida de forma gradual, progressiva, multilateral competitiva, no sentido de promover o desenvolvimento econômico por meio da industrialização mais efetiva. Para que passasse a ser uma zona de livre comércio no prazo de 12 anos, precisaria ampliar o comércio regional por meio da eliminação gradual de barreiras tarifárias, por isso, foi utilizado na íntegra o artigo I do Gatt como princípio de permissão de

²² “Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1961. Posteriormente ingressaram Colômbia (1961), Equador (1961), Venezuela (1966) e Bolívia (1967). Inicialmente aderiram ao tratado apenas sete economias, mas nos anos posteriores outras quatro subscreveram o tratado.” (BEÇAK, 2000, p. 42).

benefícios fundamentado na cláusula da nação mais favorecida (CNMF) de aplicação automática e rígida. (LARRAÑAGA, 2002).

Os objetivos dos países pertencentes a ALALC abrangiam:

- criar um mercado comum latino-americano;
- estabelecer zonas de livre comércio;
- promover o desenvolvimento econômico e social;
- coordenar as políticas econômicas e financeiras;
- aumentar a complementaridade econômica.

Os instrumentos definidos pelo TM60 para estabelecer o mercado regional foram:

- listas nacionais: formadas a partir das concessões tarifárias negociadas anualmente entre os Países-membros, e que deviam respeitar a CNMF já mencionadas e irrevogável .
- acordos de complementação industrial: para permitir aos países realizar ajustes setoriais entre si. (LARRAÑAGA, 2002, p. 42).

Apesar do Tratado de Montevideu de 1960 ter tido como referência o modelo europeu²³ para a constituição da ALALC, o mesmo não obteve uma continuidade compatível com suas necessidades, pois:

[...]. A meta a cumprir era a criação de uma zona de livre comércio, união aduaneira e mercado comum. Contudo, os mecanismos desenhados e a ausência de uma visão prática das realidades regionais resultaram insuficientes para vencer as dificuldades e os obstáculos levantados por nações na sua maior parte emergentes, com o conseqüente atraso sobre o projeto de integração. (SCHMIED, 2007, p. 115).

No entanto percebe-se que: “As negociações na Alalc se basearam em listas de produtos. Estima-se que o fracasso desta organização foi conseqüência da falta de mecanismos para evitar desequilíbrios no comércio bilateral e a falta de esforços na integração das políticas econômicas dos Países-membros.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 42).

Outro agravante ocorreu: “No final da década de 1960, a ALALC frustrou-se pela falta de consenso em relação ao tema agricultura na Argentina, Brasil e México, e pelo desequilíbrio industrial regional, devido à existência de nações menos desenvolvidas.” [...]. (SCHMIED, 2007, p. 115-116). Devido ao descontentamento de alguns países com a ALALC, surgiu em 1969 o Pacto Andino²⁴.

²³ De cooperação econômica e de integração comercial que teve início 1951 com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca). Alguns anos depois foi formando o Mercado Comum Europeu criado pelo tratado de Roma de 1957, que mudou posteriormente para Comunidade Européia, mas, em 1992 em União Européia. Esse modelo serviu na década de cinquenta como exemplo de integração a ser seguido. (ALMEIDA, 2002).

²⁴ “[...], através do Acordo de Cartagena, o autodenominado Pacto ou Grupo Andino, conhecido hoje como Comunidade Andina (CAN). Esses conflitos de interesses causaram, já em 1964, o abandono da CNMF.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 42).

Em função de desígnios ousados, destacando-se a imensidão geográfica a qual a ALALC recobria, e que contrastou desde o começo com as diferenças econômicas internas, o resultado foi que se instaurou uma desarmonia provocando uma divisão, em que Argentina, Brasil e México eram vistos como os “Três Grandes” por suas economias serem maiores e achavam que o papel do bloco era simplesmente comercial, ao passo que os países andinos esperavam que o objetivo da associação fosse o incremento econômico da região. Esse impasse prejudicou as metas de integração, ficando evidente que os interesses nacionais estavam acima dos regionais. (LARRAÑAGA, 2002, MAGNOLI, 2003).

A ausência de engajamento político e de entendimento a respeito da importância da ALALC desmereceu sua continuidade. (LARRAÑAGA, 2002, MAGNOLI, 2003). Muitos problemas que foram surgindo na ALALC não foram resolvidos, demonstrando que alguns dos seus dirigentes estavam dando prioridade para outros assuntos, deixando a integração dos países membros em segundo plano.

Em 1960, foi criado, também, o Tratado Geral de Integração Econômica, mediante o qual se constituiu o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), no mesmo espírito da ALALC. O processo de integração econômica, proporcionados por meio desses dois tratados presumia o estabelecimento de áreas de livre-comércio, a partir das quais se instituiriam, subsequentemente e gradualmente, mercados comuns. (MAGNOLI, 2003; VAZ, 2000).

Segundo Magnoli (2003, p. 29): “O MCCA surgiu com o propósito de integrar as economias e incentivar os investimentos industriais nos países do istmo centro-americano, que buscavam o seu lugar no contexto internacional de desconcentração geográfica da indústria.”

As tentativas de integração econômica desenvolvidas na década de 60 passaram por diversos percalços:

Na década de 1970, as evidências do fracasso do Tratado de Montevideu se acumulavam, e as tentativas de integração sub-regional viram-se diante de um beco sem saída. O MCCA não foi capaz de enfrentar a especialização agroexportadora das economias centro-americanas e a conseqüente dependência em relação aos mercados exteriores. Além disso, foi envenenado pelas rivalidades diplomáticas entre os países-membros. [...]. (MAGNOLI, 2003, p. 30).

Nesse período ficou evidente a fragilidade dos países pertencentes a ALALC, no que tange às exportações e da indefinição quanto ao futuro do bloco, em função da falta de entendimento entre os países pertencentes ao mesmo.

A Comunidade Andina das Nações (CAN) é fruto da ineficiência do processo de integração delineado pela ALALC, ou seja, em função dos descontentamentos de maneira que: “Em 26 de maio de 1969, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e o Peru decidiram criar um acordo econômico sub-regional e assinaram, em Bogotá, o Acordo de Cartagena, ao qual, em 1973, aderiu à Venezuela, com a desistência do Chile em 1976, [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 62). A intenção era criar uma alternativa mais eficaz de integração econômica, que viesse atender aos anseios dos países membros através de um projeto original com uma estrutura eficaz de integração.

O Pacto Andino objetivava sair do marasmo em que se encontrava a ALALC, utilizando para isso o desenvolvimento sub-regional, mas, preservando sua participação sem abdicar do Tratado de Montevideú. Desta forma, o Grupo Andino estava seguindo o caminho para o desenvolvimento de um mercado comum, através da definição de uma tarifa externa única, da diminuição de taxas alfandegárias e ainda fomentar, por meio de programas conjuntos, o incremento industrial. Notoriamente nos anos 70, o Tratado de Montevideú entrou no processo de entropia; paralelamente a esta situação de desestruturação, o Pacto Andino não obteve êxito com relação as suas metas principais, por causa da degradação da condição econômica interna dos países membros, criando um vácuo na retórica de integração. (MAGNOLI, 2003).

O Acordo de Cartagena (1969) se distinguiu fundamentalmente da ALALC por defender a construção de uma união aduaneira e, conseqüentemente, a utilização por seus membros de uma tarifa externa comum; destarte, passadas praticamente duas décadas, é que voltou a ser dada uma atenção para a sua continuidade, ou seja, somente no:

[...] início da década de noventa que se registrou uma reativação do projeto, cujos maiores avanços haviam sido observados, até então, apenas no campo de cooperação política e da institucionalização do Grupo. A nova meta definida pelo Grupo Andino, a partir da Ata da Paz, assinada pelos Estados-partes em novembro de 1990, fixou um novo prazo para formação de uma zona de livre-comércio: até 31 de dezembro de 1991, e estipulou para 1995 a adoção de uma tarifa externa comum, que, todavia, até os dias atuais ainda não foi alcançada. (ACCIOLY, 2004, p. 62).

Os Presidentes participantes do bloco andino no Oitavo Conselho Presidencial, em 10 de março de 1996, na cidade de Trujillo-Peru, resolveram dar uma nova investida ao acordo de 1969, onde foi aprovado:

[...]. O Protocolo Modificatório do Acordo de Integração Subregional Andino (Acordo de Cartagena), conhecido por Protocolo de Trujillo, assinado em 03 de junho de 1997, altera sua estrutura orgânica e altera sua denominação: o Pacto andino passa a chamar-se Comunidade Andina de Nações – CAN. (ACCIOLY, 2004, p. 63).

Apesar de a CAN ter copiado o modelo da Europa Comunitária, seu êxito deixou a desejar por não ter atingido, desde 1969, a condição de união aduaneira. Isso prova que a simples cópia de um arquétipo não significa que o mesmo vai ter a mesma desenvoltura de sucesso; no caso específico, a integração pode ser considerada como única, principalmente por necessitar levar em conta peculiaridades como sua história e sua geografia. (ACCIOLY, 2004). Fica evidente que a Comunidade Andina das Nações fez várias tentativas para promover a integração dos seus países membros, mas não conseguiu ter sucesso.

CAPÍTULO II SANTA CATARINA NOS PRIMÓRDIOS DA INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL

2.1 ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)- 12/08/1980

A Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI)²⁵ surgiu por meio do segundo Tratado de Montevideu, em 1980. Foi constituída para substituir a ALALC²⁶, que deixou a desejar, principalmente, nos objetivos apontados para sua consolidação.

A ALADI preservou os mesmos membros²⁷ da ALALC, mas, partiu do princípio de: “criação, sem prazos peremptórios, de áreas de preferência que, ao longo do tempo, induziriam a um mercado comum latino-americano”. (CRUZ, 2006, p. 53). Por considerar falha a tentativa de união por meio da ALALC, a ALADI, mesmo assim, segundo Accioly (2004, p. 61) pretendia: “[...] seguir os passos de sua antecessora no projeto de integração econômica regional, encontrando-se até hoje em funcionamento. [...]”

Para Magnoli (2003, p. 31): “[...] O Segundo Tratado de Montevideu organizou-se em torno de metas menos pretensiosas e mais flexíveis. Mesmo conservando o princípio multilateralista²⁸ de criação de um mercado comum, não estabeleceu cronograma para a realização dessa meta.” Desta forma, a ALADI deu um passo de suma importância, no sentido de aproximar os países que tinham interesses e relações comuns por permitir: “[...] a celebração de acordos entre dois ou mais Estados-Parte paralelamente aos acordos regionais”. (CRUZ, 2006, p. 53).

Consequentemente, os Estados-membros passaram a se adaptar nesta nova forma de integração e de cooperação e no: “aproveitamento das sinergias econômicas e da afinidade comercial no nível bilateral. As obrigações e acordos desse nível não se estendiam aos demais

²⁵ “[...], fixou como objetivo de longo prazo o estabelecimento de um mercado comum latino-americano, de forma gradual e progressiva. Portanto, não há prazo para sua instituição. Por outro lado, é permitida a celebração de acordos entre dois ou mais Estados-Parte paralelamente aos acordos regionais. [...]” (CRUZ, 2006, p. 53).

²⁶ “[...] O principal diferencial entre as duas associações foi a possibilidade de flexibilizar o alcance das medidas que tanto haviam desagradado aos países no modelo anterior.” (BEÇAK, 2000, p. 49).

²⁷ “[...] que se propuseram a dar prosseguimento ao processo de integração, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da América Latina.” (ACCIOLY, 2004, p. 63).

²⁸ “Assim, enquanto a ALADI, com a integração multilateral, persistia sem muito resultado prático, ganhava corpo a convicção de que, somente com espaços parciais, por grupo de países, se avançaria concretamente com o processo negociador regional, [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 64).

Países-membros e não-membros da Aladi.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 43), resultando numa maior autonomia para os Estados-membros quanto as suas disposições. No que tange à promoção do seu comércio, além de concluir como essencial a necessidade de aumentar as negociações com países desenvolvidos considerados mercados potenciais, para a ascensão do comércio exterior latino-americano, pretende fortalecer e ampliar suas ações, buscando resultados comerciais que venham contribuir no desenvolvimento econômico dos Estados-membros.

No entanto, cabe ressaltar a atitude adotada com a finalidade de diminuir as tarifas alfandegárias para a importação intrazona,²⁹ que entraram em vigor no ano de 1984, sendo denominadas de Preferências Tarifárias Regionais (PTR) empregadas como instrumento³⁰ multilateral. As PTR, em sua essência, tomaram como referência o tamanho e o grau de desenvolvimento dos membros da ALADI, tendo a seguinte divisão:

- PMDER: países de menor desenvolvimento relativo (Equador, Bolívia e Paraguai).
- Países de desenvolvimento intermediário (Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela).
- Os demais países (Argentina, Brasil e México).

A PTR se aplica a toda a pauta de produtos, menos aqueles considerados “sensíveis” por cada país. Esses produtos eram incorporados nas listas de exceções. Para um maior grau de desenvolvimento, menor o número de exceções. (LARRAÑAGA, 2002, p. 43).

Os países membros da ALADI procuraram criar instrumentos que viessem contribuir para uma melhor integração e que, na verdade, não obtiveram êxito desejado, devido à desproporcionalidade em termos econômicos e geográficos. Não menos importantes, foram os interesses individuais condizentes a cada País-membro que, evidentemente, encontraram, ao longo de sua trajetória, problemas para harmonizar interesses comuns em função de obstáculos que impediram seu pleno desenvolvimento, pois foi marcado por um histórico repleto de dificuldades nas décadas anteriores, sendo assim:

A reorganização econômica da economia mundial que marcou a década de 1980 atingiu em cheio os países latino-americanos. A elevação das taxas de juros no mercado internacional teve como consequência um aumento brutal das dívidas externas. A queda dos preços dos produtos agrícolas e minerais incidiu pesadamente

²⁹ “[...] Pode-se dizer que este mecanismo foi um importante precedente para a criação do Mercosul. [...]” (LARRAÑAGA, 2002, p. 43).

³⁰ “Outro instrumento utilizado foram os acordos de alcance parcial, dos quais aproximadamente 130 foram assinados. Os convênios bilaterais denominavam-se acordos de complementação econômica (ACE). Contudo, as enormes disparidades entre os membros e o tratamento especial dados aos PMDER acabaram sendo um freio ao desenvolvimento, e já a partir de 1982 começou a tomar corpo a idéia de acordos bilaterais para acelerar o processo. Em meados da década de 80 os novos esforços se orientaram na direção de novas tentativas bilaterais, especialmente entre a Argentina e o Brasil.” (Ibid., p. 43-44).

sobre as economias do subcontinente – a maior parte das quais dependente de uma pauta restrita de exportações primárias. A redução dos investimentos das empresas transnacionais representou um outro duro golpe para os países latino-americanos, em especial para aqueles recém-industrializados. Em quase toda a América Latina, a produção de riquezas cresceu em ritmo muito inferior ao do crescimento demográfico. (MAGNOLI, 2003, p. 42).

Deve-se levar em conta esses agravantes que confirmam o entendimento das graves crises³¹ econômicas e políticas que afetaram o subcontinente no transcorrer dos anos 80, chamada década perdida e marcada por um período de grande instabilidade.

Passando por longos períodos recessivos, com implicação no crescimento das taxas de desemprego, surtos hiperinflacionários que conduziram à bancarrota o modelo econômico utilizado até aquele momento por países como Brasil, México³² e, sobretudo a Argentina, a década de 1980 apontou o término do período da industrialização em substituição pelas importações. A partir desse momento, foi necessário fazer alterações internas em cada economia para buscar o caminho do desenvolvimento, sendo preciso renegociar a dívida externa, conquistando uma relativa estabilidade econômica nos anos subseqüentes pelos países latino-americanos, os quais aproveitaram esse período para executar as reformas que se faziam necessárias, tais como abertura econômica, privatizações e o tratamento do capital estrangeiro. (BEÇAK, 2000; MAGNOLI, 2003).

A análise crítica quanto à atuação da ALADI é com relação: “[...] ao seu caráter exclusivamente diplomático, de relações internacionais, onde inexistente espaço para indivíduos nem para empresas privadas da região, que, na verdade, são os interessados e ao mesmo tempo, os agentes da integração regional. [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 64). Todavia surgiu a:

[...] a necessidade de rever e reformular os princípios que orientavam o processo de integração tornou-se inadiável e transpareceu no Tratado de Montevideu de 1980. Seu artigo terceiro enuncia novos princípios: o *pluralismo*, refletindo a vontade política de integração em um contexto de diversidade política e econômica; a *convergência*, definida como a multilateralização progressiva a ser empreendida a partir de eixos bilaterais de comércio ou da celebração de acordos parciais; a *flexibilidade*, entendida como a capacidade de permitir a celebração de acordos parciais, não envolvendo a totalidade dos países membros da Associação; finalmente, a adoção de *tratamentos diferenciados* entre países-membros, no que se refere às questões de integração econômica. (VAZ, 2000, p. 279).

³¹ “[...] As crises do petróleo em 1973 e 1979 e, posteriormente, a crises da dívida de 1982, com os conseqüentes planos de ajustes do FMI, afetaram os países da América Latina, agora organizados na Aladi.” (Ibid., p. 42-43).

³² “[...] Os primeiros anos da ALADI, no início dos anos 80, foram marcados pela crise do endividamento externo da América Latina, iniciado com a moratória decretada pelo México em 1982, que trouxe um impacto negativo no processo integracionista.” (ACCIOLY, 2004, p. 63-64).

Apesar dos princípios tomados pela ALADI terem sido mais arrojados do que a de sua antecessora, os mesmos contribuíram de forma singular no processo de integração, por permitir iniciativas bilaterais como a:

[...] desencadeada entre Brasil e Argentina, a partir de meados dos anos oitenta, pudessem evoluir sem configurar qualquer espécie de afastamento dos esforços de integração regional, uma vez estarem, aquelas iniciativas, abertas à adesão de outros parceiros e não estarem sujeitas a nenhum tipo de obrigatoriedade de estender as concessões negociadas, bilateralmente, a outros países da região. O impulso observado no processo de integração, a partir dos protocolos de cooperação assinados pelo Brasil e pela Argentina e que desaguarão, posteriormente, na criação do Mercosul, reflete o acerto dos princípios consagrados no Tratado de Montevideú de 1980. (VAZ, 2000, p. 279).

De fato, o Tratado de Montevideú de 1980 considerou outros meios de cooperação que ultrapassavam a relação simplesmente comercial. A cooperação entre Brasil e Argentina, a partir de 1986, ampliou a finalidade do projeto de integração econômica, incorporando novos assuntos, transpassando os de cunho meramente comercial. Essa decorrência foi marcante porque, até meados da década de 1980, o comércio intra-ALADI se contraiu de maneira significativa, pois os países latino-americanos, em sua maioria, optaram por políticas econômicas e comerciais para gerar saldos comerciais³³, reduzindo as importações e deram ênfase à exportação para mercados extra-regionais, prejudicando, assim, a integração regional³⁴, resultado da conjuntura externa contrária, que desvirtuava os países da região no que condizia a políticas desfavoráveis aos desígnios da integração comercial. Mesmo assim, a agenda de integração se expandiu, sendo protagonistas Argentina e Brasil, além de promover a cooperação voltada para o processo de integração que antes estava atrelado na esfera comercial e sob a tutela dos governos. Ainda que vinculasse os governos como agentes principais, a integração Brasil-Argentina criou condições para a inserção paulatina de atores e agentes econômicos não governamentais, embora de maneira limitada, o que, certamente colaborou para uma maior participação do empresariado e da classe política, os quais não estavam ativos no processo de integração econômica na região. (VAZ, 2000).

³³ “[...], a crise das dívidas externas impediu a intensificação do comércio na área da ALADI. A severa restrição das importações, provocada pela necessidade de obtenção de vastos saldos comerciais positivos, bloqueou qualquer perspectiva de reorganização geográfica do comércio exterior dos países latino-americanos. [...]” (MAGNOLI, 2003, p. 31).

³⁴ “[...]. E ainda nem a ALALC nem a ALADI propiciaram o aumento do comércio intra-regional e a formação de uma zona de livre comércio ou de um mercado comum. Esses fracassos explicam o surgimento de entidades de integração sub-regionais como o Pacto Andino, o Mercosul e o NAFTA”. (CRUZ, 2006, p. 53).

A década de 1980 foi marcada ainda por outras mudanças nos países membros da ALADI³⁵, que foi considerada como: “[...], uma nova fase para a América Latina, cessando uma linha de relacionamento formal e distante entre os países da região.” (ACCIOLY, 2004, p. 64), adicionando-se a esse período de alterações, visto como extremamente positivo ocorreu: “[...], na esfera política, período em que finalmente os regimes militares autoritários deram lugar a governos civis, retomando-se – felizmente – o caminho da democracia.” (Ibid., p. 64). Neste contexto, o Estado tem a preocupação de preservar os interesses nacionais e teve ainda que se adaptar no sentido de: “privilegiar a criação de condições de competição, de educação, de capacitação tecnológica e científica e controle das práticas que distorcem ou anulam a competitividade.” (Ibid., p. 65). Sendo assim, os países membros da ALADI passaram a delinear novos rumos para seu desenvolvimento, tendo que se ajustar e acompanhar as tendências em termos de maior proximidade entre seus partícipes no caminho da integração regional. Cabe ressaltar que de 1999 até 2008 as exportações do Estado de Santa Catarina tem como um dos principais blocos econômicos de destino e de origem a Aladi (Exclusive Mercosul), assunto que será tratado no item 3.8.

As transações comerciais entre Brasil e Argentina eram fundamentadas em aspecto multilateral da ALADI, caracterizado pelo protecionismo e pela rivalidade econômica, as quais objetivavam dar preferência aos setores produtivos locais que deixavam a desejar por serem ineficientes e pouco competitivos. Não obstante, os dois países conviviam com um passado histórico de desconfianças e uma luta não declarada pela liderança regional. (LARRAÑAGA, 2002).

Brasil e Argentina, até este momento, apenas observavam as tendências econômicas na escala mundial, que convergiam para a queda das fronteiras por meio de acordos de integração econômica. Neste contexto, emergiu a necessidade de fortalecer as relações diplomáticas dentre os países do Cone Sul, deixando para trás os receios herdados dos governos militares; prova disso é que até meados da década de 1980, Brasil e Argentina trilhavam caminhos diferentes. A quebra desse tabu que distanciava ambos os países se deu no início de 1985, quando Tancredo Neves visitou Raúl Afonsín, em Buenos Aires, os quais resolveram levar adiante uma aproximação política e comercial entre seus países, mas, Tancredo Neves morreu antes de assumir o governo. (ACCIOLY, 2004; LARRAÑAGA, 2002).

³⁵ “A ALADI enfrenta hoje uma nova realidade face aos vários espaços sub-regionais e bilaterais entre seus sócios.” (ACCIOLY, 2004, p. 65).

Devido à pretensão de continuar o legado de Tancredo Neves não arrefeceu, de maneira que: “[...] O passo inicial para a aproximação foi o encontro dos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, em novembro de 1985, em Foz do Iguaçu. A Ata de Iguaçu, uma declaração de intenções de política externa preparou os empreendimentos práticos de cooperação. [...]” (MAGNOLI, 2003, p. 46).

Portanto; “Em 1985, com a inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves, ligando Puerto Iguazu, na Argentina, e Foz Iguaçu, no Brasil³⁶ os dois países firmaram a “Declaração de Iguaçu”, na qual proclamaram sua firme vontade de criar uma integração bilateral.” (CRUZ, 2006, p. 53-54).

Desta forma, ficou evidente a consolidação da primeira etapa de aproximação entre Brasil e a Argentina³⁷, ou seja, ambos tinham um propósito bem definido: fortalecer suas representações no mercado internacional, por meio da integração regional, tornando-se mais competitivos via cooperação; sendo assim, Brasil e Argentina passaram a discutir as mais variadas situações rumo ao entendimento que viesse ao encontro com seus objetivos.

Tendo como base os protocolos e anexos de cooperação industrial assinados entre Brasil e Argentina em 1985, formalizaram através de um comprometimento mútuo, uma aproximação por meio de complementação das produções. Documentos estes que estabeleceram a criação, a partir da assinatura da Ata para a integração Brasil-Argentina em julho de 1986, do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). (ACCIOLY, 2004; BEÇAK, 2000).

A assinatura do PICE proporcionou uma continuidade nas intenções de melhorar o intercâmbio entre Brasil e Argentina, desta forma:

Rompendo com a tradição retórica e ambiciosa dos tempos da ALALC, o programa baseava-se na idéia de uma integração gradual e flexível, assentada sobre acordos específicos por setores industriais. No seu cerne estava a idéia de ampliação da competitividade internacional das duas economias, por meio da ampliação de escala dos mercados. (MAGNOLI, 2003, p. 46).

De acordo com Beçak (2000, p. 58), o PICE compreende: “diversos temas desde assuntos financeiros e cooperação nuclear até questões pontuais como trigo e energia. Todos objetivaram incrementar as relações comerciais e a cooperação tecnológica, necessárias à modernização e ao desenvolvimento econômico.”

³⁶ “O embrião do Mercosul nasce nesse instante, com a construção de pontes, que, seja de concreto ou de ideais, foram o marco do entendimento e da aproximação dos países.” (ACCIOLY, 2004, p. 67).

³⁷ “[...] que estabeleceu uma cooperação bilateral na área de pesquisa nuclear. Em seguida, foram elaborados uma série de protocolos e um conjunto de anexos de cooperação industrial, visando a complementação das produções e um melhor intercâmbio entre os países.” (BEÇAK, 2000, p. 57-58).

Depois da assinatura do PICE, Brasil-Argentina conseguiram evoluir de forma considerável. Comprometeram-se com o processo de integração econômica, tendo noção de suas limitações e ainda por identificarem o *know how* que cada um possui em diversos setores, buscando se desenvolverem de forma harmoniosa, ou seja, elegendo prioridades que pudessem contribuir para o sucesso comum, deixando de lado a rivalidade e a individualidade.

No dia 29 de novembro de 1988 os presidentes do Brasil e da Argentina deram um grande passo no processo de integração com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), o qual: “[...], determinou a constituição de um espaço econômico comum que não se limitaria ao fim das barreiras aduaneiras e livre circulação de bens e serviços, mas abarcaria também a coordenação de políticas fiscais e monetárias, entre outros.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 254-255).

O Tratado determinava, ainda, para a sua efetivação o: “[...] prazo de dez anos, com a crescente eliminação dos obstáculos alfandegários e não-alfandegários e a gradual liberação do comércio bilateral.” (ACCIOLY, 2004, p. 67).

A tática adotada compreenderia além da diminuição das taxas alfandegárias até a completa proscrição dos entraves às trocas bilaterais, mas, buscando ainda a:

formação de uma *zona de livre comércio*. Mais tarde, seria estabelecida uma *união aduaneira*, com a adoção de uma tarifa externa comum, ou seja, de um imposto de importação comum cobrado de mercadorias provenientes de países externos ao bloco. Por fim, a meta de construção de um *mercado comum* contemplava também a livre circulação de capitais e mão-de-obra e, portanto, a coordenação das políticas econômicas internas dos parceiros. (MAGNOLI, 2003, p. 46-47).

Para um melhor entendimento sobre as pretensões do TICD, é imprescindível ler os seus artigos 1 e 2, onde o Tratado elucida seus objetivos:

- A consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre os dois países, integrando um espaço econômico comum.
- O respeito aos princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria para permitir a progressiva adaptação dos habitantes e empresas dos Estados às novas condições de concorrência e de legislação econômica.

As etapas contempladas no Tratado eram:

- A remoção dos obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços e a harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica e outras que se acordarem.
- A harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação de um mercado comum entre as partes. (LARRAÑAGA, 2002, p. 45).

O TICD pode ser considerado como início de uma fase mais reflexiva, que consentiria analisar e aprofundar uma configuração durável, adequada e orientada para uma

união aduaneira. (LARRAÑAGA, 2002). Dentro desta perspectiva o TICD teve papel fundamental para a continuidade do processo de integração.

Visto como uma consequência do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD) de 1988, o qual sofreu ajustes e foi priorizado pelos governos de Carlos Menem e Fernando Collor, onde: “Em 1990, foi assinada a Ata de Buenos Aires, em que foi estipulada a criação de um Mercado Comum, num prazo de quatro anos e meio, ou seja, até dezembro de 1994. [...]” (CRUZ, 2006, p. 54). Com a assinatura desta Ata, que reduziu o prazo de quatro anos para a criação do espaço econômico comum, os países participantes imaginavam que, dessa maneira, em poucos anos o Mercado Comum estaria funcionando em sua plenitude.

A assinatura da Ata de Buenos Aires pode ser avaliada como uma preocupação de seus protagonistas no sentido de abreviar o tempo de implementação do mercado comum, pois: “[...]. Desde o princípio da década de 1990, a tendência à liberação verificada no comércio internacional sob a forma da constituição de blocos econômicos e a consolidação da União Européia aceleraram as negociações entre Brasil e Argentina.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 255).

Deste modo, com a determinação de agilizar o processo de integração por iniciativa dos Presidentes do Brasil e da Argentina, para o estabelecimento do mercado comum bilateral, foi necessário, depois da assinatura da Ata de Buenos Aires, que entrasse:

[...] em vigor o Acordo de Complementação Econômica (ACE-14)³⁸, que previa a redução gradual das tarifas alfandegárias, até a sua completa eliminação. O enfoque adotado, prevendo uma redução linear das tarifas alfandegárias para todos os produtos, representou significativa mudança da rota definida no PICE. Coerentes com a sua orientação liberalizante, os dois governos abandonaram a idéia de acordos setoriais, vinculados à situação específica dos ramos produtivos de cada país, preferindo reforçar a abertura dos mercados e a livre competição entre as empresas envolvidas. (MAGNOLI, 2003, p. 47-48).

A assinatura da Ata de Buenos Aires foi de grande valia por envolver os novos Presidentes do Brasil, Fernando Collor de Mello, e, da Argentina, Carlos Saul Menem, sendo que os mesmos perceberam a necessidade de otimizar as relações entre seus países, concluindo que os acordos setoriais deveriam ser abolidos, e que a abertura de mercado e a livre competição passariam a ser a tônica para as empresas.

³⁸ Podendo ser considerado como uma etapa preparatória o ACE-14 unificou todos os protocolos bilaterais firmados no PICE, contribuindo para a continuidade do processo de integração. (BEÇAK, 2000).

A história das relações internacionais foi marcada pela nova ordem internacional, tendo como procedência o fim da guerra fria³⁹ e posterior colapso do comunismo, assinalando; neste novo período, o desenvolvimento da democracia como princípio político. A abertura política dos países latino-americanos começou em um ambiente de recessão econômica, com risco de não conseguir acompanhar as mudanças em andamento no sistema político internacional.

Ficou evidente que a democracia trouxe consigo um índice de desemprego mais elevado, salários com valor reduzido, diminuição da renda *per capita* e espantosos graus de disparidade social, os quais se constituíam como advertência a confiabilidade do novo sistema político. A crise econômica deflagrada a partir de 1982, quando foi decretada a moratória mexicana, causou efeitos negativos nos países da região, acarretando a ampliação do período inflacionário e da dívida externa, contribuindo ainda mais para os problemas domésticos. Deste modo, outro agravante surgiu pelo intenso protecionismo e o aumento da taxa de juros praticados pelos países desenvolvidos, ocasionando o fortalecimento das relações Norte-Norte. Em função desta conjuntura os países do Cone Sul perceberam que suas relações precisavam ser fortalecidas. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Em meados da década de 1980⁴⁰, Brasil e Argentina despontavam para a cooperação e integração, dentro do âmbito da ALADI, o que permitia a constituição de blocos sub-regionais, e, incorporada aos interesses bilaterais, convergiu para a assinatura do Tratado de Assunção, resultando na criação do Mercosul e a permanência da Comunidade Andina (CAN) sem maiores restrições. (LARRAÑAGA, 2002).

Sendo assim: “O projeto do Mercosul foi uma resposta à encruzilhada econômica na qual se encontravam o Brasil e a Argentina. Nesse sentido, o Mercosul representou a faceta externa das reformas internas de liberalização e abertura das economias dos dois países.” (MAGNOLI, 2003, p. 43). Esta nova realidade fez com que seus governantes iniciassem as reformas necessárias, pois: “O bloco estava destinado a funcionar como instrumento de adaptação de ambas as economias ao ambiente de acirramento da concorrência internacional. Simultaneamente, destinava-se a atrair investimentos externos produtivos e financeiros.” (Ibid., p. 43). Portanto, os desafios estavam lançados para os governantes do Brasil e da Argentina, que, durante várias décadas, deixaram a desejar em termos de desenvolvimento,

³⁹ “A Guerra Fria é um marco representativo referente ao estado de tensão que existiu entre os pólos: capitalista e comunista. Os países capitalistas abandonaram as preocupações com a guerra fria para se envolverem com a disputa comercial, em busca do controle dos principais mercados internacionais.” (BARROS, 2004, p. 6).

⁴⁰ “As iniciativas de aproximação política que resultariam na constituição do Mercosul surgiram nesse período, convencionalmente chamado ‘década perdida’, quando foi verificada a relativa perda de importância do continente latino-americano no cenário internacional (Bandeira, 1995).” [...]. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 254).

principalmente, no que tange à competitividade e produtividade frente ao mercado internacional. Baseado nestas deficiências pode-se considerar que:

O Mercosul nasceu da aproximação geopolítica entre o Brasil e a Argentina e dos acordos prévios de integração econômica bilateral firmados entre os dois países. A condição para a cooperação diplomática e econômica foi a redemocratização política: em meados da década de 1980, ambos transitaram de ditaduras militares⁴¹ para regimes civis baseados em eleições livres. (MAGNOLI, 2003, p. 43).

Visto que os presidentes eleitos pelo voto democrático, tanto no Brasil quanto na Argentina, deixaram para trás algumas décadas de rivalidade geopolítica e diplomática, contribuindo positivamente para aproximação de seus países.

Como as pretensões brasileiras e argentinas conduziam-se para a criação de um bloco regional, prontamente recebeu a adesão do Uruguai, que, até este momento, estava alheio às ações dos seus vizinhos mais representativos, considerando que a sua não participação poderia redundar em um possível isolamento econômico. Posteriormente, o Paraguai foi convidado para fazer parte dessa nova organização. Com as adesões do Paraguai e Uruguai aos ideais almejados por Argentina e Brasil, foi assinado o Tratado de Assunção. (ACCIOLY, 2004; CRUZ, 2006). Foi assim que se formou o Mercosul: com quatro membros fundadores, com expectativas promissoras no sentido do desenvolvimento econômico, político e social, e ainda ter reconhecimento internacional. O Estado de Santa Catarina com a criação do Mercosul, passou a dar mais atenção para os países pertencentes a este bloco, principalmente, com relação ao intercâmbio comercial dos últimos anos, que serão tratados no item 3.8.

2.2 TRATADO DE ASSUNÇÃO – 26/03/1991 E A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

O tratado para a constituição de um mercado comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, denominado “Estados Partes”, em seu Artigo 23 enfatiza que o Tratado se chamará “Tratado de Assunção”, o qual foi assinado em 26 de março de 1991, na cidade de Assunção. De acordo com Cruz (2006, p. 54-55) foi: “[...], promulgado no caso brasileiro, pelo Presidente da República, em 21 de novembro de 1991, mediante o decreto n. 350, publicado pelo Diário Oficial de 22 de novembro de 1991.”

⁴¹ No Brasil de 1964 a 1984, na Argentina dois períodos de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983, para maiores informações consultar Magnoli (2003, p. 43-44).

Os desígnios iniciais do Tratado de Assunção concernem, num sentido amplo, de envolver de forma harmônica os Estados Partes por meios que contemplem a todos, proporcionando um ganho mútuo. Isto pode ser alcançado por meio de mecanismos que busquem a integração através do desenvolvimento econômico com justiça social, devendo dar uma atenção especial aos recursos disponíveis, com a preservação do meio ambiente, aperfeiçoando a coordenação de políticas macroeconômicas, no sentido de causar uma melhor inserção internacional para seus membros. Todavia, o Tratado de Assunção visa ampliar a integração da América Latina, através do desenvolvimento científico e tecnológico, além de preparar a economia de seus Estados Partes em termos de produtividade e qualidade dos bens e serviços, culminando em ganhos para seus habitantes.

Para Lupi (2001, p. 205): “O objetivo maior do TA⁴² é promover a maior inserção dos países do bloco na economia mundial, através da complementação e da abertura de suas economias. Regem este Tratado os princípios da flexibilidade, gradualidade, reciprocidade e equilíbrio dos benefícios concedidos.”

A legitimação da nomenclatura “Mercosul” está expressada no Tratado de Assunção no Capítulo I - Propósitos, Princípios e Instrumentos- Artigo 1º: “Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, em que se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).”

No entanto, por ser um acordo comercial de abrangência regional e proveniente de um acordo preexistente (ALADI), o Mercosul foi enquadrado como um Acordo de Alcance Parcial (AAP), precisando sua constituição ser notificada ao GATT, tendo a possibilidade de ser justificado por meio do artigo XXIV, do GATT, que trata das zonas de livre comércio quanto à Cláusula de Habilitação, que aceita de países menos desenvolvidos a permissão de preferências tarifárias sem reciprocidade, os quais devem adotar os critérios da ALADI, o Mercosul preferiu a Cláusula de Habilitação. (BEÇAK, 2000).

O Mercosul foi fundado com a participação de quatro países do Cone Sul citados anteriormente, podendo ser reconhecido como uma nova tentativa de integração na América Latina. Para tanto, em seu art. 1º, faz referência à livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre seus membros, por meio da abolição dos direitos alfandegários e advertências não-tarifárias à circulação de mercadorias; instituição de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros - Estados ou agrupamentos de Estados, a coordenação de posições em foros econômico-comerciais

⁴² TA – Tratado de Assunção

regionais e internacionais; a constituição de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de garantir condições apropriadas de concorrência entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Parte de adaptaram suas legislações, nas áreas pertinentes, para promover o fortalecimento do processo de integração.

O Tratado de Assunção considerou que o Mercado Comum ficaria edificado na reciprocidade de direitos e obrigações de seus componentes (art. 2º); que assegurarão condições equitativas de comércio nas relações com terceiros países (art. 4º); os quais têm ciência das diferenças pontuais de ritmo relacionadas ao Paraguai e Uruguai, que fazem parte no Programa de Liberação Comercial (art. 6º); em matéria de impostos, taxas e outras restrições internas, os produtos procedentes da jurisdição de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do próprio tratamento que se aplique ao produto pátrio (art. 7º).

A transição do Tratado ocorreu a partir de sua entrada em vigor até 31 de dezembro de 1994, com vistas a promover a constituição do Mercado Comum. Os Estados Partes adotaram um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda (art. 3º). E, como instrumentos fundamentais para a consolidação do Mercado Comum neste período de transição, havia: um Programa de Liberalização Comercial (PLC), que versaria em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, seguidas das supressões de exceções não tarifárias ao comércio entre os Estados Partes, para atingir em 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero; a coordenação de políticas macroeconômicas que se cumpriria pouco a pouco e paralelamente ao PLC; uma tarifa externa comum, que estimulasse a concorrência fora dos Estados Partes; a adoção de acordos setoriais, na intenção de otimizar a produção, através de mecanismos mais adequados, voltados para resultados finais mais expressivos, em termos de qualidade e quantidade (art. 5º).

Os países membros concordaram em salvaguardar os acordos comerciais admitidos até a data de assinatura do Tratado, até mesmo os Acordos assinados no domínio da ALADI⁴³. Quanto às transações comerciais fora do Mercado Comum, os Estados Partes passaram a coordenar suas posições na fase de transição; entre si evitariam afetar seus interesses nas comercializações, que ocorressem até 31 de dezembro de 1994, incluindo, nesse período de

⁴³ “Os países acordaram pela preservação dos compromissos comerciais assumidos antes da assinatura do tratado, inclusive daqueles firmados no âmbito da ALADI, como as tarifas preferenciais entre Brasil-México e México-Argentina, até a data final de vigência de cada acordo. A partir de então, qualquer prorrogação ou novo acordo comercial teria de ser discutido pelo conjunto das quatro economias e não mais individualmente.” (BEÇAK, 2000, p. 61-62).

transição, os novos Acordos que fossem assinados com outros países associados à ALADI, sendo que, quando houvesse negociações com esses países deveriam fazer consultas entre si, desde que envolvessem projetos extensos de desgravação tarifária, propensos ao desenvolvimento de zonas de livre comércio; e ainda, Estados Partes receberiam automaticamente qualquer benefício, favor, franquia, imunidade ou regalia que conferissem a um produto oriundo de ou destinado a países fora da ALADI (art. 8º).

O capítulo II do Tratado de Assunção tratou da Estrutura Orgânica, ou seja, foram criados o Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo do Mercado Comum (GMC), os quais passaram a responder pela direção e cumprimento do presente Tratado e dos acordos e deliberações aceitas no quadro jurídico que o mesmo instituiu durante o tempo de transição.

O CMC é o órgão superior responsável pela condução política do Mercado Comum e suas resoluções, no sentido de garantir a realização dos objetivos e dentro do tempo determinado para a efetivação do Mercado Comum.⁴⁴

GMC, órgão executivo do Mercado Comum seria coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. O GMC teria capacidade de ação, tendo que velar pela execução do Tratado; assumir as providências mandatórias a realização das determinações adotadas pelo Conselho; definir instruções de trabalho que garantam progressos para a materialização do Mercado Comum, além de poder instituir os Subgrupos de Trabalho que forem indispensáveis para o implemento de seus desígnios.⁴⁵ Para exercer suas funções, o GMC contaria com a Secretaria Administrativa sediada na cidade de Montevidéu para a guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum seriam aceitas por concordância e comparecimento de todos os Estados Partes. As línguas oficiais do Mercado Comum seriam o português e o espanhol e os documentos oficiais de trabalho no o idioma do país anfitrião de cada reunião.

O Capítulo III destaca, no artigo 19, que o Tratado teria a duração indefinida. Capítulo IV, com relação à adesão, em seu artigo 20, realça que o Tratado de Assunção estaria aberto á adesão. Sendo assim o Mercosul foi:

⁴⁴ O Conselho será composto pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados membros, sendo que deverão se reunir no mínimo uma vez ao ano, com a presença dos Presidentes dos Estados Partes, os quais se revezarão na Presidência do Conselho através de rodízio a cada seis meses, seguindo a ordem alfabética de seus membros. Quem coordenará as reuniões do Conselho serão os Ministérios de Relações Exteriores, ficando livre, quando acharem necessário convidar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial, para participarem da reunião.

⁴⁵ O GMC terá quatro componentes titulares e quatro componentes alternos por país, sendo do: Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica); Banco Central.

Formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, somando-se ao bloco em 25.06.1996, o Chile e a Bolívia, através de acordo de complementação econômica, que cria uma zona de Livre-Comércio entre eles, e o Peru, em 25.08.2003, que, ao se consolidar, se projeta com demasiado vigor na busca de um espaço amplo no cenário internacional⁴⁶, [...]. (ACCIOLY, 2004, p. 22).

No Capítulo VI, Disposições Gerais, artigo 24 do Tratado expõe que estabelecer-se-ia Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e que os Poderes Executivos dos Estados Partes conservariam seus respectivos Poderes Legislativos quanto ao desenvolvimento do Mercado Comum.

O Tratado de Assunção, sumarizado anteriormente, deixou evidente a sua preocupação em consolidar e ampliar o Mercosul, no intento de poder contribuir com desenvolvimento econômico de seus participantes, e, por estar apto a receber a adesão de demais interessados, visando aumentar o mercado regional, e, conseqüentemente, conquistar o reconhecimento do Mercosul como bloco. Para maiores informações ver Tratado de Assunção no ANEXO A (Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai). Nos últimos dez anos (1999 a 2008) a Argentina ocupou na maioria das vezes o segundo e terceiro lugar como destino das exportações do Estado de Santa Catarina e o Paraguai fechou em 2008 na décima quinta colocação. No caso das importações catarinenses a Argentina como país de origem ficou nos últimos anos entre o primeiro e o terceiro lugar, o Uruguai entre o sexto e o décimo e Paraguai entre a o quinto e o décimo segundo lugar como principais países de origem das importações do Estado de Santa Catarina, fica evidente a boa relação comercial deste Estado com os países membros do Mercosul.

2.3 ETAPAS DA INTEGRAÇÃO

A integração entre estados partes pode ser considerada sob a ótica de etapas a serem cumpridas, almejando sua evolução de forma progressiva. No entanto, existe discordância quanto à veracidade de realmente ter que haver uma sequência lógica para a concretização de cada fase.

⁴⁶ “[...] seguindo o curso dos países já envolvidos em blocos econômicos, como é o caso da União Européia, da Comunidade Andina de Nações, do Mercado Comum Centro Americano, da Caricom e do Nafta, entre outros. É importante que se busque a experiência desses blocos, nomeadamente na União Européia. Já que o Mercosul pretende criar um mercado comum, exemplo só consolidado na Europa Comunitária.” (ACCIOLY, 2004, p. 22).

O Mercado Comum do Sul foi marcado para entrar em vigor pelos Estados Partes em 31 de dezembro de 1994, de acordo com art. 1º do Tratado de Assunção, mas que em: “[...], razão pela qual não se pode exigir uma integração plena e efetiva aos níveis da União Européia, mesmo porque se deve estar atento ao curso da história, **na perspectiva de que as fases de integração devem obedecer necessariamente a um processo gradualista.**” (ACCIOLY, 2004, p. 22, grifo nosso).

Desta forma, a integração regional depara-se em certos momentos como um método unidirecional, que se inicia com uma área de livre comércio até a integração mais ampla e profunda. Este ponto de vista não parece ser adequado, especialmente por um motivo estritamente empírico, ou seja: “[...] a realidade demonstra que os processos de integração regional arrancam de maneira distinta e seguem caminhos distintos que podem avançar em direções diferentes, ainda que todos esses caminhos comportem alguns elementos.” (BERLINSKI, *et al.*, 2006, p. 13). Colocando em evidência essa retórica de que a integração regional deva passar necessariamente por etapas contínuas e subsequentes para seu desenvolvimento, o não cumprimento de uma delas pode provocar sua entropia, contrapondo conceitos defendidos por vários autores, destaca-se que:

A tese, tão repetida sem pensar, de que existem cinco fases sucessivas na integração (zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política) **é rigorosamente falsa.** Basta contrastá-la com o NAFTA/TLCAN e o próprio Mercosul. O primeiro inclui aspectos muito importantes de mercado comum em matérias que vão mais além do comércio de bens (serviços, investimento), e em qualquer caso muito mais importantes e amplos que os inclui o Mercosul, sem haver nem tão só estabelecido o “passo” por a fase precedente, de união aduaneira. E o Mercosul tem tocado muitos temas próprios de uma união política (desde a cláusula democrática e a cooperação educativa, judicial e policial) sem haver avançado praticamente nada em matéria de mercado comum. Tampouco o processo europeu se ajusta a aquela sucessão de fases porque muitos aspectos relativos ao mercado comum se estabelecem em um momento fundacional e não em um momento ulterior. E, por último, ASEAN demonstra que pode intervir o processo e começar com a política para acabar em comércio de bens. (BERLINSKI, *et al.*, 2006, p. 13, grifo nosso).

A título de tratamento com relação ao processo de integração econômica do Mercosul, sem desmerecer a citação descrita anteriormente em que Berlinski contesta as fases de integração, mas que, ao nosso entender, é de suma importância. Discorrer-se-á a seguir sobre o que dizem alguns autores a respeito das fases, etapas ou níveis de integração.

Inicialmente, pode-se identificar que o processo de integração pode se suceder em diversos níveis:

[...], do mais superficial, denominando integração rasa⁴⁷, com alterações apenas nas questões comerciais, até os mais complexos, denominados integração profunda⁴⁸, que envolvem interferências em outras áreas além da economia, influenciando em mudanças nas esferas social e política. (BEÇAK, 2000, p. 18).

Fica evidente que estes níveis de integração se subdividem em outros níveis que: “[...] correspondem a diferentes objetivos de integração e podem representar etapas a serem seguidas, se o objetivo estiver no aprofundamento da integração, ou um fim em si mesmos, se o objetivo estiver restrito às características de cada etapa específica.” (BEÇAK, 2000, p. 19). Portanto, o enquadramento em que a integração pode se realizar depende do grau de abrangência que pretenda ser alcançado.

a) Preferências tarifárias

Para a efetivação de uma proximidade comercial entre países, em meio a diversas formas que venha trazer-lhes algum benefício podemos destacar que: “As zonas de preferências tarifárias são estabelecidas para uma região específica ou entre dois ou mais países, adotadas para todo o universo de produtos e setores ou apenas para um determinado segmento.” (BEÇAK, 2000, p. 19). Todavia, podemos verificar que isto: “significa conceder preferências para o comércio entre os membros em detrimento dos membros.” (Ibid., p. 19).

Neste sentido, fica evidente que nos Acordos de Alcance Regional se faz necessário estabelecer o que contempla as Preferências Tarifárias Regionais, sendo que: “[...], são tarifas menores concedidas apenas nas transações ocorridas dentro de uma região específica, e, portanto diferenciadas do comércio geral praticado com os outros países.” (Ibid., p. 19-20). Contudo, deve ser observado que: “[...]. Quando os privilégios se restringem a apenas alguns países e não para todos os países de uma região específica, são denominados Acordos de Alcance Parcial (AAP).” (BEÇAK, 2000, p. 19-20).

Para que os países membros se enquadrem no Acordo de Preferências Tarifárias⁴⁹, é preciso que instituem uma norma específica com as reduções, sendo o bastante para poderem

⁴⁷ “No âmbito da integração rasa, por exemplo, estão os acordos de preferências tarifárias as zonas de livre comércio e as uniões aduaneiras.” (BEÇAK, 2000, p. 19).

⁴⁸ “Na integração profunda estão o mercado comum e a união econômica. Quanto mais avança em direção à integração profunda, maiores são as dificuldades enfrentadas pelos países envolvidos, em razão das concessões crescentes e da harmonização que terão que ser promovidas.” (BEÇAK, 2000, p. 19).

⁴⁹ “O desenvolvimento de projetos que visam a complementaridade econômica e a promoção comercial também são previstos neste tipo de acordos. Quando, por exemplo, Portugal e Inglaterra assinaram o Tratado de Methuen em 1703, estavam praticando um acordo de preferências tarifárias, porque o acordo estabelecia que Portugal passava a importar os produtos têxteis ingleses, com taxas privilegiadas, ficando a Inglaterra comprometida em

usufruir das tarifas diminuídas, sem maiores complicações ou alterações na estrutura do comércio exterior. (BEÇAK, 2000).

Dentro do processo de integração, percebe-se que se pode avançar, principalmente: “Quando o objetivo de promover as reduções tarifárias se generaliza, o nível de integração passa a ser outro, denominando zona de livre comércio.” (Ibid., p. 20). A Zona de Livre Comércio faz parte do tópico a seguir.

b) Zona de livre comércio

A fase considerada Zona de Livre Comércio (ZLC) de acordo com o texto do Artigo 1º, do Tratado de Assunção, admite: “A livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; [...]”

Tendo ciência que na ZLC predomina a supressão de impedimentos tarifários, não tarifários, a eliminação de direitos alfandegários que advêm sobre o comércio externo entre os países membros do bloco, permitindo, deste modo, que os produtos originários dos Estados-Parte tenham condições de circular em qualquer outro sem precisar recolher tributos de entrada, sem muita formalidade e burocracia, diferente do que ocorreria caso não houvesse o acordo. Vale ressaltar que a ZLC pode ser formalizada quando alcança 80% da pauta de comércio. (BEÇAK, 2000; CRUZ, 2006; LARRAÑAGA, 2002).

A constituição da ZLC conjectura mais do que uma preferência tarifária, pois: “Estabelece uma alíquota de zero por cento no comércio entre os países-membros, para todos os produtos excetuando aqueles setores considerados sensíveis a uma redução abrupta e imediata, e terão um prazo maior para se adaptarem a esta nova realidade tarifária.” (BEÇAK, 2000, p. 20).

Os Estados-Parte do acordo planejam um cronograma, definem prazos para desgravação gradativa, pois as tarifas, normalmente, diminuem gradualmente, dando condições para que as economias se adaptem ao novo mercado, para que a concorrência dos países membros passe a ter condições favoráveis para entrar com seus produtos. Cabe ressaltar que os Estados-Parte da ZLC conservam suas respectivas tarifas para terceiros

comprar vinhos portugueses taxados apenas em dois terços dos tributos pagos pelos vinhos franceses.” (BEÇAK, 2000, p. 20).

países, ou seja, não sofrem alterações, de forma que cada qual mantém sua autonomia na fixação de alíquotas. (BEÇAK, 2000; LARRAÑAGA, 2002).

Desta forma, considera-se que: “[...] O Mercosul ampliado responde a esta configuração, já que o bloco original tem quase o total dos produtos circulando livremente e os acordos com o Chile e a Bolívia são acordos de livre comércio na forma 4+1.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 39). Como consequência da ZLC, segundo esta análise, no próximo tópico, será sobre a União Aduaneira.

c) União aduaneira

A União Aduaneira (UA) pode ser tratada como um acréscimo com relação à ZLC. Destarte que: “A definição da União Aduaneira constitui numa decisão fundamental no que se refere à continuidade do processo de integração.” (ACCIOLY, 2004, p. 71). Desta forma: “A união aduaneira ocorre quando, além do rebaixamento tarifário para zero por cento e da livre circulação de mercadorias, o tratamento tarifário junto a terceiros mercados passa a ser idêntico, por meio da criação da Tarifa Externa Comum⁵⁰ (TEC).” (BEÇAK, 2000, p. 21).

Com a instituição da TEC por parte dos países pertencentes ao bloco, os quais precisam avaliar os efeitos em sua economia, isso pode sugerir que cada membro deva analisar qual a melhor solução, se é viável diminuir ou aumentar o percentual da tarifa externa empregada até então. Assim sendo, faz-se necessário criar mecanismos que venham a facilitar o andamento de implantação da TEC. Logo:

Para assegurar a gradativa convergência de todos os produtos à tarifa externa comum, os países-membros estabelecem listas de exceção e listas de adequação, contemplando todos aqueles setores considerados sensíveis à imediata concorrência internacional. Os setores elencados nesta lista recebem um tratamento diferenciado, gozando de prazos maiores do que aqueles fixados no cronograma de desgravação, para convergirem à TEC. A partir da data limite preestabelecida todos os produtos passam a ter o mesmo tratamento, eliminando qualquer tipo de proteção. (BEÇAK, 2000, p. 22).

Neste patamar da integração, a concorrência externa tende a ser mais acirrada, exigindo dos países membros uma reformulação nos setores produtivos mais deficitários, podendo ser desenvolvidas parcerias ou, até mesmo, um sistema de auxílio entre os Estados-Parte. Nas palavras de Kitamura: “a integração não significa unicamente uma ampliação do mercado, senão também a criação de uma estrutura industrial mutuamente solidária (...) dentro de um marco regional”. (BEÇAK, 2000, p. 22). Desta forma, fica evidente que: “A

⁵⁰ “[...] nessa etapa aplica-se uma mesma Tarifa Externa Comum (TEC) para os produtos importados de outros países não pertencentes ao Bloco. [...]” (CRUZ, 2006, p. 56).

modernização e a adequação da infra-estrutura e administração pública, bem como a manutenção da estabilidade econômica, passam a ser requisitos fundamentais para o sucesso deste tipo de integração.” (Ibid., p. 22).

No caso do Mercosul, a TEC entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1995, com a extinção das: “[...], tarifas incidentes nas relações comerciais dos quatro países, passando a vigorar a TEC para o comércio entre eles e o resto do mundo. Sendo assim, as tarifas intrazonais tornaram-se nulas, enquanto as tarifas extrazonais igualaram-se para todos.” (CRUZ, 2006, p. 56). As diferenças das tarifas de importação dos países membros do Mercosul eram extremamente consideráveis, sendo que:

Antes de ser estabelecida, a união aduaneira entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, firmada em 1995, a tarifa média de importação praticada na Argentina era de 38%, enquanto no Brasil era de 51%. A partir de análises e discussões promovidas entre os membros dos quatro mercados, chegou-se à determinação de um intervalo para a fixação da tarifa externa comum entre zero e 20%, com uma média em torno de 14%. Isso significa dizer que tanto a Argentina quanto o Brasil tiveram de reduzir a tarifa média de importação em mais de vinte pontos percentuais, facilitando, portanto o ingresso de produtos estrangeiros no mercado. (BEÇAK, 2000, p. 21).

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), segundo o Tratado de Assunção, deveria estar estabelecido até 31 de dezembro de 1994, podendo ser considerada como primeira etapa (provisória) até esta data. Tinha a finalidade de começar e impulsionar o desenvolvimento de um mercado comum, procurando fazer os adequamentos econômicos, políticos e jurídicos, na pretensão de dar sequência à integração. Para que em 1º de janeiro de 1995 se iniciasse a segunda etapa (definitiva), com a efetivação de uma união aduaneira imperfeita entre os quatro sócios, vislumbrou-se que o Mercado Comum ainda precisaria ultrapassar alguns percalços que estavam impedindo sua concretização. (ACCIOLY, 2004; CRUZ, 2006).

Na segunda etapa, considerada definitiva, apesar do Mercosul estar em um condição de união aduaneira imperfeita, não se pode considerar como esmorecimento dos objetivos a serem alcançados, ou seja: “[...], vem cristalizar o caráter irreversível e dinâmico do processo de integração do Mercosul, reforçado pela adoção de um novo perfil institucional, consubstanciado no Protocolo de Ouro Preto, que trouxe um novo impulso à integração regional.” (ACCIOLY, 2004, p. 71). No entanto, pode ser constatado que os países pertencentes ao Mercosul estão: “[...] buscando ampliar seus fluxos comerciais intra e extrazonas, bem como desenvolver e consolidar as formas de negociação que lhe permitirão atingir estágios mais avançados de integração econômica.” (CRUZ, 2006, p. 56). Dando sequência, o item a seguir tratará do Mercado Comum.

d) Mercado comum

O Mercado Comum é uma fase do processo de integração considerada mais avançada, pois, no caso da União Aduaneira tem-se a livre circulação de bens; já no Mercado Comum, acrescenta-se ainda a livre circulação de capital, mão-de-obra e serviços. Além disso: “Presume-se a existência de uma coordenação política macroeconômica, em que os países devem seguir parâmetros idênticos para estabelecer suas taxas de câmbio e de juros, assim como definir sua política fiscal.” (CRUZ, 2006, p. 56). Dentro desta perspectiva, percebe-se que esta forma de integração demanda maior consistência no tratamento e harmonização das políticas macroeconômicas dos seus membros.

A partir do momento em que os Estados-Parte determinam: “[...] que o objetivo da integração deve ser mais do que as alterações promovidas no âmbito do comércio, tem início a denominada integração profunda, [...], avançando nas concessões, ao permitir a livre circulação do capital e das pessoas entre os mercados integrados.” (BEÇAK, 2000, p. 22).

A título de referência pode-se verificar o que ocorreu no caso do Mercado Comum Europeu⁵¹, constituído primeiramente por seis economias européias, de maneira que houve um empenho em fundir os mercados dos países signatários em um único. Contudo, as políticas macroeconômicas nacionais, que englobam os assuntos monetários, cambiais e fiscais, precisaram ser concentradas e unificadas. Prosseguindo com o discernimento de tendência européia, como modelo, em que a dívida pública de cada Estado-Parte necessita estar abaixo de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e o déficit público inferior a 3% do PIB, também foram estipulados, pelos países membros, limites máximos para as taxas de inflação, juros, câmbio e emissão de moeda. Denota, deste modo que os Estados-Parte do mercado comum são co-autores e ainda responsáveis pelo seu desenvolvimento. (BEÇAK, 2000). Cabe ressaltar que o Mercosul não atingiu a etapa de Mercado Comum. No próximo item, destacar-se-á a União Econômica.

e) União econômica

A União Econômica eleva-se para um nível de integração em que:

[...] associa as liberdades do Mercado Comum com certo grau de harmonização das políticas macroeconômicas nacionais, abolição de restrições que são consequência das disparidades das políticas existentes e estabelece alguma forma de autoridade supranacional. (LARRAÑAGA, 2002, p. 39).

⁵¹“Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Itália, França e Luxemburgo. Incorporaram-se posteriormente Dinamarca (1973), Irlanda (1973), Reino Unido (1973), Grécia (1981) e Portugal (1986).” (BEÇAK, 2000, p. 23).

Dentro do contexto do processo de integração econômica entre Estados Partes, a União Econômica pode ser vista como:

A integração total, ou união econômica, ocorre quando, além da criação da TEC e da livre circulação de mercadorias, capital e pessoas, [...], forem criadas instituições de caráter supranacional, e estabelecido o lançamento de uma moeda única. O que significa dizer que, além das entidades nacionais que continuam existindo para deliberações locais, passam existir também entidades supranacionais⁵², perante as quais as primeiras entidades são representadas e subordinadas, e as decisões emanadas pelas entidades supranacionais têm caráter supremo sobre as demais. (BEÇAK, 2000, p. 23-24).

É prevista nesta configuração, a necessidade de criar um banco central único e de uma bolsa de valores única, dentre as distintas organizações de caráter regulamentar, tais como a de segurança nacional e justiça, assegurando a representatividade dos Estados Partes. Quanto à criação de uma moeda única, identifica-se que seu lançamento precisa receber uma atenção especial em função de sua complexidade, a qual demanda uma série de processos prévios para garantir a viabilidade de sua concepção. São indispensáveis, no mínimo, dois passos: um inicial, que constitui uma unidade monetária para a convergência das moedas nacionais; e, um segundo passo que estabelece formalmente a moeda única corrente. Os países membros de um processo de integração econômica, nas mais variadas etapas, são sacrificados quanto a sua soberania nacional e níveis de liberdade, principalmente nos procedimentos até então utilizados na condução das políticas macroeconômicas, pois, as ações deixam de ser individualizadas, para atender aos interesses do grupo de forma ordenada e conjunta. (BEÇAK, 2000).

Dentre algumas das implicações que são fruto do avanço no processo de integração, observa-se que com isso: “[...], aumenta a tendência em hierarquizar aquelas economias com maior representatividade política, econômica e social em relação às demais, agravando e sublinhando as desigualdades regionais.” (BEÇAK, 2000, p. 24).

Outra situação notável é o crescimento do comércio resultante da atração de investimentos produtivos que: “[...] passam a se interessar pelas potencialidades do novo contorno territorial, tanto no que diz respeito a condições favoráveis para alocação produtiva quanto no aumento do mercado consumidor, configurando o aspecto dinâmico da integração econômica.” (Ibid., p. 26). Os investimentos produtivos diretos poderão ser acompanhados por capital especulativo, que visa a apenas melhores e maiores lucros, ocasionando

⁵² “Integração Econômica Total: resulta da adoção de políticas monetárias, fiscais sociais e anticíclicas uniformes, assim como exige a existência de uma autoridade supranacional com poder para elaborar e aplicar essas políticas.” (LARRAÑAGA, 2002, p. 40).

consequências negativas, comprometendo o desenvolvimento do processo integrativo entre os países membros, por não haver preocupação em permanecer, a longo tempo, em regiões que não atendam a contento a remuneração do capital almejada por seus detentores.

Em função da etapa de integração que se encontra o Mercosul de união aduaneira imperfeita o Estado de Santa Catarina tem demonstrado no intercâmbio comercial com os países membros do Mercosul sua relevância, após esta etapa de integração vem o mercado comum, que proporcionará além da livre circulação de bens, de capital, de mão-de-obra e serviços, e ainda, se faz necessário uma coordenação política macroeconômica. O Estado catarinense, tem condições de continuar a ter uma participação efetiva no Mercosul, mesmo com os desdobramentos que ocorrerão com o passar do tempo, devido a própria evolução das etapas de integração.

2.4 PROTOCOLO DE OURO PRETO – 1994

Na intenção de trilhar o caminho rumo ao desenvolvimento do Mercosul, o Tratado de Assunção realça no art. 18, que antes do estabelecimento do Mercado Comum, em 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocariam uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisão.

Para ser executado o que foi citado anteriormente no art. 18 do Tratado de Assunção, ocorreu, no dia 17 de dezembro de 1994, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, durante a Cúpula de Presidentes e da VII Reunião do Conselho do Mercado Comum, a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (POP)⁵³, Protocolo Adicional⁵⁴ ao Tratado de Assunção⁵⁵, que delinea a estrutura institucional do Mercosul e constitui em definitivo sua estrutura orgânica,

⁵³ “O Protocolo de Ouro Preto, em seu preâmbulo, reafirma os princípios do Tratado de Assunção, dando ênfase à implantação de uma união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum, assim como a implantação da estrutura orgânica definitiva do Mercosul, [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 69).

⁵⁴ “Evitando uma nova desaceleração no mercado comum, os países-membros optaram por isolar os temas controversos em grupos temáticos, avançando nos temas gerais, o que facilitou a assinatura do Protocolo de Ouro Preto como adicional ao Tratado de Assunção, em dezembro de 1994, que criou a personalidade jurídica internacional do Mercosul e estabeleceu os órgãos de apoio administrativo, jurídico e institucional.” (BEÇAK, 2000, p. 65-66).

⁵⁵ Artigo 48 O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

ocasião em que o Mercosul passou a ter personalidade jurídica de Direito Internacional⁵⁶. Em Ouro Preto, findou o momento de transição, passando a dar início à utilização de instrumentos essenciais para a implementação de uma política comercial comum, que deveria nortear o andamento da zona de livre comércio, na qual a TEC apresentava-se como componente central. (ACCIOLY, 2004, WANDERLEY; VIGEVANI, 2005). A seguir, serão sumarizados os principais itens do POP. Para maiores informações, ver ANEXO B (Protocolo de Ouro Preto Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul).

a) Estrutura Orgânica do Mercosul

A estrutura orgânica do Mercosul elencada no Tratado de Assunção (art. 9º) para o período de transição, era formada pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) e Grupo do Mercado Comum (GMC). Mas, com assinatura do POP, em 17 de dezembro de 1994, foram adicionados: a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)⁵⁷ e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Os países do Mercosul deram preferência: “[...] pela cooperação entre os Estados e não pela integração; a primeira horizontal, não havendo poder acima dos Estados, e a segunda, vertical, onde há um poder superior – vértice natural da integração -, para executar os objetivos comuns por eles delegados. [...]” (ACCIOLY, 2004, p. 166).

O Protocolo de Ouro Preto determinou que o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul tenham caráter intergovernamental, por serem órgãos com competência decisória; sendo assim, no que se refere a tomada de decisões, o POP destacou que “as decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes (art. 37).” Observa-se a relevância da participação de cada país-membro do Mercosul, onde todos precisam participar ativamente nas decisões, sendo necessária a concordância mútua.

⁵⁶ De acordo com o POP Artigo 35 O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências. Artigo 36 O Mercosul celebrará acordos de sede.

⁵⁷ “A criação do Foro acolheu propostas contempladas na Carta de Ouro Preto, encaminhada pelas Centrais Sindicais do Cone Sul aos presidentes dos Estados-Partes, [...]” (CAMPOS, 2002, p. 271).

b) Conselho de Mercado Comum

O Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão superior do Mercosul ao qual compete a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para certificar o quanto da realização dos desígnios instituídos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Entre as alterações que CMC sofreu com a assinatura do POP, pode-se destacar a sua obrigatoriedade de encontros, pois, no Tratado de Assunção, art. 11, a reunião do CMC deveria ser feita pelo menos uma vez ao ano. Já no POP, o art. 6º indica uma por semestre, ressaltando que outras reuniões poderão ocorrer quantas vezes o CMC julgue oportuno.

Como funções e atribuições do Conselho de Mercado Comum destacam-se, principalmente: velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito; formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum; exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul; negociar e assinar acordos, em nome do Mercosul, com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais⁵⁸; manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam encaminhadas pelo Grupo Mercado Comum; criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas; criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los; esclarecer, quando julgue necessário, o conteúdo e o alcance de suas decisões; designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul; adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária; homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum.

Exercendo sua competência, o Conselho de Mercado Comum e Grupo do Mercado Comum manifestar-se-ão mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes (art. 9º e art. 15).

c) Grupo do Mercado Comum

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul, formado por quatro componentes titulares e quatro alternos por país, indicados por seus Governos, sendo indispensável que seus integrantes sejam representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. A coordenação do GMC está sob a responsabilidade dos Ministérios das Relações Exteriores.

⁵⁸ Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresse, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14 do POP.

Para o melhor desempenho do GMC, faculta-lhe solicitar, no caso de julgar oportuno, que membros de outros órgãos da Administração Pública ou até mesmo da estrutura institucional do Mercosul, que venham a corroborar na preparação de suas recomendações. Com relação às reuniões do GMC as mesmas ocorreram sem limite de encontros, desde que não transgrida seu Regimento Interno.

As funções e atribuições do GMC têm como princípio entre outros de: velar pelo implemento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos contratos assinados em seu domínio; recomendar projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum; aceitar as medidas para a realização das Decisões acolhidas pelo Conselho do Mercado Comum; estabelecer programas que garantam progressos para a efetivação do mercado comum; o GMC pode negociar e assinar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais, podendo delegar os mesmos poderes a Comissão de Comércio Comum desde que siga suas especificidades; compete ao GMC aprovar o orçamento e a prestação de contas da Secretaria Administrativa do Mercosul, bem como eleger seu Diretor e supervisionar as atividades das mesma; organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum; homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social.

d) Comissão de Comércio do Mercosul

A Comissão de Comércio do Mercosul é órgão designado para auxiliar o Grupo Mercado Comum. São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul: velar pela aplicação, acompanhamento e apreciação do desenvolvimento dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e contratos de comércio; apreciar e pronunciar-se a respeito de pedidos apresentados pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum; informar ao Grupo Mercado Comum a propósito do progresso e a execução dos mecanismos de política comercial comum, no que se refere ao trâmite dos requerimentos recebidos e sobre as deliberações tomadas a respeito deles; sugerir ao Grupo Mercado Comum novas regras ou alterações às regras existentes relativas a assunto comercial e alfandegária do Mercosul; recomendar a revisão das alíquotas tarifárias de itens privativos da tarifa externa comum, até mesmo considerar episódios concernentes a novas atividades produtivas no domínio do Mercosul; instituir os comitês de especialistas indispensáveis e apropriados à concretização de seus papéis, bem como conduzir e supervisionar suas atividades; exercer os trabalhos

atrelados à política comercial comum que lhe requeira o Grupo Mercado Comum; seguir o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

A Comissão de Comércio do Mercosul seria formada por quatro componentes titulares e quatro alternos por Estado Parte com a coordenação dos Ministérios das Relações Exteriores. Quanto às reuniões do CCM, ocorreriam no mínimo uma vez por mês ou sempre que requerido pelo Grupo Mercado Comum ou por algum dos Estados Partes.

e) Comissão Parlamentar Conjunta

A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes do Mercosul. É formada pelo mesmo número de parlamentares representantes dos Estados Partes que são indicados por seus Parlamentos nacionais, de acordo com seus métodos internos.

A Comissão Parlamentar Conjunta busca agilizar os procedimentos internos relativos aos Estados Partes no intuito de efetivar a entrada em vigor das normas decorridas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2º, POP, e ainda na harmonização de legislações, de acordo com o desenvolvimento do processo de integração. Quando for preciso, o Conselho do Mercado Comum requererá à CPC a análise de assuntos preferenciais, sendo que a mesma conduzirá, por intercessão do Grupo Mercado Comum, sugestões ao Conselho do Mercado Comum.

f) Foro Consultivo Econômico-Social

O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e é integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte. Seu papel consultivo ocorre por meio de sugestões ao Grupo Mercado Comum.

g) Secretaria Administrativa do Mercosul

Para seu melhor desempenho o Mercosul dispõe de uma Secretaria Administrativa que possibilita o apoio operacional, sendo de sua alçada prestar serviços aos demais órgãos do Mercosul, tendo sua sede permanente na cidade de Montevidéu.

A Secretaria Administrativa do Mercosul é encarregada, entre outras atividades, de: servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul; realizar a publicação e a difusão das determinações aceitas no âmbito do Mercosul (com traduções fidedignas para os idiomas espanhol e português) de todas as deliberações tomadas pelos órgãos da estrutura institucional

do Mercosul; editar o Boletim Oficial do Mercosul⁵⁹; preparar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul, e, ainda, realizar os trabalhos que lhe sejam requeridos pelos mesmos órgãos. Para as reuniões feitas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul dará apoio ao Estado que sediar o evento.

A Secretaria Administrativa do Mercosul⁶⁰ fica sob a responsabilidade de um Diretor, sendo nacional de um dos Estados Partes e eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, com parecer antecedente dos Estados Partes e designado pelo Conselho do Mercado Comum com mandato de dois anos, vedada a reeleição.

O Capítulo IV do Tratado de Assunção, que trata da Adesão de terceiros países ao Mercosul, prevê, mediante solicitação e posterior aprovação de todos os Estados Partes, o ingresso de outros países ao Mercosul, sendo que:

O Chile foi um dos países que expressou seu desejo de participar do bloco, o que ocorreu em julho de 1996, quando se tornou um país associado ao Mercosul. Tal condição foi determinada pela opção chilena de não aderir à TEC em virtude da maior abertura econômica que caracterizava sua economia. Bolívia foi o segundo país associado ao bloco. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 255-256).

Portanto, os primeiros países da América Latina a firmarem contrato de livre comércio bilaterais com o Mercosul foram Chile e Bolívia, sendo que esses países passaram a fazer parte do Mercosul como países associados.

O resultado da proximidade entre os quatro países membros do Mercosul com a Bolívia e Chile foi marcado quando ambos: “instituíram o ‘Mecanismo de Consulta e Concertação Política’, através do qual chegaram a um consenso no que se refere às posições comuns ante temas de alcance regional que superam o estritamente econômico e comercial.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 256).

A X Reunião do Conselho do Mercado Comum, ocorrida na cidade de San Luis na Argentina, no dia 25 de junho de 1996, contou com a presença do Chile e da Bolívia, os quais assinaram juntamente com os países membros do Mercosul a “Declaração Presidencial sobre

⁵⁹ POP Artigo 39 Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

⁶⁰ POP Artigo 45 A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Compromisso Democrático no Mercosul”, onde “os presidentes reafirmaram sua plena adesão aos princípios e as instituições democráticas, ao estado de direito e ao respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”, podendo ser considerado como ingrediente necessário para sobrevivência e a ampliação do Mercosul. (ACCIOLY, 2004; WANDERLEY; VIGEVANI, 2005). O Chile está entre os principais países de destino das exportações catarinenses, sendo que de 1999 a 2008 ocupou de forma variada da sétima a décima terceira posição; no que condiz as importações do Estado de Santa Catarina de 2004 a 2009 o Chile destacou-se por ter ocupado o segundo e o terceiro lugar entre os principais países de origem das importações, ficando atrás dos Estados Unidos e da China.

Em 25 de agosto de 2003, o Peru assinou sua adesão com o Mercosul, integrando-se a zona de livre comércio (ACCIOLY, 2004), na mesma condição de Chile e Bolívia, ou seja, considerado o primeiro estágio de integração. Cabe ressaltar que Chile, Bolívia e Peru não têm o mesmo *status* dos países fundadores dos Mercosul. O Peru ocupou em 2007 e 2008 a sexta posição no *ranking* dos principais países de origem das importações do Estado catarinense, ressalta-se que em 2006 estava em sétimo,

O protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul foi assinado na cidade de Caracas, em 04 de julho de 2006, reafirmando os princípios e finalidades do Tratado de Montevidéu de 1980 e do Tratado de Assunção de 1991, ratificando que a efetivação do processo de integração da América do Sul depende de novas adesões. Todavia, a integração da Venezuela ao Mercosul segue os princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, o reconhecimento das assimetrias e do tratamento diferenciado, assim como dos princípios de segurança alimentar, meios de subsistência e desenvolvimento rural integral. A Venezuela em 2007 ficou em décimo segundo lugar e em 2008 em décimo primeiro lugar entre os principais países de destino das exportações catarinenses

Durante a reunião do Conselho do Mercado Comum na cidade de Ushuaia, República Argentina, ocorrida no dia 24 de julho de 1998, os presidentes dos Estados Partes⁶¹ assinaram o “Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático”. Destaca-se, no art. 1º, “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo,” sendo de consenso que alguma contraposição da ordem democrática poderia influenciar

⁶¹ A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, assim como a República da Bolívia e a República de Chile, doravante denominados Estados Partes do presente Protocolo.

negativamente no futuro do Mercosul. Portanto, a conformação da democracia é essencialmente basilar no processo de integração econômica.

Outro evento de grande importância que merece ser ressaltado diz respeito ao ocorrido nesta mesma ocasião, quando da assinatura da:

[...]. ‘Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz’, que determinava, entre outros pontos, o fortalecimento dos mecanismos de consulta e cooperação sobre questões de segurança e defesa, além da promoção de uma articulação progressiva e realização de esforços conjunto em foros pertinentes para avançar na consolidação de acordos internacionais relacionados ao desarmamento e à não-proliferação de armas nucleares. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 256).

Dentre tantos compromissos assumidos pelos presidentes dos Estados Partes, fica evidente a preocupação no sentido de criar meios que proporcionem um clima de segurança entre seus países, de maneira que todos tenham consciência a respeito das consequências futuras que possam surgir se os mesmos derem mais atenção para o investimento bélico em vez de prepararem seus países para se tornarem mais competitivos no mercado internacional, e ter como principal alvo a participação no Mercosul para serem reconhecidos em função da representatividade via bloco e não isoladamente. Para maiores informações ver ANEXO C (Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile).

No ano de 2000 foi instituído o projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que teve como propulsor o Brasil. Com o passar do tempo despertou a atenção, e, posteriormente, a adesão dos países da América do Sul, ainda contando com a participação da Guiana e Suriname, que estavam alheios a qualquer modalidade de integração na região. A IIRSA, de certo modo, afetou o conceito de integração comercial da América Latina. Visto que a Comunidade Andina e o Mercosul utilizavam-se de um processo liberalizado de comércio recíproco, passou a ser observado como uma forte tendência para a união de seus blocos em um Mercado Comum como pré-condição para a constituição de uma Comunidade Econômica Sul-americana⁶²; no entanto, será preciso aumentar o intercâmbio comercial entre seus membros, porém, ao mesmo tempo, tendo que melhorar sua produção para oferecer ao mundo bens e serviços competitivos. (SCHMIED, 2007).

Destarte, faz-se necessário que os países membros tenham ciência de que: “A área de infra-estrutura promove a implementação de uma agenda consensuada de projetos prioritários

⁶² “Esta comunidade se reflete na vontade política e infra-estrutura do Plano IIRSA – de construir uma América do Sul através da liberalização do comércio recíproco dos bens e serviços. Isso significa ter um mercado ampliado e assegurar a livre circulação de capitais tecnologia, mão-de-obra qualificada, eliminação dos passaportes, intercâmbio de professores e alunos, homologação de currículos universitários, acompanhados por uma infra-estrutura comum energética, portuária e de telecomunicações.” (SCHMIED, 2007, p. 116-117).

da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), considerando planos de desenvolvimentos nacionais, bilaterais e regionais.” (SCHMIED, 2007, p. 117). Dentro desta perspectiva, o Programa da Infraestrutura Regional Sul-americana contempla:

- a criação dos corredores biocêntricos, tendo como base a integração física para aprimorar os mercados e promover o incremento intra-regional;
- a construção de um gasoduto sul-americano, a partir do desenvolvimento de infraestruturas viárias, ferroviárias, aéreas e portuárias; e
- o comprometimento dos países da região em colaborar nos setores de petróleo, gás ou energia hidroelétrica.

O sucesso na globalização comercial para os países sul-americanos está na ampliação de seus mercados. Contudo, é preciso despertar para a melhor forma de utilização dos meios e instrumentos que promovam o investimento industrial, com busca de resultados que venham criar novos postos de trabalho e, conjuntamente, acompanhando as atualizações em termos de tecnologia que seja adequada à demanda populacional. Esses requisitos são essenciais para a integração econômica da América Latina⁶³ e sua inserção no mercado mundial. (SCHMIED, 2007). Com certeza, o projeto da IIRSA despertou os dirigentes políticos dos países da América do Sul e outros de que a integração pode fluir pela necessidade de desenvolver uma infraestrutura apropriada para torná-los mais competitivos e, conseqüentemente, aumentar ou até diversificar seus mercados.

Com a presença dos presidentes de 12 países da América do Sul⁶⁴, na cidade de Cusco, Peru, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2004, os quais resolveram constituir a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) com 12 Estados Nacionais⁶⁵, no intuito de desenvolver um projeto comum congregando os países da América do Sul, tendo como referência a União Européia. (SCHMIED, 2007). No entanto, a CSN se apoiaria fundamentalmente na:

⁶³ “Na atualidade os resultados mostram o fracionamento dos espaços regionais da América Latina. O México é hoje um membro ativo do NAFTA, bloco com os Estados Unidos e o Canadá. O Mercado Comum da América Central (MCCA) goza de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e seu desenvolvimento econômico gira para a América do Norte, além da região estar negociando um Acordo de Livre Comércio com a União Européia.” (SCHMIED, 2007, p. 116).

⁶⁴ “Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.” (SCHMIED, 2007, p. 118).

⁶⁵ “Com uma população de 361 milhões de habitantes, uma superfície de 17 milhões km², possui 12% da superfície da terra com um PIB de US\$ 973.613 milhões de dólares e exportações de US\$ 181.856 milhões de dólares.” (SCHMIED, 2007, p. 118).

1. Integração em infra-estrutura, inclusive com a construção de estradas para unir o Atlântico com o Pacífico;
2. Integração energética, especialmente na área do gás;
3. Ser um mecanismo de consulta e concertação política, lutar contra a marginalidade e a pobreza – problema estrutural e origem da instabilidade política;
4. Alcançar a união das economias do Chile, Suriname, Guiana, Mercosul e a CAN em uma zona de livre comércio. (SCHMIED, 2007, p. 118).

Com a pretensão de efetivar um mercado comum em tempo futuro entre o Mercosul e a CAN, justifica-se a origem da Comunidade Sul-americana de Nações, ficando evidentes o anseio e a vontade política de abreviar essa proximidade, porém, buscando destacar a preocupação quanto ao melhor caminho a ser percorrido para superar as diferenças existentes entre os países pertencentes a América do Sul.

Os países participantes CSN demonstraram:

Na Declaração de Cusco se reconhece a convergência dos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, fatores potenciais de fortalecimento e desenvolvimento das suas capacidades internas para uma melhor inserção internacional. A proposta é desenvolver um espaço sul-americano integrado no plano político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura de maneira a fortalecer a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional, para a articulação com outras experiências de integração regional e o fortalecimento da América Latina e Caribe, outorgando-lhe maior gravitação e representação nos foros internacionais. (SCHMIED, 2007, p. 119).

Dentro deste contexto, os países membros da CSN, igualmente, admitem a possibilidade de constituir um espaço sul-americano conexo, tendo como baluarte o incremento e aprimoramento instigado pela:

- Concertação e coordenação política e diplomática;
- Aprofundamento da convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina e o Chile através do aperfeiçoamento da zona de livre comércio;
- Integração física, energética e de comunicações na América do sul;
- Harmonização de políticas que promovem o desenvolvimento rural e agro-alimentar;
- Transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura; e.
- Crescente interação entre as empresas e a sociedade civil. (SCHMIED, 2007, p. 119-120).

A importância primordial para os países da América do Sul por meio da CSN é poderem ter acesso tanto para o Atlântico quanto para o Pacífico, pois perfila como passaporte principal para ambos os continentes econômicos. Assim, que a partir desta interconectividade viária é que resultaria realmente em uma planificação de sinergias entre os países membros,

visando a superar as dificuldades existentes de acesso ao Atlântico e ao Pacífico em busca de um objetivo maior e comum para todos, ou seja, poder ter uma participação mais efetiva na economia mundial, com a melhora da infraestrutura interna de cada país, oportunizando, assim, um diferencial de extrema importância para todos que vierem usufruir destes melhoramentos, que visam a facilitar o deslocamento e o acesso entre os países da CSN com entrada aos dois oceanos (Atlântico e Pacífico). (SCHMIED, 2007).

Outro ponto que merece ser destacado é o:

O anel energético previsto no marco da CSN é a chave, mas este acordo não exclui outras possibilidades, como a sugerida na 28ª Reunião da Cúpula do Mercosul, realizado em Assunção, com os presidentes do Uruguai, Paraguai, Venezuela e Bolívia quando analisaram outras formas de integração energética sul-americana que terão como eixo o abastecimento do gás boliviano. Ambos os projetos são paralelos e complementares. (SCHMIED, 2007, p. 114-115).

Em 16 de abril de 2007, em razão da 1ª Cúpula Energética ocorrida na ilha venezuelana de Margarita, a Comunidade Sul-americana de Nações (CSN) criada em dezembro de 2004, foi substituída pela União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Foi criada uma secretaria com sede em Quito, no Equador, e como secretário executivo, assumiu o ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja a UNASUL: “deverá impulsionar a Unasul e resolver os conflitos que possam [...] surgir entre os países. É sem dúvida um salutar sentimento integracionista na América do Sul.” (SCHMIED, 2007, p. 121-122).

Observa-se que, nos últimos anos, os países da América do Sul estão identificando outros interesses que venham justificar a necessidade de aproximação. Despertando a partir de suas potencialidades individuais para o caminho de ações conjuntas, que possam contribuir de uma maneira mais expressiva em um ganho mútuo. Para tanto, surgem várias situações que precisam ser tratadas com muita atenção, principalmente com a finalidade de lapidar de forma consistente uma integração sólida tanto no campo econômico quanto no político, estendendo-se ao social, deixando para trás discursos meramente retóricos, que nunca se concretizam, mas que contribuíram para um clima de descontentamento entre seus participantes.

O Estado de Santa Catarina devido a sua posição estratégica no Mercosul, tem grandes possibilidades de contribuir com o desenvolvimento dos meios de transporte no Mercosul e sem muita pretensão para América do Sul, quer seja, rodoviário (BR 101 em fase de conclusão conhecida como corredor do Mercosul e a BR 282 que poderá após a construção de alguns trechos que faltam ser a rodovia que ligará o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico), ferroviária (tem ligação com a Argentina), aeroviária (dispõe de aeroportos internacionais) e

portuária (tendo 3 portos). A infraestrutura na área de transporte do Estado catarinense pode ser considerada bem diversificada e em boas condições de uso.

2.5 TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Entre as várias contribuições teóricas que marcaram época, no sentido de interpretarmos suas diversas influências e até mesmo seus efeitos ao longo das décadas, temos que: “A Teoria da Dependência representou, durante as décadas de 1960 e 1970, uma concepção política e econômica alternativa aos modelos dos países desenvolvidos e mesmo do bloco comunista, [...]”. (SARFATI, 2005, p. 139). Isso corrobora no intuito de encontrar possíveis alternativas para dar: “[...] origem a um movimento de fortalecimento dos países do chamado Terceiro Mundo em absolutamente todos os campos, desde o econômico, por intermédio de programas de substituição das importações, e até sociais e culturais, [...]” (Ibid., p. 139).

Devido à abrangência desta condição, os países subdesenvolvidos sofreram muitas consequências por não terem condições de competir com os países desenvolvidos, destacando-se o atraso tecnológico no setor industrial, que resultou em produtos de baixa qualidade e infraestrutura precária, principalmente no setor de transportes (rodovias, ferrovias, portos etc.) e a falta de um programa de desenvolvimento econômico que atendesse às necessidades nacionais e às exigências do mercado internacional.

Com o passar do tempo, surgiu uma situação intermediária entre os Estados centrais e Estados periféricos, ou seja, os Estados semiperiféricos (países semiperiféricos) que são incluídos na Teoria da Dependência,⁶⁶ de maneira que:

Essa teoria, em larga medida, reproduz os estamentos das classes sociais em um Estado e os coloca em um nível mundial e, portanto, a luta de classes é reproduzida como uma luta entre o centro e a periferia, intermediados por uma classe média ou pequena burguesia, que seriam os países semiperiféricos. Esses países “classe média”, como o Brasil, México, Coréia do Sul, Índia etc., têm economias com fortes traços desenvolvidos, com alguns setores apresentando tecnologia de ponta com produtos de reconhecimento mundial, como é o caso da tecnologia bancária brasileira. (SARFATI, 2005, p. 141).

⁶⁶ “[...]. A pequena mobilidade entre os países, que a Teoria da Dependência não imagina ser possível, permite que o sistema se reproduza e que, essencialmente, os países periféricos e semiperiféricos sigam a “cartilha” dos países centrais para tentar subir de ‘classe social’. [...]” (SARFATI, 2005, p. 142).

A Teoria da Dependência inclui vários atores em suas análises; considera também as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e não menos importante a influência premeditada da cultura do país rico sobre o país pobre. No entanto, a Teoria da Dependência destaca-se por contemplar as seguintes características:

- O Estado constitui um ator importante, central, mas não único nas relações internacionais.
- Outros atores são considerados importantes como, OIs, OINGs, sindicatos etc.
- Há um pessimismo quanto à possibilidade de uma harmonia internacional em face da cooperação assimétrica estabelecida entre os países ricos e pobres em um processo de legitimação do *status quo*, em que o ator ganhador é sempre o país independente e rico.
- Economicamente, trocas comerciais desiguais caracterizadas pela divisão internacional do trabalho geram uma relação de dependência entre as economias centrais e periféricas.
- Politicamente, corresponde à ordem oligárquica nos países subdesenvolvidos. A dominação política no campo internacional dos países desenvolvidos.
- Social e culturalmente, refere-se à massificação cultural refletida pelas culturas dos países desenvolvidos impostos sobre os países subdesenvolvidos.
- Multiplicidade de dependências (econômica, social, política etc.) (SARFATI, 2005, p. 140).

Embora a Teoria da Dependência tenha sido trabalhada dentro da sociologia e da economia, confirma a Teoria das Relações Internacionais por demonstrar uma visão terceiro-mundista, no sentido de entender a dinâmica internacional e o enquadramento dos países subdesenvolvidos no contexto da globalização. Fica evidente, que no plano internacional há uma hierarquização entre países, que vem ao encontro da Teoria da Dependência caracterizando uma relação de dependência entre os Estados periféricos e centrais, sendo que os primeiros dependem dos segundos em termos de ajuda financeira. Os países subdesenvolvidos deixam a desejar na sua forma de produção, principalmente por se aterem em produzir *commodities* agrícolas e minerais, que são vendidos aos países desenvolvidos com baixo valor agregado, os quais, por sua vez, industrializam boa parte dessas matérias primas em produtos completos, só que com alto valor agregado e os vende de volta aos países subdesenvolvidos. (SARFATI, 2005).

A Teoria da Dependência contribui para o entendimento da situação em que se encontram os países do Mercosul, que estão buscando uma situação mais favorável no mercado internacional através da integração econômica, pois durante décadas não conseguiram conquistar um espaço de destaque no comércio mundial, principalmente por não terem condições de competir com países desenvolvidos. O Estado de Santa Catarina vem se destacando nas suas exportações para os países do Mercosul, por comercializar produtos com valor agregado como: papel cartão, refrigeradores, congeladores, carnes de suínos, motores e

geradores elétricos, e, por importar produtos que proporcionam agregar valor, tais como: malte não torrado, grãos de soja, cevada cervejeira, milho em grão, etc.

2.6 GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização⁶⁷ iniciou sua trajetória mais marcante a partir de 1980, que atingiu países e regiões, até este momento, alheios às transformações, porque eram exigidas, em muitos casos, mudanças extremamente significativas trazidas pelo fenômeno denominado globalização⁶⁸, tanto dos mercados financeiros, quanto de produtos. De maneira que:

A globalização pode ser entendida como um fenômeno não totalmente novo, mas como desdobramento contemporâneo do desenvolvimento capitalista, cuja origem é remota. Condiciona, porém, diretamente e de modo progressivo, a soberania de cada Estado-Nação – particularmente no que tange à sua capacidade de dirigir com autonomia a organização interna nos planos econômico, político e social, afetando os mecanismos tradicionais de política externa. [...]. (VIGEVANI; et al, 2004, p. 10-11).

Assim sendo, paralelamente: “[...] o avanço e consolidação dos blocos regionais e a formação de áreas de livre comércio, têm imposto crescentes limites à autonomia dos Estados nacionais e exigido reformas profundas nos sistemas de tributação dos países envolvidos [...].” (REZENDE; OLIVEIRA, 2004, p. 07). É criado, desta forma, um novo cenário para os países participantes neste processo, no intuito de poder contribuir para que os mesmos pudessem adaptar-se a essa nova realidade do capitalismo.

De acordo com Sarfati (2005, p. 318) que define a globalização como:

[...] o processo no qual as tradicionais barreiras entre os Estados caem, fruto do avanço tecnológico, que possibilita intensa troca de informações entre as pessoas no mundo. Esse fenômeno é observado, virtualmente em todos os aspectos das relações humanas, incluindo não somente a economia, como também cultura, meio ambiente, educação, imprensa etc.

⁶⁷ “A globalização da economia e da sociedade está gerando o desenvolvimento de uma nova ordem mundial, baseada na expansão do capitalismo e comandada pelo crescente domínio das cooperações transnacionais. Essa mudança de rumo do mundo deve-se principalmente ao fim da guerra-fria, em que havia um estado de tensão permanente entre os Estados Unidos e a União Soviética, ao incremento da guerra comercial entre empresas e países e à formação de grandes blocos econômicos regionais.” (ACCIOLY, 2004, p. 21).

⁶⁸ “A globalização, como fenômeno político, econômico e social, tem sido amplamente analisada pelos diversos ramos das ciências sociais e, portanto, dada a sua natureza internacional, é importante analisar a sua relação com as Relações Internacionais.” (SARFATI, 2005, p. 317).

No entanto, no que condiz à desenvoltura em termos de globalização, integração econômica, modificação da função do Estado e descentralização das políticas públicas, podem ser consideradas que as mesmas são consequências de arranjos necessários: “[...] de um mesmo processo, na etapa atual de desenvolvimento do capitalismo, que está condicionando a natureza das reformas nos sistemas tributários e colocando desafios que precisam ser vencidos em nome da eficiência e da competitividade.” (REZENDE; OLIVEIRA, 2004, p. 07). Dentro deste contexto, a globalização vem provocando, nas últimas décadas, a quebra de paradigmas, influenciando diretamente os países que têm interesse em participar efetivamente do comércio internacional, os quais precisam se adaptar a esta nova realidade, fazendo reformas internas, imprescindíveis para demonstrar sua capacidade competitiva.

Em decorrência da globalização, os países têm preferido desenvolver diversas estratégias de inserção e integração, mas, priorizando formas regionalizadas que venham ao encontro de seus interesses e projetos de desenvolvimento socioeconômico. Os Estados nacionais estão reduzindo seu raio de atuação ante a crescente internacionalização dos mercados, que pode ser considerada comum, tanto nos países economicamente desenvolvidos, como nos denominados emergentes; contudo, ainda tem como decorrência a participação dos níveis subnacionais, até certo ponto expressiva, no cenário internacional. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Destarte, a globalização necessita desenvolver meios para poder controlar seus efeitos: “Nesse sentido, a integração regional cumpre a função de entender em parte a isso, mas gera ao mesmo tempo novas consequências, que, em muitos casos são sentidas pelos governos subnacionais. [...]” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 145). Normalmente, os governos subnacionais têm dificuldade para lidar com essa situação porque os processos de tomada de decisões concentram-se no governo central, condicionando esses atores a uma atuação mais secundária.

A Globalização e as Relações Internacionais⁶⁹, na atualidade, passam por um dilema, pois as relações internacionais, em suas teorias clássicas, defendiam o poder do Estado, a territorialidade e, principalmente, a soberania. A globalização vai além dos (tradicionais) comumente reconhecimentos entre local, nacional e global e ainda no que diz respeito a

⁶⁹ “[...] visões teóricas sobre a globalização e as Relações Internacionais [...] os *hiperglobalizantes* são muito positivos em relação à globalização, pregando que o processo seja eminentemente econômico. Já os *céticos* assumem que a globalização é um mito baseado na economia internacional, uma vez que os governos seguem sendo unidades poderosas. Finalmente, os *transformacionistas*, [...], afirmam que as sociedades vêm tentando se adaptar aos padrões contemporâneos da globalização, caracterizados pela interconectividade e incerteza.” (SARFATI, 2005, p. 320).

temas domésticos e internacionais, cabendo às teorias das relações internacionais criar novas formas de tratar a territorialidade, porosidade das fronteiras, organizações transnacionais e das alterações das autoridades nacionais para transnacionais, não obstante, a globalização interfere na autonomia dos Estados Nacionais em suas decisões internas. Isso pode ser interpretado com referência à soberania nacional, em que os Estados passam parte de sua soberania para outras unidades, como UE e o Mercosul. (SARFATI, 2005).

Quanto à relação da globalização com o Estado, nos dias atuais, faz-se necessário reavaliar o papel do Estado, sendo notório que o mesmo precisa se adequar a essa nova realidade. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

A globalização influencia o Estado de diversas formas, mas é preciso que as alterações que se fazem necessárias sejam bem trabalhadas, pois, ao contrário, podem resultar em implicações consideráveis nos campos econômicos, político e social. O Estado precisa mostrar capacidade para conviver com a nova realidade no comércio internacional. No que se refere aos países pertencentes ao Mercosul, verifica-se que estão acontecendo negociações na esfera internacional via bloco, demonstrando que, com o decorrer dos anos, seus Estados membros estão superando as mais diversas dificuldades, e com isso valorizando de forma considerável a representatividade e o reconhecimento dos membros do Mercosul como referência no comércio internacional. As exportações catarinenses poderiam crescer ainda mais se o governo priorizasse os acordos comerciais do Mercosul/África do Sul e Mercosul/União Européia, ampliando de forma singular o mercado para os produtos catarinenses.

2.7 FEDERAÇÕES

As organizações dos Estados⁷⁰, dentro de um aspecto histórico, têm como forma inicial de organização de tipo confederado, cedendo, no decorrer do tempo, lugar às federações, portanto:

[...]. Isso aconteceu principalmente em decorrência da dificuldade de estabilizar uma unidade territorial num contexto de subunidades territoriais soberanas, ligadas por vínculos muito tênues. Assim, temos nas confederações Estados independentes, que

⁷⁰ “[...] para aferir a diferença entre uma federação e uma confederação é a capacidade de atuação externa independente dos estados. (Prazeres, 2004). Assim, caso as unidades federadas inseridas num Estado tenham a capacidade de atuação externa própria, integram elas uma confederação de estados, ao passo que, se não tiverem estas prerrogativas, compõem, então, uma federação. Seguindo esta linha clássica de argumentação, é possível defender, dentro da organização federativa, que o Estado Federal é o soberano ao passo que as unidades federadas que compõem são tão-somente autônomas.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 164).

se unem em torno de alguns objetivos em comum para uma forma centralizada de poder, sem que percam, contudo, sua independência como entidades políticas soberanas. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 163).

O Federalismo apresenta em sua estrutura duas maneiras de organização: uma, na qual os Estados se unem em torno de um centro de poder comum, renunciando sua soberania, e passa a ser um novo Estado federal que os reúne (ex: EUA). Outro caso é o Estado unitário, que se subdivide internamente, e que, apesar de delegar autonomia às unidades políticas internas, detém em si a soberania do território (ex: Brasil), ou seja, por meio de um governo central, responsável pela vida política do Estado. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005). Para Rezende e Oliveira (2004, p. 23) as federações se diferem, mas: “[...]. O que elas têm em comum é uma constituição que distribui poderes conforme regras tanto de autogoverno quanto compartilhadas, em um conjunto de trâmites para implementar essa estrutura constitucional.” Em alguns casos é preciso esclarecer o que compete a cada esfera de governo, para evitar conflitos, e, se for preciso, alterar a constituição.

Segundo Soares (1998, p. 138 *apud* WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 164):

O sistema federal pode ser definido como uma forma de organização do Estado nacional caracterizada pela dupla autonomia territorial do poder político, ou seja, na qual se distinguem duas esferas autônomas de poder: uma central, que constitui o governo federal, e outra descentralizada, que constitui os governos membros, sendo que ambas têm poderes únicos e concorrentes para governar sobre o mesmo território e as mesmas pessoas.

O Modelo Federal pode se adaptar à nova ordem econômica, a qual é resultante da globalização (em termos de poder e difusão) e da agilidade das informações, sendo extensiva a todas as nações; por conseguinte, o federalismo tem condições, em função dos valores sociais subjacentes, de conciliar a competitividade econômica com a coesão social. (REZENDE; OLIVEIRA, 2004).

Dentre os países federais, destacam-se boa parte dos mesmos pela extensão territorial, portanto, enquadram-se nesta situação: “[...] Rússia, Canadá, Estados Unidos, Brasil, Austrália, e Índia. [...]” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 165-166). Todavia, segundo Sarfati (2005, p. 186): “[...], o Federalismo prega a criação de novos Estados pela integração dos já existentes, geralmente com base regional e, em última instância, a formação de um Estado mundial.” (SARFATI, 2005, p. 186).

Devido à influência da globalização em termos de transformação social, política e especialmente econômica, vem à tona assuntos referentes ao desempenho econômico no plano

local e regional e, numa dimensão maior, no nacional e internacional, dos estados e municípios, de forma que: “[...]. E é exatamente a autonomia das unidades subnacionais um marco para o revigoramento da estrutura político-territorial dos países, sejam eles unitários, sejam federados.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 185). Sendo que para a federação: “[...], a reformulação de seus conceitos e regras passa a ser vital para os estados e municípios, pois podem ou não dificultar seus desempenhos econômicos. [...]” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 5). Dentro deste contexto, nota-se a importância das unidades subnacionais deterem mais autonomia para desenvolverem mecanismos que proporcionem melhores formas de desempenhos econômicos; isso serve tanto para os países unitários quanto para os federados. Contudo, destaca-se que:

O mérito mais claro do federalismo está no campo das relações e distribuição do poder, mais do que em uma eventual eficácia econômico-administrativa. Isso porque ele é o meio de organização territorial mais apropriado para garantir, via democracia, estabilidade e legitimidade política aos governos de Estados nacionais cujas sociedades são marcadas por grande heterogeneidade de base territorial, cultural, lingüística, étnica ou religiosa. Em um país muito extenso territorialmente e/ou com grande diversidade étnico-lingüística, a forma federada de divisão do poder acomoda as tensões, reconhece e protege as diferenças e promove objetivos de convivência comum. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 163).

O federalismo no processo de integração do Mercosul pode ser caracterizado pela importância de harmonizar soluções que venham contribuir para a redução das desigualdades sociais e dos níveis de pobreza. Todavia, é preciso constituir instrumentos capazes de proporcionar tanto ao sistema federal quanto aos governos subnacionais/locais meios de cooperação entre ambos, no intuito de assegurar financiamento de políticas sociais, educacional, de saúde etc. (REZENDE; OLIVEIRA, 2004). Haja visto que os governos locais (municipais) e os estaduais (províncias) estão mais próximos de grande parte dos problemas existentes, tendo condições de verificar as melhores soluções a serem implementadas em parceria com o governo central. No caso do Estado de Santa Catarina que é dividido por Polos Econômicos, adverte-se que o Governo do Estado e também os prefeitos municipais tem dificuldades em oferecer condições favoráveis para a população, mesmo estando próximo dos problemas nas mais diversas áreas como: segurança, saúde, saneamento básico, emprego, educação, moradia, etc., todavia se faz necessário ter o apoio incondicional do Governo Federal, para através de investimentos públicos minimizar ou até mesmo resolver os problemas mais preeminentes que afligem a população.

2.8 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A origem da Teoria das Relações Internacionais remete-se ao ano de 1919, pois, naquele ano, foi criada a primeira cadeira de Relações Internacionais, e que segundo Sarfati (2005, p. 23): “[...] após a Primeira Guerra Mundial, os principais objetivos desse ‘novo-velho’ campo de conhecimento eram entender as causas da guerra e descobrir como preveni-las.”

O campo das Relações Internacionais, em sua essência, recebeu contribuições em termos de ideias, teorias e ideologias dos campos tradicionais, tais como: direito, política e economia, assumindo um caráter multidisciplinar. De fato, para estudá-lo nos dias atuais é preciso percorrer por aqueles que a conceberam, ou seja, sua “pré-história”. (SARFATI, 2005).

O papel das Teorias das Relações Internacionais destaca-se por poder ser representado por dois grandes blocos de reflexão: primeiramente, formado por teorias que procuram explicar a realidade do mundo. Em segundo lugar, tem como ponto central entender o mundo, ponderando a respeito do que é o mundo através da estruturação e debate de sua ontologia e epistemologia. (SARFATI, 2005).

De acordo com primórdios de análise das Relações Internacionais, fica evidente a participação do Estado, visto que:

Historicamente, os Estados sempre foram – e continuam a ser – considerados os principais atores das relações internacionais, independentemente da emergência de novos atores nas últimas décadas, como as OINGs⁷¹, ETNs⁷² etc. [...] o Estado como ator em relações internacionais contém em si a premissa de ser um ator unitário. Ou seja, quando focamos o Estado como ator soberano; isso independe de suas divisões internas. (SARFATI, 2005, p. 33).

A partir de iniciativas de alguns países que promoveram sua aproximação para terem uma maior e melhor representatividade no comércio internacional, contribuíram para:

O aparecimento e a consolidação de vários processos de cooperação e integração internacional, a partir dos anos 1950, particularmente na região do Atlântico Norte, provocaram o surgimento de um amplo debate sobre o futuro das relações internacionais e as possibilidades políticas abertas por esta emergente tendência no contexto internacional. (LIMA, 2001, p. 421).

⁷¹ Organizações Internacionais Não-Governamentais (OINGs): WWF, Greenpeace, Care etc.

⁷² Empresas Multinacionais-Transnacionais (ETNs).

O Estado⁷³ precisava preparar-se para uma nova realidade em termos de reestruturação em todas as suas áreas de ação, sendo que predominou nas agências internacionais: “a partir da metade dos anos 80, e até quase o final da década de 1990, foi a da redefinição do papel e das funções do Estado, com redução de seu tamanho e desregulamentação de seus diferentes setores de atuação, mesmo no campo das políticas sociais. [...]” (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 9). Neste período, ocorreram em vários países as privatizações, reformas extremamente necessárias e importantes para que o Estado abrisse mão de muitas de suas empresas estatais, que demonstravam ser ineficientes, vendendo-as para a iniciativa privada.

De fato, com o fim da Guerra Fria, o fenômeno da globalização passou a ser destaque no cenário internacional no que tange a assuntos econômicos e comerciais, visto que o fantasma do comunismo não mais assombraria as relações internacionais entre os Estados. Desta forma, a globalização está sendo incorporada, na teoria das relações internacionais de maneira gradual, principalmente, as que direcionam sua atenção a fenômenos de integração regional, motivo pelo qual os mesmos proporcionam um aumento da participação dos governos subnacionais, tendo, como resultado uma maior interação transnacional com os países envolvidos, porque os interesses de participação dos governos subnacionais no cenário internacional não se limitam às relações econômicas e comerciais, sendo extensiva à política e à cultural. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Por motivo dos Estados-Nação estarem direcionando sua atuação rumo a integrações transnacionais, os governos subnacionais começam se sobressair no campo das Relações Internacionais, caracterizando inevitavelmente novas posturas e papéis. Cabe ressaltar que, dentro deste contexto, os governos nacionais estão mais preocupados com a competitividade nacional, e não é dada ênfase à questão do equilíbrio regional, que é assumido, pelos governos subnacionais. Os Estados-Nação também estão deixando de dar atenção aos impactos da globalização nos governos subnacionais, que ficam expostos às consequências da economia global, praticamente obrigando-os a abrir ou conquistar um espaço nesse meio, e ainda tendo, como possibilidade, a participação em emergentes regimes transnacionais. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Um dos agravantes na relação governo central e as unidades subnacionais estão na constituição. Com a atuação mais direta dos governos subnacionais no plano internacional, no

⁷³ “[...], é praticamente impossível para os Estados nacionais, sejam fortes, sejam fracos economicamente, ignorarem as forças da globalização.” (SARFATI, 2005, p. 324).

que diz respeito às atribuições de cada um em termos constitucionais, isso pode interferir na conduta dos governos em função das regras institucionais de cada país, onde a autonomia das instâncias subnacionais pode variar. No entanto, em alguns países a constituição estabelece que a política externa só pode ser exercida pelo governo central. Neste caso, os governos subnacionais deveriam desenvolver meios para poderem ter uma participação nas decisões no campo diplomático, pois, se enquadram numa situação de dependência das ações do governo central. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

É notório que a composição de blocos econômicos tem a participação efetiva na desenvoltura do processo de ação e integração das mais diversas unidades subnacionais, principalmente por meio de sua regulamentação, que tem como finalidade atingir um espaço econômico conjugado. Assim sendo, os governos centrais precisam abrir mão de parte de sua soberania política e econômica, mas muitas das unidades subnacionais, em uma atitude egocêntrica, têm tirado proveito para (individualmente ou em conjunto) agir de modo independente, com relação ao governo central de seus países. Preocupado com a inserção dos Estados e municípios, o Estado federal brasileiro criou Assessoria de Relações Federativas⁷⁴ (ARF), no intuito de conhecer e controlar as ações autônomas externas dos mesmos. A ARF objetiva promover a interface entre um dado ministério e os governos estaduais e municipais, partindo do princípio que, com essa proximidade, facilitaria a compreensão das conveniências e da maneira de atuar das unidades federadas na condução da política externa. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

O Estado-Nação continua sendo a ator principal nas relações internacionais. Todavia, com o aumento da representatividade dos governos subnacionais na esfera internacional podem ocorrer tensões entre ambos, principalmente se os governos subnacionais passarem a ter um papel mais atuante no cenário internacional nas funções de coordenação, articulação, negociação, mobilização e indução dos agentes envolvidos. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pode ser considerado fruto das transformações que vêm ocorrendo no mundo. É formado por países em desenvolvimento com várias semelhanças. Dentre elas, enfatiza-se as exportações de produtos primários, e, nas últimas décadas, a mudança de regime militar para regime democrático. No entanto, a

⁷⁴ Com escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores nos Estados de: Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e ainda para atender a região Norte em Manaus e para a região Nordeste no Recife, totalizando sete escritórios do Itamaraty distribuídos no Brasil.

democracia pode ser considerada como pré-requisito para desenvolvimento de blocos regionais, desta maneira podemos considerar que:

Hoje, um tema central, debatido na ciência política, na sociologia, nas relações internacionais, é o da relação da democracia com o fenômeno da globalização. Sabe-se que os processos de integração regional, entre eles o Mercosul, estão inseridos na realidade dessa globalização, e, ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de lidar com ela, mantendo em vigor todos os instrumentos pelos quais a sociedade civil e o Estado podem agir, intervir. [...]. (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 6).

De fato, dentro desta conjuntura podemos constatar que: “Durante a última década, as iniciativas de integração regional ganharam enorme impulso, com os blocos econômicos estabelecidos por todo o continente americano, tal como o Mercosul, o Pacto Andino e o Nafta. [...]” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 177), tendo, como consequência positiva para diversos países, a oportunidade para uma atuação mais efetiva de suas unidades subnacionais.

Devido às influências que ora começavam a aflorar no caminho de uma inserção internacional, envolvendo, além do Estado nacional, os governos subnacionais de maneira que:

No contexto atual marcado pelo fenômeno de globalização econômica, política, social e cultural que afeta a soberania do Estado nacional, a investigação sobre a ascensão dos governos subnacionais nas relações internacionais adquire cada vez mais significação. A intensificação desses processos e o conseqüente acirramento da competição internacional – ocorrido sobre tudo a partir dos anos 90 -, ao mesmo tempo que impulsionaram o avanço das iniciativas de integração regional alteraram as condições de gestão dos Estados nacionais. (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 21-22).

Para um melhor entendimento sobre a importância a respeito da participação dos governos subnacionais no cenário internacional, principalmente, nos processos de integração regional, considerando-os como atores fundamentais, podemos sugerir como:

[...] um primeiro passo para entender analiticamente a atuação internacional dos governos subnacionais seria utilizar os conceitos e pressupostos das teorias de relações internacionais que tratam da questão da integração regional, já que estas perspectivas de análise partem do suposto básico de que a maior interação entre os países praticamente levaria a um aumento das relações de interdependência. Esta construção não é apenas um diagnóstico, pois pode ser entendida também como um roteiro de estudo para se compreender os governos subnacionais. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 149-150).

Sendo assim, os governos subnacionais precisam ter mais liberdade para atuarem no mercado internacional, sem entrar em conflitos de interesses com Estado nacional.

[...]. Embora as restrições mais comumente invocadas à atuação internacional dos governos estaduais e locais sejam de natureza jurídica – envolvendo, principalmente, as competências constitucionais estabelecidas para as diferentes esferas do governo, as experiências empíricas e o debate atual oscilam entre posições que privilegiam aspectos políticos, econômicos e sociais, paralelamente aos de cunho jurídico-constitucional. Em alguns casos, como o brasileiro embora a Constituição nacional apresente rígidos obstáculos à atuação internacional de seus entes federados, essa atividade, no entanto, é tolerada - e mesmo monitorada – pelo governo central. [...]. (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 23).

Portanto, no Brasil, os governos subnacionais não deixam de tomar iniciativas que facilitem sua inserção no mercado internacional em detrimento das limitações impostas pela Constituição. No entanto, para se precaver, o governo central tem escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores em vários Estados, no intuito de estar próximo dos governos subnacionais e de fazer um acompanhamento de suas ações. Em Santa Catarina fica na Capital Florianópolis.

As negociações internacionais capitaneadas pelo governo brasileiro é considerada primordial pelo setor exportador catarinense via Mercosul que estão sendo acompanhadas pelos empresários catarinenses, sendo: Mercosul/União Européia; Mercosul/México; ALCA; Mercosul/África do Sul; OMC; Mercosul/CGC; Mercosul/Índia; e Mercosul/Israel. A efetivação dessas negociações internacionais podem resultar para as empresas catarinenses na elevação das exportações, fazendo frente aos países emergentes que estão sendo beneficiados por estarem atendendo esses mercados.

2.9 MERCOSUL POLÍTICO

O Mercosul deve ser visto e tratado pelos ganhos de representatividade e de reconhecimento conquistado desde sua assinatura em 1991, de maneira que, apesar de todos os seus tropeços, conseguiu se manter firme nos seus objetivos integracionistas, sendo, na atualidade, considerado como um grande avanço em termos de desenvolvimento regional. O Mercosul abrange muito mais que simplesmente aspectos econômicos e comerciais, abarcando não só seus governantes, mas toda a sociedade envolvida diretamente e, em alguns casos, indiretamente como participantes ativos.

Neste sentido, o Mercosul tem, como fundamento, bases que consolidam as relações entre os países envolvidos nesse empreendimento, podendo ser considerado o acordo político mais importante alcançado na região, enfatizando que os conceitos de confiabilidade,

harmonia, razoabilidade e previsibilidade passam a fazer parte da linguagem e da convivência política, econômica e social de seus membros.

A “rede de segurança política” do Mercosul é condicionante fundamental para que as inter-relações econômicas e comerciais possam se efetivar da melhor forma possível. O Mercosul desencadeia uma rede de interesses e relações que contemplam desde a estabilidade na região, aprofundamento dos vínculos tanto econômicos como políticos neutralizando as tendências à fragmentação, além de criar um nível de interdependência entre os atores públicos e privados, sobressaindo o interesse político comum que transcende às estruturas políticas nacionais. (MERCOSUR, 2005).

Os dirigentes políticos, as burocracias estatais e os empresários passaram a ter um espaço de discussão, de múltiplas e complexas facetas, para levantarem e resolverem assuntos de interesse comum, promovendo uma participação ativa dos atores sociais, contribuindo para uma tomada de decisões mais racional. Com o desenvolvimento na construção do mercado comum, resultaria a necessidade de um “espaço político comum” no qual vigora, implicitamente, uma “política Mercosul”. (MERCOSUR, 2005).

O Mercosul Político iniciou sua trajetória mais relevante em 25/06/96, quando foi firmada em São Luis (Argentina) a Declaração Presidencial sobre o Diálogo Político, a qual criou o Mecanismo de Consulta e Concertação Política (MCCP), destacando-se como principal objetivo coordenar posições sobre questões internacionais de interesse comum. (MRE, 2005).

A Declaração Presidencial sobre Consulta e Concertação Política dos Estados Partes do Mercosul, firmada em Assunção em 17/06/1997, estabeleceu que “o MCCP buscará articular [...] as ações necessárias para ampliar e sistematizar a cooperação política entre as Partes, entendida como aquela cooperação relativa a todos os campos que não façam parte da agenda econômica e comercial da integração”. Esses entendimentos foram institucionalizados por meio da Decisão 18/98, que criou o Foro de Consulta e Concertação Política. Em 24/07/98, foi firmada em Ushuaia (Argentina), a Declaração Política do Mercosul, sendo Bolívia e Chile como Zona de Paz, que registra entendimento no sentido de “fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa existentes entre seus membros e promover sua progressiva articulação [...]”. Já foram assinados diferentes acordos de cooperação nas áreas judiciária e de segurança interna entre os quatro países do Mercosul, Bolívia e Chile. (MRE, 2005).

Há foros institucionalizados que reúnem os Ministros da Justiça e do Interior. No âmbito do “Mercosul Político”, sobressai, em especial, a importância da chamada “cláusula

democrática” institucionalizada pelo Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul (1998) cujo artigo 1º diz o seguinte: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo”. O Mercosul passou a ser uma referência, demonstrando sua importância na efetivação dos regimes democráticos em nossa sub-região. (MRE, 2005).

Pode ser que um dos grandes diferenciais a ser considerado para a efetivação do Mercosul seja o tratamento dado à ordem política, valorizando a proximidade regional e o respeito entre seus membros, respeitando suas limitações e suas particularidades.

O Brasil tem conquistado posição de grande relevância no espaço internacional. Pode ser visto como um país pacífico, que mantém boas relações com os países membros do Mercosul e percebe-se que ele exerce uma posição de grande importância política no futuro do Mercosul, tendo como responsabilidade maior a de direcionar o melhor caminho a ser percorrido.

A relevância política do Mercosul já é reconhecida há algum tempo pelo continente europeu, mais precisamente com a UE, instituída pelo Tratado de Maastricht (1992) que assinou um acordo-quadro de cooperação com o Mercosul (1995), mostrando uma forte tendência para uma futura zona de livre-comércio. O Mercosul se diversificou, aumentando sua fase de união aduaneira a partir de 1995, através de acordos de associação com outros países (Chile e Bolívia, em 1996 e 1997; África do Sul em 2000) ou grupos de países (Comunidade Andina [...]). (ALMEIDA, 2002).

As associações consolidadas, via Mercosul, com países individualmente ou com outros blocos econômicos, só vêm fortalecer os laços políticos e de negociações no mercado internacional. O ganho para os países membros do Mercosul pode ser destacado em função do poder de negociação por meio do Mercosul e não por seus membros isoladamente. O Estado de Santa Catarina no Mercosul, esta tendo um bom intercâmbio comercial com os países fundadores, nota-se que além disso, existe a valorização e o reconhecimento do setor empresarial catarinense das ações que estão sendo tomadas pelo governo em termos de negociações internacionais via Mercosul com outros blocos econômicos e com diversos países, no intento de que essas iniciativas possam transforma-se em acordos comerciais.

2.10 COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

O Brasil, nos últimos anos, vem aumentando consideravelmente as suas exportações. As relações internacionais têm papel primordial nessa caminhada para que o Brasil possa abrir espaço para os produtos fabricados nos seus mais diversos setores de produção. Desta forma, além da preocupação de exportar, o Brasil necessita importar, todavia percebe-se que esta interação merece uma atenção especial, em função da formação e consolidação de blocos econômicos, visto que o tratamento tende a ser diferenciado quando os países se organizam em grupo, passando ter uma representatividade via bloco e não mais individualmente. Fazendo um diagnóstico mais detalhado no período analisado, onde foram utilizados dados do SECEX/MDIC que constam na Tabela 1 com intervalos⁷⁵ de 1991 / 2008, mas para uma melhor visualização foi confeccionado o Gráfico 1 sem intervalos.

Conforme a Tabela 1, o crescimento das exportações de 1995 em relação a 1991 foi de 47%, podendo ser considerado um bom resultado. Neste mesmo período, as importações aumentaram mais de 137%, dividindo a variação percentual das importações de 137% com as exportações de 47%, constatando-se que a porcentagem das importações foi 191% superior às exportações. Observa-se que, no ano de 1995, o saldo da balança comercial fechou negativo (US\$ 3,5 bilhões), enquanto a corrente de comércio ultrapassou os 80% de aumento.

Tabela 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1991 / 2008

Ano	Exportação		Importação		Resultado		
	US\$ 1000 FOB (A)	Var. % (*)	US\$ 1000 FOB (B)	Var % (*)	Saldo (A-B) US\$ 1000 FOB	Corrente Comércio (A+B) US\$ 1000 FOB	Cober tura (A/B)
1991	31.620.439	0,66	21.040.471	1,83	10.579.968	52.660.910	1,50
1995	46.506.282	47,08	49.971.896	137,50	-3.465.614	96.478.179	0,93
2000	55.085.595	18,45	55.838.590	11,74	-752.994	110.924.185	0,99
2005	118.308.387	114,77	73.605.509	31,82	44.702.878	191.913.896	1,61
2008	197.942.433	67,31	173.196.634	135,30	24.745.809	371.139.067	1,14

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Observação: (*) VAR. % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual.

No ano de 2000, em relação a 1995, as exportações e importações não obtiveram um crescimento expressivo ficando na casa dos US\$ 55 bilhões, impactando no resultado da corrente de comércio no que condiz ao saldo da balança comercial, que, em 2000, fechou negativo em torno de US\$ 752 milhões.

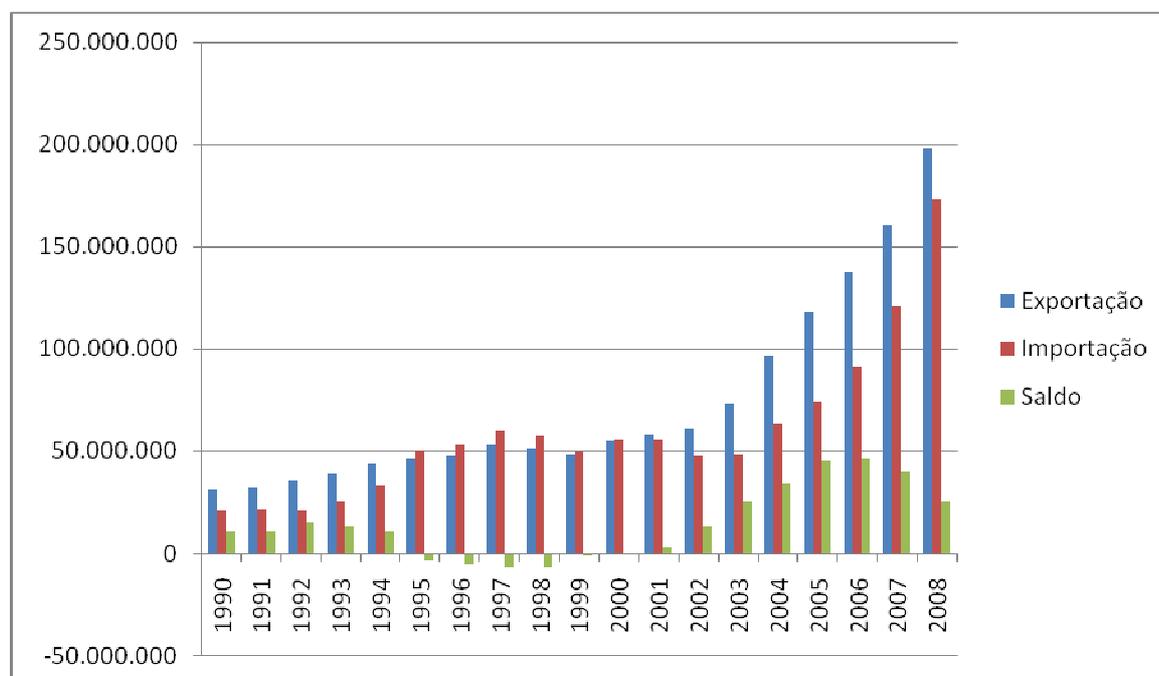
⁷⁵ A tabela completa está no APÊNDICE A – Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1990 – 2008.

O crescimento das exportações de 2000 para 2005 foi superior a 114%, enquanto as importações fecharam em 31,82%, tendo um saldo positivo na balança comercial em torno de US\$ 44,7 bilhões e a conta corrente superando os US\$ 190 bilhões (aumento de 73% em comparação ao ano de 2000).

Em 2008, os resultados apresentados demonstram que o crescimento das exportações, em termos percentuais, fechou pela metade com o das importações, ou seja, as exportações cresceram acima de US\$ 197 bilhões, com um aumento de 67% em relação a 2005; já as importações encerraram com valor superior a US\$ 173 bilhões, com um crescimento expressivo superior a 135% no mesmo período. O saldo da balança comercial fechou positivo, mas diminuiu mais de 44% em relação a 2005. A corrente de comércio obteve um aumento substancial de mais de 93%.

De acordo com o Gráfico 1, as exportações brasileiras no período compreendido de 1990 a 2004, ou seja, durante quinze anos, não conseguiram ultrapassar os US\$ 100 bilhões. Portanto, o Brasil, nos quatro anos subsequentes, entre 2005 e 2008, obteve resultados sucessivos de aumento nas exportações acima dos US\$ 100 bilhões, encerrando 2008 com valores próximos dos US\$ 200 bilhões.

Gráfico 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil 1990 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

As importações brasileiras de 1990 até 2003 ficaram abaixo dos US\$ 60 bilhões, sendo que, neste período, ocorreram oscilações nos valores. Do ano de 2004 em diante, as

importações passaram a ter aumentos sequenciais, de modo que em 2007 chegou a US\$ 120 bilhões e no ano de 2008 excedeu a US\$ 173 bilhões. Nota-se que as importações neste último ano obtiveram um crescimento superior a 43% comparado com o ano anterior.

Entre o período de 1995 a 2000, o Brasil fechou com resultados negativos na sua balança comercial, mas, a partir de 2001 até 2006, os saldos foram positivos e crescentes, porém, em 2007, fechou em -13% em relação a 2006, e, no ano de 2008, encerrou em -38% em relação a 2007. Apesar destas reduções na balança comercial brasileira, o saldo fechou positivo. Fica evidente que o crescimento das importações nos últimos anos está relacionado com a variação do câmbio, ou seja, com o real mais baixo em relação ao dólar, a um estímulo para o aumento das importações.

O Estado de Santa Catarina contribuiu para o intercâmbio comercial brasileiro de forma significativa, ou seja, dos 27 Estados brasileiros que exportaram no período analisado, o Estado catarinense ocupou do quinto ao décimo lugar no ranking nacional, e não fechou com saldo negativo em nenhum dos anos. Nas importações Santa Catarina ficou entre a oitava e a décima colocação no ranking nacional, observa-se a importância desse Estado no intercâmbio comercial brasileiro, pois, esta entre os dez principais Estados do Brasil em exportações e importações.

2.11 COMÉRCIO DO BRASIL COM O MERCOSUL

O comércio do Brasil com o Mercosul passou por diversas alterações em termos de valores, as quais exigiram entendimentos e acertos entre os países participantes. Assim sendo, depois de muitas negociações, os países membros fizeram as devidas adaptações e firmaram acordos, preservando o entendimento mútuo com a perspectiva de fortalecimento do Mercosul.

As exportações do Brasil para o Mercosul⁷⁶ (com intervalos de 1991 / 2008) de acordo com a Tabela 2, obtiveram um crescimento de mais de 166% em 1995 comparando-se ao ano de 1991 (início da vigência do Mercosul). As importações aumentaram 205%, fazendo com que o saldo da balança comercial fechasse negativo em US\$ 690 milhões, enquanto a corrente de comércio fechou com 185% de crescimento.

⁷⁶ A tabela completa está no APÊNDICE B – Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1990 – 2008

Tabela 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1991 / 2008

A n o	Exportação			Importação			Resultado		
	US\$ 1000 FOB (A)	Var. % (*)	Part % (**)	US\$ 1000 FOB (B)	Var % (*)	Part % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cober tura (A/B)
1991	2.309.353	74,92	7,30	2.242.704	-2,99	10,66	66.649	4.552.057	1,03
1995	6.153.768	166,47	13,23	6.843.924	205,16	13,70	-690.156	12.997.692	0,90
2000	7.733.070	25,66	14,04	7.795.394	13,90	13,96	-62.325	15.528.464	0,99
2005	11.726.094	51,63	9,91	7.053.699	-9,51	9,58	4.672.394	18.779.793	1,66
2008	21.737.308	85,37	10,98	14.933.627	111,71	8,62	6.803.681	36.670.935	1,46

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Observação: (*) VAR. % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual.

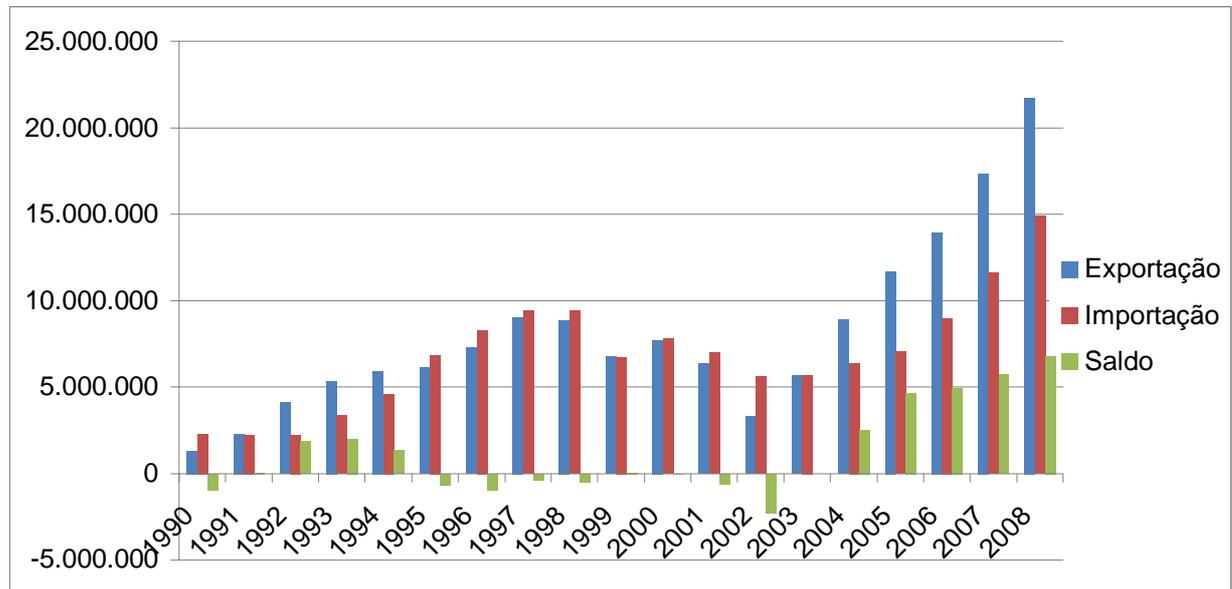
(**) PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil.

No ano de 2000, as exportações foram inferiores às importações, encerrando com um saldo comercial negativo de US\$ 62 milhões, embora às exportações terem aumentado cerca de 25%, importações mais de 13% e a corrente de comércio em torno de 19% em relação a 1995.

Em 2005, as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram mais 51% em relação a 2000. O mesmo não aconteceu com as importações, que reduziram em 9,5%. O saldo comercial fechou positivo em US\$ 4,67 bilhões, ou seja, as exportações fecharam com mais de 66% em relação às importações, e a corrente de comércio aumentou quase 21%.

O Brasil, em 2008, fechou as exportações com US\$ 21,7 bilhões, perfazendo um crescimento de cerca de 85% a mais que no de 2005, mas as importações, neste mesmo período, cresceram mais de 111%; mesmo assim, o saldo foi positivo em US\$ 6,8 bilhões com um aumento de 45,6% em comparação a 2005, enquanto o crescimento da corrente de comércio foi de 95%.

Conforme o Gráfico 2, as exportações brasileiras para o Mercosul tiveram um crescimento de 1990 até 1997, sendo que, em 1998 e 1999 diminuíram. Em 2000, aumentaram em 2001 e 2002 reduziram novamente. A partir de 2003 passaram a aumentar ano a ano, encerrando 2008 com US\$ 21,7 bilhões, comparado com o ano de 1990, que fechou com US\$ 1,32 bilhões, ou seja, antes da vigência do Mercosul, o aumento das exportações do Brasil para o Mercosul foi de 1546%.

Gráfico 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1990 – 2008 US\$ 1000 FOB

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

As importações do Brasil oriundas do Mercosul em 1990 foram de US\$ 2,31 bilhões, sendo que, nos dois anos subsequentes diminuíram. De 1993 até 1997, cresceram de maneira sequencial a cada ano, visto que, em 1997, fechou US\$ 9,42 bilhões. Nos anos seguintes, ou seja, de 1998 até 2006, não conseguiram alcançar os valores de 1997, de modo que em 2007 em 2008, de novo, cresceram as importações com valores superiores a 1997; cabe ressaltar que 2008 fechou com US\$ 14,9 bilhões.

O saldo da balança comercial brasileira com o Mercosul encerrou negativo no ano de 1990 (antes da vigência do Mercosul). Após o início do Mercosul, os déficits foram nos anos de 1995 até 2003 (com exceção de 1999, que fechou com saldo positivo de US\$ 58 milhões); de 2004 em diante, o saldo da balança comercial do Brasil com o Mercosul passou a ter um crescimento positivo contínuo, sendo assim, em 2008 fechou com US\$ 6,8 bilhões.

As exportações do Estado catarinense para o Mercosul de 2002 com US\$ 157, 3 milhões, obteve crescimento sequenciais ano a ano fechando 2008 com US\$ 864,0 milhões obtendo um aumento de 449%; as importações em 2001 com US\$ 212,4 milhões nos anos subsequentes tendo acréscimos constantes encerrou 2008 com US\$ 1.269,9 bilhões aumento de 498%, observa-se que a balança comercial do Estado de Santa Catarina em relação ao Mercosul em 2008 fechou negativa em US\$ 405,9 milhões.

CAPÍTULO III O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MERCOSUL

3.1 O ESTADO DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DO MERCOSUL⁷⁷

O Estado de Santa Catarina cuja capital é Florianópolis, está situado na Região Sul do Brasil, com uma área de 95.442 km² que corresponde a 1,12% do território brasileiro. Sua população é em torno 5,5 milhões de habitantes distribuídos em 293 municípios; e a densidade populacional é de 53,41 habitantes/km²⁷⁸.

O território catarinense foi povoado no decorrer de sua História por imigrantes que vieram de várias partes do mundo, resultando em uma heterogeneidade de culturas. Em função desse multiculturalismo, foram criados traços notórios no dia-a-dia das pessoas e na economia. No litoral, portugueses oriundos da Ilha dos Açores e Madeira (séc. XVI); alemães a partir de 1828 (em 1850 fundaram a cidade de Blumenau); italianos em 1836, quando veio o primeiro grupo (em 1877 fundaram Urussanga). Além do Sul do Estado de Santa Catarina, os italianos também foram responsáveis pela povoação em outras regiões⁷⁹.

O Estado de Santa Catarina recebeu, em menor número, correntes migratórias de: africanos, poloneses, russos, ucranianos, japoneses, austríacos, noruegueses, húngaros, sírios, libaneses, letos e ainda tropeiros gaúchos e paulistas (que faziam o transporte de gado entre os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo na Serra catarinense). Esta diversidade étnica criou marcas profundas no cotidiano e na economia. (ANEXO D – Povoação de Santa Catarina).

A posição geográfica do Estado de Santa Catarina no Mercosul pode ser considerada estratégica, visto que o Estado está bem posicionado em relação aos polos mais expressivos do continente que são São Paulo e Buenos Aires.

A duplicação do trecho Sul da BR-101, que já está sendo denominado como “Corredor do Mercosul”, vai proporcionar melhores condições de transporte terrestre. O Estado de Santa Catarina fica a cerca de duas horas de voo das capitais dos países membros

⁷⁷ Parafraseado de Kaiser (2006).

⁷⁸ A cidade de Florianópolis que foi fundada em 23 de março de 1726; é a capital de Santa Catarina com aproximadamente 342.315 habitantes, considerada a capital brasileira com a melhor qualidade de vida.

⁷⁹ São muitas as cidades de colonização italiana – Criciúma, Tubarão, Urussanga, Nova Veneza e Orleans, no Sul; São João Batista, Rodeio, Nova Trento, Botuverá e Ascurra, no Vale do Itajaí; Videira, Tangará e Pinheiro Preto no Meio Oeste, entre tantas outras. Em todas há comunidades que preservam as tradições herdadas dos pioneiros: o cultivo da uva e do vinho, a fartura na mesa a alegria e a religiosidade.

do Mercosul. Os aeroportos das cidades de Florianópolis, Navegantes e Joinville operam com jatos comerciais regularmente, sendo que os dois primeiros citados são internacionais; outros aeroportos regionais estão situados nas cidades de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina; em Lages, na serra catarinense e no Sul do Estado, na cidade de Forquilha que fica próximo a Criciúma. Em função da localização dos aeroportos⁸⁰, todos os municípios-polos podem ser acessados por via aérea.

A região Oeste do Estado de Santa Catarina⁸¹ faz divisa com a Argentina. As distâncias rodoviárias entre Florianópolis, a capital, e as principais cidades do Mercosul são: Rio de Janeiro - 1.144 km; São Paulo - 705 km; Brasília - 1.673 km; Buenos Aires - 1.850 km; Assunção - 1.350 km e Montevideu - 1.360 km.

Figura 1: Mapa de localização das principais cidades do Mercosul



Fonte: Kaiser (2006).

De acordo com Kaiser (2006), o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina é assegurado pela infraestrutura:

- dos portos marítimos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba, que são utilizados para o escoamento das exportações (ANEXO E – Portos do Estado de Santa Catarina) e instalados na costa catarinense, têm capacidade de receber

⁸⁰ “Santa Catarina conta com 22 aeródromos públicos e sete privados em operação.” (KAISER, 2006, p. 32).

⁸¹ “Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57’41” e 29°23’55” de latitude Sul e entre os meridianos 48°19’37” e 53°50’00” de longitude Oeste.” (Ibid., 2006, p. 17).

navios de até 45 mil toneladas de carga e operando com contêineres. Cabe ressaltar que há linhas regulares entre Santa Catarina e os principais portos do mundo;

- da malha ferroviária catarinense, que tem 1.361 km formada por três troncos: dois no sentido Norte-Sul e um no sentido Leste-Oeste, que atende ao porto de São Francisco do Sul. Um ramal ferroviário no Sul do Estado liga a zona de produção do carvão às usinas termelétricas e ao porto de Imbituba. O uso das ferrovias catarinenses é apenas para embarque e desembarque de carga,⁸²
- das rodovias asfaltadas, que dão acesso a todas as regiões de Santa Catarina. A rodovia BR-101⁸³, principal via de ligação entre Santa Catarina e os demais estados pelo litoral; a BR-116, com 310 km de extensão, que atravessa o interior do Estado no sentido Norte-Sul, conectando-o com os estados vizinhos e a BR-282, com 690 km de extensão que corta transversalmente o Estado, ligando a capital, Florianópolis, à República Argentina;
- do gás natural (gasoduto Bolívia-Brasil) como fonte de energia desde abril de 2002, atende às regiões Norte do Estado, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e região Sul, sendo fornecido para indústrias e postos de combustíveis;
- de energia elétrica que abrange todos os municípios catarinenses. O Estado possui o maior índice de eletrificação rural do Brasil. A Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e a Tractebel Energia – as duas empresas que operam na geração de energia no Estado – formaram parcerias com a iniciativa privada nacional e internacional em usinas eólicas e projetos de usina de biomassa;
- de comunicações, onde os municípios catarinenses, em sua totalidade, dispõem de telefonia fixa e a maioria de seu território é coberto por telefonia celular. O serviço de *internet* de alta velocidade para uso doméstico e empresarial nas principais cidades é de fácil acesso;
- do cabo submarino de fibras óticas que interliga o Estado de Santa Catarina com a Argentina e o Uruguai.

⁸² “As principais mercadorias transportadas são farelo de soja, combustíveis, fertilizantes, madeira, cimento e areia.” (KAISER, 2006, p. 31).

⁸³ “Já duplicada entre Florianópolis e o Norte do Estado para facilitar o escoamento da produção catarinense para os grandes centros consumidores da região sudeste. Está em construção a duplicação do trecho Sul, entre Palhoça (SC) e Osório (RS). A obra é estratégica, além de possibilitar acesso aos três portos catarinenses, é a artéria principal do Corredor Mercosul.” (Ibid., 2006, p. 32).

A economia do Estado de Santa Catarina é marcada, principalmente, por sua capacidade produtiva na agricultura e no setor industrial, pelas exportações e pelo turismo. Essa diversificação de atividades contribui de maneira singular para prevenir possíveis instabilidades da conjuntura econômica nacional e internacional. Outra característica econômica de Santa Catarina é a divisão em polos. (ANEXO F – Polos Econômicos de Santa Catarina).

A produção de alimentos em Santa Catarina coloca-o entre os mais importantes produtores do Brasil, sendo predominante a agricultura familiar. O setor agrícola⁸⁴ destaca-se pela produção: de maçã, cebola, arroz, milho, alho, banana, entre outros. Na agroindústria, pela produção de suínos e frangos⁸⁵. A produção de ostras e mexilhões cultivados do Estado de Santa é a maior do Brasil.

A indústria de transformação de Santa Catarina se destaca em nível nacional e internacional pela fabricação de compressores herméticos, confecções de malhas, refrigeradores entre outros.

O Estado se encontra numa situação privilegiada no Mercosul por ter condições favoráveis em vários setores produtivos (agroindustrial, indústria de transformação, agrícola, etc.). O turismo atrai um grande número de visitantes a cada ano que passa, principalmente no verão. Santa Catarina tem outros atrativos que podem ser aproveitados fora do período de verão, tais como: turismo rural, estâncias termominerais, ecoturismo, turismo de eventos, etc. que têm intenção de oferecer aos turistas, principalmente, os oriundos do Mercosul variadas opções em outros períodos do ano.

3.2 GOVERNOS SUBNACIONAIS

A participação de governo subnacional⁸⁶ nas relações internacionais é chamada de paradiplomacia, que pode ocorrer:

[...] por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional, [...]. (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 13-14).

⁸⁴ Está entre os maiores produtores de fumo dos Brasil.

⁸⁵ O Sucesso destas atividades se deve a um eficiente sistema de integração entre empresas agroindustriais e produtores rurais.

⁸⁶ “[...], as teorias de relações internacionais que tentam incorporar os governos subnacionais em suas análises. Acabam por considerá-los como fazendo parte do conjunto dos chamados ‘novos atores internacionais’.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 148-149).

O debate quanto às características centrais da globalização resultou em um consenso: “de que os impactos da globalização são cada vez mais locais e regionais, levando os governos subnacionais⁸⁷ a assumirem novas responsabilidades, entre elas criar estratégias próprias de inserção internacional.” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 133).

Dentro desta perspectiva, fica evidente a necessidade de participação:

[...] explorando potencialidades de intercâmbio mediante ações levadas a cabo por governos subnacionais (alguns estudiosos preferem o termo “subestatal”, mas a noção “subnacional” foi consagrada pela literatura especializada): locais (municipais), estaduais e regionais. Observa-se que inúmeros governos subnacionais, em muitos países, mesmo no Brasil, na Argentina, no Uruguai, possuem órgãos que buscam formular a política externa. Ainda que embrionária essa política mostra a importância que o tema tem adquirido. (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 11-12).

Quanto à relevância dos governos subnacionais participarem mais efetivamente na esfera internacional, pode ser analisada como variável indicativa do nível em que o processo de integração regional se encontra e se está dando ênfase ao comportamento dos governos subnacionais. No Brasil, por exemplo, o governo federal⁸⁸ e os subnacionais têm dificuldades de desenvolver uma política externa que venha atender mutuamente suas respectivas necessidades, principalmente, por sacrificar o grau de autonomia dos sistemas estadual e municipal em decorrência do governo federal deter, em suas mãos, as decisões que afetam os governos subnacionais, ficando evidente a tendência centralizadora. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Mesmo com restrições, algumas iniciativas foram levadas adiante, como a cooperação inter-regional entre a Argentina e o Brasil, que pode ser considerada como destaque na América Latina, sendo:

[...] o chamado Crecenea-Codesul. Representa as siglas de dois conselhos de desenvolvimento econômico e integração regional integrados por governos subnacionais desses dois países (O Crecenea é a Comissão Regional do Nordeste da Argentina para Comércio Exterior. Integram-se as províncias do Chaco, Corrientes, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé. Pelo lado brasileiro, temos o Codesul, o Conselho para o Desenvolvimento Econômico do Sudoeste do Brasil. Dele participam os estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). [...]. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 180-181).

⁸⁷ “[...], uma grande questão que se apresenta é a de como operacionalizar a descentralização das atividades de promoção do desenvolvimento e de gestão das relações internacionais, tendo em vista que os níveis subnacionais de governo são estruturalmente frágeis nas suas relações bilaterais e multilaterais. [...]” (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 25).

⁸⁸ “[...]. A criação da Assessoria de Relações Federativas em 1997, no Ministério das Relações Exteriores, trouxe o reconhecimento formal de parte do governo federal das ações internacionais realizadas por partes constitutivas da Federação, de estados e municípios, mas também, ao menos parcialmente, de empresas, organizações não-governamentais e outros grupos. [...]” (VIGEVANI *et al.*, 2004, p. 15).

Mas, percebe-se que, para o desenvolvimento mais ativo em termos de participação dos governos subnacionais na oferta de bens e serviços públicos para diminuir as desigualdades sociais e regionais por meio de políticas públicas adequadas e que necessitam de financiamentos, os governos subnacionais precisarão ter autonomia para a contratação de empréstimos e capacidade legal para tributar. Todavia, precisam, paralelamente, desenvolver estratégias e iniciativas para atrair investimentos que venham contribuir na renovação da base econômica e na atualização e melhoria da infraestrutura, proporcionando um aumento da qualidade de vida, promovendo uma maior e melhor integração social e, naturalmente, uma melhora da governabilidade. (REZENDE; OLIVEIRA, 2004; VIGEVANI; et al, 2004).

Os governos subnacionais estão tendo que assumir novos papéis porque os Estados nacionais deixam a desejar ou, até mesmo, de exercer sua função como agentes promotores do desenvolvimento nacional e regional. Passam, em parte, essa tarefa aos níveis estaduais (ou províncias) e locais de governos, que, conseqüentemente, precisam superar os desafios decorrentes deste novo cenário, utilizando, para tanto, suas vantagens competitivas no comércio mundial, além de defender, e representar interesses e de garantir benefícios para seus partícipes, podendo, ainda, serem considerados atores que procuram agir em função das pressões e demandas que surgem na comunidade, procurando legitimar sua ação. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005).

Isso corrobora, no sentido de que os governos subnacionais não poderão deixar de tomar iniciativas que venham promover sua inserção no comércio internacional; caso contrário, o mesmo dependerá exclusivamente das ações do governo nacional. No entanto, será necessário que os governos subnacionais se preparem de forma mais efetiva, criando mecanismos de desenvolvimento que não entrem em conflitos com os interesses do governo nacional, mas nada impede que possam ser feitas missões empresariais, no intuito de fazer contatos formais e informais com possíveis interessados, e, reciprocamente, receber missões estrangeiras, facilitando desta forma uma aproximação sem grandes pretensões imediatas, mas que, com o passar do tempo, poderão ser de grande relevância.

Observa-se que os governos subnacionais, nos processos de integração seu papel, têm ligação direta com a ideia de desenvolvimento, sendo assim, seria conveniente que o governo nacional tivesse o aval dos governos subnacionais em ações que viessem ao encontro dos interesses de ambos. Verifica-se uma tendência da participação dos governos subnacionais nas relações econômicas internacionais, portanto, os sistemas federais precisam se adaptar a essa nova realidade. Em função do posicionamento pró-ativo das unidades subnacionais dentro dos contextos político-institucionais aos quais estão inseridos, vem

conquistando cada vez mais uma autonomia que se desdobra no campo de atuação nas relações internacionais. E, por estarem promovendo os territórios sob suas jurisdições de maneira gradativa, devem ser reconhecidos, também, como protagonistas no plano internacional. (VIGEVANI *et al.*, 2004; REZENDE; OLIVEIRA, 2004). Os países membros do Mercosul se deparam com situações semelhantes quanto à importância dos governos subnacionais, quer seja municipal ou estadual (ou províncias), por dependerem do governo central, principalmente nas relações com outros países ou blocos comerciais. O Governo do Estado de Santa Catarina vem desenvolvendo contatos com entidades estrangeiras, em alguns casos recebendo-as e também promovendo missões empresariais acompanhado de empresários que tem a intenção de exportar ou de ampliar seus mercados, o resultado tem sido positivo, pois as exportações têm aumentado.

3.2.1 Mercosul e o papel do governo subnacional

Com o desenvolvimento do Mercosul, desde a sua criação, novos cenários passaram a ser constituídos, frutos da globalização e da integração regional, bem como de democratização da gestão governamental, que envolve os países do Cone Sul, e mais recentemente, o governo subnacional, aqui caracterizado pelo governo estadual, que passou a ter papel fundamental como interlocutor no mercado internacional, mesmo sendo considerado numa função de coadjuvante. Baseado nesse contexto: “[...] é fato que os governos subnacionais passaram a ter maior relevância, inserindo-se como atores também no campo das relações internacionais, haja vista as experiências desses governos no processo de integração regional da União Européia e da América Latina.” (Fundap/Cedec/PUC, 2002 *apud* MARIANO, 2002, p. 95).

A atenção dada pelo governo estadual nas relações internacionais, mesmo que seja para intermediar possíveis negociações ou se envolver mais profundamente através de ações governamentais, tais como incentivos fiscais ou isenções, vai refletir de maneira que contribua como estímulo aos setores empresariais que estejam voltados para o mercado externo, referentes às exportações, e, ainda, para aqueles que necessitam fazer importações, que vão desde matérias primas até máquinas e equipamentos para renovação e atualização do parque industrial e entre tantas outras situações que podem ter a participação ativa do Estado.

Segundo Mariano (2002, p. 95): “Essa ampliação na atuação dos governos subnacionais ocorre de diferentes modos (exercendo funções de coordenação, articulação,

negociação, mobilização e indução dos agentes envolvidos no processo de integração regional) e com intensidade variável.” Prova disso são os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que formam a região Sul do Brasil, e ficam muito próximos dos países do Mercosul, que têm participação mais intensa no que compõe o processo de integração regional, já se adaptaram a essa nova realidade, pois se encontram em uma situação privilegiada em comparação aos outros estados do Brasil.

Segundo Mariano (2002, p. 95): “O governo subnacional é uma organização formal com limites territoriais, população e funções definidos. [...] o Estado é entendido como um conjunto de elementos interdependentes, que integram e fazem a alocação de valores na sociedade.” Fica claro que o Estado, apesar de sua importância, faz parte de um sistema maior, o nacional, reduzindo a determinadas proporções o exercício de sua atividade como órgão de atuação governamental.

De acordo com o mesmo autor (2002, p. 95): “Em princípio, a esfera subnacional é um meio para que o sistema alcance suas finalidades e as defina. Seu objetivo é prestar serviços à população a qual se refere, mas também incorpora tarefas que beneficiam o sistema federal e geram produtos políticos.” Isso caracteriza, dentro de uma visão sistêmica, que o sistema maior (federal) depende do sistema menor (estadual) e vice-versa, formando um conjunto de elementos que precisam interagir, influenciando e sendo influenciado.

Uma preocupação que se tem, no caso da política externa e da integração regional, é o fato dos governos subnacionais não serem reconhecidos pelo direito internacional público como atores legais desse sistema, tendo assim que se reportarem aos órgãos federais respectivos. No caso do Mercosul, os Estados passam por limitações, pois não são reconhecidos pelo governo brasileiro como atores internacionais e são afetados por influências e pressões do cenário externo; a exceção acontece em função de casos de ação judicial nos momentos de conflito, onde a intervenção estadual aparece de modo marginal. (MARIANO, 2002).

O governo subnacional está, nos últimos anos, se aperfeiçoando para poder ocupar seu papel como conhecedor e propulsor de questões externas, as quais visam a melhor forma dele ser reconhecido, pois, hoje, convive com as mesmas atribuições de um Estado federal; tem uma participação ativa, não só dentro do seu território, mas, devido a sua representatividade que recai sobre si os mais diversos interesses, e, a partir dos mesmos, traçar seus objetivos e procurar negociar com os demais atores, principalmente nos processos de integração com o Mercosul. (MARIANO, 2002).

Os governos subnacionais se sentem fragilizados por não possuírem poder de decisão direto, restando-lhes como saída, se reportar à estrutura do governo federal quando se sentem lesados, tentando buscar reparação ou ajustar-se para diminuir suas perdas. Inicialmente, o que poderia ser feito para otimizar a atuação dos governos subnacionais seria a criação de mecanismos decisórios ou estruturas com poder de decisão dentro do Estado nacional e no Mercosul, com mais autonomia e responsabilidade. (MARIANO, 2002). No caso do Estado de Santa Catarina, que dispõe em Florianópolis de um escritório do Ministério das Relações Exteriores para assessorar as ações internacionais do Estado e dos municípios, de maneira mais efetiva, de forma parcial as empresas, ONGs etc.

3.3 SECRETARIA DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL⁸⁹

Sua origem se deu no intuito de atender às relações internacionais do Governo do Estado de Santa Catarina por meio de uma estrutura organizacional profissional, visando a aproveitar as oportunidades internacionais de cooperação. Pode-se observar que esta secretaria contempla em seu Art. 43, item I - promover o relacionamento do Poder Executivo com autoridades dos governos de países estrangeiros; e no item IV- articular as ações de governo relativas à integração internacional, especialmente o Mercosul. Prova disso foi o Termo de Protocolo de Intenções – San Juan (Argentina):

Termo de Protocolo de Intenções nº. 6.954/2005-0 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação e a Província de San Juan, Argentina. Objetivo: estabelecer o interesse em fomentar o intercâmbio recíproco de delegações institucionais, empresariais, culturais e acadêmicas, com o objetivo de fortalecer e ampliar a cooperação entre as regiões nas áreas comerciais, científica, técnica, cultural e educacional. Assinado em 26 de novembro de 2004. Vigência indeterminada. Publicado no Diário Oficial nº 17.668 de 29 de junho de 2005.

Fica evidente a preocupação do Governo do Estado de Santa Catarina em manter uma estrutura organizacional profissional para atender, principalmente, os países membros do Mercosul. Para Almeida (2002, p. 11): “[...] o projeto sub-regional do Cone Sul [...] compreende bem mais do que simples compromissos liberalizadores, estendendo-se a entendimentos sociais, administrativos e de políticas setoriais outras que as meramente econômicas [...]” ao passo, que deve ser visto como uma ação muito mais abrangente, tendo

⁸⁹ SAI, 2007. Foi criada através da Lei Complementar nº 243/03, posteriormente transformada em Secretaria Executiva através da lei Complementar nº 284/05, com competências definidas no art. 43.

como princípio fundamental o prosseguimento desse projeto político e social, que contempla: turismo, cultura, educação, ciência, etc..

Esse projeto vem, ao longo do tempo, sendo tratado pelo governo federal e por governos estaduais, transparecendo de forma enfática, a preocupação no sentido de dinamizar ações que sejam facilitadoras para o envolvimento do governo estadual conjuntamente com os empresários, de maneira que possam ser concretizadas dentro de um contexto de valorização e de comprometimento mútuo; pois, o Mercosul, de maneira geral, influencia e é influenciado por governos estaduais e seus respectivos setores empresariais, devido à importância da representatividade que assumem. No caso de Santa Catarina, existe a preocupação de poder atender através da Secretaria de Estado.

3.4 UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA⁹⁰

A distribuição das instituições de ensino superior nas diversas regiões do Estado de Santa Catarina pode ser considerada, na atualidade, uma referência de descentralização em nível de Brasil, por ser uma das mais bem estruturadas.

O ensino superior é formado por 66 instituições, sendo 16 universidades da rede federal, estadual e municipal. Essas instituições são conectadas por cabos de fibras óticas, as quais integram a Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia (RCT), destacando-se por ser uma das melhores estruturas de comunicação digital acadêmica do país, a qual contribui para aumentar a velocidade de acesso à *internet* e ao uso de videoconferência, despertando, por meio de muitos exemplos bem sucedidos de projetos de pesquisa e extensão, o interesse de outros estados. As combinações em relação a interesses comuns com o setor produtivo e a comunidade são primordiais para a atualização de professores e alunos, proporcionando-lhes a oportunidade de estarem acompanhando as tendências e necessidades de mercado.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está sediada na capital, Florianópolis, com uma população de aproximadamente 33 mil pessoas entre alunos, professores e funcionários. A UFSC pode ser considerada como uma das principais instituições de ensino superior no Estado e está entre as 10 maiores e melhores do Brasil. Existem mais de 300 laboratórios e núcleos de pesquisa, sendo que boa parte deles é em

⁹⁰ Parafraseado de Kaiser, 2006.

parceria com o Governo e empresas. São 39 cursos de graduação, 88 especializações, 104 mestrados e 26 doutorados disponíveis.⁹¹

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) originou-se há três décadas. As Fundações Educacionais integram 15 instituições de ensino superior, que oferecem educação de qualidade em todas as regiões do Estado. São 971 cursos superiores, dos quais 52 são sequenciais, 600 de graduação e 319 de pós-graduação, ministrados por cerca de 7,8 mil professores e frequentados por 127 mil alunos. A importância do sistema ACADE não se limita apenas por atender às mais diversas regiões do Estado com às mais variadas opções de cursos de graduação e pós-graduação, mas principalmente por atender a 75% dos universitários catarinenses que estão matriculados no sistema ACADE, revelando dessa forma que sua existência tem como papel fundamental o de oportunizar o acesso ao ensino para um número expressivo de alunos.

As Fundações Educacionais, apoiadas em iniciativas comunitárias, têm como principal diferencial a sua distribuição pelo Estado de forma descentralizada, o que populariza o ingresso ao ensino superior, tendo um expressivo aumento da oferta de vagas nos últimos anos. Para maiores informações ver ANEXO G – Universidades e fundações catarinenses de ensino.

3.4.1 Convênios entre Universidades de Santa Catarina com Universidades dos países do Mercosul

Existem normas diferenciadas para o reconhecimento de estudos, títulos e diplomas obtidos nos países do Mercosul, acordos que visam a facilitar o processo de reconhecimento de diplomas e aceitação de títulos em instituições brasileiras. Dessa forma, o tratamento dado aos estudos, certificados e diplomas obtidos nos países membros do Mercosul tem como base os protocolos firmados conforme ANEXO H – Reconhecimento de estudos, títulos e diplomas obtidos nos países do Mercosul.

A universidade tem um papel primordial para o desenvolvimento de uma cidade, região, estado, país. No caso do Mercosul, que envolve vários países, principalmente os do Cone Sul, verifica-se que, nos últimos anos, vem despertando o interesse de algumas

⁹¹ Com relação às instituições de ensino superior da América Latina a UFSC está em 11º lugar no *ranking* das 20 instituições com maior produção científica. No que se relaciona a pesquisa merece destaque o Departamento de Engenharia Mecânica, que é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de automação e controle industrial. A UNESCO indicou que o curso de graduação em Engenharia Mecânica está entre os três melhores da América Latina. (KAISER, 2006).

universidades, a partir de iniciativas individuais, a ter como objetivo principal o de favorecer o intercâmbio de professores e alunos, além de outras formas de integração. Sendo assim, descreve-se a seguir algumas ações que estão sendo efetivadas, a partir de pesquisa feita pelo autor junto às instituições de ensino.

A Universidade Vale do Itajaí mantém convênios com os países do Mercosul, conforme informações de Braz Paulo Klock Jr., Assistente Administrativo da Coordenadoria de Assuntos Internacionais da UNIVALI. No Quadro 1 tem-se o país de origem, o nome da universidade/instituto, que foram contemplados e o(s) curso(s).

Quadro 1: Países do Mercosul que mantém convênio a UNIVALI

País	Universidade/Instituto	Contemplados	Cursos
Argentina	Ateneo de Odontologia	Docentes	Odontologia
Argentina	Cuenca del Plata	Alunos e Docentes	diversos
Argentina	Cuyo, Nacional de	Alunos e Docentes	diversos
Argentina	Del Salvador	Alunos	diversos
Argentina	Empresa, de la	Docentes	Advocacia
Argentina	Instituto de Fomación Docente	Docentes	Pedagogia
Argentina	Luján, Nacional de	Docentes	diversos
Argentina	Mar del Plata	Docentes	Ciências da Terra e do Mar
Argentina	Misiones, Nacional de	Docentes	diversos
Argentina	Morón	Alunos	diversos
Argentina	Nordeste, Nacional del	Alunos e Docentes	diversos
Argentina	Perito Moreno	Alunos	Turismo e Hotelaria
Argentina	Rosario, Nacional de	Docentes	línguas e diversos
Argentina	Tecnologica Nacional	Docentes	diversos
Paraguai	Assunción, Autônoma de	Alunos e Docentes	diversos
Paraguai	OPACI	Docentes	diversos
Uruguai	Republica, de la	Docentes	Ciências do Mar

Fonte: UNIVALI (2008).

Destaca-se que os alunos da graduação da UNIVALI somente cursaram em universidades conveniadas (1999 a 2007) na Argentina, sendo que, para o Paraguai e Uruguai não foi nenhum aluno neste período. No que se refere à vinda de alunos (1999 a 2007) para fazer curso na UNIVALI das universidades conveniadas, foram 15 alunos da Argentina e 1 do Paraguai. Do Uruguai não veio nenhum.

Segundo Maria Assunta Busato, Vice-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós Graduação da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), esta universidade tem convênio com três universidades do norte e nordeste da Argentina (Misiones e Corrientes) e um convênio que está sendo finalizado com uma universidade de Buenos Aires. As atividades são de intercâmbio de estudantes, professores e eventos

científicos. No ano de 2007, ocorreu em Chapecó a VI Jornada Internacional de Enfermidades Transmissíveis, que é um evento científico onde participam, como promotoras, as universidades da Argentina citadas anteriormente, juntamente com México, Espanha, Venezuela, Chile e Bolívia.

De acordo com o Prof. Dr. Fábio Alexandrini, Coordenador de Relações Internacionais da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), no atual momento, a UNIDAVI está mantendo contatos com Escuela Argentina de Negócios no sentido de elaborar um projeto de intercâmbio de reconhecimento mútuo de créditos acadêmicos em disciplinas nos cursos de Administração, Marketing, Comércio Exterior, Turismo e Sistemas de Informação.

O Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ) tem convênio com quadro de cooperação interinstitucional com a Universidade Nacional de La Plata na Argentina. A UNERJ tem um Programa de Missões Acadêmicas Internacionais. Conforme o Prof. Júlio César da Silva, Coordenador do Curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior: “O objetivo da missão acadêmica internacional é promover a interação profissional dos nossos acadêmicos com membros e setores de universidades e outras organizações no estrangeiro, propiciando experiências de imersão para aperfeiçoamento linguístico e técnico, buscando contribuir principalmente para o enriquecimento geral da formação acadêmica e profissional”.

No ano de 2003, a missão acadêmica foi à Argentina, onde participaram 38 alunos dos cursos de Comércio Exterior, Direito e Administração. Em setembro de 2007, o grupo de 24 acadêmicos viajou à Argentina e Chile. Os alunos acreditam que a experiência os ajudará nos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, com vistas a buscar mais informações sobre a cultura e a economia no âmbito do Mercosul, através de palestras nas embaixadas brasileiras em Buenos Aires e em Santiago; aulas nas universidades de Valparaíso, Mayor Del Pacífico, na capital chilena. Em Buenos Aires fizeram visita técnica a algumas empresas e conheceram parte da cultura, bem como o Museu de Artes Latino Americano.

O programa de missões acadêmicas internacionais constitui atividade consolidada na UNERJ e é oferecida anualmente aos acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação, dando a muitos acadêmicos a chance da primeira viagem internacional de estudo, formando base importante para o desenvolvimento de suas atividades profissionais na área de comércio internacional.

3.4.2 Universidade do Mercosul na região de fronteira

A formação universitária é extremamente importante para o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, de um país, de maneira que, de acordo com a assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação, a criação da Universidade do Mercosul foi acertada entre os ministros da Educação do Brasil e da Argentina. A instituição terá polos nos dois países e será bilíngue. Os respectivos ministros também estão conversando com os ministros da Educação do Uruguai e do Paraguai para que eles integrem a iniciativa. (NÓRCIO, 2006).

Devido ao exposto anteriormente, dentro de um projeto arrojado que envolverá com certeza, o Paraguai e o Uruguai no futuro, fica claro que as cidades que serão beneficiadas dificilmente teriam condições de oferecer para sua população o poder de ingressar em um curso de ensino superior, principalmente com validade entre os países participantes. Por isso, deve ser considerada como um grande avanço a criação da Universidade do Mercosul na região de fronteira.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas para a constituição da Universidade do Mercosul, com a participação de diversos setores envolvendo os três estados do Sul do Brasil, através dos movimentos sociais, sindicatos, educadores e parlamentares, os quais reivindicaram, em agosto de 2006, ao ministro da Educação, a criação de uma universidade federal que contemple o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. (MEC, 2007).

Nessas regiões predominam pequenas propriedades rurais que fazem parte de centenas de municípios, os quais foram e são reconhecidos pelas iniciativas em termos de organizações populares, como os movimentos dos sem-terra, das barragens e das mulheres camponesas. Para o Ministério da Educação, há a possibilidade de que essa universidade federal venha a ser a própria Universidade do Mercosul, pois o projeto binacional está direcionado para atender a essa região. (MEC, 2007).

Fica evidente que a dimensão territorial que engloba as regiões indicadas acima, e que faz parte do Sul do Brasil, tem despertado a participação ativa de vários segmentos com o aval do Ministro da Educação sobre a criação da Universidade do Mercosul. Esta deverá criar muitas oportunidades de acesso ao ensino superior para alunos que residem nas cidades que farão parte da mesorregião.

O projeto técnico da Universidade Federal do Mercosul foi elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de maio de 2006 e agosto de 2007. O estudo foi desenvolvido no sentido de levantar as carências do ensino superior na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, o que resultou na indicação de três áreas: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências Exatas da Terra e Engenharia e Ciências Biológicas e da Saúde, sendo que os trabalhos poderão ser iniciados com a implantação de 25 cursos de graduação distribuídos nas três áreas e ainda curso de pós-graduação. Vale ressaltar que o estudo analisou também os custos físicos e pessoais. (DIGITALABC, 2007).

O projeto prevê que a Universidade Federal do Mercosul contará com cinco campi: dois no Norte do Rio Grande do Sul; dois no Oeste de Santa Catarina e um no Sudoeste do Paraná, formando, assim, a mesorregião.

Para facilitar a viabilização do projeto, o mesmo foi dividido em três etapas. A primeira prevê a construção de um campus no Rio Grande do Sul e outro em Santa Catarina.

Na segunda etapa, um campus no Paraná. Na terceira, novamente um no estado gaúcho e outro no catarinense, com a implantação de mais um campus dentro de um período de tempo de 10 anos para efetivação de todos os campi. Isso tudo para atender a 381 municípios e uma população de 3,7 milhões de pessoas.

O projeto da UFSC contou com a participação de movimentos sociais organizados, que analisaram o projeto proposto e deram algumas sugestões a título de contribuição, visando demonstrar, através desse engajamento, que esse projeto é fundamental para o desenvolvimento e o futuro da mesorregião que serão contempladas com a primeira instituição de ensino superior pública e gratuita. (DIGITALABC, 2007).

Devido ao interesse demonstrado para a criação da Universidade do Mercosul, um grande passo foi dado a partir do momento em que seu projeto técnico foi finalizado, e, posteriormente, encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura, que está a par do que precisa ser feito. As expectativas crescem por estarem engajados nesse processo parlamentares dos três estados do Sul, e ainda, por haver recursos disponíveis para serem aplicados nesta obra, que é de grande envergadura e de importância supranacional. O Estado de Santa Catarina em particular, vai ser beneficiado com dois campi da Universidade do Mercosul, após sua conclusão, mas, além dos cursos de graduação e de pós-graduação que serão oferecidos, principalmente para atender a população que reside naquela região, sendo que, inicialmente, o movimento econômico será incrementado em função dos investimentos financeiros que serão necessários para a construção da Universidade do Mercosul, passando pela contratação de pessoal, movimento do comércio, etc.

3.5 SANTUR SANTA CATARINA TURISMO

A Santur - Santa Catarina Turismo S/A - Órgão Oficial de Turismo do Estado de Santa Catarina é uma empresa de economia mista criada em 28 de junho de 1977 e tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo, encontrando-se vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte. (SANTUR, 2007).

A empresa vem se empenhando na implementação do PRODETUR/MERCOSUL, através do BRDE, com a parceria dos Governos dos Estados de SC, PR, RS e MS. Além disso, busca incessantemente agentes financeiros no mercado internacional para a concretização da sua proposta de desenvolvimento turístico. Dá apoio à formação e ao aperfeiçoamento do capital humano envolvido na atividade turística, com a parceria de centros de excelência, empresários e entidades governamentais. Incrementa estudos e pesquisas quantitativas e qualitativas, para profissionalizar as suas ações. Ampara, incondicionalmente, a implantação do Programa Nacional de Municipalização de Turismo - PNMT, junto aos parceiros envolvidos. Orienta empresários da atividade turística na implantação de novos investimentos no Estado. (SANTUR, 2007).

Apoia, também, a elaboração de Circuitos Turísticos Integrados a partir de temas especializados. Atua junto aos principais mercados emissores do Brasil e do Cone Sul da América, através das seguintes estratégias: ação com jornalistas especializados em turismo e economia; visitas aos agentes de viagens; participação nos principais eventos da atividade; distribuição de material promocional em *shoppings centers* e aeroportos e encontros comerciais. (SANTUR, 2007).

Sua missão: promover e fomentar as indústrias do lazer e do entretenimento com qualidade, visando ao desenvolvimento sócio econômico gerado pelo turismo. (Ibid, 2007).

Santa Catarina é um Estado que dispõe de atrações turísticas diferenciadas praticamente em todo seu território, podendo ser dividido por regiões⁹². A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é um diferencial, pois, um passeio de poucas horas de carro é suficiente para sentir mudanças radicais no clima, na paisagem⁹³ nos sotaques e culturas.

Com atrativos distintos e de fácil acesso, o Estado tem capacidade acentuada para o turismo, tanto para quem quer férias tranquilas como para os que buscam a aventura de

⁹² Para maiores informações vide ANEXO I – Regiões turísticas de Santa Catarina de acordo com suas potencialidades.

⁹³ O que favorece diferentes culturas agrícolas e exploração de atividades turísticas.

esportes ligados à natureza: vela, remo, *surf*, canoagem, rapel, parapente, asa-delta, alpinismo, *trekking*, etc. No litoral, recortado por enseadas, dunas, lagoas e pequenas ilhas, são mais de 500 praias. Em duas horas de carro, chega-se à região serrana, onde, no inverno, as temperaturas são baixas e chegam a ser negativas. No Oeste, predominam os campos. No Norte, florestas. No Sul, cânions com vegetação subtropical.

O clima em Santa Catarina proporciona temperaturas agradáveis, variando de 13° a 25° C. As quatro estações do ano no Estado são bem definidas. No verão predomina o calor, com muito sol. No inverno, a Serra Catarinense, com altitudes que atingem 1.822 metros, é a região onde há maior ocorrência de neve no Brasil. (KAISER, 2006).

O movimento de turistas⁹⁴ em Santa Catarina é considerável, sendo composto por: veranistas, turistas de estâncias termominerais, turismo rural, ecoturismo, participantes de eventos⁹⁵, turistas da terceira idade⁹⁶, turistas das festas de outubro⁹⁷, devotos que visitam o Santuário de Santa Paulina⁹⁸. Os turistas vêm de outros estados brasileiros, dos países do Mercosul, de países de outros continentes, além daqueles catarinenses que viajam dentro do próprio Estado. Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento do setor de serviços tem contribuído de forma significativa na geração de renda em função do turismo. (KAISER, 2006).

Na Tabela 3, pode ser observado o movimento estimado de turistas nacionais e estrangeiros. A porcentagem de turistas de países do Mercosul com intervalos⁹⁹ de 1991 até 2008 e os turistas nacionais de 1991 para 1995 aumentou em 29%, enquanto os estrangeiros diminuiu -23%. Mesmo assim houve acréscimo de mais de 248 mil turistas, somando os nacionais com os estrangeiros.

Em 2000, o crescimento de turistas foi expressivo em relação a 1995, ou seja, os turistas nacionais aumentaram 82% e os estrangeiros 313%, totalizando mais de 2,7 milhões de turistas, perfazendo um percentual superior a 100%.

O número de turistas nacionais e estrangeiros em 2005, comparado a 2000, não foi dos melhores, de forma que o crescimento do número de turistas nacionais foi pouco

⁹⁴ Para maiores informações vide APÊNDICE C - Demanda turística do Estado de Santa Catarina

⁹⁵ A realização de congressos, convenções e de grandes eventos ganha cada vez mais importância. Onze cidades já constituíram seus *Conventions & Visitors Bureau*.

⁹⁶ O turismo da terceira idade é uma atividade em expansão no Estado. Balneário Camboriú, por exemplo, durante os meses de março, abril e maio, recebe muitos turistas nesta faixa etária.

⁹⁷ 12 festas típicas atraem um número considerável de turistas. A maior delas, a Oktoberfest, em Blumenau.

⁹⁸ O Santuário de Santa Paulina, em Nova Trento, segundo destino de peregrinação religiosa no Brasil, recebe um grande número de pessoas todos os meses.

⁹⁹ Para consultar os outros anos vide APÊNDICE D – Tabela - Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina 1991 – 2008.

significativo, ficando próximo de 14%, enquanto o resultado de estrangeiros fechou negativo, em -56%, tendo como consequência, no movimento total de turistas, com um aumento inexpressivo de 1,9%.

Tabela 3: Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina 1991 / 2008

Ano	Movimento Estimado de Turistas						Origem dos Turistas dos Países do Mercosul - %		
	Nacionais	Var. %	Estrangeiros	Var. %	Total	Var. %			
1991	956.110	---	146.228	---	1.102.338	---	ARG - 83,12	PAR - 4,06	URU - 5,34
1995	1.238.117	29,49	112.515	-23,05	1.350.632	22,52	ARG - 79,19	PAR - 9,49	URU - 3,64
2000	2.255.860	82,20	464.994	313,27	2.720.854	101,45	ARG - 85,82	PAR - 5,81	URU - 4,82
2005	2.570.651	13,95	202.211	-56,46	2.772.862	1,91	ARG - 74,07	PAR - 12,37	URU - 5,32
2008	3.794.388	47,60	509.035	151,73	4.303.423	55,20	ARG - 78,53	PAR - 11,86	URU - 3,11

Fonte: Elaboração do autor. Dados SANTUR/Gerência de Planejamento.

Legenda: ARG - Argentina PAR - Paraguai URU - Uruguai

O movimento estimado de turistas em 2008 em relação a 2005 foi positivo, tanto no número de turistas nacionais, que ultrapassou os 47% com 3,79 milhões de pessoas, quanto para os estrangeiros, que aumentou mais de 151%, superando 509 mil pessoas, refletindo no total, que cresceu mais de 55%, ou seja, 4,3 milhões de turistas.

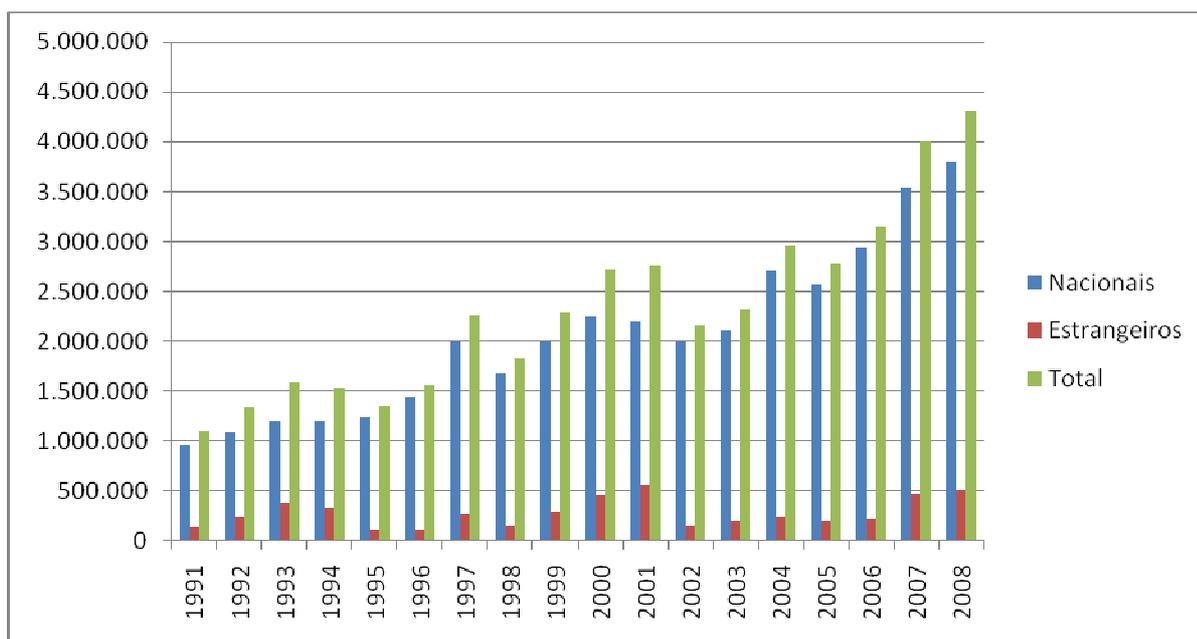
Com referência aos turistas estrangeiros vindos dos países do Mercosul, a Argentina está em primeiro lugar, com uma porcentagem muito distante do Paraguai, que vem em segundo e do Uruguai, que aparece em último.

Conforme o Gráfico 3, o número de turistas nacionais de 1991 até 1999 ficou abaixo de 2 milhões, porém, entre 2000 até 2006, ficou acima de 2 milhões. Nos dois anos subsequentes ultrapassou os 3,5 milhões de turistas nacionais, percebendo-se o crescimento nos últimos anos.

O número de turistas estrangeiros que visitou o Estado de Santa Catarina na maioria dos anos analisados ficou abaixo de 500 mil, sendo que apenas em 2001 e 2008 é que ultrapassou a meio milhão de turistas.

Nota-se que existem variações no número total de turistas no Estado de Santa Catarina entre 1991 e 2005; a partir de 2006 verifica-se aumentos sequenciais.

Gráfico 3: Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina de 1991 - 2008



Fonte: Elaboração do autor. Dados SANTUR/Gerência de Planejamento.

O Estado de Santa Catarina recebeu, em 24 de outubro 2008, o prêmio conferido pela Revista Viagem e Turismo/Editora Abril como principal destino turístico do país pelo segundo ano consecutivo.¹⁰⁰ Desta forma, a tendência é o aumento do número de turistas nacionais e de estrangeiros em Santa Catarina.

3.6 MERCOSUL E A INTEGRAÇÃO DOS SEUS CIDADÃOS

Nos últimos anos, o processo de transformação e adaptação do Mercosul passou a ter algumas ações direcionadas para o cidadão. “É sob esta ótica que o Ministério da Justiça (MJ) vem propondo e desenvolvendo ações em âmbito regional.”, não se limitando apenas na integração política e econômica, mas tem, como meta principal, a criação de condições legais que proporcionem a integração entre os habitantes da região, favorecendo como opção de onde escolher para viver, fazendo com que os nacionais dos Estados Partes¹⁰¹ possam se entrosar de maneira mais harmoniosa, sem constrangimentos. Dentro deste contexto, existem Acordos de Isenção de Tradução de Documentos Administrativas, no que se refere à Imigração, Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul, Isenção de vistos entre

¹⁰⁰ SANTUR, 2008.

¹⁰¹ Nacionais de uma Parte: são as pessoas que possuem nacionalidade originária de um dos Estados Parte ou nacionalidade adquirida por naturalização, nos termos da legislação do País de origem e obtiveram este benefício à pelo menos cinco anos.

os Estados Partes do Mercosul e a Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul. (MJ, 2007).

O Ministério da Justiça do Brasil, preocupado com a situação de muitos estrangeiros oriundos de países do Mercosul que residem no Brasil de forma irregular e de brasileiros que vivem nos países vizinhos do Mercosul na mesma situação, está, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, fazendo acordos de residência, com objetivo de trazer esses cidadãos para legalidade, dando-lhes condições de poderem ser reconhecidos pelo setor público e privado dos Estados Partes do Mercosul. (MJ, 2007).

Sendo assim, através da Portaria Interministerial de 28 de agosto de 2006, os Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Justiça celebraram o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Com o Uruguai, foi por meio da Portaria Interministerial de 27 de Outubro de 2006. Seguindo os mesmos trâmites de maneira que a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, solenizaram o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. (MJ, 2007).

Com o propósito de solucionar a situação migratória dos nacionais argentinos, uruguaios e brasileiros que se encontravam em situação irregular no Brasil, Uruguai e na Argentina procurou-se estabelecer regras comuns para a tramitação da autorização de residências aos nacionais dos respectivos países e que resultou ser essencial implementar uma política de livre circulação de pessoas na região. Para tanto, é necessário avançar na internalização dos instrumentos que aprofundem a cooperação entre as Partes. (MJ, 2007).

Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil está descrito no ANEXO J - Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e da Argentina. Quanto ao acordo da República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil está descrito no ANEXO K - Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e do Uruguai. (MJ, 2007).

No Acordo assinado entre o Brasil e Argentina¹⁰², destacam-se, alguns Artigos e suas subdivisões, que não tem no Acordo assinado entre o Brasil e Uruguai, sendo:

- No Artigo 3º que trata dos termos utilizados no Acordo: “Clandestino”: são os nacionais de uma das Partes que tiverem ingressado no território da outra parte sem submeter-se ao controle migratório de entrada.

¹⁰² ANEXO J – Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e da Argentina.

- No Artigo 5º item “2”:
- Os nacionais das Partes que tiverem ingressado no território da outra Parte como clandestinos não poderão solicitar os benefícios do presente Acordo no território do país de recepção devendo, para tanto, sair deste e solicitar o benefício no seu país de origem ante a respectiva autoridade consular.
- No Artigo 7º item “d”:
- Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais ou internacionais, penais ou policiais.

Dos três Artigos, com seus respectivos itens que não constam no Acordo com o Uruguai, ressalta-se que dois são relacionados aos “Clandestinos”, no Artigo 3º trata do significado do termo “Clandestino”, já no Artigo 5º item “2” deixa claro que o “Clandestino” de outra Parte, não se enquadra neste acordo e orienta qual é o procedimento a ser feito. Com relação ao Artigo 7º o acordo com o Uruguai não exige Declaração de ausência antecedentes nacionais ou internacionais, penais ou policiais.

No Acordo assinado entre o Brasil e Uruguai¹⁰³, destacam-se, alguns Artigos e suas subdivisões, que não tem no Acordo assinado entre o Brasil e Argentina, sendo:

- No Artigo 6º item “b”:
- Quando for o caso, certidão de nascimento e comprovação de estado civil da pessoa, certificado de nacionalização ou naturalização.
- No Artigo 6º item “e”:
- Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de recepção, caso se trate de nacionais compreendidos no artigo 4º, parágrafo 2º do presente Acordo.
- No Artigo 6º item “f”:
- Se for exigido pela legislação dos Estados Partes, certificado médico expedido pela autoridade médica ou sanitária oficial do país de origem ou recepção.
- No Artigo 7º item “d”:
- Comprovação de meios de vida lícitos que permitam a subsistência do peticionante e de seu grupo familiar de convívio.
- No Artigo 12º:
- Aos membros da família que não tenham a nacionalidade de um dos Estados Partes, será concedida uma autorização de residência de idêntica vigência a da pessoa da qual dependam, sempre e quando apresentem a documentação que estabelece o artigo 6º e não possuam impedimentos. Se por sua nacionalidade, os membros da família necessitarem de vistos para ingressar no país, deverão tramitar o pedido de residência ante a autoridade consular, salvo quando nos termos das normas internas do país de recepção, este último requisito não seja necessário.

¹⁰³ ANEXO K – Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e do Uruguai.

No Artigo 6º destacam-se vários itens que não tem no acordo entre Brasil e Argentina, que podem ser sintetizados como documentos formais tais como: certidão de nascimento, comprovante de estado civil, certificado de nacionalização ou naturalização, certidão negativa de antecedentes, certificado médico quando exigido pela legislação dos Estados Partes.

O que mais chama atenção no Acordo com Uruguai, é que no seu Artigo 7º item “d” o qual exige a comprovação de como o peticionante e seus familiares pretendem se sustentar no país receptivo. No Artigo 12º proporciona aos membros da família que não tenham nacionalidade de um dos Estados Partes, uma autorização de residência com os mesmos direitos da pessoa da qual dependam, desde que tenham os devidos documentos e que não hajam restrições, caso seja necessário vistos para ingressar no país, devem fazer via consulado.

Quadro 2: Outros itens do Acordo estão com a redação diferente

Argentina e Brasil	Uruguai e Brasil	Principal diferença
Artigo 6º item “b”: Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem.	Artigo 6º item “c”: Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem, ou nos que tiver residido o requerente nos cinco anos anteriores a sua chegada ao país de recepção ou a seu pedido ao consulado, conforme seja o caso.	O texto do Artigo 6º entre Brasil e Uruguai é mais completo, pois, prevê que além do país de origem, o requerente possa apresentar a devida certidão de até cinco anos anteriores de outros países que o mesmo tenha residido.
Artigo 6º item “c”: Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais ou internacionais, penais ou policiais.	Artigo 6º item “d”: Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes internacionais, penais ou policiais.	Neste item do Artigo 6º o Acordo entre Brasil e Argentina destaca no texto do referido item antecedentes nacionais ou internacionais, sendo que, com Uruguai está previsto no Acordo somente antecedentes internacionais.
Artigo 6º item “d”: Pagamento das taxas legais.	Artigo 6º item “g”: Pagamentos de taxas legais, conforme as respectivas legislações internas.	No item referente ao Artigo 6º, o texto do Acordo do Brasil e do Uruguai enfatiza as legislações internas.
Artigo 11º: Os nacionais das Partes e suas famílias que obtiveram residência nos termos do presente Acordo, gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas concedidos aos nacionais do país de recepção, em particular o direito ao trabalho e à livre iniciativa; o direito de petição; o direito de entrar, permanecer, transitar e sair do território das Partes; o direito de associação e a liberdade de culto. Tais direitos serão exercidos conforme a legislação interna do País de recepção. A concessão da residência prevista no Artigo 6º não será submetida a nenhuma prova de suficiência econômica ou a qualquer autorização prévia de natureza trabalhista e não será denegada por critérios de proporcionalidade em matéria de nacionalidade ou de paridade de salários.	Artigo 11º: Os nacionais das Partes e suas famílias que obtiveram residência nos termos do presente Acordo, gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas concedidos aos nacionais do país de recepção, em particular o direito ao trabalho e à livre iniciativa e as condições previstas na legislação interna; o direito de petição; o direito de entrar, permanecer, transitar e sair do território das Partes; o direito de associação com fins lícitos e a liberdade de culto. Tais direitos serão exercidos conforme a legislação interna do país de recepção.	O texto do Acordo do Artigo 11º entre Brasil e Uruguai relacionado com o direito ao trabalho e a livre iniciativa é mais completo que o da Argentina, pois, contempla as condições previstas na legislação interna. Outro ponto que difere devido estar mais claro é no que dispõe ao direito de associação desde que seja com fins lícitos. Neste Artigo o destaque maior está no Acordo entre o Brasil e Argentina com relação à concessão de residência renunciado no Artigo 6º onde não é preciso declarar e nem justificar quais são as condições financeiras e empregatícia, e ainda não poderá ser indeferido por normas ou disposição regulatória em pretexto a nacionalidade ou equiparação de salários.

Fica evidente que, com o passar do tempo, estão sendo efetivadas ações que contribuem para o avanço do processo de integração do Mercosul, que podem ser vistas como estratégicas e prioritárias. Conforme exposto anteriormente, no segundo semestre de 2006, foram concretizados acordos entre Brasil/Argentina e Brasil/Uruguai de modo bilateral. Para favorecer o trânsito dos nacionais das Partes oriundos destes países e de sua permanência, podem residir de forma legal, desde que preencham os requisitos previstos no acordo, pois gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos conforme a legislação interna do País de recepção. Muitas pessoas dos países do Mercosul já demonstravam interesse em residir no Brasil, de forma particular no Estado de Santa Catarina, com a assinatura do acordos, isso contribuiu tanto para a vinda de pessoas da Argentina e do Uruguai, quanto para os brasileiros que tem interesse em mudar para esses países, e ainda para legitimar a situação em ambos os casos dos clandestinos, que já residiam de forma ilegal.

Fazendo uma apreciação do item 3.3, verifica-se que existe uma preocupação por parte do governo de Santa Catarina com o comércio internacional, criando uma secretaria específica para tratar de assuntos internacionais, dando ênfase ao Mercosul. A Santa Catarina Turismo (SANTUR) item 3.5, também criada pelo governo do Estado de Santa Catarina, faz a divulgação das potencialidades turísticas do Estado e a estimativa de turistas que o visitam, que tem como destaque o grande número de turistas argentinos e, não menos importantes, os paraguaios e uruguaios (que fazem parte do Mercosul).

Outra iniciativa aparece na área de ensino, onde, as universidades deste Estado estão fazendo convênios de intercâmbio com as universidades dos países do Mercosul. No que condiz ao governo federal brasileiro, o mesmo já dispõe do projeto para a construção da Universidade do Mercosul na região de fronteira e assinou tratado de integração de seus cidadãos com a Argentina e com o Uruguai.

Todas essas ações convergem para aprimorar a atuação do governo subnacional em vários setores, como o empresarial, de ensino, de movimentação de cidadãos etc.. Dentro de uma perspectiva imediatista, isso pode ser considerado de pouca relevância, mas, por outro lado, as possibilidades criadas devem levar a patamares de aperfeiçoamentos que deverão contribuir em muito no trabalho dos governos subnacional.

Todavia, faz-se necessário que os governos subnacionais possam ter uma participação mais ativa nas decisões no campo diplomático, principalmente quanto às motivações que abrangem o lado econômico, político e cultural, visto que os governos subnacionais têm como desígnio garantir benefícios para o conjunto da sociedade a qual pertence. Sendo assim, os governos subnacionais podem participar em processos de ação

externa e integração regional através de instituições e órgãos auxiliares instituídos para este fim. Outrossim de acordo com seus objetivos, os governos subnacionais poderão conquistar uma melhor posição política, tendo condições de desenvolver relações estratégicas em função de suas carências e afinidades regionais. (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005), sobretudo, se conquistar mais autonomia em suas investidas junto aos países pertencentes ao Mercosul, sem entrar em atrito com o governo federal.

3.7 O SETOR EXPORTADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nos últimos anos, as exportações catarinenses passaram por várias transformações e influências, desde a forma de produção até a comercialização de seus produtos, tendo que se adaptarem tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo.

Contudo, algumas empresas foram atingidas diretamente, demonstrando suas fragilidades por não estarem preparadas para competir em condições de igualdade, principalmente com produtos asiáticos.

Segundo o Diagnóstico do Setor Exportador Catarinense de 2008 foi feita uma pesquisa que contou com a participação de aproximadamente 20 setores da economia do Estado, sendo: 40,8% empresas de grande porte; 30,6% de médio porte; 22,4% de pequeno porte e 6,2% micro empresas. A partir de dados cadastrais, foi disponibilizado um questionário a empresas catarinenses que efetuaram operações de comércio exterior no ano de 2007, de acordo com estatísticas oficiais da SECEX/MDIC. (FIESC, 2008).

Para efeito desta análise, as divisões de hierarquização das empresas aqui enquadradas estão de acordo com regulamentações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera:

- Microempresa= até 19 empregados;
- Pequena= entre 20 a 99 empregados;
- Média= entre 100 a 499 empregados; e
- Grande porte= acima de 500.

Com relação ao capital das empresas exportadoras, 86,5% declararam possuir capital nacional, demonstrando esse percentual na concentração e poder das empresas catarinenses por não depender de capital estrangeiro; apenas 7,4% das empresas são formadas por capital estrangeiro e outros 6,3% de empresas, com capital misto (com maior composição de capital nacional). (FIESC, 2008).

A leitura que se faz das empresas participantes deste Diagnóstico do Setor Exportador Catarinense, quanto à composição do seu capital, é extremamente interessante por revelar a independência econômica predominante (capital próprio) na maioria das empresas, podendo ser considerada como um diferencial, principalmente para a tomada de decisões, que podem ocorrer de maneira mais rápida, entre tantas situações que fazem parte do dia a dia de uma empresa. Cabe ressaltar a tendência de aquisições e fusões de empresas nacionais por corporações estrangeiras que estão ocorrendo e que tendem a aumentar nos próximos anos.

Muitas empresas exportadoras catarinenses (15% das empresas pesquisadas) vêm investindo em unidades no exterior (EUA, Argentina e México), no intuito de estarem mais próximas de seus clientes e de seus concorrentes, tendo condições de competir de maneira mais igualitária. (FIESC, 2008).

No que concerne à porcentagem e valores exportados em dólar das empresas pesquisadas, 16% exportam até US\$ 99 mil; com um percentual um pouco mais significativo de 20,2%, de empresas com valores entre US\$ 100 e US\$ 999 mil. O destaque fica por conta de 36,2% das empresas que exportam entre US\$ 1 milhão e US\$ 9,999 milhões, que é o maior percentual de empresas exportadoras. Em 21,3% das empresas, os valores situaram-se entre US\$ 10 e 50 milhões; em 6,3% das empresas exportadoras ficaram com valor superior a US\$ 50 milhões. (FIESC, 2008).

Percebe-se que o número mais expressivo de empresas exportadoras está nos valores abaixo de dez milhões de dólares, ou seja, 72,4% das mesmas, enquanto 27,6% estão exportando valores superiores a dez milhões de dólares, podendo ser, de certa forma, considerado diversificado, não predominando majoritariamente uma porcentagem de empresas em uma determinada faixa de valores exportados em dólares.

As empresas exportadoras mantêm uma regularidade referente à sua frequência exportadora, sendo que 75,5% exportam continuamente sem interrupções desde a 1ª exportação; 11,2% são exportadoras, mas, desde a 1ª exportação, tem enfrentado interrupções em alguns anos; 11,2% são raras as exportações e estão associadas a uma boa oportunidade; 2%, atualmente, a empresa deixou de exportar. (FIESC, 2008).

Observa-se que a cultura empreendedora é predominante nas empresas exportadoras catarinenses que fazem parte da estratégia empresarial, primordialmente levando em conta o comprometimento de atender, sem interrupções, seus clientes externos.

Os principais obstáculos externos à exportação, indicados pelas empresas em ordem de importância são: a burocracia em órgãos governamentais no Brasil, custo do transporte internacional, a recessão em outros países (que foi sentida pelas empresas no ano de 2007,

possivelmente pelo desaquecimento da economia americana) e concorrência internacional. (FIESC, 2008).

As exportações poderiam ser aumentadas consideravelmente se o governo priorizasse:

- a construção de armazéns e silos;
- desburocratização e redução de custos da atividade exportadora;
- desoneração tributária; adequação na oferta de incentivos fiscais;
- a melhoria na infraestrutura portuária, aeroportuária e rodoviária;
- aperfeiçoamento na promoção e operacionalização dos instrumentos de fomento à exportação (particularmente Drawback, PROEX, Porto Seco e REDEX);
- avanço nas negociações de acordos comerciais, em especial Mercosul/União Européia, ALCA e Mercosul/África do Sul. (FIESC, 2008).

Se essas ações realmente tivessem um tratamento mais adequado, com certeza, as exportações poderiam ser incrementadas pelas empresas exportadoras, dadas as condições atuais e os valores exportados seriam extremamente consideráveis. Percebe-se que um dos principais problemas é a deficiência de armazéns e silos, podendo ser considerada um gargalo no escoamento da produção destinada à exportação.

No que se refere aos obstáculos internos à exportação, podem ser indicados principalmente os preços não competitivos no mercado externo; fornecimento de matéria-prima; a certificação de produtos e a estruturação de processos de exportação entre outros. (FIESC, 2008).

Os produtos asiáticos estão prejudicando cerca de 75% das empresas catarinenses que fizeram parte da pesquisa. Primeiramente, pelo aumento das exportações de produtos originados da Ásia, e, conseqüentemente, os preços têm caído, atingindo diretamente a rentabilidade das empresas catarinenses, principalmente os setores de cerâmica, autopeças, têxtil e móveis. (FIESC, 2008).

A prática de preços baixos pelas empresas asiáticas não está prejudicando somente a concorrência das empresas catarinenses em outros países, inclui-se aqui, também o mercado brasileiro.

As negociações internacionais são bem aceitas pelo setor exportador catarinense, e enfatiza que o governo brasileiro deve priorizá-las por meio do Mercosul. Segundo o grau de importância do acompanhamento das negociações internacionais apontado pelas empresas, 45,9% Mercosul/União Européia; 29,6% Mercosul/México; 25,5% ALCA; 23,5%

Mercosul/África do Sul; 9,2% OMC; 8,2% Mercosul/CGC; 5,1% Mercosul/Índia; e 5,1% Mercosul/Israel. (FIESC, 2008).

As empresas deixam claro que as negociações internacionais intermediadas e efetivadas via Mercosul são extremamente valorizadas, para fazer frente a muitos países emergentes que estão aproveitando a manutenção do crescimento da economia mundial e incrementar as suas exportações.

Os produtos brasileiros seguem perdendo competitividade por motivo das altas taxas de juros, crescente concorrência dos produtos asiáticos (no mercado interno e externo, devido ao menor custo de produção, principalmente na China), burocracia na atividade exportadora (procedimentos de alfândega, taxas e inspeções de carga) e elevados custos de transporte e portos. Deste modo, o Setor Exportador Catarinense fez algumas reivindicações junto ao Governo Federal com finalidade da concretização de acordos internacionais para que os produtos brasileiros possam ter acesso mais competitivo no mercado internacional, tais como ações pontuais e urgentes com intuito de evitar a constante perda de mercados importadores, alterações na política monetária e tributária, reforma da atual legislação cambial brasileira e ampliação de linha de financiamento para investimento, produção e exportação. (FIESC, 2008).

As empresas exportadoras de Santa Catarina, assim como as de outros estados brasileiros, são dependentes de ações que cabem somente ao governo federal tomar, como as citadas anteriormente, para que, só dessa forma, possam ter condições de competir de forma mais igualitária no mercado internacional e, caso de produtos asiáticos, no mercado interno, principalmente.

3.8 COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Conforme a Tabela 4¹⁰⁴, as exportações do Estado de Santa Catarina de 1991 para 1995 cresceram mais de 75%, enquanto as importações tiveram um aumento extremamente considerável, de 225%. Quanto ao *ranking* das exportações o Estado de Santa Catarina, que esteve colocado entre a quinta e a décima posição no período de 1991 a 2008, adverte-se que sete anos ficou em 5º e seis anos em 6º comparado aos outros estados brasileiros¹⁰⁵. No

¹⁰⁴ No APÊNDICE E – Tabela - Balança Comercial de Santa Catarina 1991 – 2008 com todos os anos.

¹⁰⁵ No APÊNDICE F – Tabela – Exportações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008.

ranking dos estados importadores brasileiros Santa Catarina ficou na nona posição na grande maioria dos anos avaliados¹⁰⁶.

No ano de 2000 em relação a 1995, as exportações fecharam com um aumento irrisório de 2,25%, e as importações diminuíram em -20%.

Com um aumento expressivo, as exportações de 2005 em comparação com o ano 2000, fecharam em mais de 105%, todavia, as importações cresceram acima dos 128%.

A balança comercial de Santa Catarina em 2008, no que condiz as exportações, subiu mais de 47% em relação a 2005, mas, neste mesmo período, as importações obtiveram um aumento extraordinário de 264%. O saldo da balança comercial em 2008 foi o mais baixo de todos os anos analisados.

Tabela 4: Balança Comercial de Santa Catarina 1991 / 2008

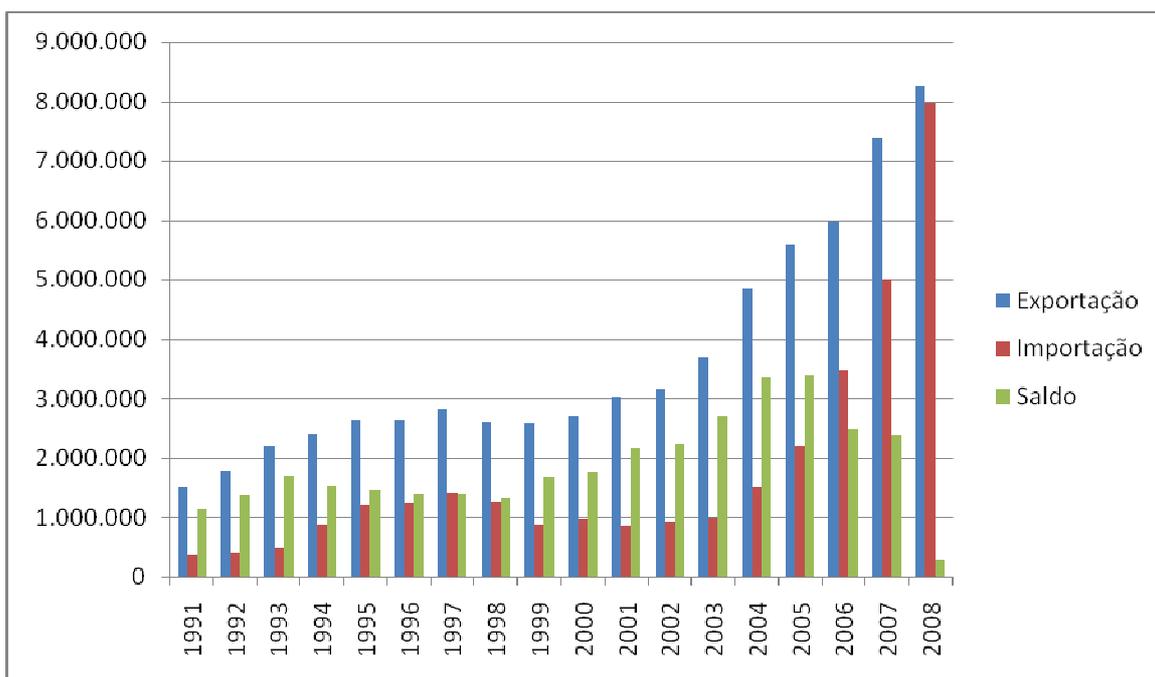
Ano	Exportação		Importação		Saldo (A)-(B) US\$ 1000 FOB
	Valor (A) US\$ 1000 FOB	Var. % (*)	Valor (B) US\$ 1000 FOB	Var. % (*)	
1991	1.509.764	---	368.104	---	1.141.660
1995	2.652.025	75,66	1.198.541	225,60	1.453.484
2000	2.711.703	2,25	957.133	-20,14	1.754.570
2005	5.584.125	105,92	2.188.537	128,66	3.395.587
2008	8.256.219	47,85	7.969.306	264,14	286.913

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

De acordo com o Gráfico 4, nos dois primeiros anos desta análise as exportações foram inferiores a US\$ 2 bilhões, e, de 1993 até o ano de 2000, oscilaram na casa dos US\$ 2 bilhões, sendo que, a partir do ano 2000, os aumentos foram sucessivos até 2008, que fechou com US\$ 8,25 bilhões.

As importações do Estado de Santa Catarina nos quatro primeiros anos ficaram abaixo de US\$ 1 bilhão e nos quatro anos subsequentes acima. De 1999 a 2003 voltou a ser menos de US\$ 1 bilhão; em 2004 fechou com US\$ 1,5 bilhão e, nos anos seguintes, os acréscimos foram mudando de dígito a cada ano, encerrando 2008 com US\$ 7,96 bilhões em importações.

¹⁰⁶ No APÊNDICE G – Tabela – Importações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008.

Gráfico 4: Balança Comercial de Santa Catarina 1991 – 2008 US\$ 1000 FOB

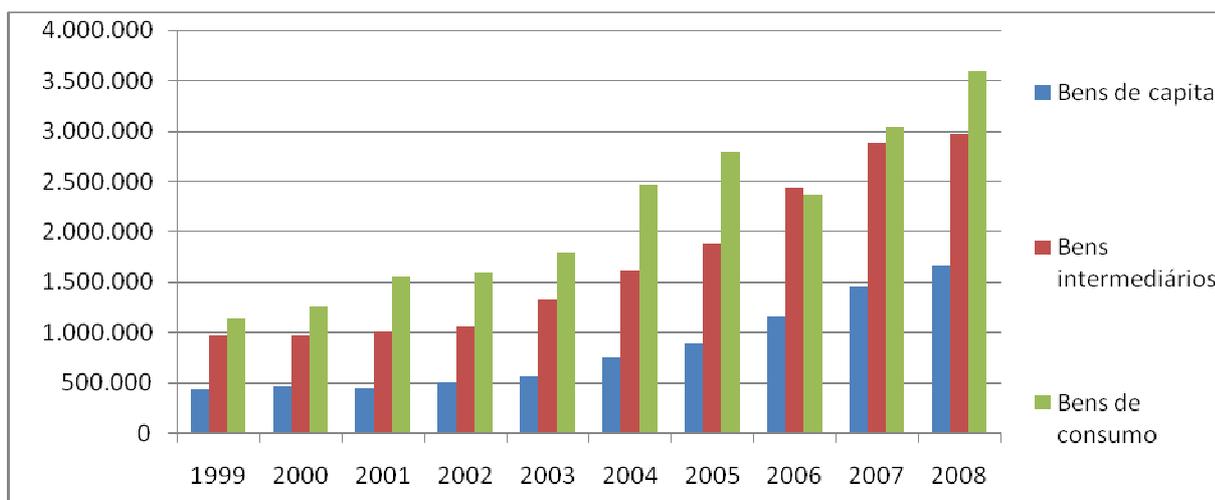
Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

O saldo da balança comercial de Santa Catarina, de 1991 até 2000, ficou na casa de US\$ 1 bilhão; nos três anos seguintes, dos US\$ 2 bilhões. Em 2004 e 2005 subiu para os US\$ 3 bilhões, e, nos dois anos seguintes, caiu para os US\$ 2 bilhões novamente. O saldo de 2008 fechou em US\$ 286 milhões, sendo o valor mais baixo de todo os anos analisados, e, pela primeira vez, ficou abaixo de US\$ 1 bilhão.

Conforme os dados do Gráfico 5, constatou-se que os bens intermediários superaram os bens de consumo apenas no ano de 2006, demonstrando que, nos outros anos, o destaque foram os bens de consumo (não duráveis, maiores detalhes no APÊNDICE H), os quais durante todos os anos analisados oscilaram entre 31 e 42%; quanto aos bens intermediários, enfatiza-se os insumos industriais que variaram 26 a 32% neste período.

Os bens de capital tiveram uma participação mais significativa, em torno de 20%, somente no ano de 2008, sendo que nos anos anteriores ficaram abaixo dessa porcentagem.

Gráfico 5: Exportação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB

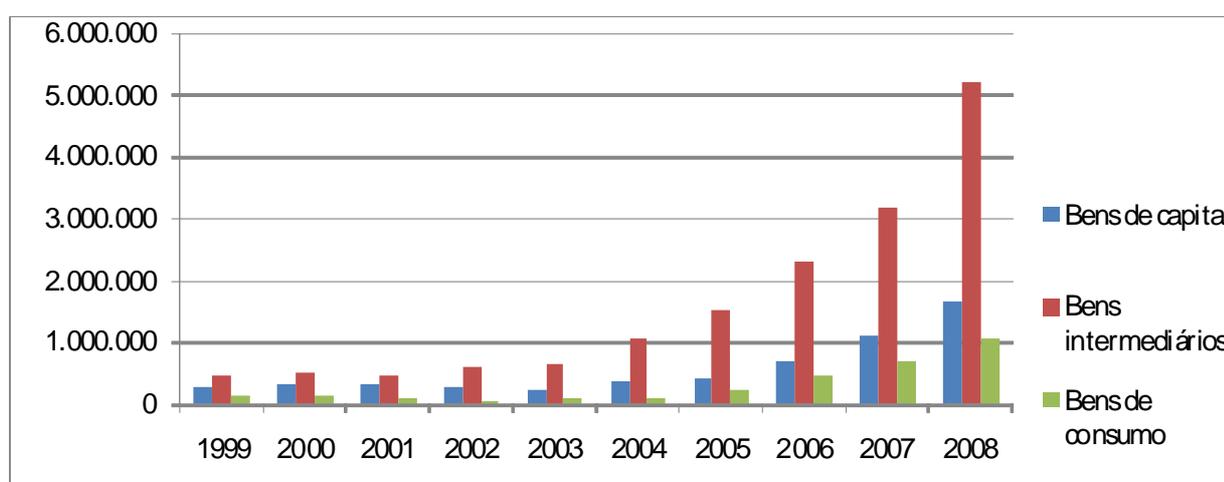


Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Os setores de contas nacionais do Estado de Santa Catarina referentes à importação, foram analisados de acordo com o Gráfico 6 a partir do ano de 1999 (perfazendo um período de dez anos), pois, dos anos anteriores não há registro no banco de dados do SECEX/MDIC. Todavia, para efeitos deste esboço, não deverá prejudicar a análise dentro do contexto proposto.

No que tange às importações de Santa Catarina nos setores de contas nacionais, nota-se que os bens intermediários se destacaram durante os dez anos analisados (acima de 50%).

Gráfico 6: Importação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

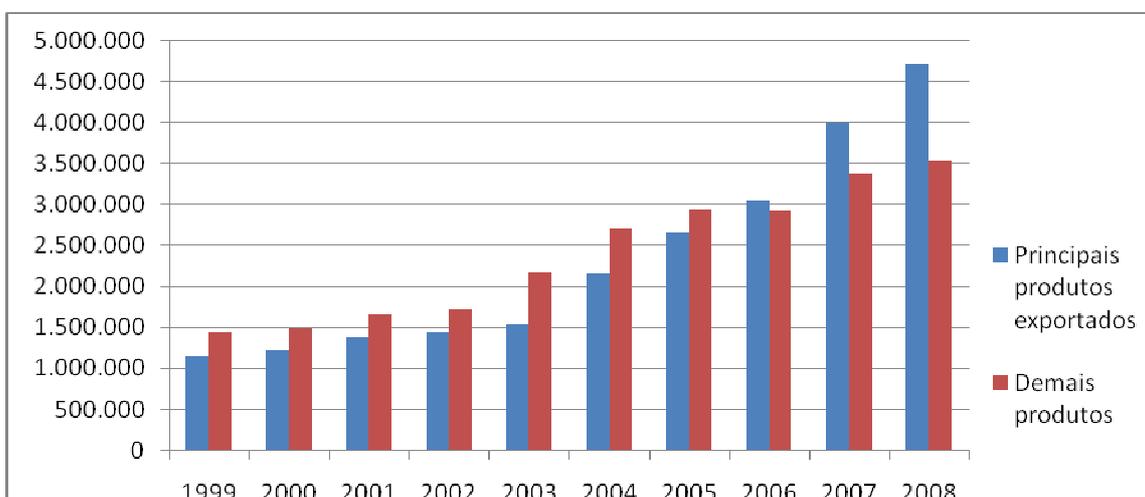
Porém, dentro da divisão dos bens intermediários, ressalta-se que os insumos industriais, desde 2002, respondem por mais de 54% das importações, não desprezando a

importância dos outros itens. Destacam-se ainda os bens de capital (exc. equipamentos de transporte para uso industrial) que, de 1999 a 2001, estavam na casa dos 30% e nos anos subsequentes, foi decaindo até 2006. No ano de 2007, subiu para 21,71% e em de 2008, encerrou com 20,43%. No APÊNDICE I consta todos os itens dos setores de contas nacionais de Santa Catarina com seus respectivos valores, referentes às importações.

Os principais produtos exportados pelo Estado de Santa Catarina, tendo como base os quinze primeiros classificados em 2008 (vide APÊNDICE J) e que, na sequência, fez-se um levantamento dos anos anteriores até 1999, de maneira que esses produtos, de 1999 a 2005, foram responsáveis por mais de 40% dos produtos exportados, chegando nos últimos três anos acima de 50%, conforme o Gráfico 7.

Constata-se certa concentração das exportações em poucos itens; desta forma, nota-se que dos quinze principais produtos exportados, nove se fizeram presentes durante o período avaliado (com exceção do ano de 2003, em que o fumo não aparece no *ranking* dos quinze primeiros).

Gráfico 7: Estado de Santa Catarina Principais Produtos Exportados 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Nos últimos oito anos, ficaram em primeiro lugar o frango e seus derivados, os quais nos dois primeiros anos desta análise estavam na segunda colocação. Os produtos denominados outras carnes de suíno congeladas ocuparam o terceiro lugar em 2004 e 2005 e encerrou 2008 em quarto. Preparações alimentícias e conservas de galo, a partir de 2005, vêm tendo um aumento gradativo. Adverte-se que nos anos anteriores não apareciam entre os quinze principais produtos exportados. O fumo, a partir de 2006, classificou-se na segunda posição.

O moto compressor hermético (capacidade <4700 frig.), nos dois primeiros anos, estava na primeira colocação; de 2001 a 2005, passou para a segunda e nos subsequentes foi para a terceira. Motor elétrico (corr. Altern. Trif. 750w<p<=75kw, rot.), desde 2003, apresenta um contínuo crescimento de exportação; nesta mesma situação estão blocos de cilindros e cabeçotes (para motores dianteiros).

Tendo como referência o ano de 2008 e considerando os quinze principais produtos importados neste ano pelo Estado de Santa Catarina, pode-se comparar com os anos anteriores (até 1999). Vide APÊNDICE K.

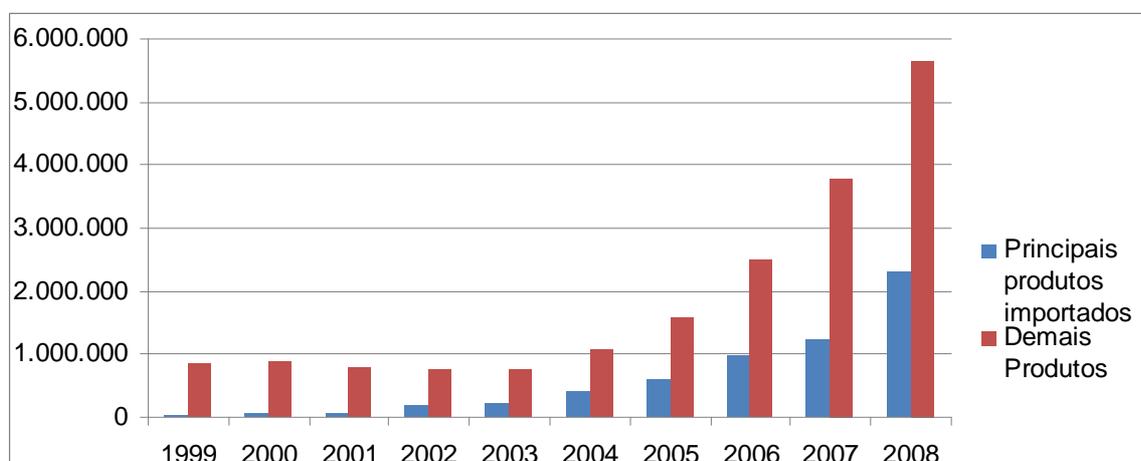
Constata-se que não existe uma continuidade de produtos importados em anos sequenciais na maioria dos itens. Tanto é verdade que apenas dois itens estiveram presentes em todos os anos analisados (fio texturizado de poliésteres e Trigo – exceto trigo duro ou para semeadura).

Os principais produtos importados em 2008, relacionados com os anos anteriores, demonstram, além das interrupções de importação (em muitos deles ao longo dos anos), que os valores também sofreram uma variação, ficando evidente a não concentração dos mesmos.

É importante ressaltar que, não havendo um direcionamento da importação em poucos itens, o resultado é uma diversidade de produtos importados.

Desta forma, conforme o Gráfico 8, verifica-se que, no período avaliado, os demais produtos foram responsáveis por mais de 70% das importações, principalmente nos últimos seis anos, contudo, de 1999 a 2001 ficou na casa dos 90%.

Gráfico 8: Estado de Santa Catarina Principais Produtos Importados 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Isso ressalta quando observamos que não há uma frequência de importação em principais produtos importados durante os anos analisados.

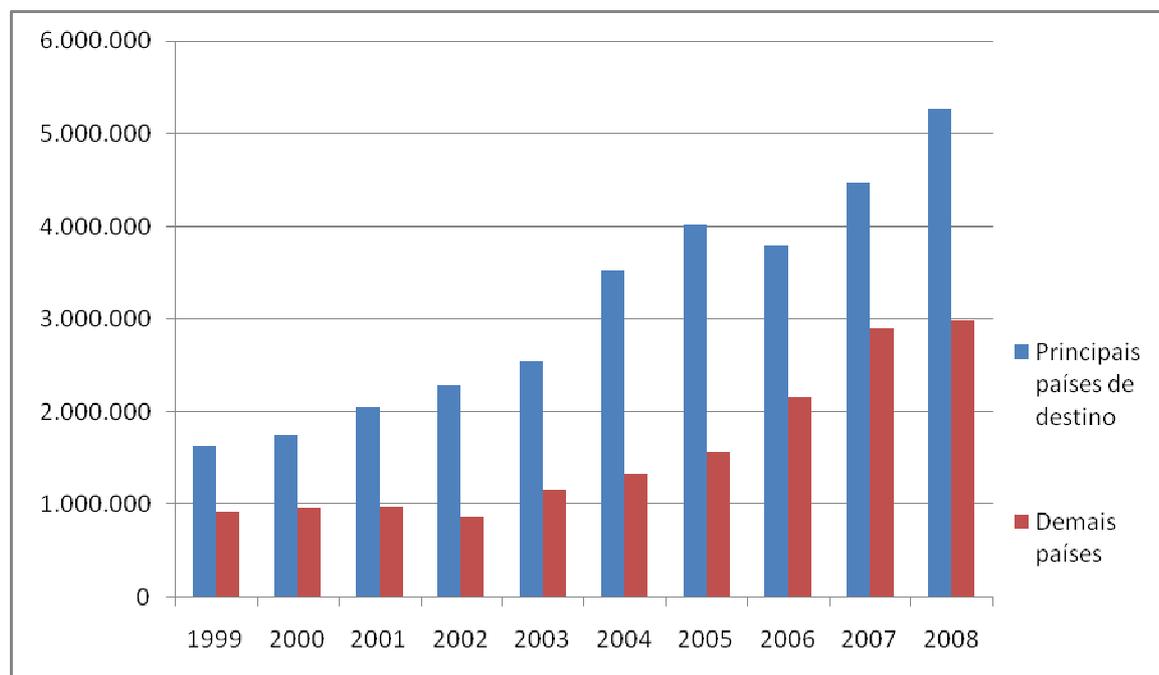
Mesmo assim, far-se-á uma avaliação, sendo que dos principais produtos importados nos últimos cinco anos, destacam-se cátodos de cobre refinados/seus elementos que classificaram-se em primeiro lugar. Realça-se que, nos anos anteriores, nem apareciam entre os quinze principais produtos importados. Na segunda colocação, nos últimos cinco anos, ficaram outros polímeros de etileno em formas primárias; o detalhe é que, em 2003, encerraram em primeiro lugar, e, no ano de 2002, em segundo lugar.

No período de 2002 a 2008, outros polietilenos s/carga $d > +0.94$ em formas ocuparam do segundo ao quinto lugar, de maneira não constante, ou seja, em 2002 estavam no quarto lugar, no ano seguinte em segundo, nos outros três anos em terceiro, depois em quinto e, em 2008, o quarto lugar. O trigo (exc. trigo duro ou p/semeadura), nos primeiros cinco anos desta análise, fechou em primeiro lugar no ano de 2001 e nos outros anos em terceiro lugar; nos últimos cinco anos, variou do quinto ao décimo primeiro lugar, apesar de seu valor ter aumentado gradativamente.

O Estado de Santa Catarina se destaca pelas suas exportações. Para esta análise foram selecionados os quinze primeiros países de destino, classificados em 2008 (consultar APÊNDICE L para maiores detalhes), considerando a somatória de seus valores, no intuito de identificarmos qual é sua relevância, de maneira que os demais países são somados conjuntamente. Cabe lembrar que os dados são a partir de 1999.

De acordo com os dados do Gráfico 9, o crescimento das exportações para os principais países de destino de 1999 para 2008 foi de 220%; já os demais países fecharam em 223%. Fazendo uma avaliação comparativa, nota-se que não houve uma diferença considerável quanto ao destino das exportações do Estado de Santa Catarina (tanto para os principais países de destino, quanto para os demais países).

Gráfico 9: Exportações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Destino 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

O gráfico demonstra, ainda, que os quinze principais países de destino das exportações do Estado de Santa Catarina são os responsáveis por mais de 60% das mesmas, durante os dez anos analisados.

Conforme o APÊNDICE L, verifica-se que oito¹⁰⁷ (correspondente a 53%) dos principais países de destino aparecem em todos os anos pesquisados. Os Estados Unidos ocuparam o primeiro lugar nos dez anos considerados, apesar de, nos últimos dois anos, terem diminuído os valores de suas importações. O Japão, em 2008, ficou em segundo lugar, sendo que nos anos anteriores oscilava entre o 4º e o 7º lugar.

A Argentina se manteve entre a 2ª e a 3ª colocação durante o período analisado (com exceção de 2002, que ficou no 8º lugar). Enfatiza-se que, após 2004 os acréscimos foram contínuos ano a ano (com aumento de 114% de 2008 para 2004 em suas importações). A Alemanha, apesar de ficar em 5º lugar em 2008, é um importante país de destino das exportações catarinenses devido ao seu desempenho em anos anteriores (onde se classificou entre a 2ª e 6ª colocação).

A Federação da Rússia começou a se destacar a partir de 2001, com valores variados nos anos subsequentes, mas merecem serem registrados os anos em que ficou em 2º lugar, que

¹⁰⁷ Estados Unidos, Japão, Argentina, Países Baixos (Holanda), Alemanha, Reino Unido, Itália e Chile.

foram 2002, 2004 e 2005. O México é outro país que principiou em 2001, embora não tenha ocupado as primeiras posições, suas importações obtiveram crescimento constante depois, de 2003 até 2008. A África do Sul, a partir de 2004, destacou-se como um país de destino das exportações catarinenses, acumulando acréscimos em suas importações no decorrer dos anos seguintes (exceto em 2006, que fechou com 1% menos em comparação a 2005) encerrando em 2008, na 10ª colocação.

A surpresa nos dois últimos anos do destino das exportações catarinenses fica por conta da Venezuela e de Hong Kong, os quais demonstraram, em função do aumento do ano de 2007 para 2008, como sendo países com potencial de absorção dos produtos catarinenses.

A origem das importações do Estado de Santa Catarina analisadas no Gráfico 10, entre 1999 a 2008, corrobora para uma constatação da concentração ao longo dos anos em poucos países. Esta avaliação contemplou os 15 primeiros colocados no ano de 2008. Fazendo uma retrospectiva dos mesmos até 1999, destaca-se, inicialmente, que o crescimento de 1999 para 2008 foi de 1049% nas importações de Santa Catarina dos principais países de origem; quanto aos demais países fechou em 382%.

Desta forma, nota-se que os quinze principais países de origem das importações do Estado de Santa Catarina foram responsáveis nos três primeiros anos por mais de 60% das importações catarinenses e, nos cinco anos subsequentes, ficaram na casa dos 70%. Em 2007 e 2008, oscilaram na faixa de 80% das importações, demonstrando a disposição de negociação com um número que pode ser considerado pequeno de países.

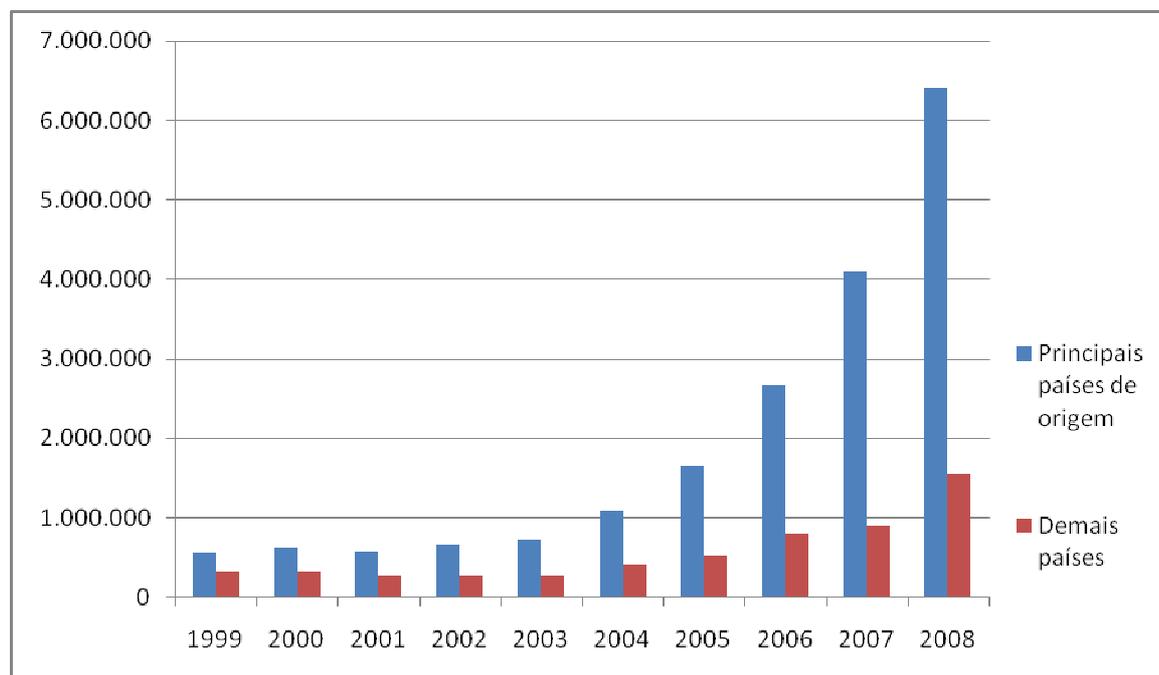
Quanto aos demais países de origem das importações catarinenses, verifica-se, no período analisado, que as variações ocorridas em termos de valores não interferiram em nenhum dos anos, nem mostraram que outros países superassem os quinze principais nas importações para o Estado de Santa Catarina. Isso confirma a preferência pelos mesmos.

De acordo com dados do APÊNDICE M, verifica-se que, oito dos quinze principais países de origem das importações do Estado de Santa Catarina, aparecem nos dez anos analisados, entre eles os países fundadores do Mercosul, Argentina, Paraguai e Uruguai¹⁰⁸.

A China, nos dois últimos anos, permaneceu no primeiro lugar. No entanto, o que chama a atenção é que este país, em 2008, foi responsável por 20% (US\$ 1.622.241) das importações, ficando 69% acima do segundo lugar; em 2007, essa diferença foi de 75%; isso mostra o grande potencial que a China tem (as exportações para Santa Catarina cresceram 9863% de 1999 para 2008).

¹⁰⁸ Os outros são: China, Chile, Estados Unidos, Alemanha e Itália.

Gráfico 10: Importações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Origem 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

O Chile, nos cinco últimos anos, ocupou o segundo e o terceiro lugares, sendo que, depois de 2001, foi aumentando gradativamente os valores de suas exportações para Santa Catarina (cabe ressaltar que de 1999 para 2008 o aumento foi de 5885%).

A Argentina, durante os dez anos avaliados, ocupou a primeira posição de 1999 a 2006 (com exceção de 2001, que ficou em 3º). No ano seguinte, ficou em segundo e, posteriormente, em terceiro (nota-se que de 1999 para 2008 cresceu em 788% as exportações para Santa Catarina). Os Estados Unidos, a partir de 2003, iniciaram um fluxo de crescimento ano a ano de suas exportações para o Estado de Santa Catarina, encerraram 2008 na quarta colocação, observando-se que, de 1999 a 2008, sempre estiveram entre os principais países fornecedores. A Alemanha ocupou as primeiras posições de 1999 a 2003, terminando, em 2008, na 5ª posição (com aumento de 240% comparando 1999 com 2008).

Quanto aos outros países que se classificaram no *ranking* de 2008, entre os quinze principais países de origem, o que chamou a atenção foi a Índia, a qual em 2007 ocupava a 14ª posição e, no ano seguinte, passou para a 7ª posição. No entanto, nos outros anos analisados a Índia nem aparecia entre os quinze principais países de origem. O Peru também merece destaque, pois, em 2004 obteve a 15ª posição e nos anos seguintes, em função dos contínuos aumentos, encerrou 2008 no 6º lugar (com 1370% de acréscimo de 2004 para

2008). O Paraguai chegou a ficar entre os cinco primeiros até 2004 e, posteriormente, foi perdendo posição (12º em 2008).

As exportações do Estado de Santa Catarina para blocos econômicos resultaram, segundo a análise feita a partir de 1999 até 2008, e conforme APÊNDICE N, em uma concentração que varia de 77,83% até 87,28% no destino das exportações deste Estado, de maneira que os demais blocos econômicos ficaram com porcentagens que oscilaram de 12,72% a 20,88%.

Observa-se no Gráfico 11, com dados do APÊNDICE N, que são seis blocos econômicos indicados para o destino das exportações do Estado de Santa Catarina. Adverte-se, porém, que para esta apreciação, não foram registrados os valores¹⁰⁹ em que o Bloco da Europa Oriental e da Aladi (exclusive o Mercosul) não ficaram entre os cinco primeiros, ao contrário do Mercosul que, em 2004 e 2005, ficou em sexto lugar e seus valores foram indicados, pois este estudo tem como primazia o Mercosul.

O destino das exportações catarinenses sofreu várias alterações nos dez anos desta avaliação. A União Européia (UE), além de ter conquistado o primeiro lugar nos três primeiros e nos três últimos anos e o segundo lugar nos demais, está trilhando, ao longo dos anos, aumentos gradativos, com exceção de 2002 que teve uma variação insignificante. Sendo assim, de 1999 a 2008 o aumento das exportações para UE foi de 233%.

A Ásia (Exclusive Oriente Médio), que nos quatro primeiros anos, estava na quarta posição, de 2003 a 2007 (com exceção de 2005= quarto lugar) subiu para o terceiro lugar; chegando, em 2008, em segundo lugar no *ranking* dos principais blocos econômicos de destino das exportações do Estado de Santa Catarina (acréscimo de 418% de 1999 para 2008). Nota-se que, de 2000 em diante, as exportações para a Ásia cresceram continuamente.

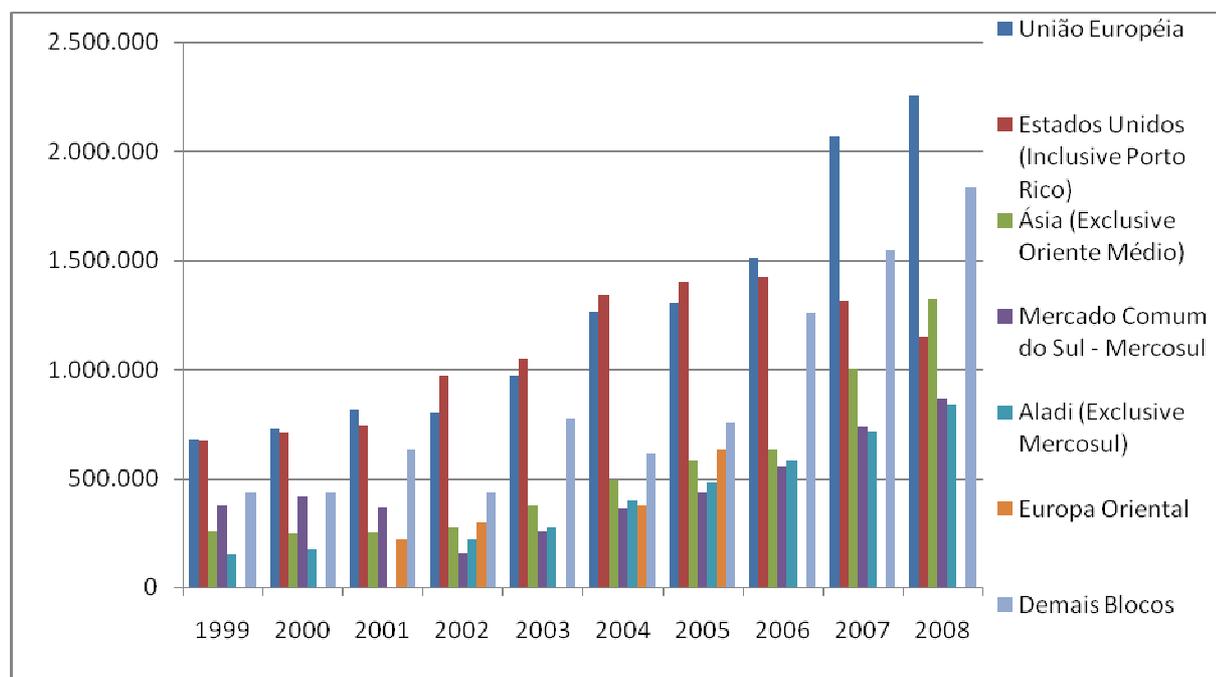
Os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), nos três primeiros anos, estavam na segunda posição. Nos quatro anos seguintes, conquistaram o primeiro lugar, apesar de terem aumentado as exportações sucessivamente ao longo dos anos. Em 2006, caíram para a segunda posição. Em 2007, além de permanecer no segundo lugar, ainda diminuíram os valores; no ano seguinte, confirmou-se a tendência de redução de valores e, conseqüentemente, terminaram 2008 na terceira posição.

O Mercosul, como destino das exportações catarinenses nos primeiros três anos, ocupou a terceira posição com oscilações nos valores, mas nos anos ulteriores obteve crescimento contínuo. Isso não garantiu ao Mercosul uma posição de maior destaque perante

¹⁰⁹ Entrou na soma dos demais países.

os demais, apesar de nos dois últimos anos ter ficado na quarta posição, de maneira que de 2002 a 2006 alternou sua colocação entre o quinto e o sexto lugares.

Gráfico 11: Exportação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Destino 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

A ALADI (exclusive o Mercosul), na maioria dos anos analisados, ocupou o quarto e o quinto lugares. Cabe ressaltar que, depois de 2002, os valores cresceram gradativamente. Isso corrobora no entendimento que a Aladi tem uma importância significativa no destino das exportações catarinenses.

A Europa Oriental, como principal bloco econômico de destino das exportações de Santa Catarina, aparece no período analisado de 1999 a 2008 por quatro vezes. Duas ocupando o terceiro lugar e duas no quinto, de maneira que, por três anos, ultrapassou o Mercosul e um ano a ALADI; percebe-se que a Europa Oriental ocupou, por algum tempo, um lugar de destaque entre os blocos aqui abordados.

As importações do Estado de Santa Catarina se caracterizam pela concentração em cinco principais blocos econômicos de origem, de acordo com os dados do APÊNDICE O. Dos dez anos analisados, nove ficaram acima de 90%, ficando evidente que os produtos importados são oriundos dos países que fazem parte dos blocos aqui destacados. A porcentagem dos demais blocos vem diminuindo nos últimos três anos, ficando abaixo de 6%.

Baseado no Gráfico 12, observa-se que a Ásia (exclusive Oriente Médio) ocupava a quarta posição nos três primeiros anos desta análise, subindo para a terceira nos dois anos seguintes. Em 2004, voltou para o quarto lugar e no ano seguinte foi para a segunda posição; nos três últimos anos, ficou em primeiro lugar. Desta forma, a Ásia passou a ser o principal bloco econômico de origem das importações de Santa Catarina com 36,76% em 2008 e 34,76% em 2007 (entre 1999 a 2008 cresceu 2349% os valores das importações).

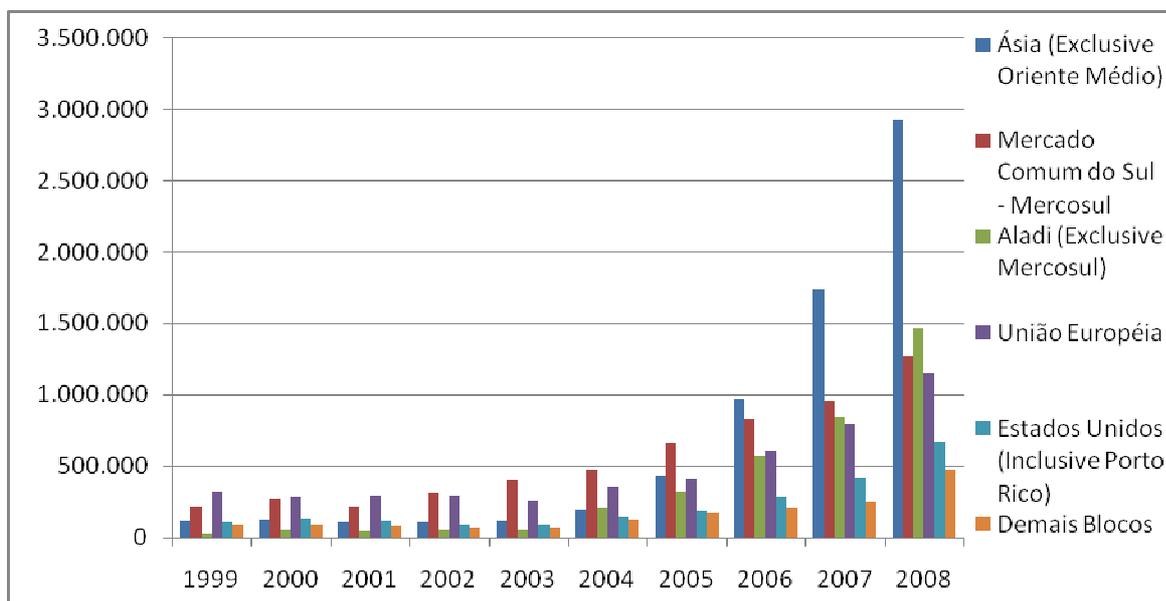
A ALADI (exclusive o Mercosul), a partir de 2001, que estava em quinto lugar como bloco econômico de origem das importações catarinenses, nos anos subsequentes foi tendo acréscimos até 2008, quando chegou no segundo lugar. Ressalta-se que o aumento de 1999 para 2008 foi 4686%, nos valores das importações de Santa Catarina da Aladi.

O Mercosul, nos três primeiros anos desta avaliação, encerrou em segundo lugar e nos quatro anos seguintes em primeiro. Em 2006 e 2007 voltou para a segunda colocação, em 2008 ficou na terceira. De 2001 até 2008, o Mercosul teve aumento, ano após ano, como bloco econômico de origem dos produtos importados pelo Estado de Santa Catarina (entre 1999 e 2008 foi de 498% o aumento).

A União Européia, nos três primeiros anos deste diagnóstico, fechou na primeira colocação e, nos três posteriores, na segunda; em 2005 e 2006 foi para terceira e nos dois últimos anos caiu para a quarta posição. Atente-se que nos primeiros quatro anos ocorreram oscilações nos valores importados da UE. Mas, posteriormente, até 2008, os acréscimos foram contínuos, todavia não o suficiente para ficar mais bem colocado no *ranking* dos principais blocos econômicos de origem das importações do Estado de Santa Catarina (253% de aumento de 1999 para 2008).

Os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), de 2004 a 2008, ficaram na quinta colocação, mesmo tendo aumentos sequenciais a partir de 2003. O que chama a atenção é que, nos primeiros três anos, ocupavam a terceira posição, com variação de valores e, nos dois anos seguintes, caíram para quarta (545% de aumento entre 1999 e 2008). Como se pode constatar, os Estados Unidos, como bloco econômico de origem das importações catarinenses, estão permanecendo em último lugar.

Gráfico 12: Importação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Origem 1999 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Santa Catarina se destaca nas exportações brasileiras por ter em seu território empresas com grande potencial exportador. Das quinze empresas selecionadas, tendo como base 2008, nove exportaram nos seis anos analisados (não tendo dados dos anos anteriores no SECEX/MDIC).

Conforme o Gráfico 13, as exportações feitas pelas principais empresas exportadoras (total de quinze) obtiveram acréscimos na casa de 38% nos dois primeiros anos desta análise e, nos dois anos seguintes, subiu para faixa dos 40%, de maneira que em 2007 passou dos 51%, e em 2008 ficou acima dos 62%. Percebe-se que as principais empresas exportadoras de Santa Catarina, nos últimos anos, vêm aumentando consideravelmente suas exportações.

Quanto às demais empresas, nota-se que nos dois primeiros anos desta avaliação foram responsáveis por mais de 60% das exportações catarinenses e nos dois anos subsequentes oscilaram na casa dos 50%. Em 2007 decaiu para 48,5% e 2008 para 37,6%. Adverte-se que apesar dessa redução das demais empresas exportadoras no período analisado, deve-se levar em consideração que nos primeiros quatro anos elas superaram as principais empresas exportadoras.

Conforme dados do APÊNDICE P, a Seara Alimentos, nos primeiros anos, ocupou o segundo lugar, depois o primeiro e novamente o segundo, período em que suas exportações tiveram aumentos sequenciais. Em 2006 diminuiu, caindo para quarto lugar; no ano seguinte

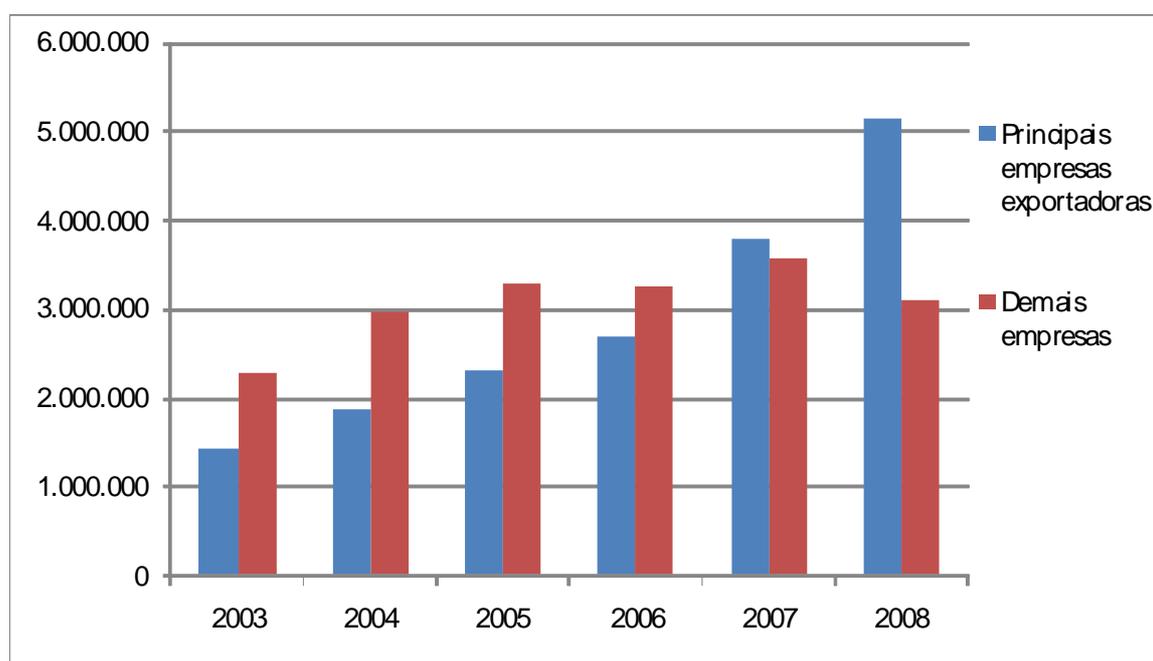
começou a reagir, conquistando o terceiro lugar. Em 2008 fechou na primeira posição como empresa exportadora de Santa Catarina.

A Weg Equipamentos Elétricos S/A ficou com o segundo lugar em 2008, mas a Weg Exportadora S/A, em 2007, ficou na segunda posição e no ano anterior, na primeira. Nos três primeiros anos desta análise encerrou na quinta posição entre as principais empresas exportadoras do Estado de Santa Catarina.

A Whirlpool S/A, nos últimos quatro anos, vem aumentando o valor das exportações. Em 2006, ficou em segundo lugar e no ano seguinte conquistou o primeiro. Em 2008 terminou na terceira posição, evidenciando sua importância entre as principais empresas exportadoras do Estado de Santa Catarina.

A Sadia S/A, que ficou em terceiro lugar nos primeiros três anos desta análise, passou para a quinta colocação nos dois anos seguintes e encerrou 2008 na quarta colocação, em meio às principais empresas exportadoras do estado catarinense.

Gráfico 13: Estado de Santa Catarina Principais Empresas Exportadoras 2003 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

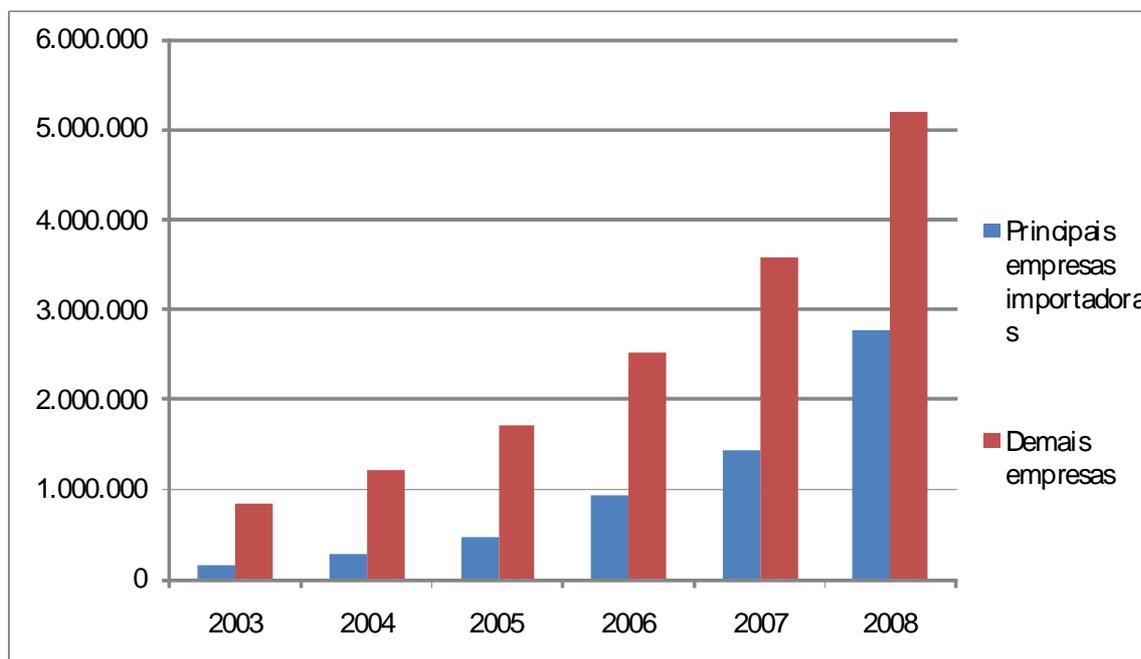
A Perdigão Agroindustrial S/A, nos dois primeiros anos desta avaliação, ficou na quarta colocação, no terceiro ano conquistou o primeiro lugar, mas no ano seguinte caiu para terceiro, depois para o quarto, encerrando 2008 em quinto lugar. Cabe ressaltar que nos três últimos anos a Perdigão vinha galgando aumentos gradativos, contudo, não foi o suficiente para subir no *ranking* das principais empresas exportadoras do Estado de Santa Catarina.

As principais empresas importadoras do Estado de Santa Catarina foram elencadas a partir do ano de 2003 até 2008, pois, os outros anos não estão disponíveis no SECEX/MDIC. Contudo, não é prejudicial para os objetivos desta análise.

Conforme o Gráfico 14, as principais empresas importadoras tiveram como base as quinze primeiras classificadas em 2008. Nos dois primeiros anos desta análise, responderam por apenas 16 e 18% respectivamente; nos três anos seguintes variou de 21 a 28%, sendo que, em 2008, encerrou com 34,71%. Fica evidente que, em nenhum dos anos analisados, as principais empresas importadoras chegaram próximo de superar as demais empresas nos valores das importações.

As demais empresas importadoras em todos os anos avaliados destacaram-se por serem responsáveis por cerca de 65 a 83% dos valores dos produtos importados, mostrando assim, que não existe uma centralização em poucas empresas de importação no Estado de Santa Catarina.

Gráfico 14: Estado de Santa Catarina Principais Empresas Importadoras 2003 – 2008 US\$ 1000 FOB



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

As principais importadoras, conforme APÊNDICE Q, não se destacam em termos de valores totais ao longo dos anos avaliados. Das quinze empresas, somente duas aparecem em todos os anos: a Dow Brasil S/A ficou em terceiro lugar em 2008 e na segunda posição em 2007; nos outros quatro anos ocupou a primeira colocação. A outra empresa é a Ambev, que

chegou a ficar em terceiro lugar em 2004 e 2005, mas em 2008 encerrou na décima terceira posição.

3.9 EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL PARA O MERCOSUL

Conforme a Tabela 5, as exportações dos Estados¹¹⁰ da Região Sul do Brasil para o Mercosul, iniciando pelo Estado do Paraná aumentaram 275% do ano de 1990 para 1995. O Estado de Santa Catarina, 422% e o Rio Grande do Sul, 342%. Em termos de valores, Santa Catarina ficou em último lugar, mas, em crescimento percentual ficou em primeiro lugar.

O ano de 2000 em comparação a 1995, o Estado do Paraná obteve 84% de crescimento nas suas exportações para o Mercosul; em segundo, vem o Rio Grande do Sul com 40% e por último Santa Catarina com 32%.

As exportações de 2005 em relação a 2000 deixaram novamente o Paraná em primeiro lugar em crescimento percentual, 52%; o Rio Grande do Sul com 46% e Santa Catarina com apenas 3,72%, sendo o percentual mais baixo entre todos os dados analisados.

Tabela 5: Exportações dos Estados da Região Sul do Brasil para o Mercosul de 1990 / 2008 em milhões de US\$

Ano	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul		Região Sul		Brasil	
		Var. % (*)		Var. % (*)		Var. % (*)		Var. % (*)		Var. % (*)
1990	90,0	-	60,4	-	160,5	-	311	-	1.540	-
1995	337,7	275,22	315,5	422,35	709,9	342,3	1.363	338,26	6.154	299,61
2000	622,1	84,22	417,1	32,20	996,1	40,31	2.035	49,30	7.614	23,72
2005	946,4	52,13	432,6	3,72	1.457,9	46,36	2.837	39,41	11.496	50,98
2008	2.255,9	138,37	864,0	99,72	2.633,1	80,61	5.753	102,78	21.341	85,64

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Observação: (*) VAR. % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual.

O crescimento das exportações de 2005 para 2008 pelo Paraná apresenta um crescimento de 138% com valor superior a US\$ 2,25 bilhões. Santa Catarina obteve um crescimento de 99,7% fechando com US\$ 864 milhões. O Rio Grande do Sul aumentou suas exportações em mais de 80%, encerrando 2008 com US\$ 2,63 bilhões em exportações para o Mercosul.

¹¹⁰ Para verificar as exportações de todos os Estados, regiões e total do Brasil para o Mercosul vide APÊNDICE R – Tabela - Exportações por unidade federativa do Brasil para o Mercosul de 1990 – 2008 em milhões de US\$.

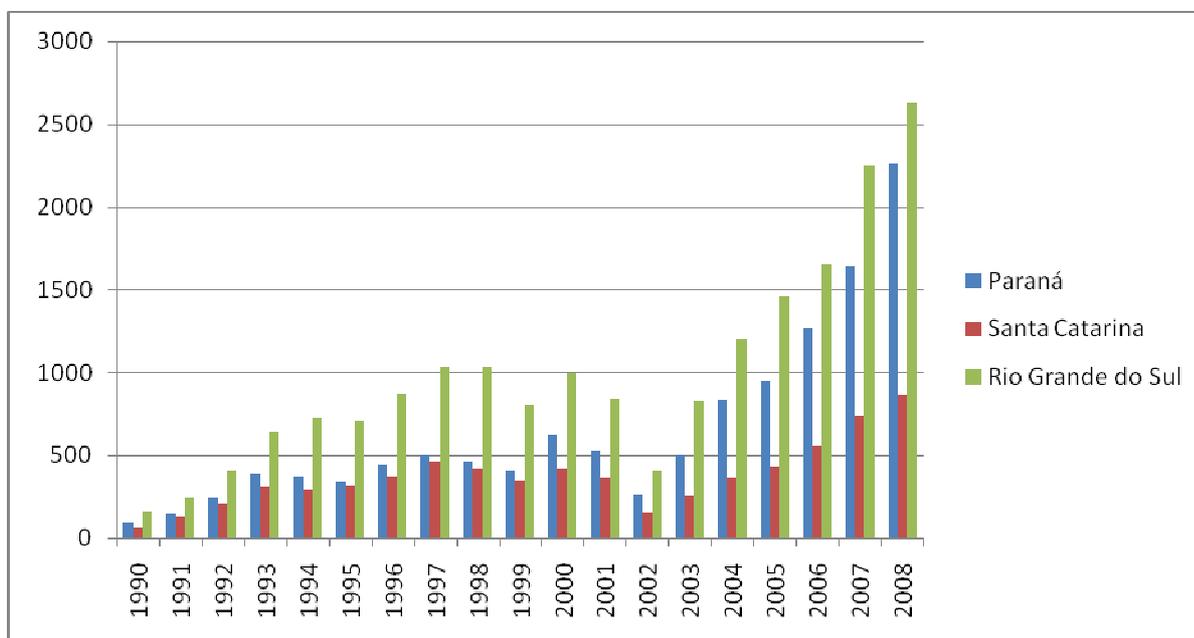
A variação percentual das exportações da Região Sul só foi inferior a do Brasil no ano de 2005, ou seja, nos outros anos indicados na Tabela 5, a Região Sul fechou com crescimento percentual acima do Brasil.

De acordo com o Gráfico 15, o Estado do Paraná fechou com exportações abaixo de US\$ 1 bilhão para o Mercosul de 1990 até 2005 e nos anos subsequentes, o crescimento foi sucessivo, encerrando 2008 com US\$ 2,25 bilhões.

O Estado de Santa Catarina, neste mesmo período, ficou abaixo dos US\$ 500 milhões e nos anos seguintes passou a ter aumentos gradativos, fechando 2008 com US\$ 864 milhões.

O Estado do Rio Grande do Sul, nos três primeiros anos desta análise e no ano de 2002, fechou com valores inferiores a US\$ 500 milhões e, a partir de 1993 até 2006 (com exceção de 2002), as exportações para o Mercosul oscilaram de US\$ 640 milhões a US\$ 1,65 bilhão, sendo que, nos dois últimos anos, ultrapassaram os US\$ 2 bilhões, fechando 2008 com US\$ 2,63 bilhões em exportações para o Mercosul.

Gráfico 15: Exportações dos Estados da Região Sul do Brasil para o Mercosul de 1990 - 2008 em milhões de US\$



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Entre os Estados da Região Sul, o Rio Grande do Sul lidera as exportações para o Mercosul, seguido pelo Paraná e, com uma distância considerável, vem Santa Catarina.

Apesar de o Estado de Santa Catarina ter aumentado em 1330% (1990 a 2008), as exportações para o Mercosul ficaram em terceiro lugar na Região Sul. Mesmo assim, observa-se que, nos seis últimos anos, os aumentos das exportações para o Mercosul tem sido contínuos.

As considerações que se faz sobre este Estado e o Mercosul, contempladas neste trabalho, nos remete a uma série de cenários que perfizeram mais de um século desde suas primeiras tratativas, as quais fomentaram a possibilidade de uma integração econômica entre os países da América Latina, e que, passado tanto tempo, deparamo-nos com muitas resistências ainda vigentes nos dias atuais.

No entanto, verifica-se que, nas últimas décadas, alguns governantes estão direcionando sua atenção para promover a proximidade de seus países na busca da integração econômica regional, principalmente os países membros do Mercosul e sua ampliação para os países circunvizinhos.

O Estado de Santa Catarina e o Mercosul desenvolveram este trabalho em várias análises:

- √ primeiramente, o Mercosul é de extrema importância nos dias atuais para o setor exportador do Estado de Santa Catarina, tanto no destino das exportações quanto como intermediários nas negociações com outros países e blocos econômicos entre outras ações;
- √ O governo do Estado de Santa Catarina, caracterizado como governo subnacional, tem em sua estrutura organizacional uma Secretaria de Estado da Articulação Internacional, e tem como uma de suas principais obrigações articular ações de governo voltadas ao Mercosul;
- √ a infraestrutura ferroviária, portuária, rodoviária, etc. do Estado de Santa Catarina cria possibilidades altamente positivas no contexto do Mercosul. Além de estar numa posição estratégica, este Estado vai servir de corredor econômico nos processos futuros do Mercosul;
- √ o turismo tem papel fundamental no sentido de promover uma maior e melhor integração dos cidadãos dos países membros do Mercosul, pois, o número de turistas que escolhem como destino o Estado de Santa Catarina é bastante expressivo. Mas, cabe lembrar, que além dos argentinos que já vêm em grande número, devem ser tomadas iniciativas de divulgação dos mais diversos atrativos

turísticos catarinenses para os cidadãos dos outros países pertencentes ao Mercosul em função da proximidade e das opções de lazer;

- √ na área de ensino existem muitas ações de convênio e intercâmbio entre as universidades do Estado de Santa Catarina com as universidades da Argentina, Paraguai e do Uruguai, que se destacam pela sua importância nesse processo de integração;
- √ com a efetivação da Universidade do Mercosul na região de fronteira, o Mercosul passará para um estágio de integração de extrema relevância, possibilitando a seus cidadãos uma oportunidade ímpar de se inserirem no mercado de trabalho, e Santa Catarina vai estar num ponto privilegiado, por estar entre o Paraná e o Rio Grande do Sul.

CONCLUSÃO

A primeira tentativa de integração latino-americana nos remete ao ano de 1826, no Congresso do Panamá, e, no século seguinte (1915), no Tratado ABC entre Argentina, Brasil e Chile. Posteriormente, houveram outras iniciativas que não se efetivaram até que, em 1960, foi criada a ALALC, substituída pela ALADI, em 1980, ainda em atividade. Paralelamente a este período, ocorreram muitas ações entre alguns países na direção da tão prometida integração regional.

Desta forma, podemos considerar que o Mercosul é resultado da iniciativa dos dois maiores países do Cone Sul (Brasil e Argentina) muitas barreiras e interesses foram superados que até então travavam as negociações e a aproximação, com o objetivo de prejudicar a organização dos países circunvizinhos em bloco; todavia, passados quase duas décadas de sua efetivação, verifica-se que ainda existem interesses dispersos a respeito do que virá pela frente, mas:

Com respeito ao futuro, cabe ter presente que três pilares sustentam o edifício do Mercosul. Um, é a vontade política de seus países de trabalhar juntos de forma sistemática e permanente. Outro é a preferência econômica de seus sócios, orquestrada até hoje, pelo diferencial entre a tarifa externa comum, e a não aplicação de tarifas e outras restrições ao comércio recíproco de bens. Em terceiro é a integração produtiva razoavelmente equilibrada. (BARBOSA, 2007, p. 34).

Quanto maior for a consistência dos três pilares citados anteriormente, com certeza os resultados para seus associados transparecerão de maneira sistêmica, ou seja, a criação de um entrelaçamento que venha contribuir de modo a fortalecer o acordo associativo. Em contrapartida, se um dos pilares esmorecer, poderá comprometer os outros.

O Mercosul tem papel fundamental nos dias atuais em termos de representação internacional de seus membros via bloco dentro de um processo de desenvolvimento. Porém, as decorrências, que ora se apresentam a cada país estão exigindo respostas e ações assertivas, ou seja: “[...]. Um é o da consolidação de democracias plenas e estáveis, o outro é o da construção de economias modernas, sustentadas na coesão social, no progresso técnico e na competitividade internacional. [...]” (BARBOSA, 2007, p. 39). Todos estão atrelados mutuamente, demandando para uma convergência de energias sociais, resultando na percepção que o político e o econômico caminham juntos no dia a dia.

Ainda, segundo Barbosa (2007, p. 39): “[...]. Argentina e Brasil – especialmente junto com Chile e Uruguai – podem desempenhar um papel de núcleo consistente de democracia que contribuam na estabilização da região.”, destacando-se como bloco com grande potencial, confiável e com força igualitária formada por seus membros, promovendo a inserção internacional dos países membros, principalmente no que condiz a negociações.¹¹¹

Os municípios e os estados entre outros atores que não têm poder de fazer e assinar acordos internacionais, mas fazem parte dos níveis enquadrados como subnacionais: “[...] reivindicam crescentemente ter voz na elaboração da política externa do seu respectivo estado, desenvolvem seus instrumentos de atuação no campo internacional e participam das instâncias supranacionais, como se vê no caso da Comunidade Européia. [...]” (WANDERLEY; VIGEVANI, 2005, p. 186). Contudo, observa-se que, no processo de integração do Mercosul, os atores subnacionais estão se manifestando de forma gradativa, em função da realidade preeminente, ou seja, por falta de uma abertura que viesse atender ou até mesmo envolver de maneira mais significativa todos os atores subnacionais de todas as esferas (municipal, estadual e federal) e os mais interessados são as empresas que fazem parte do setor privado, estendendo-se às empresas reguladoras e sindicatos, entre outros.

Os resultados das relações comerciais entre os membros do Mercosul e os países da região comprovam seu potencial econômico, convergindo no caminho da integração; sendo assim, têm chamado a atenção de países de outras regiões. Prova disso são os inúmeros contatos que estão sendo feitos nos mais diversos pontos do planeta, visto que muitos já resultaram em acordos assinados.

A corrente de comércio exterior (exportação mais importação totais gerais) do Brasil passou a ter um crescimento contínuo de 2003 a 2008, e, conseqüentemente, o saldo da balança comercial fechou com superávit alto até 2007. No ano seguinte, sofreu uma redução drástica em função do aumento das importações. O intercâmbio do Brasil com o Mercosul obteve resultados positivos de 2004 a 2008, sendo que a corrente de comércio teve uma baixa de 2001 para 2002, mas, nos anos seguintes, iniciou uma recuperação se estendendo até 2008.

A balança comercial do Estado de Santa Catarina amargou em 2008 o menor saldo desde 1991, apesar de suas exportações terem crescido ininterruptamente de 2000 a 2008, advertindo-se que as importações de 2004 em diante alcançaram aumentos consideráveis. As exportações de Santa Catarina se destacam por serem de bens de consumo em nove dos dez

¹¹¹ “[...], incluindo sua capacidade para negociar com a União Européia, com os Estados Unidos, com os novos protagonistas da competência econômica global – especialmente China – e no plano multilateral da OMC.” (BARBOSA, 2007, p. 43).

anos analisados (1999 a 2008); com relação às importações, os bens intermediários estão em primeiro lugar. Os principais produtos exportados por Santa Catarina são: frango, fumo, moto-compressor, carnes de suínos e mais alguns itens, revelando a concentração das exportações dos últimos anos em poucos itens.

Quanto às importações, constata-se a diversificação de produtos importados. As exportações do Estado de Santa Catarina estão centralizadas em poucos países, revelando dessa forma uma dependência; da mesma forma acontece com as importações. Quanto às exportações para blocos econômicos, a União Européia está liderando nos últimos anos; as importações ficam por conta da Ásia (exclusive Oriente Médio) com diferença bem expressiva em relação aos outros blocos.

Na análise desenvolvida sobre as empresas exportadoras, percebe-se o baixo número de empresas com valores elevados; no caso das empresas importadoras ocorre o contrário, são bem diversificadas. Fazendo uma avaliação do *ranking* das exportações para o Mercosul do Estado de Santa Catarina, em comparação com os outros estados brasileiros, adverte-se que ocupou o quinto lugar por cinco anos; sexto lugar por sete e, nos últimos anos, tem ficado na sétima posição (sendo que ocupou a sétima posição por sete anos também). Cabe lembrar que em 2002 decresceu e, posteriormente, obteve aumentos contínuos.

Os governos estaduais do Brasil são impedidos de executar acordos internacionais, sendo exclusividade do governo federal. Mas, no Estado de Santa Catarina, foco deste estudo, o governo do estado criou, dentro de sua estrutura, uma Secretaria de Estado da Articulação Internacional, que tem o papel de articular ações do governo estadual relativas à integração internacional com ênfase no Mercosul, de maneira que, no ano de 2005, foi assinado o Protocolo de Intenções com a Província de San Juan na Argentina, visando ao intercâmbio de delegações em ambos os Estados. Isso corrobora a importância de governos subnacionais em coordenar ou articular, entre outras formas, meios que promovam ou facilitem o processo de integração regional.

O acordo de residência assinado pelo Brasil com Argentina e Uruguai deve ser visto como um avanço para aproximar ainda mais seus povos. Dando sequência, entre tantas ações que estão sendo promovidas para integrar os países do Mercosul, enfatiza-se a participação ativa das universidades catarinenses por meio de intercâmbio de alunos e professores e, de uma forma mais audaciosa, está em andamento o projeto de criação da Universidade do Mercosul que visa a atender o público das cidades próximas à fronteira.

O turismo em Santa Catarina tem uma participação expressiva de argentinos, que são os principais turistas estrangeiros que visitam este estado, mantendo uma regularidade ao

longo dos anos. Com relação aos paraguaios e os uruguaios, percebe-se que o número que vem a Santa Catarina é muito variado.

Os governos subnacionais dos países do Mercosul, em particular do Estado de Santa Catarina, já vêm tomando algumas iniciativas rumo a uma maior e melhor integração. Entretanto, fazem-se necessárias ações que venham contribuir de forma mais efetiva, tais como: pleitear junto ao governo central uma maior participação nas decisões que venham influenciar o cotidiano de sua sociedade, pois os governos subnacionais, em muitos momentos, representam os anseios e desejos dos seus membros. Isso poderá influenciar em uma proximidade maior ou menor com governo central, dependendo da disposição na conjuntura nacional e internacional e das particularidades e interesses de cada governo subnacional.

Os governos subnacionais podem ser ainda agentes de cooperação entre as diversas instâncias governamentais e com atores não governamentais, mesmo tendo mediação do órgão federal, e procurarem conquistar autonomia política e econômica, por meio de planejamento estratégico, principalmente regional, sem deixar de lado o nacional.

Sendo assim, os governos subnacionais, com o decorrer do tempo, poderão ser protagonistas de uma nova estrutura político-territorial dos países membros do Mercosul e de outros blocos econômicos, deixando para trás a dependência de estar a mercê do governo central na condução e na elaboração da política externa.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e os blocos regionais soberania e interdependência. Blocos internacionais. **São Paulo em Perspectiva**: revista da Fundação Seade, São Paulo; vol. 16, n. 1, p. 3-16, jan-mar. 2002.

BARBOSA, A. Rubens de (Org) **Mercosul quinze anos**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BARROS, Daniel da Silva. **Coordenação de políticas macroeconômicas em um processo de integração regional**: reflexões sobre o Mercosul a partir da experiência da União Européia. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

BEÇAK, Peggy. **Mercosul**: uma experiência de integração regional. São Paulo: Contexto, 2000.

BERLINSKI, Julio et al. **15 años de Mercosur**: comércio, macroeconomia e inversiones extranjeras. Uruguai: Red de Investigaciones Econômicas del Mercosur, 2006.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema mundial y Mercosur**: globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. 1. ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamerica, 2000.

BÜCHELE, Maria Tereza et al. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda turística do estado de Santa Catarina**: sinopse comparativa. [S.L.: s.n.] abril de 2003, maio de 2006, março de 2007.

CAMPOS, Eduardo Nunes. **O lugar do cidadão nos processos de integração**: o déficit social da comunidade européia e do Mercosul. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

CATANI, Afrânio Mendes. **América Latina impasses e alternativas**. São Paulo: Humanitas, 2000.

CRUZ, Cláudia Ferreira. **Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a carta sociolaboral do Mercosul**. São Paulo: LTR, 2006.

DIGITALABC. Projeto da Universidade do Mercosul é entregue ao Reitor do UFSC. Disponível em: < <http://www.digitalabc.com.br/?id=6217>.>. Acesso em: 23 out. 2007, 9:44.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Diagnóstico do setor exportador catarinense**. Florianópolis: FIESC, 2008.

HAGE, José Alexandre A. **As relações diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul**: princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no Tratado de Assunção. Curitiba: Juruá, 2004.

KAISER, Jakzam et al. **Santa Catarina oportunidades e negócios**. 6. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2006.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo. **Desenvolvimento econômico no Cone Sul**: o sistema logístico sub-regional. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

LAPLANE, Mariano (Coord.). **El desarrollo industrial del Mercosur**: qué impacto han tenido las empresas extranjeras? 1. ed. Buenos Aires: Red Mercosur, 2006.

LIMA, Marcos Costa (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUPI, André Lipp Pinto Bastos. **Soberania, OMC e Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O projeto da ALCA**: hemisfério americano e Mercosul na ótica do Brasil. São Paulo: Moderna, 2003.

MARIANO, Karina L. Pasquariello. O Estado de São Paulo como um ator internacional. Política internacional. **São Paulo em Perspectiva**: revista da Fundação Seade, São Paulo; vol. 16, n. 2, p. 94-101, abr-jun. 2002.

MEC. **Movimentos pedem universidades que contemple RS, SC e PR**. Disponível em: <(<http://www.seednet.mec.gov.br/noticias.phpcodmateria=1521>).>. Acesso em: 08 de set. 2007, 15:20.

MERCOSUR. **O Mercosul político**. Disponível em: <<http://www.mercosur.org.uy/portugues/sinf/varios/INTRODUÇÃO.htm>>. Acesso em: 18 set. 2005, 10:35.

MOREIRA, Sérvulo Vicente. **Aspectos microeconômicos do Mercosul**: uma abordagem sobre o desempenho das empresas brasileiras. Texto para discussão nº 982. Brasília: Ipea 2003.

MJ. **Mercosul cidadão.** Disponível em: <www.mj.gov.br/mercosul/default.aspa>. Acesso em 06 de set. 2007, 18:40.

MRE. **Reconhecimento de estudos, títulos e diplomas obtidos em países do Mercosul.** Disponível em: <<http://www.abe.mre.gov.br/retornoguia-do-brasileiro-regressado-1transferencia-de-cursos-e-revalidacao-de>>. Acesso em: 29 de out. 2007, 12:07.

MRE. **Texto básico sobre o Mercosul desde sua criação.** Disponível em: <http://www.-mre.gov.-br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul/texto.asp>. Acesso em: 18 set. 2005, 15:26.

NÓRCIO, Lúcia. Primeira unidade do Mercosul deve ser instalada no Paraná. **Agência Brasil.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/08/18/materia.2006-08-18.5642252557view>>. Acesso em: 08 de set. 2007, 15:31.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros.** São Paulo: UNESP, 2003.

REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (Org). **Federalismo e integração econômica regional: desafios para o Mercosul.** Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2004.

SAI. **Secretaria de Estado da Articulação Internacional: convênios internacionais.** Disponível em: <<http://www.sai.sc.gov.br/internacional.php>>. Acesso em: 12 de jun. 2007, 14:15.

SANTUR. **Órgão Oficial de Turismo do Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur/Apresentacao.asp>>. Acesso em: 28 out. 2007, 18:19:30.

SANTUR. **Órgão Oficial de Turismo do Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=408&Itemid+1>. Acesso em: 26 nov. 2008, 14:18:50.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SARMENTO, Francisco; DIAS, Joana Rocha. **Negociações comerciais internacionais na era Lula: criação do G-20 e embates entre agronegócio e a agricultura familiar.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2004.

SCHMIED, Julie. **União Européia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional.** Caderno Adenauer VIII (2007), nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

SECEX-MDIC. **Departamento de planejamento e desenvolvimento do comércio exterior:** indicadores e estatísticas de comércio exterior, balança comercial. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balCom_uniFederacao.php>. Acesso em: 23 nov. 2008, 14:25:18.

VAZ, Alcides Costa. **Relações internacionais e desenvolvimento regional.** Brasília: Universa, 2000.

VIGEVANI, Tullo et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC, 2004.

WANDERLEY Luiz Eduardo; VIGEVANI, Tullo (Org). **Governos subnacionais e sociedade civil:** integração regional e Mercosul. São Paulo: PUCSP/EDUC, 2005.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro Totais Gerais do Brasil
1990 – 2008**

Ano	Exportação			Importação			Resultado		
	US\$ 1000 FOB (A)	Var. % (*)	Part % (**)	US\$ 1000 FOB (B)	Var. % (*)	Part % (**)	Saldo (A-B) US\$ 1000 FOB	Corrente Comércio (A+B) US\$ 1000 FOB	Cober tura (A/B)
1990	31.413.756	---	---	20.661.362	---	---	10.752.394	52.075.118	1,52
1991	31.620.439	0,66	100	21.040.471	1,83	100	10.579.969	52.660.910	1,50
1992	35.792.986	13,20	100	20.554.091	-2,31	100	15.238.895	56.347.077	1,74
1993	38.554.769	7,72	100	25.256.001	22,88	100	13.298.768	63.810.770	1,53
1994	43.545.149	12,94	100	33.078.690	30,97	100	10.466.459	76.623.839	1,32
1995	46.506.282	6,80	100	49.971.896	51,07	100	-3.465.614	96.478.179	0,93
1996	47.746.728	2,67	100	53.345.767	6,75	100	-5.599.039	101.092.495	0,90
1997	52.982.726	10,97	100	59.747.227	12,00	100	-6.764.501	112.729.953	0,89
1998	51.139.861	-3,48	100	57.763.476	-3,32	100	-6.623.614	108.903.337	0,89
1999	48.011.444	-6,12	100	49.294.639	-14,66	100	-1.283.195	97.306.083	0,97
2000	55.085.595	14,73	100	55.838.590	13,28	100	-752.994	110.924.185	0,99
2001	58.222.642	5,69	100	55.572.176	-0,48	100	2.650.466	113.794.818	1,05
2002	60.361.785	3,67	100	47.240.488	-14,99	100	13.121.297	107.602.274	1,28
2003	73.084.139	21,08	100	48.304.598	2,25	100	24.779.541	121.388.738	1,51
2004	96.475.244	32,01	100	62.834.698	30,08	100	33.640.547	159.309.942	1,54
2005	118.308.387	22,63	100	73.605.509	17,14	100	44.702.878	191.913.896	1,61
2006	137.469.700	16,20	100	91.395.621	24,17	100	46.074.079	228.865.321	1,50
2007	160.649.073	16,86	100	120.620.878	31,97	100	40.028.195	281.269.950	1,33
2008	197.942.433	23,21	100	173.196.634	43,59	100	24.745.809	371.139.067	1,14

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Observação: (*) VAR. % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior.

(**) PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil.

APÊNDICE B – Tabela - Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul 1990 – 2008

A n o	Exportação			Importação			Resultado		
	US\$ 1000 FOB (A)	Var. % (*)	Part % (**)	US\$ 1000 FOB (B)	Var % (*)	Part % (**)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cober tura (A/B)
1990	1.320.244	---	---	2.311.827	---	---	-991.582	3.632.071	0,57
1991	2.309.353	74,92	7,30	2.242.704	-2,99	10,66	66.648	4.552.057	1,03
1992	4.097.469	77,43	11,45	2.228.563	-0,63	10,84	1.868.906	6.326.033	1,84
1993	5.386.910	31,47	13,97	3.378.254	51,59	13,38	2.008.655	8.765.164	1,59
1994	5.921.476	9,92	13,60	4.583.270	35,67	13,86	1.338.205	10.504.746	1,29
1995	6.153.768	3,92	13,23	6.843.924	49,32	13,70	-690.156	12.997.692	0,90
1996	7.305.282	18,71	15,30	8.301.547	21,30	15,56	-996.265	15.606.829	0,88
1997	9.045.111	23,82	17,07	9.426.133	13,55	15,78	-381.022	18.471.244	0,96
1998	8.878.234	-1,84	17,36	9.416.203	-0,11	16,30	-537.969	18.294.437	0,94
1999	6.777.872	-23,66	14,12	6.719.417	-28,64	13,63	58.454	13.497.289	1,01
2000	7.733.070	14,09	14,04	7.795.394	16,01	13,96	-62.325	15.528.464	0,99
2001	6.363.655	-17,71	10,93	7.009.316	-10,08	12,61	-645.661	13.372.971	0,91
2002	3.310.816	-47,97	5,48	5.611.214	-19,95	11,88	-2.300.398	8.922.031	0,59
2003	5.671.853	71,31	7,76	5.685.151	1,32	11,77	-13.298	11.357.004	1,00
2004	8.912.111	57,13	9,24	6.390.320	12,40	10,17	2.521.790	15.302.431	1,39
2005	11.726.094	31,57	9,91	7.053.699	10,38	9,58	4.672.394	18.779.793	1,66
2006	13.950.426	18,97	10,15	8.970.639	27,18	9,82	4.979.787	22.921.065	1,56
2007	17.353.576	24,08	10,80	11.630.238	29,69	9,64	5.723.338	28.983.815	1,49
2008	21.737.308	25,26	10,98	14.933.627	28,40	8,62	6.803.681	36.670.935	1,46

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

Observação: (*) VAR. % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior.

(**) PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil.

APÊNDICE C - Demanda turística do Estado de Santa Catarina¹¹²

O turismo no Estado de Santa Catarina tem influencia direta na economia do Estado, mas tem um papel fundamental na integração entre pessoas do próprio Estado, de estados brasileiros e de países estrangeiros principalmente do Mercosul, no que diz respeito a um povo que está preocupado com seu bem estar e de seus visitantes, pois, procuram ser hospitaleiros e prestativos, mesmo sendo dividido em várias regiões com suas especificidades, o povo catarinense é reconhecido por suas qualidades intrínsecas.

O movimento estimado de turistas nacionais em Santa Catarina no ano de 2001 ficou em torno de 2.194.522 comparando com 2.937.561 no ano de 2006 observa-se que houve um aumento de 33,86%. Com relação aos turistas estrangeiros em 2001 que visitaram o Estado foi de aproximadamente 568.863, já em 2006 registrou-se a vinda de apenas 211.788, resultando numa redução extremamente considerável de 168,60% a menos no número de turistas estrangeiros. No somatório de turistas nacionais e estrangeiros no ano 2001 fechou em 2.763.185, e no ano de 2006 foi de 3.149.343 com um saldo positivo de 13,98%. Apesar de o saldo ter sido positivo do montante de turistas que visitaram o Estado, observa-se que o número de turistas estrangeiros teve uma baixa significativa, que deve ser vista com preocupação, para tanto deve a Santur identificar o que ocorreu e procurar alternativas para reconquistar ou até mesmo conquistar os turistas estrangeiros, mostrando o potencial turístico que o Estado tem.

A receita estimada em dólar em 2001 de turistas nacionais foi de US\$ 286.663.586,96, e no ano de 2006 de US\$ 547.282.803,47, tendo um aumento de 90,9%, esse resultado merece destaque, devido a sua proporção dentro do período analisado. No que concerne aos turistas estrangeiros no ano de 2001 a receita estimada também em dólar foi de US\$ 190.827.808,68, e em 2006 reduziu drasticamente para US\$ 58.253.489,81, sendo que a diminuição da receita foi de 227%, ficando evidente a perda pelo Estado de um público potencial. O resultado final da receita estimada em dólar dos turistas nacionais e estrangeiros totalizou US\$ 477.491.395,64 no ano de 2001, relacionando com US\$ 605.536.293,28 referente a 2006, o acréscimo fechou em 26,82%. Pode ser analisado que essa porcentagem de

¹¹² A análise dos dados transformados em informações feita pelo autor foi elaborada a partir da obra de Büchele Pesquisa mercadológica estudo da demanda turística do Estado de Santa Catarina: sinopse comparativa. 2003, 2006 e 2007.

aumento ao longo de cinco anos não seja significativa, a qual deveria ser muito maior, principalmente se os gastos dos visitantes estrangeiros permanecessem no patamar de 2001.

No que tange a taxa de ocupação da rede hoteleira no Estado de Santa Catarina em 2001 era de 76,37%, mas em 2006 essa taxa baixou para 67,37%, sofrendo uma redução de 13,36%. Fazendo uma comparação na permanência média em hotéis no ano de 2001 a qual foi de 5,66 dias com o ano de 2006 que encerrou com a média de 5,20 dias, percebe-se uma diminuição de 8,85% no número de dias em hotéis. Já analisando os dados a respeito da permanência média em todos os meios de hospedagem para nacionais em 2001 era de 8,96 dias, no ano de 2006 essa permanência praticamente não sofreu alterações significativas ficando em 8,86 dias, com referência aos turistas estrangeiros em 2001 fechou em 11,81 dias e no ano de 2006 com 11,07 dias, diminuindo em 6,68% a permanência média em todos os meios de hospedagem.

Vale ressaltar nesta análise o gasto médio diário estimado por turista em dólar no estado catarinense, os turistas nacionais em 2001 gastaram US\$ 14,58, e no ano de 2006 passou para US\$ 21,03 aumentando em 44,24% seus gastos. Os turistas estrangeiros no ano de 2001 chegaram a gastar US\$ 28,42 diminuindo em 2006 para US\$ 24,84, tendo um redução de 14,41%. Os gastos dos turistas nacionais tiveram um aumento considerável em relação ao período analisado, já em contra partida dos turistas estrangeiros diminuiu em termos percentuais, mas em valor ainda é superior aos gastos dos turistas nacionais.

O *ranking* dos turistas nacionais em 2001 destaca em primeiro o Paraná com 29,15%, em segundo o Rio Grande do Sul com 27,28%, em terceiro Santa Catarina com 21,47%, em quarto São Paulo com 11,80%. No ano de 2006 o primeiro lugar ficou com Santa Catarina com 29,16%, o segundo o Rio Grande do Sul com 28,12, o terceiro o Paraná com 23,68%, e quarto São Paulo com 10,20%. O que percebe-se é que o aumento do número de pessoas que estão fazendo turismo no próprio Estado de Santa Catarina aumentou de 2001 para 2006 em 35,82% superando todos os outros estados, em termos de redução os turistas do Paraná diminuíram 23,10% entre 2001 e 2006, o Rio Grande do Sul aumentou 3% e São Paulo diminuiu 15,69% no mesmo período.

Os turistas estrangeiros que mais visitam o Estado de Santa Catarina são dos países membros do Mercosul, sendo que, a Argentina ocupa o primeiro lugar, no ano de 2001 foi responsável por 86,17% no ano de 2006 ficou 76,89% (diminuiu 12,07%); em segundo lugar o Paraguai que em 2001 tinha 6% em 2006 subiu para 9,7% (aumentou 61,67%); em terceiro lugar o Uruguai o qual em 2001 contribuiu com 5% dos turistas estrangeiros que visitaram o Estado, mas que em 2006 caiu para 3,59% (diminuiu 39,28%); em quarto lugar o Chile que

em 2001 teve 0,78% e no ano de 2006 subiu para 4,67% (aumentou 498,72%). Outros países como a Alemanha, EUA, Bolívia, etc., fazem turismo em Santa Catarina, mas não são representativos, ficando abaixo de um ponto percentual. O principal país em quantidade de turistas é a Argentina, observa-se ainda que o crescimento de turistas chilenos e paraguaios deve ser reconhecido, pois, está crescendo de forma significativa.

No que se refere à hospedagem no Estado, os meios utilizados foram casa ou apartamento de aluguel que em 2001 foi responsável por 29,84% e no ano de 2006 reduziu para 20,83% (diminuiu 43,25%); casa de amigos ou parentes em 2001 teve ocupação de 28,61% e em 2006 subiu para 32,72% (aumento de 14,36%); hospedagem em hotel que em 2001 foi responsável por 19,84% e no ano de 2006 fechou com 31,72% (aumento de 59,88%); casa própria 12,91% no ano de 2001 elevando-se em 2006 para 15,86% (aumento de 22,85%); pousada no ano de 2001 correspondeu a 5,57% e no ano de 2006 passou para 8,06% (aumento de 44,70%); camping 2,07% em 2001 e no ano de 2006 cresceu para 2,28% (aumento de 10%); hospedaria, pensão e dormitório em 2001 encerrou com 0,70% e no ano de 2006 variou para 0,98% (aumento de 40%) e por último albergues/alojamento que em 2001 ficou com 0,46% e no ano de 2006 decresceu para 0,28% (diminuiu 65%). Os meios de hospedagem que mais cresceram entre 2001 e 2006 que devem ser levados em consideração são: hotéis, pousadas, casa própria, casa de amigos ou parentes; e o que mais diminuiu como meio de hospedagem foi casa ou apartamento de aluguel.

O que mais influenciou como veículo de propaganda a visita de turistas em Santa Catarina em 2001 com 77,16% das indicações foram amigos ou parentes das pessoas que já conheciam o Estado ou que residem, mesmo assim, no ano de 2006 houve uma redução para 71,73% (diminuindo 7,57%); a divulgação feita por meio de folheto, *folder*, cartaz, etc. em 2001 fechou com 11,96% comparando a 2006 que encerrou com 7,12% (diminuiu 68%); a televisão em 2001 correspondeu por 4,55% e no ano de 2006 subiu para 4,76% (aumento de 4,61%); a divulgação feita em revista no ano de 2001 limitou-se a 4,02% e no ano de 2006 reduziu para 2,55% (diminuiu 57,65%); as propagandas feitas em jornais, rádio e filme tiveram uma participação baixa como veículo de propaganda em 2001 fechando em 2,31% e no ano de 2006 finalizou com 2,79% (aumento de 21%). Conclui-se que os mecanismos utilizados de maior influência são os amigos e parentes, somados a folheto, *folder*, cartaz, etc., no ano de 2001 chegou a 89,12%, e no ano de 2006 em 78,85%, resultado este que representa a importância desses dois grupos de divulgação, não desmerecendo os outros, mas que realmente tem um peso fortíssimo.

O motivo da viagem em 2001 com 94,43% das indicações se deram em função do turismo e no ano de 2006 teve uma variação positiva para 95,02% (aumento de 6%); com relação a viagem de negócios em 2001 fechou com 5,57% relacionando com 2006 que encerrou com 4,98% (diminuiu 11,85%). Fica evidente, que o turismo em Santa Catarina é o maior determinante na hora da escolha das pessoas que viajam, principalmente pelos seus atrativos naturais que em 2001 chegou a 72,03% e no ano de 2006 resultou ao seu final em 65,66% (diminuiu 9,70%); em seguida destaca-se a visita a amigos e parentes que no ano de 2001 fechou com 21,93% e em 2006 passou para 26,07% (aumento de 18,88%); os atrativos históricos e culturais em 2001 representaram 4,26%, sofrendo um acréscimo em 2006 que passando para 5,60% (aumento de 31,45%); no ano de 2001 as manifestações populares, eventos e tratamento de saúde, somados chegaram a apenas 1,78%, já em 2006 chegou a 2,67% (aumento de 50%). Santa Catarina é considerada bela por natureza, isso justifica a grande procura por turistas pelas deferentes atrações que este Estado oferece, tanto para quem é residente, quanto para os turistas de todos os estados brasileiros principalmente da região Sul, e ainda para os estrangeiros dos mais diversos países, com ênfase para os países membros do Mercosul.

Com relação aos meios de transportes utilizados o automóvel em 2001 recebeu o maior número de indicações com 76,04% e no ano de 2006 teve um acréscimo para 83,66% (aumento de 10,02%); a outra forma de locomoção que merece destaque com 19,43% em 2001 se deu por meio de ônibus, sendo que em 2006 fechou com 13,29% (diminuiu 46,20%); o transporte através de avião em 2001 encerrou com 4,4% e no ano de 2006 teve uma baixa acentuada passando para 2,81% (diminuiu 56,58%). Nota-se que o automóvel é o meio de transporte mais usado para locomoção, seguido pelo transporte de ônibus, desta forma conclui-se que através dos números de turistas que visitam Santa Catarina deve ser considerado predominantemente os estados vizinhos e ainda os países que fazem parte do Mercosul, em função de Santa Catarina estar estrategicamente bem localizada perante seus vizinhos mais próximos, que são representativos na hora de fazer a computação dos dados referentes ao turismo. Dentro deste contexto, em 2001 no que diz respeito à pretensão de retornar no ano seguinte 94,09% responderam que sim, e no ano de 2006 deram essa mesma resposta 95,02% (aumento de 0,99%); a resposta não em 2001 ficou por conta de apenas 5,91% das indicações, e no ano de 2006 fechou com 5,75% (diminuiu 2,78%). Outro ponto importante apontado em 2001 é que 29,38% dos turistas tinham visitado o Estado pela primeira vez e no ano de 2006 essa porcentagem baixou para 24,80% (diminuiu 18,47%); em relação aos que foram indagados sobre se era a primeira vez que visitaram o Estado de Santa

Catarina responderam não 70,62% no ano de 2001, no ano de 2006 obteve-se um crescimento para 75,20% (aumento de 6,48%). Conclui-se que mais de 70% dos turistas retornam em anos posteriores, e ainda, que existe uma renovação na faixa de 24% a 29% de turistas que estão descobrindo os atrativos turísticos de Santa Catarina.

APÊNDICE D – Tabela - Movimento Estimado de Turistas em Santa Catarina 1991 – 2008

Ano	Movimento Estimado de Turistas			Origem dos Turistas dos Países do Mercosul - %		
	Nacionais	Estrangeiros	Total			
1991	956.110	146.228	1.102.338	ARG - 83,12	PAR - 4,06	URU - 5,34
1992	1.091.527	247.770	1.339.297	ARG - 89,05	PAR - 2,92	URU - 4,74
1993	1.205.752	378.025	1.583.777	ARG - 92,33	PAR - 2,22	URU - 3,44
1994	1.205.241	335.186	1.540.427	ARG - 89,30	PAR - 5,30	URU - 3,31
1995	1.238.117	112.515	1.350.632	ARG - 79,19	PAR - 9,49	URU - 3,64
1996	1.443.340	117.679	1.561.019	ARG - 82,79	PAR - 6,05	URU - 4,19
1997	1.997.620	266.186	2.263.806	ARG - 81,79	PAR - 6,90	URU - 5,24
1998	1.671.376	153.669	1.825.045	ARG - 74,71	PAR - 12,73	URU - 6,61
1999	1.993.630	292.905	2.286.535	ARG - 79,87	PAR - 10,71	URU - 3,90
2000	2.255.860	464.994	2.720.854	ARG - 85,82	PAR - 5,81	URU - 4,82
2001	2.194.522	568.663	2.763.185	ARG - 86,17	PAR - 6,00	URU - 5,00
2002	2.001.034	158.511	2.159.545	ARG - 71,54	PAR - 11,23	URU - 12,40
2003	2.114.133	198.712	2.312.845	ARG - 71,73	PAR - 13,60	URU - 6,10
2004	2.712.139	246.914	2.959.053	ARG - 70,52	PAR - 14,90	URU - 5,39
2005	2.570.651	202.211	2.772.862	ARG - 74,07	PAR - 12,37	URU - 5,32
2006	2.937.561	211.782	3.149.343	ARG - 76,89	PAR - 9,70	URU - 3,59
2007	3.539.198	468.954	4.008.152	ARG - 87,81	PAR - 5,25	URU - 1,70
2008	3.794.388	509.035	4.303.423	ARG - 78,53	PAR - 11,86	URU - 3,11

Elaboração do autor. Dados da SANTUR/Gerência de Planejamento.

Legenda: ARG - Argentina PAR - Paraguai URU - Uruguai

APÊNDICE E – Tabela - Balança Comercial de Santa Catarina 1991 – 2008

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	Valor (A) US\$ 1000 FOB	Var%(*)	Valor (B) US\$ 1000 FOB	Var%(*)	(A)-(B) US\$ 1000 FOB
1991	1.509.764	---	368.104	---	1.141.660
1992	1.789.864	18,55	408.927	11,09	1.380.937
1993	2.198.136	22,81	491.469	20,19	1.706.667
1994	2.404.689	9,40	877.909	78,63	1.526.781
1995	2.652.025	10,29	1.198.541	36,52	1.453.484
1996	2.637.308	-0,55	1.249.005	4,21	1.388.303
1997	2.803.152	6,29	1.407.807	12,71	1.395.345
1998	2.605.306	-7,06	1.270.694	-9,74	1.334.612
1999	2.567.364	-1,46	883.465	-30,47	1.683.899
2000	2.711.703	5,62	957.133	8,34	1.754.570
2001	3.028.399	11,68	860.240	-10,12	2.168.159
2002	3.157.065	4,25	931.430	8,28	2.225.635
2003	3.695.786	17,06	993.727	6,69	2.702.060
2004	4.853.506	31,33	1.508.945	51,85	3.344.561
2005	5.584.125	15,05	2.188.537	45,04	3.395.587
2006	5.965.687	6,83	3.472.345	58,66	2.493.342
2007	7.381.839	23,73	5.001.943	44,05	2.379.895
2008	8.256.219	11,85	7.969.306	59,32	286.913

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE F – Tabela - Exportações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008

Ano	Brasil US\$ 1000 FOB	Variação %	Santa Catarina US\$ 1000 FOB	Variação %	Santa Catarina % em relação ao Brasil	Ranking Nacional
1991	31.620.439	---	1.509.764	---	4,77	10 ^a
1992	35.792.986	13,20	1.789.864	18,55	5,00	6 ^a
1993	38.554.769	7,72	2.198.136	22,81	5,70	5 ^a
1994	43.545.148	12,94	2.404.689	9,40	5,52	5 ^a
1995	46.506.282	6,80	2.652.025	10,29	5,70	6 ^a
1996	47.746.728	2,67	2.637.308	-0,55	5,52	5 ^a
1997	52.982.726	10,97	2.803.152	6,29	5,29	5 ^a
1998	51.139.861	-3,48	2.605.306	-7,06	5,09	5 ^a
1999	48.011.444	-6,12	2.567.364	-1,46	5,35	5 ^a
2000	55.085.595	14,73	2.711.703	5,62	4,92	6 ^a
2001	58.222.642	5,69	3.028.399	11,68	5,20	5 ^a
2002	60.361.785	3,67	3.157.065	4,25	5,23	6 ^a
2003	73.084.139	21,08	3.695.786	17,06	5,05	6 ^a
2004	96.475.244	32,01	4.853.506	31,33	5,03	6 ^a
2005	118.308.387	22,63	5.584.125	15,05	4,72	7 ^a
2006	137.469.700	16,20	5.965.687	6,83	4,34	9 ^a
2007	160.649.073	16,86	7.381.839	23,74	4,59	8 ^a
2008	197.942.443	23,21	8.256.219	11,18	4,17	9 ^a

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE G – Tabela - Importações do Brasil e do Estado de Santa Catarina 1991 – 2008

Ano	Brasil US\$ 1000 FOB	Variação %	Santa Catarina US\$ 1000 FOB	Variação %	Santa Catarina % em relação ao Brasil	Ranking Nacional
1991	21.040.471	---	368.104	---	1,75	9ª
1992	20.554.091	-2,31	408.927	11,09	1,99	9ª
1993	25.256.001	22,88	491.469	20,18	1,95	9ª
1994	33.078.690	30,97	877.909	78,63	2,65	8ª
1995	49.971.896	51,07	1.198.541	36,52	2,40	9ª
1996	53.345.767	6,75	1.249.005	4,21	2,33	9ª
1997	59.747.227	12,00	1.407.807	12,71	2,36	9ª
1998	57.763.475	-3,32	1.270.694	-9,74	2,21	9ª
1999	49.294.638	-14,66	883.465	-30,47	1,79	9ª
2000	55.838.590	13,28	957.133	8,34	1,71	9ª
2001	55.572.176	-0,48	860.240	-10,12	1,55	10ª
2002	47.240.488	-14,99	931.430	8,27	1,97	9ª
2003	48.304.598	2,25	993.727	6,69	2,06	9ª
2004	62.834.698	30,08	1.508.945	51,85	2,40	9ª
2005	73.605.509	17,14	2.188.537	45,04	2,97	9ª
2006	91.395.621	24,17	3.472.345	58,66	3,80	9ª
2007	120.620.878	31,97	5.001.943	44,05	4,15	9ª
2008	173.196.634	43,59	7.969.306	59,32	4,52	8ª

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE H – Tabela - Exportação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais
1999 – 2008**

(Continua)

Descrição	2008 (Jan/Dez)		2007 (Jan/Dez)		2006 (Jan/Dez)		2005 (Jan/Dez)		2004 (Jan/Dez)	
	Valor US\$ 1000 FOB	Part %								
TOTAL DO PERÍODO	8.256.219	100	7.381.839	100	5.965.687	100	5.584.124	100	4.853.506	100
BENS DE CAPITAL	1.668.031	20,20	1.451.733	19,66	1.160.523	19,45	898.027	16,08	761.773	15,70
Bens de capital (exc. equipam. de transp. uso industrial)	1.660.692	20,11	1.421.275	19,25	1.152.763	19,32	891.902	15,97	751.411	15,48
Equipamentos de transporte uso industrial	7.339.198	0,09	30.458	0,41	7.760	0,13	6.125	0,11	10.362	0,21
BENS INTERMEDIÁRIOS	2.969.371	35,97	2.887.696	39,12	2.436.987	40,85	1.888.197	33,81	1.622.630	33,43
Alimentos e bebidas destinados a indústria	301.510	3,65	370.383	5,02	94.819	1,59	74.727	1,34	81.672	1,62
Insumos industriais	2.170.471	26,29	2.090.330	28,32	1.921.437	32,21	1.488.019	26,65	1.307.624	26,94
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	494.208	5,99	423.416	5,74	418.752	7,02	325.384	5,83	232.981	4,80
Bens diversos	3.182	0,04	3.567	0,04	1.979	0,03	67	-	353	0,01
BENS DE CONSUMO	3.591.229	43,50	3.038.258	41,16	2.365.882	39,66	2.795.517	50,06	2.467.553	50,84
Bens de consumo duráveis	489.357	5,93	538.719	7,3	501.120	8,40	541.152	9,69	615.104	12,67
Bens de consumo não duráveis	3.101.872	37,57	2.499.539	33,86	1.864.762	31,26	2.254.365	40,37	1.852.449	38,17
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	22.589	0,27	590	0,01	361	0,01	304	0,01	240	-
DEMAIS OPERAÇÕES	4.999	0,06	3.562	0,05	1.934	0,03	2.079	0,04	1.310	0,03
Descrição	2003 (Jan/Dez)		2002 (Jan/Dez)		2001 (Jan/Dez)		2000 (Jan/Dez)		1999 (Jan/Dez)	
	Valor US\$ 1000 FOB	Part%	Valor US\$ 1000 FOB	Part %	Valor US\$ 1000 FOB	Part%	Valor US\$ 1000 FOB	Part %	Valor US\$ 1000 FOB	Part %
TOTAL DO PERÍODO	3.695.786	100	3.157.065	100	3.028.398	100	2.711.702	100	2.567.364	100
BENS DE CAPITAL	572.067	15,48	500.632	15,86	461.050	15,22	474.284	17,49	449.048	17,49
Bens de capital (exc. equipam. de transp. uso industrial)	568.415	15,38	495.139	15,68	452.128	14,93	467.393	17,24	445.842	17,37
Equipamentos de transporte uso industrial	3.652	0,10	5.493	0,17	8.922	0,29	6.891	0,25	3.206	0,12

**APÊNDICE H – Tabela - Exportação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais
1999 – 2008**

	(Conclusão)									
BENS INTERMEDIÁRIOS	1.323.832	35,82	1.062.191	33,64	1.010.220	33,36	969.049	35,74	971.956	37,86
Alimentos e bebidas destinados a indústria	136.644	3,70	43.462	1,38	38.479	1,27	27.390	1,01	49.333	1,92
Insumos industriais	1.017.997	27,54	873.227	27,66	817.190	26,98	796.436	29,38	793.309	30,90
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	168.941	4,57	145.209	4,60	154.551	5,10	144.874	5,34	129.254	5,03
Bens diversos	250	0,01	293	0,01	-	-	49	-	60	-
BENS DE CONSUMO	1.798.619	48,67	1.593.212	50,46	1.556.245	51,39	1.267.670	46,75	1.145.431	44,62
Bens de consumo duráveis	464.640	12,57	339.439	10,75	278.141	9,18	277.787	10,24	238.017	9,27
Bens de consumo não duráveis	1.333.979	36,09	1.253.773	39,71	1.278.104	42,20	989.883	36,50	907.414	35,34
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	236	0,01	228	0,01	169	0,01	107	-	20	-
DEMAIS OPERAÇÕES	1.032	0,03	802	0,03	714	0,02	592	0,02	909	0,03

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE I – Tabela - Importação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais
1999 – 2008**

(Continua)

Descrição	2008 (Jan/Dez)		2007 (Jan/Dez)		2006 (Jan/Dez)		2005 (Jan/Dez)		2004 (Jan/Dez)	
	Valor US\$ 1000 FOB	Part %								
TOTAL DO PERÍODO	7.969.306	100	5.001.943	100	3.472.344	100	2.188.537	100	1.508.945	100
BENS DE CAPITAL	1.638.381	20,56	1.087.949	21,75	671.869	19,35	430.798	19,68	356.024	23,59
Bens de capital ¹¹³	1.628.144	20,43	1.086.084	21,71	671.103	19,33	427.787	19,55	355.984	23,59
Equipamentos de transporte uso industrial	10.237	0,13	1.865	0,04	766	0,02	3.011	0,14	40	-
BENS INTERMEDIÁRIOS	5.240.092	65,75	3.188.770	63,75	2.315.015	66,67	1.536.097	70,19	1.043.916	69,18
Alimentos e bebidas destinados a indústria	272.767	3,42	191.021	3,81	182.582	5,26	128.943	5,89	111.604	7,40
Insumos industriais	4.664.308	58,53	2.846.237	56,9	2.064.082	59,44	1.360.813	62,18	906.648	60,08
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	302.666	3,80	152.483	3,04	68.201	1,96	46.017	2,10	25.401	1,68
Bens diversos	351	-	29	-	150	-	324	0,01	263	0,02
BENS DE CONSUMO	1.076.835	13,51	706.944	14,13	473.652	13,64	215.869	9,86	102.086	6,77
Bens de consumo duráveis	213.294	2,68	191.297	3,82	100.242	2,89	41.572	1,90	8.583	0,57
Bens de consumo não duráveis	863.541	10,84	515.647	10,31	373.410	10,75	174.297	7,96	93.503	6,20
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	13.998	0,18	18.281	0,37	11.808	0,34	5.773	0,26	6.919	0,46
Descrição	Valor US\$ 1000 FOB	Part %								
TOTAL DO PERÍODO	993.726	100	931.430	100	860.240	100	957.142	100	881.023	100
BENS DE CAPITAL	244.494	24,60	267.509	28,72	308.551	35,87	308.216	32,20	278.965	31,66
Bens de capital ¹¹⁴	240.857	24,24	265.503	28,50	301.964	35,10	307.889	32,17	278.682	31,63
Equipamentos de transporte uso industrial	3.637	0,37	2.006	0,22	6.587	0,77	327	0,03	283	0,03
BENS INTERMEDIÁRIOS	666.317	67,05	596.320	64,02	467.368	54,33	513.139	53,61	443.527	50,34

¹¹³ Exc. equipamentos de transporte uso industrial.

¹¹⁴ Exc. equipamentos de transporte uso industrial.

**APÊNDICE I – Tabela - Importação de Santa Catarina Setores de Contas Nacionais
1999 – 2008**

	(Conclusão)									
Alimentos e bebidas destinados a indústria	113.590	11,43	84.990	9,12	84.857	9,86	78.126	8,16	43.198	4,90
Insumos industriais	543.366	54,68	503.111	54,01	374.495	43,53	426.901	44,60	387.021	43,93
Peças e acessórios de equipamentos de transporte	9.355	0,94	8.071	0,87	8.006	0,93	8.110	0,85	13.242	1,50
Bens diversos	6	-	148	0,02	10	-	2	-	66	0,01
BENS DE CONSUMO	76.818	7,73	63.150	6,78	79.879	9,29	128.650	13,44	149.980	17,02
Bens de consumo duráveis	8.066	0,81	7.907	0,85	13.975	1,62	54.584	5,70	60.100	6,82
Bens de consumo não duráveis	68.752	6,92	55.243	5,93	65.904	7,66	74.066	7,74	89.880	10,20
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	6.097	0,61	4.451	0,48	4.444	0,52	7.137	0,75	8.551	0,97

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE J – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Exportados
1999 – 2008**

(Continua)

Descrição	2008		2007		2006		2005		2004		
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	
Total da Área	8.256.219	100	7.381.839	100	5.965.687	100	5.584.125	100	4.853.506	100	
Rank 2008	Total dos Principais Produtos	4.726.121	57,24	4.005.883	54,27	3.049.686	51,12	2.651.015	47,47	2.150.773	44,31
1º	Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, c...	1.263.817	15,31	969.019	13,13 1º	685.093	11,48 1º	784.404	14,05 1º	637.809	13,14 1º
2º	Fumo n/manuf. total/parc. destal. fls. secas, etc...	549.307	6,65	449.958	6,10 2º	407.187	6,83 2º	172.967	3,10 5º	103.955	2,14 13º
3º	Motocompressor hermético, capacidade <4700 frig...	409.692	4,96	395.957	5,36 3º	347.779	5,83 3º	308.622	5,53 2º	284.723	5,87 2º
4º	Outras carnes de suíno, congeladas	318.359	3,86	256.693	3,48 5º	206.086	3,45 5º	302.720	5,42 3º	193.264	3,98 3º
5º	Preparações alimentícias e conservas, de galos ...	293.691	3,56	233.731	3,17 6º	158.592	2,66 8º	112.269	2,01 14º	-	-
6º	Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaço	282.863	3,43	223.266	3,02 7º	122.746	2,06 13º	166.319	2,98 11º	141.112	2,91 8º
7º	Motor elétr. corr. altern. trif. 750w<p<=75kw, rot...	232.436	2,82	198.767	2,69 9º	154.798	2,59 9º	115.726	2,07 13º	98.311	2,02 14º
8º	Blocos de cilindros, cabeçotes, etc. p/motores d...	231.924	2,81	217.841	2,95 8º	218.527	3,66 4º	170.001	3,04 8º	120.497	2,48 11º
9º	Carnes de outs. animais, salgadas, secas, etc...	202.000	2,45	126.894	1,72 15º	-	-	-	-	-	-
10º	Motor elétr.corr. altern. trif. 75kw<pot<=7500kw	197.027	2,39	152.125	2,06 12º	116.220	1,95 15º	-	-	-	-
11º	Outros grãos de soja, mesmo triturados...	184.643	2,24	302.850	4,10 4º	-	-	-	-	-	-
12º	Portas, respect. caixilhos, alizares e soleiras, ...	155.764	1,89	181.870	2,46 10º	181.127	3,04 7º	151.437	2,71 12º	133.130	2,74 9º
13º	Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esm...	153.145	1,86	166.849	2,26 11º	189.496	3,18 6º	194.585	3,48 4º	171.617	3,54 6º
14º	Móveis de madeira p/quartos de dormir	126.410	1,53	130.063	1,77 14º	139.619	2,34 11º	171.965	3,08 6º	171.849	3,54 4º
15º	Papel/cartão "Kraftliner", p/cobertura, crus, em	125.043	1,52	-	-	122.416	2,05 14º	-	-	94.559	1,95 15º
16º	Demais Produtos	3.530.098	42,76	3.375.956	45,73	2.916.001	48,88	2.933.110	52,53	2.702.680	55,69

**APÊNDICE J – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Exportados
1999 – 2008**

(Conclusão)

Descrição	2003		2002		2001		2000		1999	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área	3.695.786	100	3.157.065	100	3.028.399	100	2.711.703	100	2.567.364	100
Total dos Principais Produtos	1.528.188	41,35	1.438.946	45,58	1.378.966	45,53	1.220.030	44,99	1.133.687	44,16
Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, c...	437.229	11,83 1º	391.239	12,39 1º	400.336	13,22 1º	241.197	8,90 2º	241.291	9,40 2º
Fumo n/manuf. total/parc. destal. fls. secas, etc...	- -	- -	66.058	2,09 14º	65.377	2,16 12º	60.418	2,23 14º	61.097	2,38 14º
Motocompressor hermético, capacidade <4700 frig...	251.664	6,81 2º	268.540	8,51 2º	246.596	8,14 2º	268.216	9,89 1º	264.817	10,32 1º
Outras carnes de suíno, congeladas	129.826	3,51 6º	125.895	3,99 5º	113.697	3,75 5º	72.405	2,67 10º	61.451	2,39 10º
Preparações alimentícias e conservas, de galos ...	- -	- -								
Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaço	121.811	3,30 8º	116.835	3,70 6º	138.846	4,58 3º	115.033	4,24 4º	137.292	5,35 4º
Motor elétr. corr. altern. trif. 750w<p<=75kw, rot...	72.266	1,96 15º	-	- -	-	- -	55.044	2,03 15º	50.179	1,95 15º
Blocos de cilindros, cabeçotes, etc. p/motores d...	80.743	2,18 13º	90.346	2,86 10º	64.005	2,11 15º	67.888	2,50 11º	18.727	0,73 11º
Carnes de outs. animais, salgadas, secas, etc...	- -	- -								
Motor elétr. corr. altern. trif. 75kw<pot<=7500kw ...	- -	- -								
Outros grãos de soja, mesmo triturados...	- -	- -								
Portas, respect. caixilhos, alizares e soleiras, ...	87.308	2,36 10º	83.702	2,65 12º	69.218	2,29 11º	64.700	2,39 13º	56.289	2,19 13º
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esm...	136.532	3,69 5º	113.501	3,60 7º	109.364	3,61 6º	112.774	4,16 5º	103.641	4,04 5º
Móveis de madeira p/quartos de dormir	127.835	3,46 7º	102.894	3,26 8º	88.307	2,92 9º	82.546	3,04 7º	72.240	2,81 7º
Papel/cartão "Kraftliner", p/cobertura, crus, em rolos/fls	82.974	2,25 11º	79.936	2,53 13º	83.220	2,75 10º	79.809	2,94 9º	66.663	2,60 9º
Demais Produtos	2.167.598	58,65	1.718.119	54,42	1.649.433	54,47	1.491.673	55,01	1.433.677	55,84

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE K – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Importados
1999 – 2008**

(Continua)

Descrição		2008		2007		2006		2005		2004	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank						
Total da Área		7.969.306	100	5.001.943	100	3.472.345	100	2.186.455	100	1.508.986	100
Rank 2008	Total dos Principais Produtos Importados	2.305.536	28,93	1.218.278	24,36	980.386	28,23	607.528	27,79	422.808	28,02
1º	Catodos de cobre refinado/seus elementos, em f...	897.034	11,26	551.733	11,03 1º	398.789	11,49 1º	191.480	8,76 1º	111.219	7,37 1º
2º	Outros polimeros de etileno, em formas primári...	187.510	2,35	138.980	2,78 2º	126.005	3,63 2º	118.020	5,40 2º	105.403	6,98 2º
3º	Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.	154.426	1,94	-	- -	46.169	1,33 7º	-	- -	-	- -
4º	Outros polietilenos s/carga, d>=0.94, em formas	140.292	1,76	92.529	1,85 5º	107.370	3,09 3º	113.565	5,19 3º	80.190	5,31 3º
5º	Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	128.737	1,62	48.761	0,98 11º	-	- -	-	- -	-	- -
6º	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelh. de	102.945	1,29	99.279	1,99 4º	89.383	2,57 4º	54.757	2,50 5º	23.069	1,53 9º
7º	Fio de fibras artificiais >=85%, simples	95.616	1,20	115.150	2,30 3º	32.392	0,93 10º	-	- -	-	- -
8º	Fio texturizado de poliesteres	94.273	1,18	53.011	1,06 8º	40.348	1,16 8º	21.914	1,00 12º	24.614	1,63 8º
9º	Fio algodão >=85%, cru, simpl. fibra pent. 192. 3D<	88.053	1,10	-	- -	-	- -	-	- -	-	- -
10º	Trigo (exc. trigo duro ou p/semeadura), e trigo ...	79.870	1,00	76.680	1,53 6º	73.816	2,13 5º	23.575	1,08 11º	17.903	1,19 10º
11º	Malte não torrado, inteiro ou partido	77.976	0,98	-	- -	66.114	1,90 6º	54.820	2,51 4º	44.446	2,95 4º
12º	Polipropileno sem carga, em forma primária	75.716	0,95	42.155	0,84 15º	-	- -	-	- -	-	- -
13º	Pneus novos para automóveis de passageiros	65.175	0,82	-	- -	-	- -	-	- -	-	- -
14º	Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, form.	59.669	0,75	-	- -	-	- -	-	- -	-	- -
15º	Uréia com teor de nitrogênio >45% em peso.	58.244	0,73	-	- -	-	- -	29.397	1,35 8º	15.964	1,06 11º
16º	Demais Produtos	5.663.770	71,07	3.783.665	75,64	2.491.959	71,77	1.579.927	72,21	1.086.178	71,98

**APÊNDICE K – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Produtos Importados
1999 – 2008**

(Conclusão)

Descrição	2003		2002		2001		2000		1999	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área	993.635	100	931.554	100	860.417	100	956.734	100	881.023	100
Total dos Principais Produtos Importados	227.048	22,85	177.152	19,02	72.670	8,45	74.816	7,82	33.686	3,82
Catodos de cobre refinado/ seus elementos, em f...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros polimeros de etileno, em formas primári...	58.758	5,91 1º	47.376	5,09 2º	-	-	10.878	1,14 10º	-	-
Fios de cobre refinado, maior dimensão da sec.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros polietilenos s/carga, d>=0.94, em formas	56.376	5,68 2º	41.455	4,45 4º	-	-	-	-	-	-
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garraões, garrafas, frascos, artigos semelhs. de ...	11.622	1,17 11º	-	-	-	-	-	-	-	-
Fio de fibras artificiais >=85%, simples	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fio texturizado de poliesteres	15.217	1,53 7º	20.170	2,17 6º	18.501	2,15 4º	17.095	1,79 6º	7.908	0,90 8º
Fio algodão>=85%, cru, simpl. fibra pent. 192. 3D<	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo (exc. trigo duro ou p/semeadura), e trigo ...	52.488	5,28 3º	45.317	4,86 3º	45.725	5,32 1º	38.964	4,07 3º	25.778	2,92 3º
Malte não torrado, inteiro ou partido	12.324	1,24 10º	-	-	-	-	-	-	-	-
Polipropileno sem carga, em forma primária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pneus novos para automóveis de passageiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policloreto de vinila obt. proc. suspensão, form.	9.241	0,93 14º	12.133	1,30 9º	-	-	7.879	0,82 13º	-	-
Uréia com teor de nitrogênio>45% em peso.	11.022	1,11 13º	10.701	1,15 10º	8.444	0,98 8º	-	-	-	-
Demais Produtos	766.587	77,15	754.402	80,98	787.747	91,55	881.918	92,18	847.337	96,18

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE L – Tabela - Exportações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Destino 1999 - 2008

(Continua)

Descrição	2008		2007		2006		2005		2004	
	US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank
Total da Área	8.256.219	100	7.381.839	100	5.965.687	100	5.584.125	100	4.853.506	100
Rank 2008 Total dos Principais Países de Destino	5.265.422	63,78	4.477.868	60,66	3.804.642	63,77	4.020.558	72	3.519.030	72,50
1º Estados Unidos	1.114.137	13,50	1.277.363	17,30 1º	1.386.736	23,25 1º	1.356.592	24,29 1º	1.304.991	26,89 1º
2º Japão	558.283	6,76	328.738	4,45 5º	228.603	3,83 7º	295.354	5,29 4º	238.403	4,91 5º
3º Argentina	548.703	6,65	522.451	7,08 2º	395.165	6,63 2º	307.273	5,50 3º	256.601	5,29 3º
4º Países Baixos (Holanda)	548.158	6,64	432.771	5,86 3º	259.738	4,36 4º	205.467	3,68 7º	197.771	4,07 7º
5º Alemanha	365.663	4,43	367.245	4,98 4º	283.576	4,75 3º	233.464	4,18 6º	249.992	5,15 4º
6º Reino Unido	326.759	3,96	297.356	4,03 6º	258.367	4,33 5º	238.468	4,27 5º	201.744	4,16 6º
7º Rússia, Federação da	246.089	2,98	190.472	2,58 8º	246.513	4,13 6º	541.109	9,69 2º	282.315	5,82 2º
8º Hong Kong	231.141	2,80	152.846	2,07 5º	-	-	-	-	-	-
9º México	206.478	2,50	194.333	2,63 7º	176.241	2,95 8º	140.442	2,51 11º	126.563	2,61 10º
10º África do Sul	205.085	2,48	189.515	2,57 9º	146.868	2,46 11º	148.372	2,66 8º	122.413	2,52 12º
11º Venezuela	199.323	2,41	175.926	2,38 12º	-	-	-	-	-	-
12º Itália	195.696	2,37	187.879	2,55 10º	165.910	2,78 9º	135.096	2,42 12º	144.680	2,98 9º
13º Chile	181.775	2,20	160.973	2,18 13º	164.840	2,76 10º	145.723	2,61 10º	122.592	2,52 11º
14º China	177.176	2,15	-	-	92.085	1,54 15º	-	-	-	-
15º Paraguai	160.956	1,95	-	-	-	-	-	-	-	-
16º Demais Países	2.990.797	36,22	2.903.971	39,34	2.161.045	36,23	1.563.567	28	1.334.476	27,50

APÊNDICE L – Tabela - Exportações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Destino 1999 - 2008

(Conclusão)

Descrição	2003		2002		2001		2000		1999	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área	3.695.786	100	3.157.065	100	3.028.399	100	2.711.703	100	2.567.364	100
Total dos Principais Países de Destino	2.540.837	68,75	2.287.106	72,44	2.052.617	67,78	1.744.004	64,31	1.643.186	64
Estados Unidos	1.016.177	27,49 1º	945.884	29,96 1º	713.940	23,57 1º	686.965	25,33 1º	646.894	25,20 1º
Japão	144.011	3,90 7º	124.972	3,96 5º	116.933	3,86 7º	98.605	3,64 5º	112.303	4,37 5º
Argentina	185.171	5,01 3º	91.096	2,88º 8º	251.583	8,31 2º	294.483	10,86 2º	266.865	10,39 2º
Países Baixos (Holanda)	181.284	4,91 4º	108.334	3,43 6º	117.385	3,88 6º	97.782	3,60 6º	89.155	3,47 6º
Alemanha	217.603	5,89 2º	197.075	6,24 3º	220.411	7,28 3º	206.498	7,61 3º	187.812	7,32 3º
Reino Unido	151.816	4,11 6º	173.377	5,49 4º	173.474	5,73 5º	142.828	5,27 4º	144.053	5,61 4º
Rússia, Federação da	158.657	4,29 5º	269.278	8,53 2º	194.907	6,43 4º	-	-	-	-
Hong Kong	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
México	95.424	2,58 10º	63.736	2,02 12º	69.297	2,29 11º	-	-	-	-
África do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	101.131	2,74 9º	84.792	2,69 10º	67.026	2,21 13º	61.260	2,26 10º	58.939	2,30 12º
Chile	88.826	2,40 11º	84.952	2,69 9º	73.871	2,44 10º	90.824	3,35 7º	77.888	3,03 8º
China	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	-	-	-	-	53.790	1,78 15º	64.759	2,39 9º	59.277	2,31 11º
Demais Países	1.154.949	31,25	869.959	27,56	975.782	32,22	967.699	35,69	924.178	36

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE M – Tabela - Importações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Origem 1999 - 2008

(Continua)

Descrição		2008		2007		2006		2005		2004	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank						
Total da Área		7.969.306	100	5.001.943	100	3.472.345	100	2.186.455	100	1.508.986	100
Rank 2008	Total dos Principais Países de Origem	6.411.096	80,45	4.101.899	82,01	2.671.222	76,93	1.656.056	75,74	1.085.755	71,95
1º	China	1.622.241	20,36	927.074	18,53 1º	459.874	13,24 2º	172.679	7,9 4º	53.313	3,53 8º
2º	Chile	959.050	12,03	528.268	10,56 3º	406.769	11,72 3º	215.388	9,85 2º	154.323	10,23 2º
3º	Argentina	946.077	11,87	701.397	14,02 2º	603.519	17,38 1º	470.042	21,50 1º	330.730	21,91 1º
4º	Estados Unidos	673.399	8,45	416.886	8,33 4º	281.661	8,11 4º	183.408	8,39 3º	140.653	9,32 3º
5º	Alemanha	348.282	4,37	293.742	5,87 5º	177.068	5,10 5º	138.890	6,35 5º	111.472	7,39 4º
6º	Peru	323.788	4,06	211.056	4,22 6º	120.282	3,46 7º	63.746	2,91 9º	22.016	1,46 15º
7º	Índia	276.440	3,47	90.291	1,81 14º	-	-	-	-	-	-
8º	Itália	186.859	2,34	137.013	2,74 9º	104.626	3,01 8º	76.740	3,51 8º	70.627	4,68 6º
9º	Coréia, República da (Sul)	182.224	2,29	104.083	2,08 11º	74.917	2,16 11º	41.748	1,91 10º	-	-
10º	Uruguai	175.822	2,21	150.139	3,00 8º	142.876	4,12 6º	108.069	4,94 6º	61.847	4,10 7º
11º	Indonésia	162.970	2,05	154.359	3,09 7º	90.569	2,61 9º	36.478	1,67 12º	26.999	1,79 13º
12º	Paraguai	148.003	1,86	109.178	2,18 10º	87.373	2,52 10º	84.049	3,84 7º	84.514	5,60 5º
13º	Taiwan (Formosa)	139.416	1,75	98.372	1,97 12º	64.247	1,85 12º	32.316	1,48 15º	-	-
14º	Tailândia	135.563	1,70	98.067	1,96 13º	57.441	1,65 14º	-	-	-	-
15º	Malásia	130.962	1,64	81.974	1,64 15º	-	-	-	-	-	-
16º	Demais Países	1.558.210	19,55	900.044	17,99	801.123	23,07	530.399	24,26	423.231	28,05

APÊNDICE M – Tabela - Importações do Estado de Santa Catarina Principais Países de Origem 1999 - 2008

(Conclusão)

Descrição	2003		2002		2001		2000		1999	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área	993.635	100	931.554	100	860.417	100	956.734	100	881.023	100
Total dos Principais Países de Origem	721.719	72,63	662.868	71,16	584.156	67,89	631.108	65,96	557.912	63,33
China	27.669	2,78 7º	21.991	2,36 9º	20.345	2,36 9º	15.967	1,67 14º	16.282	1,85 13º
Chile	30.831	3,10 6º	24.362	2,62 8º	21.051	2,45 8º	23.224	2,43 10º	16.024	1,82 14º
Argentina	247.217	24,88 1º	197.273	21,18 1º	115.392	13,41 3º	160.804	16,81 1º	106.460	12,08 1º
Estados Unidos	89.155	8,97 4º	93.877	10,08 4º	116.316	13,52 2º	137.088	14,33 2º	104.353	11,85 2º
Alemanha	99.189	9,98 3º	107.812	11,57 2º	117.224	13,62 1º	81.734	8,54 3º	100.124	11,37 3º
Peru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	55.114	5,55 5º	67.148	7,21 5º	73.628	8,56 5º	79.028	8,26 4º	81.260	9,22 4º
Coreia, República da (Sul)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruguai	26.705	2,69 8º	17.429	1,87 10º	16.249	1,89 12º	39.326	4,11 7º	40.258	4,57 7º
Indonésia	14.807	1,49 13º	15.469	1,66 13º	-	-	-	-	-	-
Paraguai	131.032	13,19 2º	102.516	11,00 3º	80.853	9,40 4º	64.800	6,77 5º	65.297	7,41 5º
Taiwan (Formosa)	-	-	14.991	1,61 15º	23.098	2,68 7º	29.137	3,04 8º	27.854	3,16 9º
Tailândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Malásia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Países	271.916	27,37	268.686	28,84	276.261	32,11	325.626	34,04	323.111	36,67

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE N – Tabela - Exportação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Destino 1999 - 2008

Descrição		2008		2007		2006		2005		2004	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank						
Total da Área		8.256.219	100	7.381.839	100	5.965.687	100	5.584.124	100	4.853.506	100
Rank 2008	Total dos Principais Blocos Econômicos de Destino	6.425.640	77,83	5.838.603	79,09	4.706.719	78,9	4.828.684	86,48	4.236.148	87,28
1º	União Européia - UE	2.256.748	27,33	2.068.841	28,03 1º	1.513.084	25,36 1º	1.306.890	23,40 2º	1.264.337	26,05 2º
2º	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.321.961	16,01	1.002.842	13,59 3º	632.104	10,60 3º	577.417	10,35 4º	493.968	10,18 3º
3º	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	1.147.530	13,90	1.313.266	17,79 2º	1.424.769	23,88 2º	1.400.021	25,07 1º	1.341.204	27,63 1º
4º	Mercado Comum do Sul - Mercosul	864.021	10,47	738.564	10,01 4º	556.392	9,33 5º	432.581	7,75 6º	364.772	7,52 6º
5º	Aladi (Exclusive Mercosul)	835.380	10,12	715.090	9,69 5º	580.370	9,73 4º	480.320	8,60 5º	395.578	8,15 4º
6º	Europa Oriental	-	-	-	-	-	-	631.455	11,31 3º	376.289	7,75 5º
7º	Demais Blocos	1.830.579	22,17	1.543.236	20,91	1.258.968	21,10	755.440	13,52	617.358	12,72

Descrição		2003		2002		2001		2000		1999	
		US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área		3.695.786	100	3.157.065	100	3.028.398	100	2.711.702	100	2.567.364	100
Total dos Principais Blocos Econômicos de Destino		2.924.174	79,12	2.725.238	86,33	2.396.145	79,12	2.278.218	84,01	2.134.406	83,14
	União Européia - UE	974.086	26,36 2º	801.194	25,38 2º	813.441	26,85 1º	727.544	26,83 1º	677.535	26,39 1º
	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	372.492	10,08 3º	273.813	8,67 4º	253.178	8,36 4º	246.541	9,09 4º	254.881	9,93 4º
	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	1.046.574	28,32 1º	972.699	30,81 1º	742.467	24,52 2º	711.295	26,23 2º	672.350	26,19 2º
	Mercado Comum do Sul – Mercosul	257.355	6,96 5º	157.386	4,99 6º	365.987	12,09 3º	417.102	15,38 3º	375.840	14,64 3º
	Aladi (Exclusive Mercosul)	273.667	7,40 4º	223.218	7,07 5º	-	-	175.736	6,48 5º	153.800	5,99 5º
	Europa Oriental	-	-	296.928	9,41 3º	221.074	7,30 5º	-	-	-	-
	Demais Blocos	771.612	20,88	431.827	13,67	632.253	20,88	433.484	15,99	432.958	16,86

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE O – Tabela - Importação do Estado de Santa Catarina Principais Blocos Econômicos de Origem 1999 - 2008

Descrição		2008		2007		2006		2005		2004	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank						
Total da Área		7.969.306	100	5.001.943	100	3.472.344	100	2.186.454	100	1.508.985	100
Rank 2008	Total dos Principais Blocos Econômicos de Origem	7.493.273	94,03	4.751.215	94,99	3.267.093	94,09	2.011.943	92,02	1.381.899	91,58
1º	Asia (Exclusive Oriente Médio)	2.929.531	36,76	1.737.110	34,73 1º	967.439	27,86 1º	431.063	19,72 2º	200.161	13,26 4º
2º	Aladi (Exclusive Mercosul)	1.468.650	18,43	841.552	16,82 3º	572.236	16,48 4º	325.315	14,88 4º	207.638	13,76 3º
3º	Mercado Comum do Sul - Mercosul	1.269.903	15,93	960.715	19,21 2º	833.767	24,01 2º	662.161	30,28 1º	477.090	31,62 1º
4º	Uniao Européia - UE	1.151.243	14,45	792.459	15,84 4º	609.653	17,56 3º	409.531	18,73 3º	356.357	23,62 2º
5º	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	673.946	8,46	419.379	8,38 5º	283.998	8,18 5º	183.873	8,41 5º	140.653	9,32 5º
6º	Demais Blocos	476.033	5,97	250.728	5,01	205.251	5,91	174.511	7,98	127.086	8,42

Descrição		2003		2002		2001		2000		1999	
		US\$ 1000 FOB	Part % Rank								
Total da Área		993.635	100	931.554	100	860.416	100	956.734	100	881.023	100
Total dos Principais Blocos Econômicos de Origem		923.020	92,89	858.472	92,16	781.727	90,85	868.448	90,77	792.512	89,95
	Asia (Exclusive Oriente Médio)	115.084	11,58 3º	105.320	11,31 3º	109.366	12,71 4º	127.502	13,33 4º	119.573	13,57 4º
	Aladi (Exclusive Mercosul)	58.004	5,84 5º	50.933	5,47 5º	46.816	5,44 5º	49.292	5,15 5º	30.684	3,48 5º
	Mercado Comum do Sul – Mercosul	404.955	40,75 1º	317.218	34,05 1º	212.493	24,70 2º	264.930	27,69 2º	212.015	24,06 2º
	Uniao Européia - UE	255.822	25,75 2º	291.125	31,25 2º	296.736	34,49 1º	289.633	30,27 1º	325.882	36,99 1º
	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	89.155	8,97 4º	93.876	10,08 4º	116.316	13,52 3º	137.091	14,33 3º	104.358	11,85 3º
	Demais Blocos	70.615	7,11	73.082	7,84	78.689	9,15	88.286	9,23	88.511	10,05

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE P – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Exportadoras
2003 – 2008**

(Continua)

Descrição		2008		2007		2006	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank
Total da Área		8.256.219	100	7.381.839	100	5.965.687	100
Rank 2008	Total das Principais Empresas	5.151.626	62,40	3.801.463	51,50	2.703.802	45,32
1°	Seara Alimentos S/A	739.757	8,96	522.800	7,08 3°	345.654	5,79 4°
2°	Weg Equipamentos Elétricos S/A	658.252	7,97	-	-	-	-
3°	Whirlpool S/A	624.052	7,56	613.425	8,31 1°	364.242	6,11 2°
4°	Sadia S/A	587.186	7,11	432.120	5,85 5°	302.749	5,07 5°
5°	Perdigão Agroindustrial S/A	494.954	5,99	457.700	6,20 4°	348.537	5,84 3°
6°	Tupy S/A	348.011	4,22	-	-	-	-
7°	Souza Cruz S/A	344.833	4,18	221.622	3,00 9°	211.032	3,54 8°
8°	Universal Leaf Tabacos Ltda	286.857	3,47	289.700	3,92 6°	243.808	4,09 7°
9°	Cooperativa Central Oeste Catarinense	232.472	2,82	184.058	2,49 10°	128.031	2,15 10°
10°	Diplomata Industrial e Comercial Ltda	196.519	2,38	152.434	2,06 11°	70.004	1,17 13°
11°	Bunge Alimentos S/A	150.068	1,82	-	-	-	-
12°	Klabin S/A	134.913	1,63	134.009	1,81 12°	124.354	2,08 11°
13°	Busscar Ônibus S/A	110.618	1,34	105.933	1,44 13°	70.257	1,18 12°
14°	Frigorífico Riosulense S/A	104.586	1,27	62.506	0,85 15°	61.142	1,03 15°
15°	Agroveneto S/A – Indústria de Alimentos	95.748	1,16	72.808	0,99 14°	-	-
	Weg Exportadora S/A	42.800	0,52	552.348	7,48 2°	433.992	7,27 1°
16°	Demais Empresas	3.104.593	37,60	3.580.376	48,50	3.261.885	54,68

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE P – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Exportadoras
2003 – 2008**

(Conclusão)

Descrição	2005		2004		2003	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank
Total da Área	5.584.125	100	4.853.506	100	3.695.786	100
Total das Principais Empresas	2.304.891	41,28	1.873.791	38,61	1.422.491	38,49
Seara Alimentos S/A	407.690	7,30 2º	341.145	7,03 1º	249.507	6,75 2º
Weg Equipamentos Elétricos S/A	-	- -	-	- -	-	- -
Whirlpool S/A	98.720	1,77 11º	178.573	3,68 7º	127.029	3,44 8º
Sadia S/A	372.529	6,67 3º	314.196	6,48 3º	223.372	6,04 3º
Perdigão Agroindustrial S/A	430.695	7,72 1º	311.285	6,42 4º	230.238	6,23 4º
Tupy S/A	-	- -	-	- -	-	- -
Souza Cruz S/A	160.857	2,88 7º	129.701	2,67 8º	49.481	1,34 12º
Universal Leaf Tabacos Ltda	-	- -	-	- -	-	- -
Cooperativa Central Oeste Catarinense	155.638	2,79 8º	95.756	1,97 11º	72.762	1,97 10º
Diplomata Industrial e Comercial Ltda	67.972	1,22 12º	-	- -	-	- -
Bunge Alimentos S/A	-	- -	57.415	1,18 12º	166.559	4,51 6º
Klabin S/A	103.539	1,85 10º	97.222	2,00 10º	77.233	2,09 9º
Busscar Ônibus S/A	55.532	0,99 15º	-	- -	-	- -
Frigorífico Riosulense S/A	145.698	2,61 9º	104.681	2,16 9º	53.112	1,43 11º
Agroveneto S/A – Indústria de Alimentos	-	- -	-	- -	-	- -
Weg Exportadora S/A	306.021	5,48 5º	243.817	5,02 5º	173.198	4,69 5º
Demais Empresas	3.279.231	58,72	2.979.715	61,39	2.273.295	61,51

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE Q – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Importadoras
2003 – 2008**

(Continua)

Descrição		2008		2007		2006	
		US\$ 1000 FOB	Part %	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank
Total da Área		7.969.306	100	5.001.943	100	3.472.345	100
Rank 2008	Total das Principais Empresas	2.765.872	34,71	1.423.377	28,46	937.414	27,00
1º	Copper Trading S/A	508.147	6,38	166.582	3,33 3º	-	-
2º	Cotia Vitória Serviços e Comércio Ltda	416.542	5,23	280.386	5,61 1º	141.640	4,08 3º
3º	Dow Brasil S/A	315.258	3,96	227.478	4,55 2º	239.073	6,89 1º
4º	Trop Comércio Exterior Ltda	230.024	2,89	-	-	-	-
5º	Brasil Mundi Importação e Exportação Ltda	140.379	1,76	102.270	2,04 6º	58.900	1,70 9º
6º	FIRST S/A	130.350	1,64	81.210	1,62 11º	70.246	2,02 8º
7º	Weg Equipamentos Elétricos S/A	127.001	1,59	84.530	1,69 9º	95.159	2,74 5º
8º	Whirlpool S/A	123.905	1,55	102.884	2,06 5º	58.425	1,68 10º
9º	Diamond Business Trading S/A	118.668	1,49	125.951	2,52 4º	89.971	2,59 6º
10º	Pirelli Pneus S/A	117.829	1,48	77.022	1,54 12º	73.026	2,10 7º
11º	Estaleiro Navship Ltda	117.369	1,47	-	-	-	-
12º	Sociedade Catarinense Comércio, Importação e Exportação	113.163	1,42	-	-	-	-
13º	Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	107.005	1,34	93.164	1,86 7º	110.974	3,20 4º
14º	Sertrading (BR) Ltda	104.477	1,31	-	-	-	-
15º	Logistic Network Technology Comércio, Importação	95.755	1,20	81.900	1,64 10º	-	-
16º	Demais Empresas	5.203.434	65,29	3.578.566	71,54	2.534.931	73,00

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

**APÊNDICE Q – Tabela - Estado de Santa Catarina Principais Empresas Importadoras
2003 – 2008**

(Conclusão)

Descrição	2005		2004		2003	
	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank	US\$ 1000 FOB	Part % Rank
Total da Área	2.186.455	100	1.508.986	100	993.727	100
Total das Principais Empresas	466.783	21,35	283.212	18,77	161.583	16,26
Copper Trading S/A	-	-	-	-	-	-
Cotia Vitória Serviços e Comércio Ltda	-	-	-	-	-	-
Dow Brasil S/A	247.922	11,34 1º	197.148	13,07 1º	125.174	12,60 1º
Trop Comércio Exterior Ltda	-	-	-	-	-	-
Brasil Mundi Importação e Exportação Ltda	-	-	-	-	-	-
FIRST S/A	32.051	1,47 9º	-	-	-	-
Weg Equipamentos Elétricos S/A	-	-	-	-	-	-
Whirlpool S/A	-	-	-	-	22.096	2,22 8º
Diamond Business Trading S/A	60.507	2,77 5º	-	-	-	-
Pirelli Pneus S/A	48.516	2,22 6º	20.090	1,33 13º	-	-
Estaleiro Navship Ltda	-	-	-	-	-	-
Sociedade Catarinense Comércio, Importação e Exportação	-	-	-	-	-	-
Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	77.787	3,55 3º	65.974	4,37 3º	14.313	1,44 11º
Sertrading (BR) Ltda	-	-	-	-	-	-
Logistic Network Technology Comercio, Importação	-	-	-	-	-	-
Demais Empresas	1.719.672	78,65	1.225.774	81,23	832.144	83,74

Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos SECEX/MDIC.

APÊNDICE R – Tabela - Exportações por unidade federativa do Brasil para o Mercosul de 1990 – 2008 em milhões de US\$

(Continua)

UF	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Região Norte	26,3	38,8	61,7	79,2	46,8	53,3	61,8	97,1	150,0	140,7
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3
Amapá	7,2	3,6	0,1	2,0	2,7	2,1	1,4	2,1	2,5	1,8
Amazonas	9,5	14,7	37,5	34,6	15,5	21,8	36,3	55,0	80,6	91,6
Pará	9,5	20,3	22,8	40,3	26,1	27,0	21,0	31,7	58,7	39,1
Rondônia	0,0	0,2	1,4	2,4	2,6	2,4	3,0	8,2	8,0	7,8
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Região Nordeste	112,4	157,2	214,9	247,4	330,3	420,7	468,5	508,6	500,8	392,1
Alagoas	0,0	3,9	0,5	1,1	12,3	0,6	8,3	9,7	6,7	0,7
Bahia	94,5	109,2	148,9	149,6	195,3	287,1	299,5	332,9	318,9	242,4
Ceará	5,3	10,5	12,7	28,6	31,6	43,2	49,9	50,2	59,2	50,4
Maranhão	0,1	3,3	20,3	29,0	35,5	38,4	48,9	47,4	43,6	37,1
Paraíba	1,1	2,2	0,9	2,9	3,2	7,1	4,1	9,4	11,2	10,5
Pernambuco	8,4	19,5	23,5	26,9	45,8	36,7	39,1	40,6	38,8	36,6
Piauí	0,5	1,2	0,5	0,6	0,4	1,4	0,7	1,6	2,1	0,7
Rio Grande do Norte	0,3	0,6	2,6	3,6	2,2	2,5	4,5	8,1	12,3	7,9
Sergipe	2,1	6,8	4,8	5,1	3,9	3,8	13,5	8,7	7,8	5,9
Região Centro-Oeste	14,1	27,7	33,0	40,2	39,5	62,1	75,7	101,3	86,6	72,1
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Goiás	3,1	5,2	10,6	21,1	20,4	23,3	22,1	25,9	16,9	18,2
Mato Grosso	1,1	1,8	4,9	6,0	3,0	3,4	7,8	13,0	9,7	14,7
Mato Grosso do Sul	9,9	20,7	17,5	13,1	16,0	35,4	45,8	62,4	59,9	39,0
Região Sudeste	1.070	1.822	3.268	3.956	4.218	4.123	4.763	5.802	5.570	3.956
Espírito Santo	60,9	62,7	63,3	81,4	135,0	157,4	117,1	153,5	106,6	71,9
Minas Gerais	143,6	292,5	572,2	632,7	564,2	487,9	509,7	785,2	754,3	424,2
Rio de Janeiro	120,5	187,3	294,2	386,0	387,7	317,2	299,3	321,1	283,5	256,2
São Paulo	744,9	1.279,7	2.338,2	2.856,2	3.131,5	3.161,0	3.836,8	4.541,9	4.425,6	3.204,0
Região Sul	311	523	861	1.329	1.391	1.363	1.676	1.992	1.920	1.551
Paraná	90,0	146,4	245,4	382,2	370,4	337,7	438,8	498,5	463,5	407,5
Rio Grande do Sul	160,5	248,1	407,3	640,6	724,1	709,9	870,4	1.030,9	1.036,7	799,6
Santa Catarina	60,4	128,8	208,5	306,4	296,7	315,5	367,1	462,6	419,4	343,8
Outros*	6,2	14,8	11,1	30,2	61,5	131,1	52,2	87,5	72,6	88,4
Brasil	1.540	2.584	4.450	5.682	6.088	6.154	7.097	8.588	8.300	6.200

Fonte: Secex. Elaborado: Ipea. *Apud* Moreira¹¹⁵ (2003, p. 16).

Observação: Outros* - consumo de bordo, estados diversos (café), mercadoria nacionalizada, não declarada, reexportação.

¹¹⁵ De 1990 até 1999.

APÊNDICE R – Tabela - Exportações por unidade federativa do Brasil para o Mercosul de 1990 – 2008 em milhões de US\$

UF	(Conclusão)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Região Norte	368	320	82	175	326	465	404	500	649
Acre	0,9	0,1	0,3	0,2	0,4	0,4	0,4	0,2	0,7
Amapá	1,1	0,3	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	313,5	272,4	46,1	125,9	237,0	360,3	297,5	365,1	467,9
Pará	44,8	39,7	32,8	43,7	79,4	92,8	97,9	126,4	171,8
Rondônia	7,5	7,3	2,6	5,1	9,3	11,2	8,2	8,3	8,2
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0
Região Nordeste	481	429	371	627	832	1.027	1.112	1.338	1.560
Alagoas	0,7	2,7	1,4	1,8	5,1	11,8	13,9	14,9	17,1
Bahia	294,5	255,8	256,9	443,2	599,8	745,9	820,4	940,4	1.135,9
Ceará	59,5	54,4	24,1	59,6	82,7	108,1	120,4	143,3	146,7
Maranhão	57,4	57,1	57,3	55,6	61,6	42,2	41,1	90,6	82,6
Paraíba	8,9	3,7	0,9	12,3	14,8	22,3	12,5	18,7	22,8
Pernambuco	39,2	40,6	24,8	42,3	50,9	76,1	84,1	114,0	139,2
Piauí	0,8	0,7	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,7	0,4
Rio Grande do Norte	7,7	7,7	4,5	6,3	9,2	14,4	11,9	10,8	10,9
Sergipe	10,5	7,3	1,1	5,9	7,6	6,5	7,6	4,7	4,5
Região Centro-Oeste	72	74	78	112	110	136	201	177	319
Distrito Federal	0,2	0,2	0	0,2	0,2	0,5	0,3	0,3	0,6
Goiás	17,0	25,2	19,6	13,3	17,7	42,9	37,8	60,2	87,4
Mato Grosso	9,8	8,5	16,3	39,7	29,6	0	29,9	21,3	0
Mato Grosso do Sul	44,09	39,8	41,8	58,6	62,6	92,1	132,5	92,4	230,7
Região Sudeste	4.658	3.698	1.852	3.064	5.105	7.031	8.526	10.419	13.060
Espírito Santo	92,8	54,9	53,1	107,1	152,2	266,6	301,2	282,9	526,2
Minas Gerais	513,3	526,3	246,2	375,2	629,7	838,2	994,9	1.241,3	1.776,4
Rio de Janeiro	277,9	283,2	99,9	205,3	377,8	536,1	680,2	875,0	920,4
São Paulo	3.773,6	2.833,8	1.453,1	2.376,1	3.945,1	5.390,0	6.549,6	8.020,2	9.837,1
Região Sul	2.035	1.724	825	1.585	2.391	2.837	3.473	4.638	5.753
Paraná	622,1	522,1	262,4	500,4	830,0	946,4	1.263,3	1.645,3	2.255,9
Rio Grande do Sul	996,1	837,1	405,1	827,2	1.202,3	1.457,9	1.653,3	2.254,2	2.633,1
Santa Catarina	417,1	365,1	157,4	257,3	364,8	432,6	556,4	738,6	864,0
Brasil	7.614	6.245	3.208	5.563	8.764	11.496	13.716	17.072	21.341

Fonte: Elaboração do autor¹¹⁶. Dados extraídos SECEX/MDIC.

¹¹⁶ De 2000 até 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados “Estados Partes”.

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados;

Acordam:

CAPÍTULO I

Propósito, Princípios e Instrumentos

ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias á circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

ARTIGO 2

O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

ARTIGO 3

Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II , III e IV ao presente Tratado.

ARTIGO 4

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir

importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

ARTIGO 5

Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminações de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);
- b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;
- c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;
- d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

ARTIGO 6

Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

ARTIGO 7

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

ARTIGO 8

Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da

Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes á formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;
- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPITULO II

Estrutura Orgânica

ARTIGO 9

A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo do Mercado Comum.

ARTIGO 10

O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

ARTIGO 11

O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes. Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

ARTIGO 12

A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

ARTIGO 13

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes á aplicação do Programa de Liberação Comercial, á coordenação de política macroeconômica e á negociação de Acordos frente a terceiros;
- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V .

O Grupo Mercado Comum estabelecerá; seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

ARTIGO 14

O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

ARTIGO 15

O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideú.

ARTIGO 16

Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

ARTIGO 18

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específica de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPITULO III

Vigência

ARTIGO 19

O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará; ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPITULO IV

Adesão

ARTIGO 20

O presente Tratado estará aberto á adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPITULO V

Denúncia

ARTIGO 21

O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá; comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá; aos demais Estados Partes.

ARTIGO 22

Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPITULO VI

Disposições Gerais

ARTIGO 23

O presente Tratado se chamará “Tratado de Assunção”

ARTIGO 24

Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

CARLOS SAUL MENEM e GUIDO DI TELLA

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FERNANDO COLLOR e FRANCISCO REZEK

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

ANDRES RODRIGUES e ALEXIS FRUTOS VAESKEN

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA e HECTOR GROS ESPIELL

ANEXO B - Protocolo de Ouro Preto Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

Atentos para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

Reconhecendo o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

Acordam:

Capítulo I

Estrutura do Mercosul

Artigo 1

A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

- I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II. O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Artigo 2

São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Seção I

Do Conselho do Mercado Comum

Artigo 3

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Artigo 4

O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

Artigo 5

A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Artigo 6

O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 7

As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 8

São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

- II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.
- IV. Negociar e assinar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;
- V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;
- VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;
- VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;
- VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;
- IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.
- X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;
- XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Artigo 9

O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção II

Do Grupo Mercado Comum

Artigo 10

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul.

Artigo 11

O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 12

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul.

Artigo 13

O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

Artigo 14

São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

I. Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;

III. Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV. Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V. Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI. Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências;

VII. Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul;

VIII. Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul;

IX. Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X. Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI. Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII. Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIII. Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIV. Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social;

Artigo 15

O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção III

Da Comissão de Comércio do Mercosul

Artigo 16

À Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

Artigo 17

A Comissão de Comércio do Mercosul será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 18

A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

Artigo 19

São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul:

I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;

II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;

IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum; V. Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;

VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;

VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul;

VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;

IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;

X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;

XI. Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

Artigo 20

A Comissão de Comércio do Mercosul manifestar-se-á mediante Diretrizes ou Propostas. As Diretrizes serão obrigatórias para os Estados Partes.

Artigo 21

Além das funções e atribuições estabelecidas nos artigos 16 e 19 do presente Protocolo, caberá à Comissão de Comércio do Mercosul considerar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, relacionadas com as

situações previstas nos artigos 1 ou 25 do Protocolo de Brasília, quando estiverem em sua área de competência.

Parágrafo primeiro - O exame das referidas reclamações no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul não obstará a ação do Estado Parte que efetuou a reclamação ao amparo do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias.

Parágrafo segundo - As reclamações originadas nos casos estabelecidos no presente artigo obedecerão o procedimento previsto no Anexo deste Protocolo.

Seção IV

Da Comissão Parlamentar Conjunta

Artigo 22

A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul.

Artigo 23

A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

Artigo 24

Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

Artigo 25

A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

Artigo 26

A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Artigo 27

A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

Seção V

Do Foro Consultivo Econômico-Social

Artigo 28

O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artigo 29

O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 30

O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

Seção VI

Da Secretaria Administrativa do Mercosul

Artigo 31

O Mercosul contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevideu.

Artigo 32

A Secretaria Administrativa do Mercosul desempenhará as seguintes atividades:

I. Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul;

II. Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul.

Nesse contexto, lhe corresponderá:

i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no artigo 39.

ii) Editar o Boletim Oficial do Mercosul.

III. Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.

IV. Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo.

V. Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;

VI. Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do Mercosul;

VII. Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;

VIII. Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

Artigo 33

A Secretaria Administrativa do Mercosul estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Capítulo II

Personalidade Jurídica

Artigo 34

O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

Artigo 35

O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

Artigo 36

O Mercosul celebrará acordos de sede.

Capítulo III

Sistema de Tomada de Decisões

Artigo 37

As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Capítulo IV

Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do Mercosul

Artigo 38

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39

Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do Mercosul;

ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Capítulo V

Fontes Jurídicas do Mercosul

Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;

III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42

As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Capítulo VI

Sistema de Solução de Controvérsias

Artigo 43

As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 44

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

Capítulo VII

Orçamento

Artigo 45

A Secretaria Administrativa do Mercosul contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Capítulo VIII

Idiomas

Artigo 46

Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Capítulo IX

Revisão

Artigo 47

Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do Mercosul estabelecida pelo presente Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

Capítulo X

Vigência

Artigo 48

O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de

ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

Artigo 49

O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50

Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, *ipso iure*, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

Capítulo XI

Disposição Transitória

Artigo 51

A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

Capítulo XII

Disposições Gerais

Artigo 52

O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

Artigo 53

Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

ANEXO
PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE A COMISSÃO DE
COMÉRCIO DO MERCOSUL

Artigo 1

As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

Artigo 2

O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do Mercosul, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do Mercosul, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do Mercosul remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

Artigo 3

O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do Mercosul, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do Mercosul, quando esta decidir sobre a reclamação.

Artigo 4

A Comissão de Comércio do Mercosul decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.

Artigo 5

Se não for alcançado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do Mercosul encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado

Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 6

Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do Mercosul ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão alcançada, seja na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

Artigo 7

Se não for alcançado consenso na Comissão de Comércio do Mercosul e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão alcançada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do Mercosul.

O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília.

ANEXO C - Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, assim como a República da Bolívia e a República de Chile, doravante denominados Estados Partes do presente Protocolo,

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e seus Protocolos, assim como os dos Acordos de Integração celebrados entre o MERCOSUL e a República da Bolívia e entre o MERCOSUL e a República do Chile,

REITERANDO o que expressa a Declaração Presidencial de las Leñas, de 27 de junho de 1992, no sentido de que a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL.

RATIFICANDO a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL e o Protocolo de Adesão àquela Declaração por parte da República da Bolívia e da República do Chile,

ACORDAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1

A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo.

ARTIGO 2

O presente Protocolo se aplicará às relações que decorram dos respectivos Acordos de Integração vigentes entre os Estados Partes do presente protocolo, no caso de ruptura da ordem democrática em algum deles.

ARTIGO 3

Toda ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes do presente Protocolo implicará a aplicação dos procedimentos previstos nos artigos seguintes.

ARTIGO 4

No caso de ruptura da ordem democrática em um Estado Parte do presente Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado.

ANEXO D – Povoação de Santa Catarina

Povos primitivos em Santa Catarina

Os primeiros habitantes do território catarinense foram os índios. Seus ancestrais pré-históricos, que aqui viveram entre 5.000 e 10.000 anos atrás, deixaram inúmeras inscrições gravadas nas pedras em diferentes sítios arqueológicos espalhados pelo Estado. A exemplo do que ocorreu em toda a América, os conflitos com os primeiros colonizadores e as doenças trazidas pelos europeus dizimaram a maior parte da população nativa original. Atualmente, há quase 30 áreas indígenas, em todas as regiões do Estado, que reúnem grupos Xokleng, Guarani, Kaingang – as três etnias existentes em território catarinense. Sua população, somada, é de cerca de 10 mil indivíduos.

Colonização açoriana

A partir do século XVI os portugueses chegam a Santa Catarina e constroem os primeiros povoados. Mas foi somente em meados do século XVIII que o litoral catarinense foi de fato ocupado. Naquela época, o Sul do Brasil era alvo de disputa entre as coroas de Portugal e Espanha. Para assegurar a conquista do território, os portugueses providenciaram a vinda de colonos das ilhas de Açores e Madeira, que tinham excedente populacional. Os açorianos instalaram-se em pequenas propriedades e trabalharam na agricultura de subsistência, além da pesca artesanal. Largaram aos descendentes uma significativa herança cultural, que se manifesta na arquitetura, na culinária baseada em frutos do mar, no sotaque peculiar e num folclore rico em alegorias. Em todo o litoral catarinense há marcas dessa cultura.

Colonização alemã e italiana

Vieram para Santa Catarina no decorrer do século XIX. Os primeiros a chegar foram os alemães, em 1828, para fundar São Pedro de Alcântara. Um segundo grupo chegou em 1850 e instalou-se na região do Vale do Itajaí, fundando Blumenau e outros povoados em seus arredores. Com trabalho e determinação, constituíram pequenas propriedades, iniciaram negócios e prosperaram – muitos dos empreendimentos tornaram-se conglomerados

industriais, hoje vitais na engrenagem da economia catarinense. No último quarto do século XIX, a partir de 1875, chegaram os italianos, que construíram a maior corrente migratória recebida pelo Estado – embora o primeiro núcleo italiano remonte a 1836, quando 180 pioneiros vindos da Sardenha instalaram a colônia Nova Itália às margens do rio Tijucas, onde atualmente fica o município de São João Batista. Os descendentes dos imigrantes italianos representam aproximadamente metade da atual população. Eles se estabeleceram principalmente na região Sul, próximo ao litoral, e nas cercanias das comunidades alemãs no Vale do Itajaí e no Norte do Estado. A cidade de Urussanga foi o principal núcleo da então colônia italiana de Azambuja, fundada em 1877. Os estrangeiros que ali se fixavam eram, em sua maioria, provenientes da região do Vêneto, no Norte da Itália. Junto com outros da Lombardia, Friuli-Venezia Giulia e Trentino Alto Adige, formaram o maior centro de imigrantes do Sul catarinense. Trouxeram sua contribuição com técnicas de cultivo de grãos, vinicultura, produção de queijos e embutido.

ANEXO E – Portos do Estado De Santa Catarina

Porto de São Francisco do Sul

É o principal porto graneleiro catarinense e essencialmente exportador. Administrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, recebe embarcações com até 12 metros de calado. Seu canal de acesso tem 9,3 km de extensão e 150 metros de largura. Possui cinco berços de atracação, 975 metros de cais e três armazéns internos com capacidade de 78 mil m³. Suas instalações permitem o atendimento a graneis sólidos, líquidos, carga geral e containerizada. Movimentou 7 milhões de toneladas, equivalentes a metade do volume de carga que passa pelos portos do Estado. Dos itens exportados, merecem destaque a soja em grão, móveis, farelo de soja, motocompressores e motores elétricos. Fica na costa norte a 215 km da capital catarinense e a 580 km de São Paulo.

Porto de Itajaí

Situado 98 km ao norte de Florianópolis, ocupa a terceira colocação no *ranking* nacional de exportações de contêineres. Os 740 metros da estrutura de seu cais, com 10 metros de calado, têm condições de receber, simultaneamente, três ou quatro cargueiros. Suas instalações têm mais de 15 mil m² de área coberta para estocagem de produtos e 38 mil m² descobertos para armazenagem de contêineres. Em 2003 apresentou um crescimento de 39% na movimentação de contêineres: 466.751 TEUs, com 4,05 milhões de toneladas de cargas – o equivalente a US\$ 2,9 bilhões, 80% do total exportado por Santa Catarina e 4% do montante nacional. Os principais produtos embarcados em Itajaí foram aves e carnes congeladas, seguidas de madeira e derivados, pisos e revestimentos cerâmicos, motores e acessórios, papel, tabaco, maçã, têxteis e cargas rolantes (ônibus, tratores, colheitadeiras). A qualidade de serviços de fornecimento de infraestrutura básica e operacional lhe garantiu a certificação ISO 9001:2000, a primeira concedida a uma autoridade portuária no Brasil. É administrado pela prefeitura da cidade.

Porto de Imbituba

Gerenciado pela iniciativa privada, é um dos principais suportes da economia do Sul catarinense. Com cais de 300 metros de extensão, área terrestre de 1,55 milhão de m² e área aquática de 750 mil m², permite a operação de embarcações de até 10 metros de calado em seus quatro berços de atracação. Tem grande disponibilidade de área para armazenamento de carga e apresenta excelentes condições naturais. O porto movimentou pouco mais de 1 milhão de toneladas anuais, entre calçados, fumo, trigo, cerâmica, algodão, soda cáustica, coque de carvão, açúcar, sal, fertilizantes e carne de frango. Com o retorno das linhas de contêineres, a expectativa é de que o volume aproxime-se mais de sua capacidade de movimentação, que chegou a registrar 4 milhões de toneladas em 1996. Localiza-se no litoral Sul, a noventa km da capital.

ANEXO F – Pólos Econômicos de Santa Catarina

Pólo agroindustrial

Envolve 2.773 indústrias, que empregam 59,8 mil pessoas, e concentra a maior parte da produção de alimentos do Estado. O complexo agroindustrial responde por 31% das exportações catarinenses. São mais de US\$ 966 milhões anuais em carnes de frango e suínos. Destacam-se as cidades de: Chapecó, Concórdia e Videira.

Pólo madeireiro

Abriga o maior parque moveleiro da América Latina, gerando postos de trabalho a 76,9 mil pessoas e atingindo exportações que ultrapassam a casa dos US\$ 800 milhões anuais – quase um quarto do total comercializado por Santa Catarina. Sendo a maior concentração nas cidades de: Lages, São Bento do Sul e Mafra.

Pólo eletro-metal-mecânico

Formado por 3.411 indústrias, é responsável por 22% das transações internacionais do Estado, contribuindo com US\$ 688 milhões para a balança comercial. Conta com 65 mil empregados. Principais cidades são: Joinville e Jaraguá do Sul.

Pólo têxtil/vestuário

Maior concentração de indústrias do setor na América Latina – 6.057, das quais 26 de grande porte – é considerada a segunda maior do mundo. O segmento exporta US\$ 264 milhões (8% do volume estadual) e, dos setores industriais é o que se emprega mais gente: 114 mil pessoas. Sobressaem as cidades de Blumenau e Brusque.

Pólo mineral

Os segmentos carbonífero e cerâmico, juntos, têm 1.964 empresas e representam 4,5% das exportações do Estado (US\$ 141 milhões) empregam 28 mil trabalhadores. Das

indústrias de cerâmicas catarinenses saem 60% da produção brasileira de pisos e revestimentos. Com 46,8% do total nacional, Santa Catarina é também o maior produtor de carvão mineral do país. Enfatizando as cidades de Criciúma, Tubarão e Urussanga.

Pólo tecnológico

O Estado tem 10.500 empresas de tecnologia que faturam R\$ 2,1 bilhões/ano e empregam 48.000 trabalhadores. Grande parte do setor está concentrada em Blumenau, Florianópolis e Joinville.

Pólo pesqueiro

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Construtores de Barcos (Acobar), de 2005, existem oficialmente, em Santa Catarina, 41 estaleiros de barcos de pesca, com 2,2 mil empregados. A pesca artesanal envolve 6,1 mil embarcações e 25 mil pescadores que, no ano de 2004, capturaram 21,183 mil toneladas de pescado, movimentando R\$ 95 milhões. Estão registradas 12.642 embarcações de pesca, 748 de passageiros, 14.699 de esporte e recreio, 58 marinas e iate clubes e 49 oficinas de náutica e lojas.

Pólo turístico

No verão 2004/2005, Santa Catarina registrou 2,57 milhões de turistas – incluindo os 500 mil catarinenses que viajam dentro do próprio Estado – e arrecadou em torno de US\$ 505, 8 milhões. Há 2.000 meios de hospedagem instalados, com capacidade de 170 mil leitos. O setor gera 150 mil empregos diretos e indiretos. Os municípios que mais atraem visitantes são Florianópolis, Balneário Camboriú, Blumenau e Joinville, mas atrativos turísticos estão distribuídos por todo o Estado.

ANEXO G – Universidades e fundações catarinenses de ensino

Centro Universitário de Brusque	Brusque
Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ)	Jaraguá do sul
Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE)	Orleans
Fundação Educacional Hansa Hammonia (FEHH)	Ibirama
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Chapecó
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)	Joinville, São Bento do Sul
Universidade do Contestado (UnC)	Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Mafra, Rio Negrinho, Porto União, Santa Cecília, Monte Carlo, Fraiburgo, Seara e Itá
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Florianópolis, Joinville, Lages
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Criciúma, Orleans, Turvo
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Joaçaba, Campos Novos, Videira, Xanxerê, Maravilha, São Miguel do Oeste.
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	Lages
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	Tubarão, Araranguá, Palhoça, Florianópolis.
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Itajaí, Balneário Camboriú, Tijucas, Biguaçu, São José e Piçarras
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Florianópolis
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)	Rio do Sul, Taió, Presidente Getulio, Ituporanga
Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Blumenau

ANEXO H – Reconhecimento de estudos, títulos e diplomas obtidos nos países do Mercosul

- a) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico - Buenos Aires - Argentina, de 04 de agosto de 1994; em vigor desde 06 de junho de 1996: prevê o reconhecimento automático dos estudos realizados e dos diplomas expedidos pelas instituições educacionais oficialmente reconhecidas, desde a 1ª série fundamental até a 3ª série do nível médio não-técnico. Tem como anexo uma tabela de correspondência em anos de escolaridade, para apoiar a matrícula nos países membros quando se tratar de estudos incompletos;
- b) Protocolo de Integração Educacional, Reconhecimento de Diplomas, Certificados, Títulos e Estudos de Nível Médio Técnico - Assunção - Paraguai, 28 de julho de 1995; em vigor desde 26 de julho de 1997: prevê o reconhecimento automático dos estudos realizados durante o ensino médio técnico e a revalidação dos diplomas expedidos pelas instituições educacionais oficialmente reconhecidas. Tem como anexo tabela de correspondência em anos de escolaridade, para apoiar a matrícula nos países membros quando se tratar de estudos incompletos.
- c) Protocolo de Integração Educacional para o Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul - Montevideu - Uruguai, 30 de novembro de 1995; em vigor desde 07 de junho de 1999: prevê o reconhecimento de diplomas de graduação, obtidos em cursos com duração mínima de 4 anos ou 2700 horas, unicamente para ingresso em cursos de pós-graduação.
- d) Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul - Assunção - Paraguai, 28 de maio de 1999: encontra-se em fase de aprovação. Prevê a admissão de títulos de graduação obtidos em cursos com duração mínima de 4 anos ou 2700 horas e de pós-graduação (especialização com carga horária maior de 360 horas presenciais ou graus de mestrado e doutorado), exclusivamente pra fins de docência e pesquisa no ensino superior.

ANEXO I – Regiões turísticas de Santa Catarina de acordo com suas potencialidades

Litoral

A costa litorânea, com cerca de 560 km de extensão, é um paraíso para quem busca belas praias e o contato com a natureza. Esta região, colonizada por açorianos no século XVIII, tem um relevo recortado, com baías, enseadas, manguezais, lagoas e mais de 500 praias. É, ainda, uma das mais importantes áreas de biodiversidade marinha do Brasil. As principais cidades são: Florianópolis, São José, Laguna, Imbituba, Itajaí, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul. A pesca e o turismo são atividades econômicas marcantes. Florianópolis, capital e centro administrativo do Estado, é uma cidade privilegiada: tem grande parte de seu território, de 536 km², situado em uma ilha (524 km²). Três pontes ligam a parte insular a porção continental. É a capital brasileira que oferece melhor qualidade de vida. Seus 380 mil habitantes convivem com o ritmo ágil de um centro urbano cosmopolita e com a tranquilidade dos vilarejos construídos pelos colonizadores açorianos. As 100 praias da cidade, em sua maior parte, são próprias para banho.

Norte

Com forte tradição germânica, o Norte do Estado concilia uma economia dinâmica com o respeito à natureza exuberante. Nessa região, rica em florestas nativas e provenientes de reflorestamento, concentra-se o pólo florestal catarinense – o mais expressivo da América Latina, abrangendo indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão. As densas florestas da Serra do Mar e as águas da Baía da Babitonga também dividem espaço com indústrias do ramo metal-mecânico. Suas principais cidades são Joinville (a maior de Santa Catarina, com 470 mil habitantes), Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Canoilhas e Mafra.

Vale do Itajaí

Um “pedacinho da Alemanha” encravado em Santa Catarina. Assim é o Vale do Itajaí, situado entre a capital e o Norte do Estado. A herança dos pioneiros germânicos deixou marcas na arquitetura em estilo enxaimel, na culinária e nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil. A paisagem de montanhas, vales, rios, cachoeiras e

florestas são atrativos para a prática do ecoturismo. Os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul.

Serra

O frio e o turismo rural são os grandes atrativos desta região, que tem como atividades econômicas a pecuária e a indústria florestal. Por conta das paisagens bucólicas e da neve que se precipita em algumas cidades, todos os anos a Serra recebe milhares de visitantes no inverno. Os principais municípios são Lages, São Joaquim, Urubici, e Bom Jardim da Serra.

Sul

O jeito simples de viver dos descendentes de imigrantes italianos é uma característica marcante da região. Quem a visita pode conhecer de perto as vinícolas e apreciar a cultura italiana em festas típicas. Extrativismo mineral e indústria cerâmica são as principais atividades econômicas. O Sul do Estado tem estações termominerais e cânions ricos em biodiversidade. Suas principais cidades são Criciúma, Tubarão, Araranguá, Sombrio, Içara, Gravatal e Urussanga.

Meio-oeste

Nesta região de morros ondulados localizada no centro do Estado situam-se comunidades de pequeno e médio porte colonizadas por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica está baseada na agroindústria, criação de bovinos e produção de maçã. Também a indústrias expressivas do pólo metal-mecânico. As principais cidades são Joaçaba, Videira, Caçador, Treze Tílias, Curitibanos, Fraiburgo, Campos Novos e Concórdia.

Oeste

Os campos do Oeste são o “celeiro” de Santa Catarina, de onde sai boa parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos. Frigoríficos de grande e médio porte estão associados aos produtores rurais em um modelo bem-sucedido de integração: as empresas

fornecem insumos e tecnologia e compram a produção de animais. A região também começa a explorar o potencial turístico de suas fontes termominerais. Os principais municípios são Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste.

ANEXO J – Acordo sobre Residência para nacionais do Brasil e da Argentina

Acordo Operacional entre o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e o Departamento Nacional de Migrações do Ministério do Interior da República Argentina para a Aplicação do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul

Na Cidade de Buenos Aires, aos 29 dias do mês de novembro de 2005, a Sra. Dra. Izaura Maria Soares Miranda, Diretora do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e o Sr. Dr. Ricardo Eusebio Rodríguez, Diretor do Departamento Nacional de Migrações do Ministério do Interior da República Argentina; considerando a estreita relação que une nossos países, irmanados pela história, cultura e geografia; tendo presente à importância de aprofundar a relação entre os dois países, considerada estratégica e prioritária, para avançar no processo de integração regional, com sentimentos de amizade e mútua confiança; reiterando o disposto pelos Presidentes na Declaração Conjunta de 16 de outubro de 2003, no sentido de fortalecer o processo de integração com a adoção de medidas concretas para a facilitação do trânsito dos cidadãos de ambos países; em consequência do estabelecido no Acordo de Brasília firmado em 25 de maio de 2005; e, procurando estabelecer regras comuns para os procedimentos de autorização de residência dos nacionais dos Estados Partes do Mercosul;

Acordam:

Artigo 1º Implementar de modo bilateral a partir do dia 3 de abril de 2006, os termos do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, aprovado por Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 28/02, e que se transcrevem nos artigos seguintes:

Artigo 2º Os nacionais de um Estado Parte que desejem residir no território de outro Estado Parte poderão obter uma residência legal neste último, nos termos deste Acordo, mediante a comprovação de sua nacionalidade e cumprimento dos requisitos previstos no artigo 6º.

Artigo 3º Os termos utilizados no presente Acordo, deverão ser interpretados da seguinte forma:

"Estados Parte": A República Federativa do Brasil e a República Argentina;

"Nacionais de uma Parte": são as pessoas que possuem nacionalidade originária de um dos Estados Parte ou nacionalidade adquirida por naturalização, nos termos da legislação do País de origem e obtiveram este benefício a pelo menos cinco anos;

"Imigrantes": são os nacionais das Partes que se estabeleceram ou desejem se estabelecer no território da outra Parte;

"Clandestino": são os nacionais de uma das Partes que tiverem ingressado no território da outra Parte sem submeter-se ao controle migratório de entrada.

Artigo 4º O presente Acordo se aplica aos:

1) Nacionais de uma Parte, que desejem se estabelecer no território da outra, e que apresentem perante a sede consular respectiva sua solicitação de ingresso ao país e a documentação prevista no artigo 6º.

2) Nacionais de uma Parte, que se encontrem no território da outra Parte, desejando se estabelecer nesta, e que apresentem perante os serviços de migração sua solicitação de regularização e a documentação prevista no artigo 6º.

Artigo 5º

1) O procedimento previsto no parágrafo 2º do artigo anterior será aplicado independentemente da categoria migratória com que o imigrante ingressou no território do país de recepção, e implicará a isenção do pagamento de multas e outras sanções mais graves.

2) Os nacionais das Partes que tiverem ingressado no território da outra Parte como clandestinos não poderão solicitar os benefícios do presente Acordo no território do país de recepção devendo, para tanto, sair deste e solicitar o benefício no seu país de origem ante a respectiva autoridade consular.

Artigo 6º Aos interessados a que se referem os parágrafos 1 e 2, do artigo 4º a representação consular ou os serviços de migrações correspondentes poderão outorgar uma residência temporária de dois anos, a pedido e mediante prévia apresentação da seguinte documentação:

a) Passaporte válido ou carteira de identidade conforme a Resolução GMC 75/96, ou certificado de nacionalidade expedido por agente consular do país de origem do requerente de forma que conste a identidade e nacionalidade do requerente;

b) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem;

c) Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais ou internacionais, penais ou policiais; e,

d) Pagamento das taxas legais.

Artigo 7º A residência temporária poderá transformar-se em permanente, a pedido do imigrante, perante a autoridade migratória do país de recepção, nos noventa (90) dias anteriores ao seu vencimento, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Comprovação de residência temporária conforme previsto neste Acordo;
- b) Passaporte válido ou carteira de identidade conforme a Resolução GMC 75/96, ou certificado de nacionalidade expedido por agente consular do país de origem do requerente de forma que conste a identidade e nacionalidade do requerente;
- c) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem;
- d) Declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes nacionais ou internacionais, penais ou policiais; e,
- e) Pagamento das taxas legais.

Artigo 8º A única formalidade exigida na legalização de documentos públicos para efeitos migratórios será um carimbo aposto gratuitamente pela autoridade competente do Estado onde se produziu o documento nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos.

No caso previsto no parágrafo 2 do Artigo 4º, bastará a autenticação do documento pela autoridade consular do país de origem do imigrante, sem outro encargo.

Artigo 9º De acordo com o que estabelece o Acordo sobre Isenção de Traduções de Documentos Administrativos para efeitos de Imigração do MERCOSUL, os documentos apresentados para tramites migratórios ficam dispensados da exigência de tradução exceto quando houver dúvidas fundamentadas sobre o conteúdo do documento podendo, neste caso, ser exigida a tradução.

Artigo 10 Vencido o prazo de residência temporária de dois anos, conforme o Artigo 5º do presente Acordo, os imigrantes que não se apresentarem perante a autoridade migratória de país de recepção ficarão submetidos à legislação migratória interna de cada Parte.

Artigo 11 Os nacionais das Partes e suas famílias que obtiveram residência nos termos do presente Acordo, gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas concedidos aos nacionais do país de recepção, em particular o direito ao trabalho e à livre iniciativa; o direito de petição; o direito de entrar, permanecer, transitar e sair do território das Partes; o direito de associação e a liberdade de culto. Tais direitos serão exercidos conforme a legislação interna do País de recepção.

A concessão da residência prevista no Artigo 6º não será submetida a nenhuma prova de suficiência econômica ou a qualquer autorização prévia de natureza trabalhista e não será denegada por critérios de proporcionalidade em matéria de nacionalidade ou de paridade de salários.

Artigo 12 O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de normas ou disposições internas de cada Parte que sejam mais favoráveis aos imigrantes.

Artigo 13 As Partes poderão a qualquer momento denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita dirigida à outra Parte. A denúncia produzirá seus efeitos em 90 (noventa) dias após a notificação, sem prejuízo dos processos em trâmite.

ANEXO K - Acordo sobre residência para nacionais do Brasil e do Uruguai

Acordo Operacional entre o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e o Departamento Nacional de Migração do Ministério do Interior da República Oriental do Uruguai para Aplicação do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul

Na cidade de Montevideú, aos 23 dias do mês de junho de 2006, reúnem-se a Sra. Dra. Izaura Maria Soares Miranda, Diretora do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça da República Federativa do Brasil e a Sra. Dra. Carmen Conte Sisinno, Diretora do Departamento Nacional de Migração do Ministério do Interior da República Oriental do Uruguai: considerando a estreita relação que une nossos países, irmanados pela história, cultura e geografia; tendo presente à importância de aprofundar a relação entre os dois países, considerada estratégica e prioritária, para avançar no processo de integração regional, com sentimentos de amizade e mútua confiança; reiterando a necessidade de fortalecer o processo de integração com a adoção de medidas concretas para a facilitação do trânsito de cidadãos de ambos os países; tendo em conta o Acordo alcançado mediante Notas Reversais trocadas entre os Senhores Chanceleres da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai na cidade de Brasília em 16 de março de 2006; e, procurando estabelecer regras comuns para os procedimentos de autorização de residência dos nacionais dos Estados Parte do Mercosul,

Acordam:

Artigo 1º Aplicar de modo bilateral a partir do dia 23 de outubro de 2006, os termos do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, aprovado por Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 28/02 firmado em 6 de dezembro de 2006, e que se transcrevem nos artigos seguintes.

Artigo 2º Os nacionais de um Estado Parte que desejem residir no território de outro Estado Parte poderão obter uma residência legal neste último, nos termos deste Acordo Operacional, mediante a comprovação de sua nacionalidade e cumprimento dos requisitos previstos no artigo 6º.

Artigo 3º Os termos utilizados no presente Acordo, deverão ser interpretados da seguinte forma:

"Estados Partes": A República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai;

"Nacionais de uma Parte": São as pessoas que possuem nacionalidade originária de um dos Estados Parte ou a nacionalidade adquirida por naturalização, nos termos da legislação do País de origem e obtiveram este benefício a pelo menos cinco anos;

"Imigrantes": são os nacionais de uma das Partes que se estabeleceram ou desejem se estabelecer no território da outra Parte;

"País de origem": é o país de nacionalidade dos imigrantes; e,

"País de recepção": é o país da nova residência dos imigrantes.

Artigo 4º O presente Acordo se aplica aos:

1) Nacionais de uma Parte que desejem se estabelecer no território da outra, e que apresentem perante a sede consular respectiva sua solicitação de ingresso ao país e a documentação prevista no artigo 6º;

2) Nacionais de uma Parte, que se encontrem no território da outra Parte, desejando estabelecer nesta, e que apresentem perante os serviços de migração sua solicitação de regularização e a documentação prevista no artigo 6º.

Artigo 5º O procedimento previsto no parágrafo 2º do artigo anterior será aplicado independentemente da categoria migratória com que o imigrante ingressou no território do país de recepção, e implicará a isenção do pagamento de multas e outras sanções mais graves.

Artigo 6º Aos interessados a que se referem aos parágrafos 1 e 2, do artigo 4º a representação consular ou os serviços de migrações correspondentes poderão outorgar uma residência temporária de dois anos, a pedido e mediante prévia apresentação da seguinte documentação:

a) Passaporte válido ou carteira de identidade conforme a Resolução GMC 75/96, ou certificado de nacionalidade expedido por agente consular do país de origem do requerente constando a identidade e nacionalidade do requerente;

b) Quando for o caso, certidão de nascimento e comprovação de estado civil da pessoa, certificado de nacionalização ou naturalização;

c) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de origem, ou nos que tiver residido o requerente nos cinco anos anteriores a sua chegada ao país de recepção ou a seu pedido ao consulado, conforme seja o caso;

d) Declaração, sob as penas de lei, de ausência de antecedentes internacionais, penais ou policiais;

e) Certidão negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais no país de recepção, caso se trate de nacionais compreendidos no artigo 4º, parágrafo 2º do presente Acordo;

f) Se for exigido pela legislação dos Estados Partes, certificado médico expedido pela autoridade médica ou sanitária oficial do país de origem ou recepção; e,

g) Pagamento de taxas legais, conforme as respectivas legislações internas.

Artigo 7º A residência temporária poderá transformar-se em permanente, a pedido do imigrante, perante a autoridade migratória do país de recepção, nos noventa (90) dias anteriores ao seu vencimento, mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) Comprovação de residência temporária conforme previsto neste Acordo;

b) Passaporte válido ou carteira de identidade conforme a Resolução GMC 75/96, ou certificado de nacionalidade expedido por agente consular do país de origem do requerente de forma que conste a identidade do requerente;

c) Certidão Negativa de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais do país de recepção;

d) Comprovação de meios de vida lícitos que permitam a subsistência do peticionante e de seu grupo familiar de convívio; e,

e) Pagamento das taxas legais.

Artigo 8º Para efeitos de legalização dos documentos, quando a solicitação tramitar no consulado, bastará a notificação de sua autenticidade, conforme os procedimentos estabelecidos no país do qual o documento procede. Quando a solicitação tramitar pelos serviços migratórios, tais documentos deverão somente ser certificados pelo agente consular do país de origem do peticionante, sem outro cuidado.

Artigo 9º De acordo com o que estabelece o Acordo sobre isenção de Traduções de Documentos Administrativos para efeitos de Imigração entre os Estados Parte do MERCOSUL, os documentos apresentados para tramites migratórios ficam dispensados da exigência de tradução exceto quando houver dúvidas fundamentadas sobre o conteúdo do documento podendo, neste caso, ser exigida a tradução.

Artigo 10 Vencido o prazo de residência temporária de dois anos, conforme previsto no Artigo 6º do presente Acordo, os imigrantes que não se apresentarem perante a autoridade migratória do país de recepção ficarão submetidos a legislação migratória interna de cada Parte.

Artigo 11 Os nacionais das Partes e suas famílias que obtiveram residência nos termos do presente Acordo, gozarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas concedidos aos nacionais do país de recepção, em particular o direito ao trabalho e à livre iniciativa e as condições previstas na legislação interna; o direito de petição; o direito de entrar, permanecer, transitar e sair do território das Partes; o direito de associação

com fins lícitos e a liberdade de culto. Tais direitos serão exercidos conforme a legislação interna do país de recepção.

Artigo 12 Aos membros da família que não tenham a nacionalidade de um dos Estados Partes, será concedida uma autorização de residência de idêntica vigência a da pessoa da qual dependam, sempre e quando apresentem a documentação que estabelece o artigo 6º e não possuam impedimentos. Se por sua nacionalidade, os membros da família necessitarem de vistos para ingressar no país, deverão tramitar o pedido de residência ante a autoridade consular, salvo quando nos termos das normas internas do país de recepção, este último requisito não seja necessário.

Artigo 13 O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de normas ou disposições internas de cada Parte que sejam mais favoráveis aos imigrantes.

Artigo 14 As Partes poderão a qualquer momento denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita dirigida à outra Parte. A denúncia produzirá seus efeitos em 90 (noventa) dias após a notificação, sem prejuízo dos processos em trâmite.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)